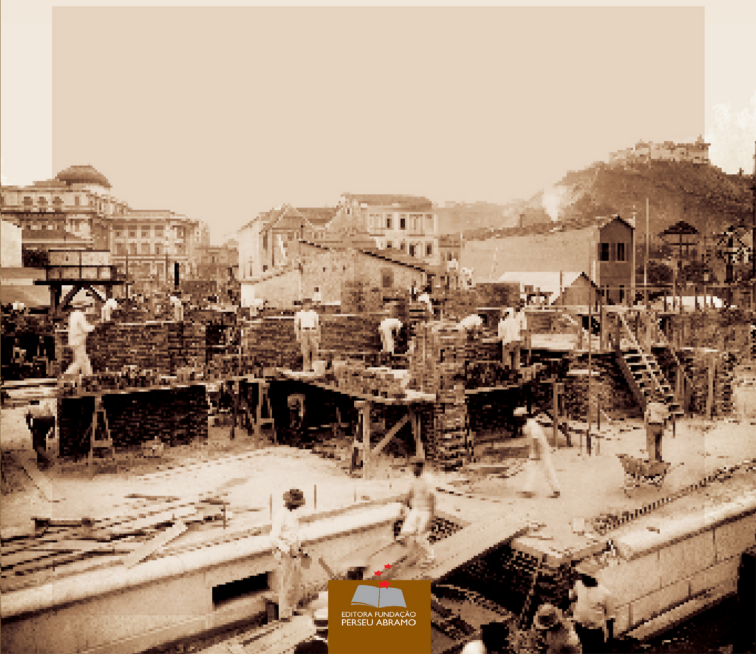


Organizadores

| Alexandre Fortes | Henrique Espada Lima |
| Regina Célia Lima Xavier | Sílvia Regina Ferraz Petersen |

CRUZANDO FRONTEIRAS

NOVOS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DO TRABALHO



CRUZANDO FRONTEIRAS:

NOVOS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DO TRABALHO

Organizadores

Alexandre Fortes
Henrique Espada Lima
Regina Célia Lima Xavier
Sílvia Regina Ferraz Petersen

São Paulo, 2013



FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-Presidente: Iole Ilíada Lopes

Diretores: Ariane Chagas Leitão - Artur Henrique da Silva Santos
Fátima Cleide Rodrigues da Silva - Joaquim Calheiros Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Projeto gráfico e editoração

Caco Bisol e Márcia Helena Ramos

Capa

Caco Bisol

Imagem da capa

Construção do pavilhão norte-americano da *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, 1922* - Augusto Malta
Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda, Ministério do Trabalho

Todos os direitos reservados à Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224 - Vila Mariana - 04117-091 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 - Fax: (11) 5571-0910 - editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
www.fpabramo.org.br / www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C957 Cruzando fronteiras : novos olhares sobre a história do trabalho / organizadores Alexandre Fortes ... [et al.]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

304 p. : il.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-150-3

1. Trabalho - História - Brasil. 2. Índios - Trabalho. 3. Escravos -- Trabalho. 4. Raças. 5. Sindicatos. 6. Trabalhadores. 7. Trabalho doméstico. I. Fortes, Alexandre.

CDU 331(091)(81)
CDD 331.0981

((Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507))

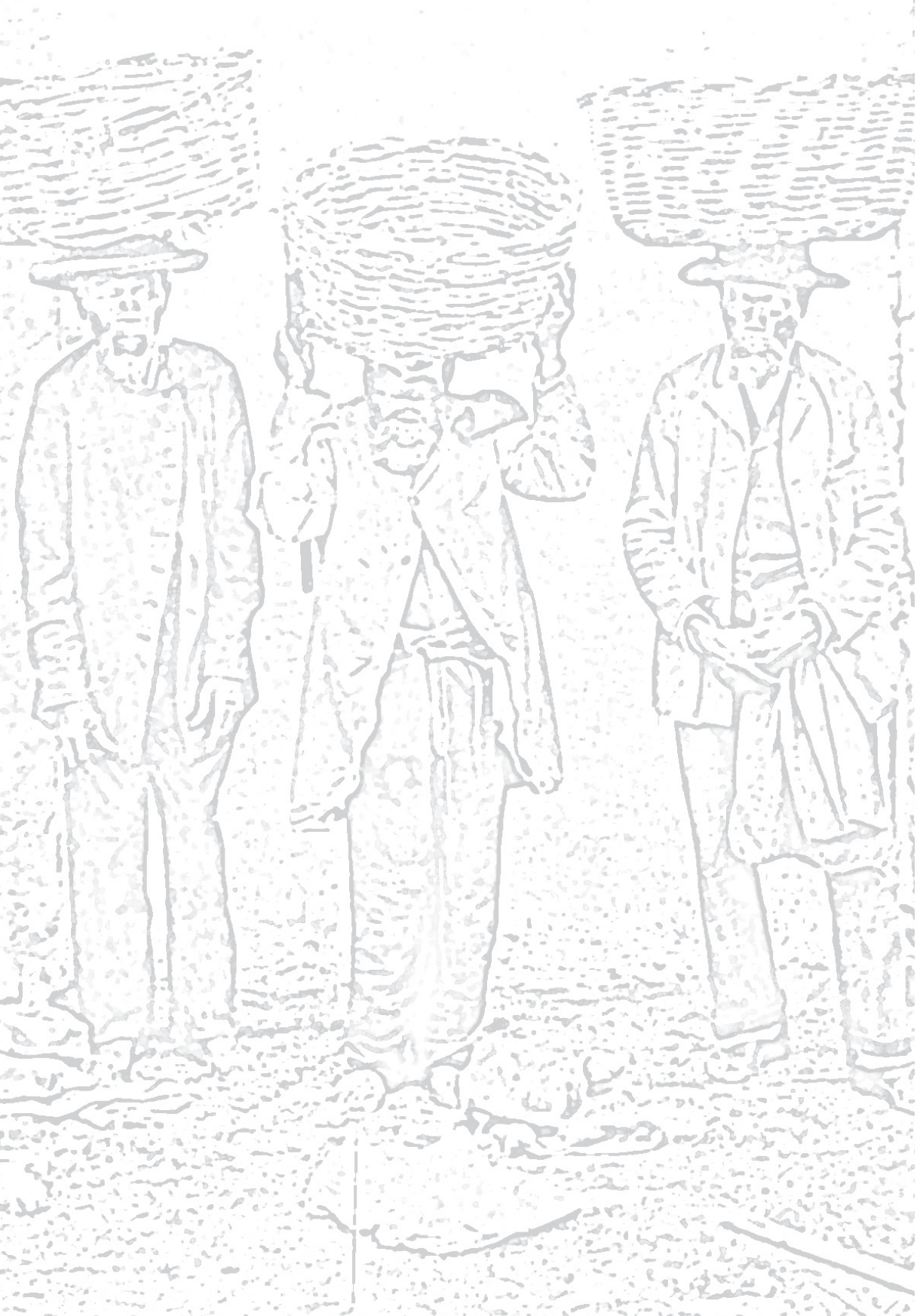
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
SOBRE ENCANADORES E FILÓSOFOS: FAZENDO HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL <i>Alexandre Fortes e John D. French</i>	17
E SE O TRABALHO NÃO FOSSE BRANCO E MASCULINO? RECENTRANDO A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA E ESTABELECENDO NOVAS BASES PARA O DEBATE SOBRE SINDICATOS E RAÇA <i>David R. Roediger</i>	29
QUE DIFERENÇA FAZ? OS ESTUDOS BIOGRÁFICOS NA HISTÓRIA DO TRABALHO BRASILEIRA <i>Benito Bisso Schmidt</i>	61
DA HISTORIOGRAFIA AOS BANCOS DA ESCOLA: O TEMA DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX <i>Silvia Regina Ferraz Petersen</i>	77
RAÇA, CLASSE E COR: DEBATES EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-ABOLIÇÃO <i>Regina Célia Lima Xavier</i>	103
A CONQUISTA DO TRABALHO INDÍGENA: FÉ, RAZÃO E CIÊNCIA NO MUNDO COLONIAL <i>Vânia Maria Losada Moreira</i>	133

LIBERDADE SOB A ESCRAVIDÃO: TRABALHADORES AFRICANOS NO COMÉRCIO DE GÊNEROS – DESTERRO, 1830-1860 <i>Fabiane Popinigis</i>	167
“COM A SUA MARCA”: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES ESCRAVOS E LIVRES DA PECUÁRIA NO BRASIL MERIDIONAL <i>Helen Osório</i>	187
13 DE MAIO: MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO E EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO <i>CORREIO DA LAVOURA</i> (NOVA IGUAÇU, RJ, 1917-1950) <i>Álvaro Pereira do Nascimento</i>	205
O ENIGMA DE PAULO LÍCIO RIZZO NOS ARQUIVOS DO FBI (1949-1950): DE ESTUDANTE PREMIADO A “PASTOR COMUNISTA” <i>Adriano Luiz Duarte</i>	229
“COR” E “BOA APARÊNCIA” NO MUNDO DO TRABALHO DOMÉSTICO: PROBLEMAS DE PESQUISA DA CURTA À LONGA DURAÇÃO <i>Caetana Maria Damasceno</i>	255
AS LIGAS CAMPONESAS E A REVOLUÇÃO CUBANA NOS ANOS 1960: REFORMA AGRÁRIA E REVOLUÇÃO <i>Jean Rodrigues Sales</i>	279
SOBRE OS AUTORES	300



INTRODUÇÃO



Este livro resulta de um processo sistemático de intercâmbio, cooperação e debates desenvolvido ao longo de cinco anos (2007-2012), por professores e alunos de três universidades federais brasileiras (UFRGS, UFSC e UFRRJ) que se dedicam à pesquisa histórica sobre o multifacetado conjunto de fenômenos vinculados à relação social conhecida como “trabalho”.

A história do trabalho vem passando por um acelerado processo de expansão e renovação no Brasil nas últimas décadas, situando o país como o caso mais destacado em uma tendência que abrange a América Latina como um todo¹. Em função disso, os pesquisadores brasileiros dedicados ao tema começam a desempenhar um papel cada vez mais significativo na construção daquilo que alguns autores chamam de uma “História global do trabalho”, *Global Labor History*². Um dos aspectos mais destacados desta produção recente é a procura pela superação das dicotomias que, tradicionalmente, isolavam em campos de estudo diferenciados o trabalho livre e o trabalho coer-

1. Para um balanço historiográfico recente, ver: Silva, F. T. d.; S. Chalhoub. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, *Cadernos AEL* v. 14, n. 26, 2009, p. 11-49. O cenário latino-americano foi analisado em French, J. D. “The Latin American Labor Studies Boom”, *International Review of Social History*, v. 45, n. 2, p. 279-308, 2000.

2. Ver, por exemplo: Linden, M. v. d. *Workers of the World: Essays Toward a Global Labor History*, Boston: Leiden, 2008; Lucassen, J. (org.). *Global labour history: a state of the art*. Bern; New York: Peter Lang, 2008.

civo ou escravo, o trabalho urbano e o trabalho rural, o trabalho formal e o trabalho informal³. Ao mesmo tempo, busca-se apreender a experiência da classe trabalhadora de maneira ampla, envolvendo processo de trabalho, de racialização das relações sociais, delimitação de fronteiras étnicas, formação de identidades, cotidiano e culturas de classes, relações de gênero e estruturas familiares, ao lado da releitura de objetos de estudo mais tradicionais, como os da organização sindical e da participação política⁴.

Vale destacar também que o desenvolvimento da pesquisa sobre o tema em regiões e localidades até recentemente não estudadas (em grande medida um resultado da própria expansão do número de programas de pós-graduação em História no país) começa a criar, pela primeira vez, condições para uma história do trabalho efetivamente nacional, apontando já – mesmo que timidamente – para suas relações internacionais em lugar da tentativa, geralmente malsucedida, de aplicação de modelos gerados a partir de estudos empíricos focados no eixo Rio-São Paulo para propor explicações para o país como um todo⁵.

Esse conjunto de transformações ganhou um poderoso impulso a partir de 2001 com a criação do Grupo de Trabalho “Mundos do Trabalho” no interior da Associação Nacional de História (Anpuh). O intercâmbio permanente entre pesquisadores, a realização de conferências anuais – seja como simpósios temáticos no interior do Simpósio Nacional da História (anos ímpares) ou como Jornadas Nacionais de História do Trabalho (anos pares) – e a publicação de uma revista eletrônica contribuíram decididamente para um salto de qualidade na produção de conhecimento nesta área.

O projeto “Cruzando fronteiras: a história do trabalho no Brasil para além das dicotomias tradicionais”, que deu origem a este livro, procurou trazer uma contribuição adicional para o desenvolvimento desse campo de investigação. Realizado com apoio do Programa Nacional de Intercâmbio Acadêmico

3. Para exemplos de trabalhos pioneiros que pautaram a necessidade da superação desses limites, ver: Hall, M.; P. S. Pinheiro. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”, *Remate de Males*, n.5, p.96-120; Eisenberg, P. L. “Escravo e proletário na história do Brasil”. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, p.187-207; Lara, S. H. “‘Blowin’ in the wind’: Thompson e experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, n. 12, p. 43-56. Um panorama atual é apresentado em Negro, A. L.; F. Gomes. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social*, v. 18, 217-240.

4. Para um exemplo prévio de uma coletânea que explora essas várias dimensões, ver: Batalha, C. H. M.; Silva, F. T. d.; Fortes, A. (Org.). *Culturas de classe : identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

5. Para uma análise pioneira dos avanços nesse sentido, bem como dos desafios a ser superados, ver: Petersen, S. R. F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”, *Anos 90, UFRGS, Porto Alegre*, v. 3, p. 129-153, 1995.

(Procad), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o projeto se propôs a consolidar e ampliar o potencial dos três programas de pós-graduação envolvidos como centros de referência de qualidade internacional na pesquisa sobre o tema. Ele proporcionou, assim, a realização de dezenas de missões de estudo e de trabalho, efetuadas respectivamente, por alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, além de professores de cada instituição junto às demais. A intensa troca de experiências de pesquisa entre esses discentes de diferentes regiões e os demais professores envolvidos teve um impacto importante na formação acadêmica dos alunos e auxiliou no amadurecimento das questões centrais dessa iniciativa. Destacamos ainda, como momentos de envolvimento do conjunto dos participantes do projeto e intercâmbio com demais pesquisadores, a promoção de três eventos:

- I Seminário Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais. Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a História do Trabalho. UERRJ. Seropédica, RJ, 11-13 agosto de 2009.
- I Seminário Internacional Mundos do Trabalho: Histórias do Trabalho no Sul Global – V Jornada Nacional de História do Trabalho. UFSC Florianópolis, 25 a 28 de outubro de 2010.
- Simpósio História Social do Trabalho: fronteiras em questão. UFRGS Porto Alegre, 24 e 25 de outubro de 2011.

O projeto resultou também na publicação de artigos em dossiês temáticos nas revistas acadêmicas *Anos 90*, *Mundos do Trabalho*, e *Ciências Humanas e Sociais em Revista*⁶.

Como síntese final desse longo processo de trabalho coletivo, apresentamos agora este livro, que pretende oferecer um panorama atualizado de diversas frentes de investigação relacionadas à história do trabalho em âmbito nacional e internacional, indicando resultados obtidos, potenciais vislumbrados e novos desafios e, como o leitor poderá constatar, os textos que compõem este livro reúnem a síntese desse trabalho coletivo e expressam, em diferentes registros temáticos, várias perspectivas analíticas pelas quais os autores procuram, em alguma medida, se aproximar e contribuir para a consolidação e o desenvolvimento desta renovada historiografia sobre os mundos do trabalho.

Fazendo uma espécie de apresentação dessas perspectivas de análise, caracterizamos a seguir seus eixos principais, pontuados com alguns exemplos que aparecerão desenvolvidos nos textos desta coletânea:

6. Anos 90 (PPG em História da UFRGS, v. 17, n. 31, jul. 2010), Mundos do Trabalho (Revista eletrônica do GT Mundos do Trabalho da ANPUH/ PPG em História da UFSC, v. 3, n. 6, 2011), e Ciências Humanas e Sociais em Revista (v. 34, n. 2, 2012).

■ O primeiro deles refere-se ao interesse dos autores em revisar balanços historiográficos, interpretações consagradas ou categorias que aparecem como descritores fixos, mas que, interpelados pelas transformações dos fenômenos que representam ou por novas questões colocadas pelos historiadores, precisam ser revisados ou substituídos. Exemplos dessas referências que problematizam a historiografia aparecem em textos que abordam as transformações recentes na composição da classe operária, considerando-se também a necessária incorporação ao debate de categorias como a de gênero, raça e cor ou as evidências do protagonismo popular no contexto da redemocratização latino-americana. Também se inscreve nessa linha de interesse a análise historiográfica das interpretações sobre as possibilidades e os limites dos usos da biografia como via de acesso às experiências coletivas de classe;

■ A utilização de novas fontes ou releitura das mesmas quando novas questões são formuladas pelos historiadores. Nos textos da coletânea, um exemplo é o da comparação entre as matérias sobre a vida dos egressos da escravidão e a de seus descendentes, publicadas nas chamadas “imprensa negra” e “grande imprensa”. Sob investigações diferentes e com temporalidades diversas, propõe-se uma problematização da relação de editores e articulistas com a formação de identidades sociais específicas, sejam elas as dos “homens pretos”, de “mulatos” ou “brancos”, sejam aquelas que operam a negação ou ressignificação da cor, sem perder de vista o diálogo com os leitores em debates sobre a igualdade e a cidadania;

■ Outro eixo analítico é a atenção conferida à percepção de interdependências, aproximações ou cruzamentos entre temas, espaços e temporalidades, desfazendo dicotomias, fragmentações ou fronteiras fixas que configuram indevidamente, na historiografia, objetos específicos e com debates próprios. Nessa perspectiva estão textos que propõem a ruptura de marcos rígidos, separando o trabalho escravo e o pós-abolição, como no caso das experiências de trabalho e vida de escravos, libertos e livres em Desterro (atual Florianópolis, SC) ou do ofício de peão de campo, exercido, tanto no período colonial quanto no século XIX no Brasil meridional, concomitantemente por escravos e homens livres. Também nessa abordagem de aproximações e intersecções, está o exame da circulação de militantes e suas ideias, exemplificada no estudo do impacto político da Revolução Cubana sobre as Ligas Camponesas, ou na análise do cruzamento de fronteiras nacionais e temporais, objeto do texto que aborda construção da trajetória enigmática de Paulo Rizzo pelos arquivos de FBI;

■ A desconstrução das representações naturalizadas ou racializadas sobre o trabalho e os trabalhadores (principalmente indígenas, escravos africanos e afrodescendentes) e mesmo do silenciamento desses sujeitos nas fon-

tes históricas e na historiografia é outra preocupação analítica, presente, por exemplo, no artigo que examina criticamente o modo como as múltiplas narrativas – crônicas, legislação portuguesa, relatos de viajantes, iconografia, historiografia etc. – estabelecem (ou encobrem) o lugar social do indígena na formação econômica do país. Na tentativa de perceber como redefinições de cor, raça e classe no pós-abolição impactaram o debate social e político, investigam-se, em outro texto, os significados de escravidão e liberdade, da herança africana e da cidadania brasileira, do racismo e do branqueamento tendo o Rio Grande do Sul como foco. Em outro artigo, através do exame do deslizamento do uso das categorias “cor” ou “raça”, para noções morais como “boa aparência”, desvela-se o paradigma racial que atravessa as relações de trabalho. Na mesma ordem de questões, está o texto que analisa a ausência/invisibilidade do trabalho e dos trabalhadores nas representações construídas nos livros escolares de história do Brasil do século XIX.

A seguir, oferecemos ao leitor uma pequena apresentação de cada um dos textos que integram a coletânea, aberta com o trabalho de Alexandre Fortes (UFRRJ) e John D. French (Duke University), analisando a relação entre o contexto político da redemocratização latino-americana, marcada por um renovado protagonismo político popular, e a expansão das pesquisas sobre os trabalhadores da região. Fortes e French recapitulam balanços historiográficos que, desde meados dos anos 1970, debateram os potenciais e riscos da adoção de abordagens que destacam a capacidade de os trabalhadores serem sujeitos de sua própria história, malgrado as limitações e os constrangimentos impostos por fatores estruturais. Um exame mais detalhado do caso brasileiro demonstra em retrospecto que os avanços são bem mais significativos que os percalços, embora os novos desafios não possam ser subestimados.

Como estímulo a uma reflexão comparativa, trazemos um provocativo ensaio no qual David R. Roediger (University of Illinois) estabelece conexões entre as transformações na força de trabalho contemporânea nos Estados Unidos – com uma tendência recente acentuada ao aumento expressivo da participação de mulheres, afrodescentes e imigrantes “não brancos” –, e a mudança do olhar dos historiadores sobre o passado, com a crescente problematização dos postulados implícitos que identificavam trabalhadores brancos do sexo masculino no mercado formal como sendo “a classe operária”.

A contribuição de Benito Bisso Schmidt (UFRGS) a este volume sistematiza o debate entre os pesquisadores que vêm lançando mão da pesquisa biográfica como meio de enriquecimento do conhecimento sobre a experiência histórica dos trabalhadores e os seus críticos. O trabalho inclui reflexões teórico-metodológicas sobre as particularidades da biografia como gênero

historiográfico, bem como um mapeamento das pesquisas realizadas nessa área no Brasil.

Silvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS) apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa sobre as representações do trabalho e dos trabalhadores nos livros didáticos. Silvia enfoca aqui publicações utilizadas nos primórdios da educação básica brasileira, na segunda metade do século XIX, chamando a atenção para a ausência de um tratamento explícito para o tema do trabalho nessas obras, sendo a presença dos trabalhadores, quanto muito, subsumida em referências às riquezas naturais ou à pujança produtiva do país.

O texto de Vânia Maria Losada Moreira (UFRRJ) analisa a presença dos trabalhadores indígenas na história e na historiografia do trabalho no Brasil, discutindo com os modelos interpretativos sobre a formação econômica do país e o lugar (ou a ausência) daqueles sujeitos em suas narrativas. Vânia também examina historicamente os modos pelos quais a administração e a legislação colonial e imperial lidaram com o trabalho indígena antes e depois da Independência, bem como as transformações das representações e discursos sobre os indígenas ao longo do século XIX, com seu consequente impacto sobre a interpretação do lugar desses trabalhadores na historiografia posterior.

Na sequência, Helen Osório (UFRGS) examina a figura do “peão de campo”, ofício tanto de homens livres como escravos no Brasil meridional no período colonial, discutindo as fronteiras movediças entre a escravidão e a liberdade – condição pela qual transitaram muitos desses sujeitos. Apontando para os elementos de autonomia que envolviam o trabalho e a vida desses peões, o artigo de Helen desafia, entre outras coisas, o senso comum historiográfico que por muito tempo postulou a incompatibilidade da escravidão com a pecuária extensiva característica do Rio Grande do Sul.

O artigo de autoria de Fabiane Popinigis (UFRRJ) explora experiências de trabalho de homens e mulheres de origem africana em torno do comércio de gêneros na cidade do Desterro (atual Florianópolis) em meados do século XIX. Discutindo suas práticas comerciais, suas relações com os comerciantes estabelecidos e os poderes municipais, Fabiane procura mostrar as formas de inserção social dos escravos e libertos através do trabalho e da construção de redes de solidariedade com seus pares.

Em seu texto, Regina Xavier (UFRGS) focaliza o Rio Grande do Sul, revisitando os debates em torno do pensamento racial, da ideologia do branqueamento e do lugar da herança africana na definição da nação e da República, tal como se apresentavam nos discursos dos intelectuais que participaram do I Congresso de História Nacional em 1914 e na produção da

elite letrada local que ajudou a promover uma imagem do Rio Grande do Sul: branco e europeu, igualitário e democrático. Em seguida, discute também o modo contrastante pelo qual os temas correlatos de cor, raça, miscigenação e cidadania eram abordados no jornal *O Exemplo*, publicado por jornalistas e intelectuais afrodescendentes em Porto Alegre entre 1892 e 1930.

Também abordando a atuação de intelectuais e jornalistas no pós-emancipação, Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ) analisa as páginas do jornal *Correio da Lavoura*, publicado em Nova Iguaçu na primeira metade do século XX, época em que o município englobava a maior parte da região hoje denominada Baixada Fluminense. Diante da singular trajetória de um periódico veiculado de forma ininterrupta por quase um século por uma família de intelectuais afrodescendentes, Nascimento questiona os limites entre a “grande imprensa” e a “imprensa negra”. O trabalho investiga a trajetória de vida e a atuação política do fundador do *Correio da Lavoura*, Silvino Hypolito Azeredo. Compara ainda o tratamento dado pelo jornal à memória do 13 de Maio com o de dois congêneres do Rio de Janeiro (*A Noite* e *Correio da Manhã*), examinando como esses momentos comemorativos traziam à tona abordagens distintas sobre temas como a defesa da educação pública como uma “segunda abolição”, e evidenciavam o contraste entre, de um lado, a celebração dos abolicionistas brancos e, de outro, o resgate do protagonismo dos escravos na luta por sua própria emancipação.

Adriano Luiz Duarte (UFSC) dedica-se a resgatar a trajetória singular de Paulo Lício Rizzo, que despontou como jovem autor de um romance sobre a condição operária premiado em concurso literário oficial durante o Estado Novo para posteriormente vir a ser objeto de suspeita de professar ideias “subversivas”, quando atuava como pastor presbiteriano nos Estados Unidos. O caso oferece uma excelente ilustração dos argumentos de Schmidt sobre o potencial dos estudos biográficos como fios condutores de novos olhares conectando dimensões do processo histórico que, em outros tipos de abordagem muitas vezes, permanecem separados de forma estanque.

O texto de Caetana Maria Damasceno (UFRRJ) discute, por meio da análise dos anúncios de oferta e procura de emprego (sobretudo doméstico) nos jornais cariocas de meados do século XX, como a expressão “boa aparência” emergiu como exigência (ou autoapresentação) no horizonte do trabalho no Rio de Janeiro, mostrando como por trás dessa linguagem, utilizada para descrever os candidatos (e, sobretudo, as candidatas) aos postos de trabalho, categorias étnico-raciais eram ressignificadas e reinventadas como critérios de classificação social por distintos sujeitos que participavam do mercado de trabalho.

Concluindo este conjunto de trabalhos que compõem a presente coletânea, Jean Rodrigues Sales (UFRRJ) trata de examinar o impacto da Revolução Cubana sobre as Ligas Camponesas, demonstrando a necessidade de diálogo, integração e abordagens entre história social e a história política. O texto reconstitui o processo de mutação de setores de um movimento reivindicativo de trabalhadores camponeses em um projeto abortado de organização de focos guerrilheiros. Para tanto, Sales integra ferramentas de análise próprias ao estudo de movimentos sociais de base rural com o exame dos debates estratégicos que perpassavam a esquerda brasileira no começo dos anos 1960, em um contexto de radicalização política que tensionava os tênues limites entre luta por reformas e projetos revolucionários.

Esperamos que esse panorama parcial, mas representativo, da produção, dos debates e das tendências analíticas atuais da história social do trabalho brasileira – em suas conexões latino-americanas e globais – suscite nos leitores renovadas reflexões sobre as múltiplas dimensões da experiência do trabalho, sobre a complexidade do processo de formação de identidades coletivas entre os trabalhadores e sobre o papel de suas lutas reivindicativas e políticas nas transformações históricas de curto e longo prazo.

Alexandre Fortes, UFRRJ

Henrique Espada Lima, UFSC

Regina Célia Lima Xavier, UFRGS

Silvia Regina Ferraz Petersen, UFRGS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. d., et al. *Culturas de classe : identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Editora UNICAMP, 2004.

EISENBERG, P. L. “Escravo e proletário na história do Brasil”. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP, Brasil, Editora da Unicamp: 187-207, 1989.

FRENCH, J. D. “The Latin American Labor Studies Boom”. *International Review of Social History* 45(02): 279-308, 2000.

HALL, M. and P. S. Pinheiro. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. *Remate de Males* 5: 96-120, 1985.

LARA, S. H. “Blowin’ in the wind: Thompson e experiência negra no Brasil”. *Projeto História* 12: 43-56, 1994.

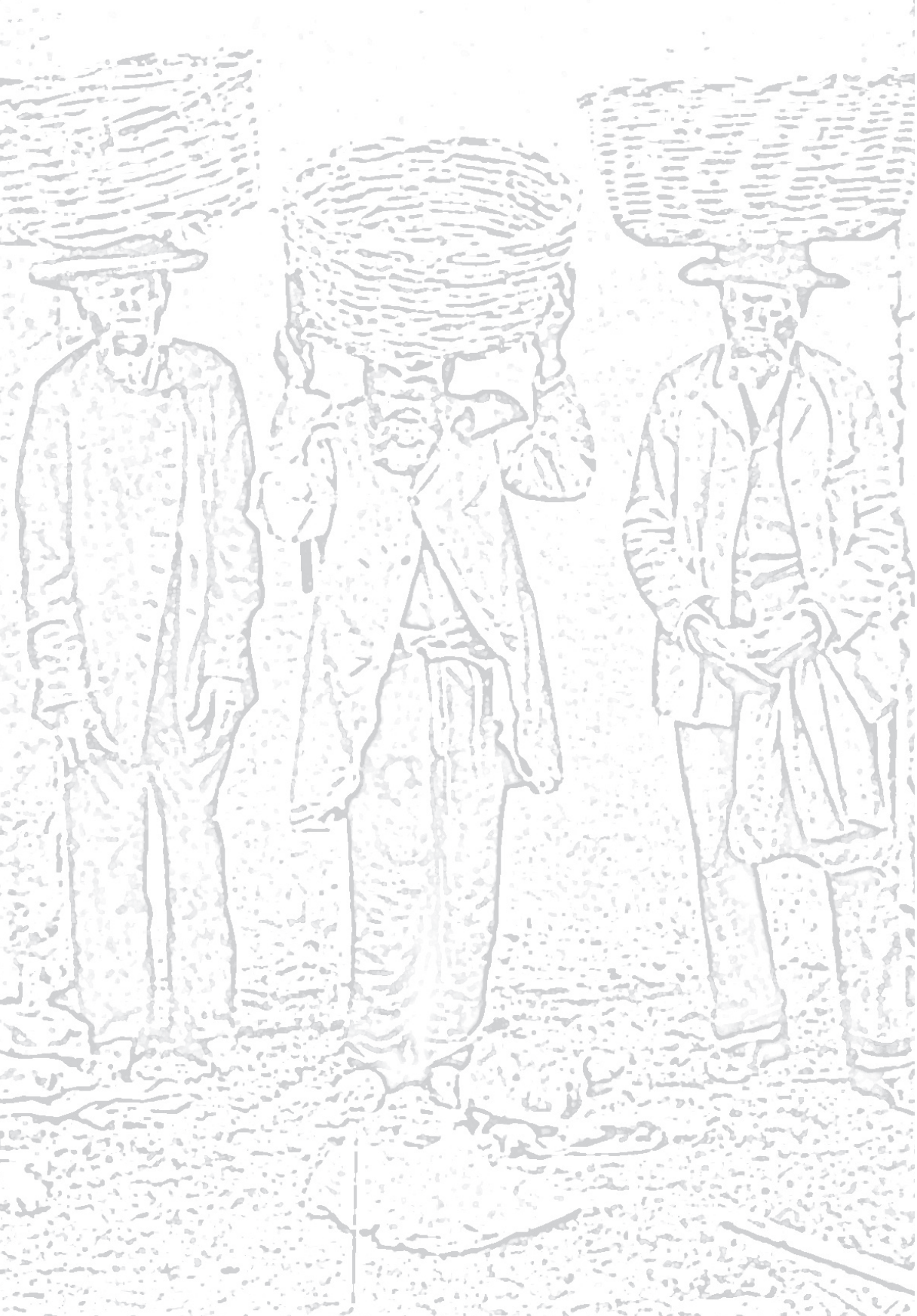
LINDEN, M. v. d. *Workers of the world: essays toward a global labor history*. Leiden; Boston, Brill, 2008.

LUCASSEN, J. and INTERNATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL HISTORY. *Global labour history: a state of the art*. Bern; New York, Peter Lang, 2008.

NEGRO, A. L. and GOMES, F. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, 18: 217-240, 2006.

PETERSEN, S. R. F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. *Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre*. *Anos 90* 3: 129-153, 1995.

SILVA, F. T. d. and CHALHOUB, S. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, Local 14(26): 11-49, 2009.



SOBRE ENCANADORES E FILÓSOFOS: FAZENDO HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL

*Alexandre Fortes
John D. French*

As más línguas poderiam dizer que os historiadores de trabalho no Brasil contemporâneo operam nas sombras ou, para ser mais exato, à sombra do sucesso do sindicalista mais famoso da América Latina que foi presidente do país de 2002 a 2010. O crescimento desse campo no número e na qualidade dos profissionais, bem como a amplitude de suas ambições, não pode ser dissociado das memoráveis greves dos metalúrgicos de 1979 e 1980, da posterior derrota da ditadura militar em 1985, da construção de um sindicalismo militante e do Partido dos Trabalhadores pelo qual Luiz Inácio Lula da Silva concorreu à Presidência da República em cinco eleições sucessivas, entre 1989 e 2006.

Na campanha de 1994, Lula enfrentou um ex-aliado: Fernando Henrique Cardoso (FHC), um sociólogo internacionalmente conhecido, marxista identificado com a criação da teoria da dependência nos anos 1960. Em uma entrevista famosa, a diretora de teatro Ruth Escobar declarou sua opção expressando um raciocínio compartilhado por muito integrantes da minoria culta no país: “Eu posso votar em um encanador [Lula] ou em Jean-Paul Sartre [FHC]”. Daí a imagem pelo cartunista brasileiro conhecido como Angeli (Arnaldo Angeli Filho) com um Lula desgrenhado, com a faixa presidencial, entrando em sua residência oficial com sua caixa de ferramentas: “Brasileiros e brasileiras: por onde eu começo?”¹

1. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/angeli/chargeangeli/chargeangeli.htm?imagem=125&total=335>>.

Hoje, quase todos admitem que Lula e o PT fizeram um bom trabalho em suas gestões², mas os limites e a complexidade deste avanço político são revelados por outro desenho de Angeli, retratando o mesmo Lula, desta vez de terno e gravata, visitando uma exposição sobre as lutas da classe operária. Cercado por câmeras de TV, o presidente olha para pôsteres em que ele mesmo aparece barbudo, mais jovem e incendiário, de camiseta e boné: “Greve”, “Braços Cruzados”, “Trabalhadores do Brasil”, “A luta continua”³. Confuso, e dando baforadas em um charuto, o presidente observa: “Meu Deus, que brega”. Os dias heroicos passaram, a charge sugere, num país onde os gabinetes ministeriais estão repletos de sindicalistas e “ex-subversivos”.

Esse breve artigo reflete sobre a relação entre o crescimento da história do trabalho, as correntes intelectuais internacionais e os assuntos contemporâneos, políticos e eleitorais no Brasil, o maior país em uma região conhecida pela diversidade de seus movimentos sociais e pelo sucesso das suas esquerdas plurais ao longo da última década. Em linhas gerais, argumentamos que o dinamismo da história do trabalho no Brasil resulta de um processo de construção de redes impulsionado por dois grandes objetivos: a) A exploração da complexidade da formação de classe, com atenção para a diversidade de culturas e identidades entre os trabalhadores, incluindo etnia, regionalismo, raça; b) A redefinição do campo através de um esforço consciente para incluir aqueles que estão fora do mundo urbano-industrial e, simultaneamente, de um recuo no tempo para incluir a escravidão e outras formas não assalariadas de trabalho.

* * *

O crescente interesse no estudo do trabalho na América Latina foi notado na primeira tentativa de uma síntese do campo realizada em 1974⁴, outra quinze anos mais tarde⁵, e a mais recente uma década depois⁶. Desde a sua

2. Anderson, Perry. “Lula’s Brazil”, *London Review of Books*, n.33, 2011, p.3-12; French, John D.; e Fortes, Alexandre. “Nurturing Hope, Deepening Democracy, and Combating Inequalities in Brazil: Lula, the Workers’ Party, and Dilma Rousseff’s 2010 Election as President”, *Labor: Studies in Working Class History of the Americas*, v. 9, n. 1, 2012, p. 7-28.

3. Disponível em: <www2.uol.com.br/angeli/chargeangeli/chargeangeli.htm?imagem=95&total=335>.

4. Kenneth Paul Erickson, Patrick Peppe e Hobart Spalding, “Research on the urban working class and organized labor in Argentina, Brazil, and Chile: What is left to be done?”, *Latin American Research Review* 9 (1974): 115-42.

5. Emília Viotti da Costa, “Experience versus Structures: new tendencies in the History of Labor and the working class in Latin America – What do we gain? What do we lose?”, *International Labor and Working Class History* 36 (1989): 3-24.

6. John D. French, “The Latin American labor studies boom”, *International Review of Social History* 45 (2000): 279-310; John D. French, “The laboring and middle – Class peoples of Latin America and the Caribbean: Historical trajectories and new research directions”, In: *Global Labour History: A State of the Art*, J. Lucassen, org. (Bern, 2006), 289-333 (disponível em <http://fds.duke.edu/db/attachment/188>).

demarcação como um campo de estudo interdisciplinar, ele se caracterizou pela abordagem histórica da ação dos trabalhadores dentro dos limites sistêmicos e, a partir daí, deu origem a tentativas cada vez mais sofisticadas de lidar com as complexidades da formação de classes sob o populismo, reconhecendo o fato de que a classe trabalhadora tem dois gêneros. De forma geral, a trajetória desse campo na América Latina nunca foi imune às tendências intelectuais internacionais, particularmente as oriundas do Atlântico Norte.

Apesar de trabalhar dentro de uma perspectiva da teoria da dependência, os autores da síntese interdisciplinar de 1974 expressavam sua receptividade à “nova história do trabalho” dos anos 1960, inspirada por E. P. Thompson, cujas hipóteses, eles sugeriram, “deve[ria]m ser testadas concretamente na América Latina”⁷. Thompson viria a ter um impacto enorme na história social e do trabalho no Brasil, embora esse impacto tenha sido retardado por atrasos na tradução de suas obras. Em 1990, o entusiasmo pelo autor levaria um estudioso norte-americano a comentar com ceticismo sobre “historiadores brasileiros citando Thompson como marxistas ortodoxos citavam Marx e Lênin”⁸.

Em 1989, o impacto da “nova história do trabalho” já estava sendo sentido, e os resultados produzidos, como observou com precisão a historiadora Emília Viotti da Costa, já haviam “mudado profundamente nossa percepção da história da classe trabalhadora da América Latina”, fazendo dos trabalhadores “sujeitos da história, em vez de seus meros objetos” e estabelecendo o estudo da sua história como “tão importante para a compreensão da história como o das elites, cujos limites [de ação] eles estabelecem”⁹. No entanto, ela também se preocupava com a “imprecisão metodológica inerente ao conceito de experiência”, que a seu ver levava, em muitos casos, ao virtual abandono de questões relativas à “determinação material das ideologias de classe, e do relacionamento entre as forças produtivas e as relações de produção”¹⁰. Advertindo contra os riscos de subestimação das questões estruturais, ela ao mesmo tempo observava registrava limitações na abordagem de elementos “culturais”, tais como a gritante falta de estudos sobre questões étnicas e raciais no trabalho até aquele momento – apesar de “uma grande parte da força de trabalho na América Latina ser composta de índios, mestiços e negros”¹¹.

7. Erickson, Peppe e Spalding, “Research on the urban working class”, p. 129-30.

8. Charles Bergquist, “Latin American Labor History in comparative perspective: Notes on the insidiousness of cultural imperialism”, *Labour/Le Travail* 25(1990): 189-98.

9. Costa, “Experience”: 9, 12.

10. Costa, *ibid*: 9, 7.

11. Costa, *ibid*: 16-7.

Esse debate ligou-se às disputas teóricas associadas a um pós-estruturalismo¹² que mais tarde seria brevemente apelidado de “pós-modernismo”, até adquirir os rótulos mais estáveis e abrangentes de “estudos culturais” e “história cultural”. Originada no seio dos praticantes da história do trabalho nos EUA e no Reino Unido, essa mudança teórica trouxe consigo a “virada linguística”, bem como o impacto altamente revolucionário da história das mulheres e de gênero, que rapidamente ascendeu à condição de centro de inovação entre os historiadores do trabalho latino-americanos¹³. Seja nos EUA ou na América Latina, poucos historiadores de trabalho da região uniram-se à retaguarda que argumenta, de forma taxativa ou velada, que essa evolução deve ser condenada¹⁴.

É claro que esses debates teóricos tinham relação com “a crise mundial de paradigmas marxistas”, que teve “repercussões particularmente fortes”, como observou o especialista em estudos peruanos García-Bryce sobre seu país de estudo. Os movimentos sociais e uma próspera esquerda com sucesso eleitoral crescente no Peru na década de 1980 foram eviscerados pelo impacto de um culto sanguinário (o Partido Comunista Sendero Luminoso) e por uma resposta de Estado hiperviolenta. No Peru, pelo menos, houve um afastamento do estudo da classe nos círculos intelectuais acompanhadas de uma “rejeição explícita ou implícita” do marxismo, e uma crescente “incorporação de novas metodologias de história cultural¹⁵”. A desilusão no mundo do Atlântico Norte, que acompanhou a crise simultânea do “socialismo realmente existente” e da social-democracia europeia, foi espelhada na América Latina, mas em bases distintas. Protestos antiditatoriais de massas, com um

12. Barbara Weinstein, “The new latin american Labor History: What we gain”. *International Labor and Working-Class History*, 36 (1989): 25-30.

13. John D. French e Daniel James, *The gendered worlds of latin american women workers: From household and factory to the union hall and ballot box*. (Durham, 1997); Thomas Miller Klubock, *Contested communities: Class, gender, and politics in Chile's el teniente copper mine, 1904-1951*, (Durham, 1998); Ann Farnsworth-Alvear, *Dulcinea in the factory: Myths, morals, men, and women in Colombia's industrial experiment, 1905-1960* (Durham, 2000); Heidi Tinsman, *Partners in conflict: The politics of gender, sexuality, and labor in the chilean agrarian reform, 1950-1973* (Durham, 2002); Daniel James, “Diálogos: La clase obrera y la clase intelectual [Entrevista realizada por Horacio González, María Pia López, Esteban Verniki, Christian Ferrer, Guillermo Korn, Sebastián Carassi]”. *El ojo mocho: Revista de Critica Cultural* (2008): 11-29; e outros.

14. John Womack, “Doing Labor History: Feelings, work, material power”, *Journal of the historical Society*, 5 (2005): 255-96; John D. French, e D. James “The travails of doing Labor History: The restless wanderings of John Womack Jr”. *Labor* 4(2) (2007): 95-116; James P. Brennan, “Latin American Labor History”, in: *The Oxford Handbook of Latin American History*, José C. Moya, org. (Oxford, 2011), 342-66.

15. Inigo García-Bryce, “From artisan to worker: the language of class during the age of liberalism in Peru, 1858-79”, *Social History* 30 (2005): 463-80.

papel de destaque desempenhado pelas classes trabalhadora e média, foram fundamentais para derrotar as ditaduras apoiadas pelos EUA na região. À medida que os sonhos revolucionários refluíram na América Central, a maior parte da região experimentou uma transição para formas de democracia delegativa pouco inspiradoras¹⁶. As crises da dívida, a estagnação econômica e a reestruturação neoliberal enfraqueceram os movimentos sociais, as organizações de trabalhadores e a esquerda¹⁷. Os resultados poderiam ser brutais, como na queda da filiação sindical, de 15% em 1970 para 5% hoje na Colômbia, conforme apontado por um dos melhores historiadores do trabalho no país em um estudo recente¹⁸.

Seria surpreendente se as mudanças monumentais geopolíticas e ideológicas de 1989-1991 não tivessem grandes impactos. Tendências semelhantes às do Peru podem ser encontradas em outros países da região em maior ou menor grau. No caso brasileiro, a revisão historiográfica mais recente de estudos da escravidão no país observou que o interesse em “questões estruturais” caiu tão drasticamente que “poderíamos dizer que a noção de ‘sistema’ desapareceu completamente”¹⁹. O foco na experiência do escravo, escrevem os autores, é agora predominantemente entendido como uma preferência por explorar a vida individual dos “escravos e pessoas livres”²⁰. Com a perda de uma visão sistêmica, o campo também tem visto uma tendência para marginalizar o estudo da resistência e da rebelião abertas em comparação com formas de comportamento que operam dentro das regras. Esse diagnóstico, de certo modo, mostra a atualidade das preocupações levantadas por Da Costa, em 1989, sobre a necessidade de construção de “uma ponte entre aborda-

16. Guillermo A. O'Donnell, “Delegative Democracy”. *Journal of Democracy* 5, n. 1 (1994): 55-69 oferece uma teorização provocadora deste “tipo de democracias existentes”, que surgiram após o fim de um governo autoritário, um fenômeno característico da – mas não limitado à –, América Latina. A instalação de um governo democraticamente eleito, destacou ele, apenas abre o caminho para uma segunda transição a um “regime democrático consolidado e institucionalizado”, que não é necessariamente inevitável. Emergindo no contexto da “profunda crise social e econômica” da região, democracias delegativas geraram um tipo de hiper-presidencialismo, marcado por uma “curiosa mistura de concepções organicistas e tecnocráticas” onde a responsabilização horizontal foi “extremamente fraca ou inexistente” (55 - 56, 59, 61). Seus exemplos incluíam alguns dos casos-chave relacionados à implantação das reformas neoliberais do Consenso de Washington e na pós-ditatorial América Latina.

17. Peter Winn, *Victims of the chilean miracle: Workers and neoliberalism in the Pinochet era, 1972-2002*, (Durham, 2004).

18. Maurício Archila, “Latin American social movements at the start of the twenty-first century: A Colombian case study”, *Labor: Studies in working class history of the Americas* 8 (2011): 57-75.

19. João José Reis, e Herbert S. Klein, “Slavery in Brazil”, in: *Latin American Historiography*, José C. Moya, org. (Nova Iorque, 2011), 181-211.

20. *Ibid.*, 182-3.

gens estruturalistas e culturais”, evitando dicotomias rígidas, como estrutura / agência, coletivo / individual, ou resistência / integração.²¹

Embora a quantidade e a diversidade de trabalhos nunca tenham deixado de aumentar, os profissionais mais proeminentes da nova história do trabalho foram duramente realistas em suas avaliações. Em 1997, Danny James observou que as “narrativas antigas” sobre luta de classe, sindicatos e partidos haviam sido destronadas no campo da história do trabalho, mas “nenhuma síntese nova havia surgido para tomar o seu lugar”²². Esta fragmentação do projeto história do trabalho na América Latina, continuava ele, clamava por iniciativas para buscar preencher o vazio apontado, mas, como um historiador de trabalho brasileiro lamentou, o estudo do trabalho nos anos 1990 parecia muito mais marginal do que havia sido no final da década de 1970 e início da de 1980²³.

No entanto, foi precisamente durante esses anos de aparente eclipse – sempre muito menos verdadeiro no Brasil do que no resto da região –, que uma nova geração de historiadores do trabalho e da escravidão surgiu no Brasil, movimentando-se para além das disputas politicamente carregadas que marcaram o período anterior. Essa nova geração refletia uma crescente profissionalização da história acadêmica que se deu paralelamente à construção de uma infraestrutura rica e diversificada de arquivos com uma ênfase especial nos movimentos sociais e no trabalho. Ficava claro que o domínio dos estudos do trabalho por sociólogos na década de 1970 tinha finalmente chegado ao fim, assim como a fase artesanal da produção histórica sobre trabalhadores em um país que estava experimentando uma expansão do ensino superior.

Hoje, a nova historiografia brasileira tem como objeto de estudo os multifacetados fenômenos ligados às relações econômicas, sociopolíticas e culturais,

21. Costa, “Experience,” p. 12. Estes enigmas inter-relacionados e mal compreendidos estão no centro do estudo magistral de da Costa, publicado em 1994, sobre uma rebelião em 1823 entre os escravos seguidores de um missionário metodista na Guiana (Emília Viotti da Costa, *Crowns of glory, tears of blood: The demerara slave rebellion of 1823*. (Nova Iorque, 1994). A estrutura do livro combina a análise da dinâmica e da pluralidade na (trans)formação do grupo e uma requintada atenção à subjetividade individual, incluindo o missionário, alegadamente responsável pela revolta liderada por sua congregação, que morre na prisão. Além disso, a autora executou uma análise e narrativa intra-imperial e transatlântica soberba muito antes de transnacionalismo tornar-se uma palavra da moda. E finalmente, ela analisou com em detalhe os sucessos e insucessos na comunicação entre o missionário branco e seus fiéis escravos africanos ou de primeira geração nesta colônia, recentemente conquistada dos holandeses, ao mesmo tempo em que incluía seus mestres e governantes na análise. Ver também o apelo de da Costa para evitar falsas dicotomias em “New Publics, New Politics, New Histories: From Economic Reductionism to Cultural Reductionism--in Search of Dialectics”, in: *Reclaiming the political in latin american history: Essays from the north*, G. M. Joseph, org. (Durham, 2001), p. 17-31.

22. Daniel James, “O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da História do Trabalho Latino-Americano”, in: *Trabalho, cultura e cidadania: Um balanço da História Social brasileira*, Angela M. C. Araújo, org. (São Paulo, 1997), p. 117-45.

23. classe operária no Brasil: Trajetória e tendências”, in: *Historiografia brasileira em perspectiva*, Marcos Cezar de Freitas, org. (São Paulo, 1998), p. 145-58.

conhecidos como “trabalho”. Desde a sua fundação, em 2001, o Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho, da Associação Nacional de história (ANPUH) tornou-se um ponto de referência para redes internacionais de construção de uma verdadeira “história de trabalho global”. Como parte desse processo, os estudiosos de países do “Sul Global”, especialmente a Índia, a África do Sul e Brasil, vêm questionando a característica eurocêntrica da “velha” história do trabalho – uma narrativa que começa no século XIX com a “Revolução Industrial” da Europa Ocidental. Eles também estão pressionando por uma ampliação e renovação da agenda da “nova” história social trabalho que surgiu na década de 1960²⁴.

Em nível nacional, o GT Mundos do Trabalho tem sido saudado pelas agências brasileiras de apoio à produção acadêmica, como uma das mais sólidas redes de investigação no conjunto da profissão histórica. Esse reconhecimento nacional e internacional foi facilitado por vários fatores. Por um lado, os países recém-industrializados do Sul global ganharam peso crescente na economia em contraste com os processos em curso de desindustrialização nos países anteriormente centrais do capitalismo internacional. Outro fator tem a ver com o colapso da euforia neoliberal, com sua crença no “fim da história”, que se seguiu à vitória do capitalismo sobre o sistema soviético. Desde a virada do milênio, a mudança para a esquerda na América Latina tem desafiado o domínio do pensamento grupal neoliberal, provando que “outro mundo é possível”. Novas formas mais criativas e plurais do pensamento crítico pós-Guerra Fria permitem uma reinterpretação das experiências de trabalhadores e de outros atores subalternos no passado e no presente.

Deve-se também notar que o crescimento do neoliberalismo, no caso brasileiro, enfrentou um obstáculo formidável, na forma de um movimento operário que ainda estava relativamente forte e cujos líderes exerciam crescente influência eleitoral no novo contexto democrático. Depois de 2002, os líderes mais destacados do “Novo Sindicalismo” de 1980 tornaram-se figuras-chave do governo mais popular da história do país. Esse contexto político contribuiu decisivamente para a nova proeminência do tema do trabalho nos círculos acadêmicos, apesar das polêmicas inevitáveis sobre as conquistas, os limites e os compromissos impostos pela participação político-institucional por aqueles que emergiram do movimento operário²⁵.

24. Linden, Marcel van der, “História do Trabalho: o velho, o novo e o global”, *Revista Mundos do Trabalho* 1 (2009): 11-26.

25. O papel clássico de movimentos de trabalhadores, socialistas e comunistas nas ondas que levaram à conquista de direitos democráticos na Europa foi analisado em Geoff Eley, *Forging democracy: The history of the left in Europe, 1850-2000* (Oxford/Nova Iorque, 2002). Sua conclusão geral tem relevância direta para o contemporâneo contexto sul-americano: a democracia não pode ser reduzida a um conjunto de regras institucionais dissociado das lutas sociais e de classe que lhes dão substância.

No entanto, tais fatores não são suficientes para explicar a importância e o reconhecimento que a história do trabalho tem alcançado no Brasil, que dependeu, acima de tudo, da ação consciente e deliberada de pessoas que transformaram esse potencial em realidade. Por um lado, há o papel persistente e dedicado desempenhado ao longo de décadas por historiadores do trabalho pioneiros em sentido amplo, como Silvia Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e um notável grupo de historiadores da Universidade Estadual de Campinas, incluindo Michael Hall, Silvia Lara, e Sidney Chalhoub²⁶. Esses estudiosos propiciaram o surgimento de uma nova geração de estudiosos enquanto construíam-se bases de preservação e disponibilização de fontes indispensáveis ao estudo da história do trabalho, incluindo o notável Arquivo Edgard Leuenroth²⁷ da Unicamp.

Após a eleição de Lula, alguns membros do recém-criado GT Mundos do Trabalho exploraram as novas oportunidades oferecidas à história do trabalho pela história pública. Eles ganharam a aprovação do governo para o “Programa Memória do Trabalho” que, posteriormente, obteve cerca de R\$ 2 milhões em financiamento, a maior parte oriunda da estatal petrolífera Petrobras em 2005-06. Dois terços da verba foram utilizados para produzir uma exposição fotográfica exposta em centros culturais de 11 capitais de estado, convenções sindicais, escolas públicas, eventos acadêmicos e estações de metrô²⁸. O outro terço financiou um leque de iniciativas vinculadas ao tema, tais como um concurso nacional que concedeu subsídios para projetos de preservação e acesso a fontes. Viabilizado pela energia de membros do GT espalhados por uma dúzia de estados do país, o “Programa Memória do Trabalho” refletiu o espírito inovador e animador da história do trabalho brasileira no século XXI. A mobilização coletiva possibilitou a localização, num breve espaço de tempo, de três mil fotografias possíveis de utilização, enquanto aqueles que estavam envolvidos no processo de seleção enfrentaram uma íngreme curva de aprendizado. Como representar a imensa diversidade do trabalho, pessoas de ambos os sexos, e suas muitas culturas? Como garantir uma representatividade regional e abordar temas historicamente polêmicos, evitando a politização tendenciosa?

26. Para um exemplo do trabalho de Chalhoub, ver: Sidney Chalhoub, “The precariousness of freedom in a slave society (Brazil in the nineteenth century)”, *International Review of Social History* (2011): 1-35.

27. Para uma atualização sobre os arquivos de trabalho e de movimentos sociais no Brasil, com uma visão ampla de Espanha e Portugal e alguns outros países da América Latina, ver o volume resultante de uma conferência co-patrocinada pelo CEDOC, pelo arquivo histórico da CUT, e pelo Arquivo Nacional: José Antonio Marques e Inez Terezinha Stampa (org.), *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*, (Rio de Janeiro/São Paulo, 2009).

28. Alexandre Fortes, Paulo Fontes e Mônica Almeida Kornis, *Trabalho e trabalhadores no Brasil* (Rio de Janeiro, 2006).

(a exposição não incluiu nenhuma fotografia de Lula, por exemplo). Finalmente, havia muito a ser aprendido sobre a linguagem das imagens, incluindo a sua apresentação e sequenciamento; centenas de decisões tiveram que ser tomadas com relação à divisão da exposição (e do livro a que ela deu origem) em seções, integrando elementos textuais, como citações e poesia. No geral, a recepção positiva do público desta meditação multimídia sobre a relação entre o trabalho, as pessoas que trabalham e a cidadania democrática foi julgada um enorme sucesso pelos patrocinadores, coordenadores e integrantes do GT envolvidos com o projeto²⁹.

Essa iniciativa proporciona uma excelente ilustração do espírito colaborativo da nova geração que evitou a disputa ideológica e o individualismo competitivo. Construindo conscientemente uma rede, seu objetivo foi criar um campo plural que permitiu a integração de uma diversidade de abordagens e enfoques. Nomear o grupo de “Mundos do Trabalho”, no plural, por exemplo, reflete uma decisão consciente de reunir o estudo dos livres e não livres, do urbano e do rural, dos setores manual e não manual, do formal e do informal. O esforço para ampliar a história do trabalho estritamente eurocêntrica para incluir a escravidão foi particularmente importante, dada à centralidade absoluta da instituição para a economia, demografia e política brasileira (a abolição só veio em 1888)³⁰. Isso abriu o caminho para uma compreensão mais profunda das continuidades poderosas, mas até então negligenciadas entre dois Brasis que durante tanto tempo haviam sido falsamente conceituados como radical e até mesmo racialmente distintos: um mundo arcaico de escravidão, atrasado, com sua maioria de descendência Africana e um moderno do “trabalho livre”, com industrialismo e uma minoria imigrante europeia. A história do trabalho do século XXI que está sendo feita no Brasil hoje já aborda diretamente as lacunas identificadas por Emília Viotti da Costa, em 1989, incluindo as questões fundamentais do racismo, a discriminação e as dinâmicas de raça, cor e etnia³¹.

29. “Mostra em homenagem ao Dia do Trabalhador é vista por 250.000 pessoas”, 10 de janeiro de 2007. ADITAL (Agência de Informação Frei Tito para América Latina), <www.adital.org.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=26031>. Acesso em 26 de março 26 de 2012.

30. Sílvia H. Lara. “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”. *Projeto História*, n. 16 (1998): 35-38. O estudo da lei tem se mostrado um caminho maravilhoso para o avanço desta agenda unificadora do mundo colonial ao século XX. Ver por exemplo: Sílvia H. Lara e Joseli Mendonça (org.), *Direitos e justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. (Campinas, 2006).

31. Beatriz Ana Loner. *Construção de classe: Operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. (Pelotas, 2001); Alvaro Pereira do Nascimento, *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910* (Rio de Janeiro, 2008); Maria Cecília Velasco e Cruz, “Puzzling out slave origins in Rio de Janeiro port unionism: The 1906 strike and the sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café”, *Hispanic American Historical Review* 86 (2006): 205-45; Marcelo Badaró Mattos, “Experiences in common: Slavery and ‘Freedom’ in the process of Rio de Janeiro’s working-class formation (1850–1910)”, *International Review of Social History* 55 (2010): 193-213.

O GT Mundos do Trabalho se beneficiou enormemente deste alargamento do horizonte conceitual do campo, o que se reflete na sua cada vez mais impressionante revista eletrônica disponível para acesso gratuito na internet³². Os assuntos abordados em algumas das pesquisas mais inovadoras realizadas por membros do GT referem-se a trabalhadores de colarinho branco³³ e trabalhadores do sexo³⁴ no início do século XX, trajetórias biográficas de militantes sindicais³⁵, bem como uma abordagem sobre a história social da Justiça do Trabalho³⁶.

Centenas de pesquisadores têm sido atraídos para simpósios temáticos semestrais do GT em reuniões nacionais e estaduais da ANPUH, bem como para as quatro conferências nacionais específicas do GT. Nem todos os que assistem se definem explicitamente como “historiadores do trabalho”, mas todos acreditam que o trabalho é relevante para seu objeto de estudo. Isso corresponde, até certo ponto, à proposta avançada por David McCreery³⁷ (2000) que se deve substituir a *labor history* por uma *history of work*, embora, no caso brasileiro não tenha havido perda de foco no estudo dos sindicatos ou da participação política dos trabalhadores³⁸. A distinção entre *labor* e *work*, de fato, carece de uma tradução direta em português e espanhol, mas a “História do Trabalho” no Brasil há muito tempo substituiu o que era chamado, em décadas anteriores, de história “do movimento operário”.

Nem todos os historiadores do trabalho latino-americanos têm recebido bem esse “alargamento dos parâmetros do que constitui a história do

32. Acesso aberto em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>.

33. Fabiane Popinigis, *Proletários de casaca: Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. (Campinas, 2007).

34. Cristina Schettini, *Que tenhas teu corpo: uma história das políticas da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. (Rio de Janeiro, 2006).

35. Benito B. Schmidt. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho*. (Porto Alegre, 2000).

36. Larissa R. Corrêa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na justiça do trabalho, 1953-1964*. (São Paulo, 2011).

37. Paulo R. R. Fontes, *Um nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. (Rio de Janeiro, 2008); Alexandre Fortes, *Nós do quarto distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. (Rio de Janeiro/Caxias do Sul, 2004).

38. Esta afirmação é amplamente verdadeira para a História do Trabalho em outros lugares da América Latina, como no caso de uma monografia recentemente premiada de Jody Pavilack, *Mining for the nation: The politics of Chile's coal communities from the popular front to the cold war*, (State College, 2011). Pavilack oferece uma reinterpretação convincente da Frente Popular Chilena, fazendo uma abordagem de baixo para cima no papel dos sindicatos e do Partido Comunista na região de mineração de carvão do país entre 1938 e 1947. Pode-se também citar outro recente e impressionante estudo recente sobre a revolta de comunista de 1932 em El Salvador e sua violenta repressão: Jeffrey L. Gould e Aldo Lauria-Santiago, *To rise in darkness: Revolution, repression, and memory in El Salvador* (Durham, 2008).

trabalho”. Na verdade, um balanço de James Brennan publicado em 2011 defende uma definição altamente restritiva para o campo, na forma de uma “história do trabalho no capitalismo moderno”³⁹ que se restrinja a estudar “os muitos mundos industriais da América Latina moderna”⁴⁰. Brennan, um historiador da Argentina, rejeita explicitamente a inclusão de escravidão dentro da história do trabalho, uma posição intelectualmente indefensável para o Brasil e para muito da Indo-Afro-América Latina. Como seu orientador, John Womack⁴¹, ele expressa o seu desagrado em relação à cultura, à identidade, e ao termo “subalterno”. Ao contrário, ele aposta em um futuro no qual a história do trabalho poderia aliar-se mais diretamente à história empresarial (“boa história do trabalho também será uma boa história empresarial”⁴²) em seu foco sobre o material e o econômico (a política é curiosamente negligenciada). Criticando o *mainstream* do campo por sua “fixação no meramente anedótico, mesmo trivial”, ele também manifesta reservas condescendentes sobre o uso de história oral por não nativos de língua “estrangeira”, enquanto concede no máximo uma exceção individual no caso de Danny James⁴³. Pouco disto é provável que seja convincente para aqueles que fazem história do trabalho no e sobre o Brasil. A história oral está sendo ativamente utilizada não apenas para tratar de questões “econômicas” clássicas como o papel dos trabalhadores qualificados nos mercados de trabalho⁴⁴, mas de novas questões, como as formas nas quais o racismo e a escravidão são refletidas nas histórias contadas por dois sindicalistas negros na Zona da Mata de Pernambuco⁴⁵.

* * *

Embora tenhamos focado no caso brasileiro, gostaríamos de terminar essas reflexões, sugerindo que as grandes tendências que identificamos tam-

39. Brennan, “Latin American Labor History”, p. 343.

40. Ibid, p. 360.

41. Womack, “Doing Labor History,”; John Womack, “On Labor History, material relations, labor movements, and strategic positions: A reply to French and James (as nice and civil as I can make it)”, *Labor* 5 (2008): 117-23.

42. Brennan, “Latin American Labor History”, p. 360.

43. Ibid, p. 359-61, p. 342.

44. John D. French, “How the not-so-powerless prevail: Industrial labor market demand and the contours of militancy in mid-twentieth century São Paulo, Brazil”, *Hispanic American Historical Review* 90 (2010): 109-42; Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem: O industrialismo Nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978* (São Paulo, 2004); Fernando Teixeira da Silva, *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras* (Campinas, 2003).

45. Thomas Rogers, “Race, Respect, and Authority in Contemporary Brazil: Interpreting the Stories of Sugarcane Workers”. *Labor: Studies in working class History of the Americas* 8 (2011): 123-46.

bém podem ser encontradas em outros países latino-americanos, incluindo aqueles que ainda não aderiram ao giro à esquerda que se deu na política da América Latina. No levantamento “Movimentos sociais da América Latina no início do século XXI”⁴⁶, o mais importante historiador do trabalho da Colômbia cita não só a vibração dos movimentos sociais da região, mas suas incursões bem-sucedidas na política eleitoral, mesmo em países como a Colômbia ainda regidos pela direita. Em vez de lamentar a perda de um imaginário da América Latina, uma vez construído por certa genealogia do marxismo, Mauricio Archila admite francamente o declínio da “importância dos movimentos sociais com base em uma identidade de classe homogênea, que tinha sido comum na América Latina”. Ele ressalta que “os modos de organização característicos da modernidade capitalista estão em crise” e, como resultado, “o conceito de conflito social visto como luta de classes na esfera da produção declinou em sua centralidade”. No entanto, acrescenta, isso não significa que “o fator de classe na luta pela igualdade socioeconômica” desapareceu. Ao invés disso, “a busca tradicional de classe ou igualdade socioeconômica” agora incorpora questões mais amplas, como “o respeito pelas diferenças culturais”. O resultado é que “os movimentos baseados em classe foram submetidos a um interessante processo de renovação, com questões de gênero, etnia e meio ambiente tendo importância crescente em suas agendas” e os sindicatos têm passado a incorporar trabalhadores do setor informal e por conta própria. Assim, “novos ativistas, e mesmo os de longa data, têm novas identidades relativas a gênero, etnia, lutas regionais, e geracionais dentro da amplitude dos direitos humanos em seu sentido mais abrangente”. Além disso, “as novas identidades, e os campos de conflito que as subscrevem, deram um novo significado ao termo “social” na América Latina. O campo de batalha se estendeu aos movimentos sociais nas esferas cultural e política – talvez sempre tenha sido assim, mas agora isso se tornou mais evidente”⁴⁷. O mundo real, em outras palavras, não é de forma alguma distante do nosso *métier* profissional como historiadores do trabalho latino-americano. Esperamos, portanto, pelas lutas que irão definir a nova era pós-neoliberal.

46. Archila, “Latin American Social Movements”.

47. Ibid, 65, 74, 71.

É SE O TRABALHO NÃO FOSSE BRANCO E MASCULINO? RECENTRANDO A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA E ESTABELECENDO NOVAS BASES PARA O DEBATE SOBRE SINDICATOS E RAÇA¹

David R. Roediger

Durante a Segunda Guerra Mundial, Alexander Saxton, o grande historiador das questões de raça e classe nos Estados Unidos, era um jovem ativista trabalhando na indústria ferroviária. Num longo artigo para o *Daily Worker* ele captou a complexidade da discriminação racial nos sindicatos de ferroviários. As irmandades que organizavam o trabalho das ferrovias incluíam vários sindicatos que tinham estabelecido historicamente os piores antecedentes na tentativa de fazer valer o que um comentarista chamou de “*closed shop* nórdico”² nos seus ofícios. Na época em que Saxton escrevia, contudo, os sindicatos de ferroviários tinham se unido às campanhas contra a “*poll tax*”³ e contra os linchamentos. O que eles evitavam era a agitação contra o “suposto” racismo nos seus próprios locais de trabalho. Quando o Comitê de Práticas de Emprego Justo cancelou as audiências que investigavam a discriminação no emprego ferroviário, os sindicatos regozijaram. Seu jornal, *Labor*, observou que, em todo caso, essas audiências seriam ilegítimas se os

1. Versão original em inglês publicada com o título “What if labor were not white and male. Recentring working-class history and reconstructing debate on the unions and race”. In: *International labor and working-class history*, n. 51, inverno 1997, p. 72-95. Tradução: Alexandre Fortes (UFRRJ).

2. Restrição do acesso a emprego a trabalhadores indubitavelmente brancos (N.T.).

3. Imposto pago na hora de votar pelos eleitores em alguns estados norte-americanos, levando à exclusão da maior parte da população afrodescendente dos processos eleitorais (N.T.).

afro-americanos participassem das deliberações. “Não deve haver no comitê”, de acordo com o periódico, nenhum representante de qualquer raça ou interesse especial. Saxton acrescentou, “aparentemente os homens brancos não pertence a raça alguma”⁴.

O belo estudo de 1947 escrito por Bernice Anita Reed sobre a “acomodação” racial na indústria aérea da Costa Oeste durante a Segunda Guerra Mundial estabelece contradições igualmente cruas. Usando registros fabris e centenas de entrevistas formais para reconstruir como trabalhadores brancos e negros se “harmonizaram” após os últimos terem conquistado o ingresso nos empregos da indústria de equipamentos de aviação da época da guerra, Reed descobriu que a oposição aberta ao trabalho com afro-americanos foi imediata e significativa, mas nada simples. A integração foi “saúdada” por pedidos voluntários de demissão de trabalhadores brancos. Em cerca de um caso a cada vinte, os demissionários brancos registraram o relaxamento das barreiras de cor como causa da sua saída. Mas 86% dos supervisores entrevistados registraram um padrão igualmente significativo, pelo qual trabalhadores brancos anunciavam a sua intenção de pedir demissão se fossem requisitados a trabalhar com afro-americanos, depois mudavam de ideia e finalmente se tornavam muito mais receptivos ao trabalho em grupos inter-raciais. Reed descreveu amplas mudanças nas atitudes de trabalhadores brancos, muitas vezes sulistas, e notou um crescimento na troca de gentilezas e mesmo nas amizades no local de trabalho cruzando a linha de cor. Ela descobre que um curioso tipo de orgulho em conhecer e se relacionar com trabalhadores negros se desenvolveu entre os brancos que trabalhavam na indústria. Mas a distinção entre “amizades da fábrica” e “socialização” além do portão da fábrica permaneciam clara, e a proximidade permanecia confinada ao local de trabalho. O que Reed não destaca muito é a complexidade adicional que emerge do fato dos trabalhadores negros estarem sendo introduzidos, e mantidos, nas quatro ocupações de baixos salários da fábrica, sem importar o seu grau de qualificação. Assim, Reed escreve sem problematizar um tipo de comportamento “harmonizador” entre empregados brancos que talvez diga mais sobre o quanto chefes e trabalhadores brancos de forma inequívoca a ver a “brancura como propriedade” do que sobre mudanças liberalizantes trazidas pela Guerra:

4. Saxton's “Discrimination on the Railroads” é um original datilografado em posse do autor que vai aparecer numa coleção a ser publicada de seus escritos históricos. Sobre as audiências, os atrasos e a história da discriminação no trabalho das ferrovias, ver Hill, Herbert. *Black labor and the american legal system*. Madison, 1985, p. 334-72. Sobre o “closed shop nórdico”, ver Houston, Charles. “Foul employment practice on the rails”, *The Crisis*, n. 56, 1949, p. 270. A pesquisa de Eric Arnesen me alertou para o artigo de Houston.

Frequentemente o empregado branco estava sendo na verdade beneficiado pela acomodação de negros com especialização superior que lhes eram atribuídos como auxiliares. Com frequência o branco sentia a dificuldade do empregado negro em se ajustar à situação e evitava dar-lhe ordens ou instruções diretas. Ele tentava de inúmeras formas facilitar a situação, tornando o empregado negro menos consciente da sua posição subordinada. Quando isso ocorria, a acomodação finalmente era alcançada e tendia a permitir o desenvolvimento de uma afeição genuína [...] entre os dois empregados.⁵

Esses dois exemplos ilustram o quanto os brancos têm sido vistos como ocupando não apenas uma posição central na classe trabalhadora norte-americana, mas também uma posição natural. Seus privilégios, e às vezes o próprio fato de que eles têm uma identidade racial, passam despercebidos. Como um observador do movimento operário dos anos 1940 sugeriu, “em função de poucos negros terem sido promovidos a empregos de melhor remuneração no passado, os trabalhadores brancos vieram a perceber a prioridade branca como a ordem natural das coisas”. Toni Morrison tem argumentado brilhantemente que uma das grandes realizações da identidade racial branca nos Estados Unidos foi fazer a própria palavra “americano” implicar “branco americano”, de modo que apenas os chamados “não-brancos” tem a necessidade de ter a sua identidade racial enquanto americanos especificada⁶. A mesma lógica tem se aplicado ao trabalho, que na iconografia, no discurso público e na escrita histórica tem frequentemente sido presumido como branco e masculino. O movimento operário e a classe trabalhadora foram tão fortemente identificados com a brancura pelos pais fundadores dos estudos do trabalho nos Estados Unidos que a passagem da legislação de exclusão dos chineses foi descrita pela escola de Commons⁷ como um triunfo do operaria-

5. Reed, Bernice Anita. “Accommodation between negro and white employees in a west coast aircraft industry, 1942-1944”, *Social Forces*, v. 26, 1947, p. 76-77, p. 78-84 passim. Eu tomo a expressão “brancura como propriedade” do impressionante artigo de Cheryl Harris, “Whiteness as property”, *Harvard Law Review*, n. 106, 1993, p. 1701-91.

6. Northrup, Herbert. *Organized labor and the negro*. Nova York, 1944, p. 16; Morrison, Toni. *Playing in the dark: Whiteness and the literary imagination*. Cambridge, 1992, p. 47.

7. Denominação genérica dada aos pesquisadores associados a John Rogers Commons (1862-1945), economista institucional que se tornou o grande pioneiro da história do trabalho nos Estados Unidos, adotando abordagens que enfatizavam o papel dos mercados e minimizavam o impacto de outros fatores, tais como as mudanças tecnológicas ou culturais e ação dos próprios trabalhadores. As posições políticas adotadas por Commons levaram a que ele recebesse rótulos distintos, tais como “socialista radical” e “incrementalista”. Ele acreditava que as assim chamadas “raças brancas” eram mais aptas à democracia que as assim chamadas “raças tropicais” e o seu livro de 1907 *Races and immigrants in America* [Raças e imigrantes na América] ajudou a estabelecer as bases para o movimento eugenista posterior (N.T.).

do americano, já que, alega-se, teria assegurado que a história do trabalho nos Estados Unidos se desenvolvesse como uma história de classe, e não de raça. Os termos Selo sindical e “selo branco” eram usados de forma intercambiável nas tentativas de alguns ofícios no final do século XIX de usar o boicote para fortalecer o sindicalismo⁸.

E esses postulados não estão enterrados em um passado distante de sindicalismo de ofício conservador. A própria linguagem e a (i)lógica do ataque contra a “discriminação às avessas” foi desenvolvido precocemente nos sindicatos industriais dos ramos siderúrgico e automobilístico, à medida que as burocracias dessas corporações lutavam contra o aumento na representação negra nas posições de liderança e para defender mecanismos de promoção interna que favoreciam em muito aos brancos. A American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) [Federação Americana do Trabalho – Congresso de Organizações Industriais] acusou A. Philip Randolph de “racismo às avessas” quando ele propôs um conjunto moderado de políticas para acabar com os privilégios dos brancos nos setores sindicalizados em 1961. Quando a AFL-CIO deu suporte condicional à legislação antidiscriminação do Título VII [da Constituição norte-americana], em 1964, uma condição chave era que isso não interferisse com “os direitos de senioridade já obtidos por qualquer empregado”⁹. Senioridade e políticas de demissões que levassem em conta raça, gênero e discriminação passada eram manifestamente “injustas com os trabalhadores brancos”. A AFL-CIO argumentou a favor de uma estrita adesão à “senioridade” como uma política “cega à cor”, ignorando os modos como os sistemas de senioridade em linhas departamentais separadas tinham sido usados para manter os empregos qualificados e de alta remuneração reservados para os brancos. Quando a federação sindical insistiu que o Título VII “não tirasse do trabalhador americano nada que ele já adquiriu”, ela ilustrava perfeitamente o ponto de Morrison em relação à conflagração entre

8. Commons, John R. et al. *History of labor in the United States*, 4v., Nova York, 1918, 35, 2:252-53; Hill, Herbert, “Anti-oriental agitation and the rise of working-class racism”, *Society*, n. 10, 1973, p. 48-51; Frank, Dana. *Purchasing power: Consumer organizing, gender and the seattle labor movement, 1919-1929*, Cambridge, 1994, p. 228-32.

9. Ver Foner, Philip S.; Lewis, Ronald L. *Black workers: A documentary history from colonial times to the present*. Filadélfia, 1989, p. 567-70; Foner, Philip S. *Organized labor and the black worker, 1619-1973*. Nova York, 1976, p. 328-46. A citação sobre direitos de senioridade é de um documento com o posicionamento da AFL-CIO em relação à legislação congressual antidiscriminação em 1964, conforme citado em Hill, Herbert. “Black workers, organized labor, and title VII of the 1964 Civil Rights Act: Legislative history and litigation record”, *Race in America: The struggle for equality*, ed. Hill and James E. Jones. Madison, 1993, p. 272. Sobre a propagação pelo movimento operário da ideia e da linguagem da “discriminação às avessas”, ver Foner, Philip S. “Black workers and the labor movement: Recent transformations”. In: Biro, Lajos; Cohen, Marc J. (Org.). *The United States in crisis: Marxist analyses*. Minneapolis, 1979, p. 55-56; Foner, Eric. *Organized labor and the black worker*, p. 259, p. 289, p. 308.

branco e americano e dava continuidade às profundas conexões entre branquidade e a expectativa “natural” de vantagens de propriedade descrita de forma tão tocante pela análise recente de Cheryl Harris sobre as profundas raízes da oposição à ação afirmativa.¹⁰

Aqueles que codificaram o “trabalhador americano” como branco e masculino no passado ao menos tinham ao seu lado o fato de que a população assalariada, assim como as bases do movimento operário organizado, se ajustavam àquelas categorias. Nos últimos quinze anos, mulheres, assim como trabalhadores de cor masculinos e femininos têm se dirigido a empregos assalariados em números maiores do que os homens brancos. Em 1982, os homens brancos constituíam quarenta e sete por cento da força de trabalho norte-americana. Já em 2005, de acordo com a *Monthly Labor Review* [Revista Mensal do Trabalho], aquela cifra cairá a apenas trinta e sete por cento. Naquele mesmo ano, um trabalhador em cada quatro será negro ou latino. E os homens brancos estão se tornando igualmente uma minoria dentre os sindicalizados. Em 1995, o *Bureau of Labor Statistics* [Escritório de Estatísticas do Trabalho] computou 8,33 milhões homens brancos sindicalizados. Os homens e mulheres negros e latinos, junto com as mulheres brancas sindicalizadas, totalizaram 8,93 milhões.¹¹ Este artigo busca vir a termos com essas mudanças demográficas, particularmente no que concerne à raça. Ele questiona como uma história da classe trabalhadora escrita com esta força de trabalho e este movimento operário transformados em mente pode transformar a nossa área de estudos. Uma seção inicial argumenta que – bem além da simples demografia, e de modos muito mais profundos do que a muito debatida mudança recente na liderança da AFL-CIO –, a face do movimento operário organizado está mudando, e que essa transformação provavelmente abrirá perspectivas inovadoras de investigação sobre o passado. Uma segunda sessão esboça em breves pinceladas como o trabalho recente da história do trabalho começou a responder às mudanças na composição da classe trabalhadora e do movimento operário organizado. O artigo aborda então como um debate específico – aquele que diz respeito ao histórico do movimento operário organizado no combate ao racismo – pode ser lido de forma diferente e ser

10. Hill. “Black workers, organized labor, and title VII”, p. 272; Foner; Lewis. *Black Workers*, p. 621; Harris, “Whiteness as property”, *passim*.

11. Fullerton Jr., Howard. “The 2005 labor force: Growing, but slowly”, *Monthly Labor Review*, n. 118, 1995, p. 29-44, cálculos da Tabela 1, p. 30; Spalter-Roth, Roberta; Hartman, Heidi; Collins, Nancy. “What Do Unions Do for Women?”. In: Friedman, Sheldon. *Restoring the promise of american labor law*. Ithaca, 1995, p. 195. As estatísticas de pertencimento aos sindicatos são do release de imprensa do U.S. Bureau of Labor Statistics (9 de fevereiro de 1996), acessível em <http://gopher/hipi2.bls.gov:70/00hopiftp.dev/news.release/union2.txt>.

transformado se os historiadores escreverem conscientemente para um público trabalhador transformado e reagirem subconscientemente ao fato de que a codificação do trabalho como branco e masculino não pode ser sustentada. Ele conclui ainda mais concretamente com a consideração do movimento operário na Reconstrução pós-Guerra Civil, argumentando que a crítica de W.E.B. DuBois ao postulado de que os trabalhadores brancos constituíam o centro da luta de classes após a Guerra Civil diz muito sobre os modos como a história do trabalho pode ser recentralizada e reescrita.

VENDO MUDANÇAS

No seu estudo recente e útil sobre movimento operário organizado e direitos civis, Alan Draper contextualiza a recusa do líder da AFL-CIO, George Meany, a apoiar a Marcha sobre Washington, do movimento pelas liberdades negras em 1963. Draper credita a abstenção de Meany ao pragmatismo político, não ao racismo ou indiferença. De acordo com Draper, Meany “relutava em associar o sindicalismo com táticas que poderiam causar danos à imagem de respeitabilidade de classe média que ele buscava para o movimento”. O “desejo por respeitabilidade” fez Meany “desaprovar táticas políticas como demonstrações de rua que poderiam associar o trabalho organizado com tais atividades crus e vulgares”. Muitos dos escritos recentes sobre raça, brancura e trabalho organizado sugeririam que a distinção abrupta entre pensamento racializado e a obsessão por respeitabilidade como possíveis motivações para a inação de Meany demanda um exame mais aprofundado. Em que extensão o próprio imperativo em ser classe média e respeitável era ele próprio “colorido” por um desejo duradouro de se dissociar do “trabalho sujo” e das “classes baixas” não-brancas? Porque uma demonstração pacífica, digna por justiça e empregos, esmagadoramente afro-americana, era considerada “cru e vulgar”? De que modos a recusa de Meany de aprender, tática e moralmente, com o movimento de direitos civis era constitutiva do que Draper posteriormente denomina “a personalidade insegura, obsequiosa do movimento operário norte-americano durante o seu mandato”, mais do que simplesmente um resultado dessas inseguranças¹².

Tais questões são levantadas em grande medida pelo curso contemporâneo do movimento operário. Com exceção do núcleo conservador das organizações antiaborto, talvez nenhum movimento social nos Estados Unidos

12. Draper, Alan. *Conflict of interests: Organized labor and the civil rights movement in the south, 1954-1968*. Ithaca, 1994, p. 4-5.

tenha resistido tanto a se identificar com os movimentos por justiça racial dos anos 1950 e 1960 quanto o movimento operário organizado. Nas mobilizações de 1989 durante a greve dos mineiros de carvão de Pittston, no sudoeste da Virgínia, por exemplo, o líder da *United Mine Workers* [Trabalhadores Mineiros Unidos] Cecil Roberts, referia-se às suas leituras da clássica história de Taylor Branch sobre os “anos King”, *Parting the waters* [Abrindo as águas], como inspiração para o chamado à ação direta não-violenta. Roberts, agora presidente do sindicato dos trabalhadores mineiros, e o atual vice-presidente da AFL-CIO Richard Trumka continuamente fizeram essa conexão em discursos de mobilização. Nas greves recentes dos jornais *Detroit News* e *Free Press*, os sindicalistas começaram com evocações de Martin Luther King e avançaram para citar Malcolm X, que em ao menos um caso foi celebrado na imprensa sindical como “amigo do trabalho”. Nas guerras e locautes da “zona de guerra” entre trabalhadores da indústria automobilística, mineiros e processadores de glicose de milho na área de Decatur, Illinois, apoiadores esmagadoramente brancos cantavam “We Shall Overcome” [“Nós superaremos”, título do mais famoso hino do movimento de direitos civis] e entoavam “No justice, no peace” [“Sem paz, sem justiça”, slogan igualmente originário do movimento de direitos civis] em combativas demonstrações de rua. Quando grevistas querem publicidade nacional, o primeiro sinal usualmente é requisitar uma visita do líder do movimento de direitos civis Jesse Jackson. Quando a AFL-CIO busca alistar estudantes universitários como organizadores, ela reencena o “Verão da Liberdade” do movimento de direitos civis como “Verão sindical”¹³.

Tais desenvolvimentos refletem a penetração da influência do movimento negro por liberdade na cultura política norte-americana e a ausência de tradições correntes de luta dentro do movimento operário organizado. Mas eles também coincidem com um desenvolvimento profundo que os historiadores do trabalho e os ativistas sindicais ainda têm que enfrentar: a mudança demográfica para um movimento operário não mais predominantemente branco e masculino, exceto na liderança. Essa importante mudança demográfica recebe pouca atenção em escritos que buscam situar historicamente as causas da atual fraqueza do trabalho organizado. Assim, são feitas comparações entre as décadas de 1990 e de 1920, uma década na qual a *American Federation of Labor*

13. Moberg, David. “Gritty Strikers Chip Away at Pittston Intransigence”, *These Times*, 15-21/11/1989, p. 22; “Malcolm X: Labor’s Ally?”, *Union* (Service Employees International), n. 7, 1993, p. 26-27; Hawking, C.J. “Staley Union Builds Community Support”, *Labor Notes*, abr.1994, p. 3. Os cantos e a música ocorreram durante a manifestação do Dia do Trabalho de 1994 de lá, à qual o autor compareceu. Rachleff, Peter. *Hard-Pressed in the Heartland: The Hormel Strike and the Future of the Labor Movement*. Boston, 1993, p. 65, p. 85; Entrevista com Rachleff, St. Paul, 26/7/1996.

[Federação Americana do Trabalho] não apenas era esmagadoramente branca e masculina, mas também dada a apelos racistas mesmo contra trabalhadores “brancos” da Europa do Sul e do Leste. As “lições da história” certamente são dignas de exame a esse respeito, mas o contexto profundamente alterado exige tanta ênfase quanto as continuidades. Da mesma forma, quando os intelectuais discutem que o movimento operário organizado “mudou”, o debate frequentemente se centra sobre os prós e contras do histórico do novo presidente da AFL-CIO John Sweeney. O papel das iniciativas de base na criação das condições estruturais para as mudanças na cúpula recebe uma hábil atenção nos melhores escritos sobre a história recente do movimento operário, mas o tratamento das implicações das mudanças demográficas nas fileiras do movimento operário permanece raro. Entre os pessimistas, prevalece a noção de que a classe trabalhadora enquanto tal está desaparecendo. Essa visão é, por certo, profundamente conectada com a codificação do trabalho como branco, europeu e masculino – uma codificação cuja influência na historiografia do trabalho é discutida de forma perspicaz no excelente trabalho recente de Iain Boal e Michael Watts¹⁴.

O fracasso em reconhecer que escrevemos história do trabalho em um novo contexto é particularmente compreensível dado que os líderes sindicais permanecem esmagadoramente brancos, masculinos e não chegam a ser bem sucedidos em forjar elos entre sindicatos, grupos de mulheres e comunidades de cor. As mudanças de raça e gênero entre os sindicalizados obviamente não garantem mudanças de condução política por si só, como demonstra amplamente o trabalho histórico de Herbert Hill sobre o *International Ladies Garment Workers Union* [Sindicato Internacional dos Trabalhadores de Confecção de Roupas Femininas]. Além do mais, a mudança demográfica na base operária vem resultando tanto da perda de homens brancos como membros quanto da dinâmica organizacional entre trabalhadores minoritários, tanto homens quanto mulheres. Mas qualquer que seja a fonte da mudança na sindicalização, a defasagem na liderança, e a posição precária dos sindicatos em geral, a recomposição do movimento operário suscita possibilidades sem precedentes, especialmente se tomarmos seriamente a crescente literatura histórica que ar-

14. Para tentativas recentes de historicizar a posição atual do movimento operário, ver Lichtenstein, Nelson. “Revitalizing America’s Labor Movement”, *Chronicle of Higher Education*, 31/5/1996, p. B1-B2. Elizabeth Faue refere-se explicitamente a um corpo de sindicalizados “menos branco” e “mais feminino” do que nunca ao discutir as possibilidades de mudança em “Anti-Heroes of the Working Class”, no prelo na *International Review of Social History*; ver também Rachleff’s, Peter. “Seeds of Insurgence”. In: Hinshaw, John; Blanc, Paul Le (Org.). *U.S.A. Labor in the Twentieth Century* (no prelo). Boal, Iain; Watts, Michael. “Working Class Heroes”, *Transition*, n. 68, 1995, p. 90-115.

gumenta que a defesa da “brancura (e da masculinidade) como propriedade” formatou de forma decisiva um movimento operário conservador, estreito e fraco nos Estados Unidos¹⁵.

Um exemplo pessoal e um baseado numa reportagem do *Wall Street Journal* – reconhecidamente fontes suspeitas em ambos os casos – servirão como sinais suficientes dos modos como a atividade da classe trabalhadora, assim como as iniciativas anti-sindicais podem ser transformadas por mudanças demográficas no trabalho organizado. No início de abril de 1996, minha esposa e eu fomos a uma demonstração em Las Vegas chamada para protestar contra o espancamento de trabalhadores imigrantes no sul da Califórnia, filmado em vídeo e amplamente divulgado. A manifestação barulhenta de cerca de 200 pessoas deslocou-se das calçadas do *Federal Building* [Edifício Federal] para a famosa “*strip*” [avenida central em que se concentram os hotéis cassinos] de Las Vegas, parando o trânsito e suscitando uma onda de buzinas. Organizada pela *Action Latino* [Ação Latina] um grupo comunitário, a demonstração incluía núcleos de trabalhadores latinos vestindo camisetas com as inscrições “Sindicato dos Trabalhadores Culinários”. Os membros do Sindicato dos Bartenders, na sua grande maioria brancos, se uniram ao protesto. Todos os discursos foram proferidos pelos ativistas sindicais, que também se identificavam com a *Action Latino*.

O exemplo do *Wall Street Journal* (WSJ) é mais perturbador, e sugere modos pelos quais o movimento operário ancorado na opressão e privilégio da respeitabilidade de raça e gênero estará sujeito a novos ataques, mesmo e especialmente se alcançar sucesso. Quase três anos após os trabalhadores do *Carrington South Health Care Center* [Centro de Atenção à Saúde de Carrington Sul] de Youngstown, Ohio, terem voltado a favor da adesão à Seção Local 627 do *Service Employees International Union* (SEIU) [Sindicato Internacional dos Empregados em Serviços], a grande corporação de asilos de idosos ainda estava contestando a eleição. A demora se seguiu após um recurso junto ao *National Labor Relations Board* [Comitê Nacional de Relações de Trabalho] típico de uma enxurrada de outros similares feitos pela administração das empresas em outras eleições sindicais. A Seção Local 627 teria dado uma “cartada racial”. A “propaganda racista”, usada para ganhar o voto dos trabalhadores negros teria consistido de três cartuns nas publicações sindicais. Num deles, um chefe branco, com um charuto, está próximo a um grupo integrado de trabalhadores. Ele atira uma moeda para frente, dicen-

15. Hill, Herbert. “Black-Jewish Relations in the Labor Context”, *Race Traitor*, n. 5, 1996, p. 81-92.

do “Vou levar uma dúzia”. No segundo cartum, trabalhadores de “raça não determinada” são açoitados enquanto fazem força para puxar um vagão. A terceira e mais dramática imagem mostra um empregador branco que leva um empregado negro para uma cadeira elétrica. A legenda diz: “Você não precisa de representação sindical. Basta sentar aqui e nós vamos discutir as suas reclamações como dois seres humanos racionais.” A empresa *Carrington South* denunciou os cartuns por mostrarem a administração branca da empresa sob a “mais desprezível luz em relação aos empregados negros.” O advogado da empresa, parafraseado pelo WSJ, alertou que os cartuns “poderiam fazer os trabalhadores lembrarem-se da escravidão.” Muitos anos mais seriam necessários para uma decisão definitiva sobre se, como foi expresso por uma corte de apelos, os cartuns “poderiam ser vistos como apelos gráficos, de alto impacto visual, ao preconceito racial”¹⁶. Nesse caso alarmante, a contribuição do movimento operário a retórica do “racismo ao às avessas” volta-se contra o sindicalismo como um bumerangue. Como o movimento operário começa a ser visto mais e mais como um movimento social de mulheres brancas e pessoas de cor, ele enfrenta o risco de se tornar o alvo de novos ataques, pressagiados pelo caso *Carrington South*; pela iniciativa feroz Universidade Yale contra os seus trabalhadores dos seus escritórios, refeitórios e manutenção; e mais amplamente pelas intensas campanhas organizadas contra os servidores públicos organizados, que são os mais diversos dentre os setores sindicalizados na força de trabalho norte-americana¹⁷. Não surpreende que momentos de mobilização, promessa e perigo coincidam de modos que apenas estamos começando a compreender, encorajando, se não exigindo, um amplo repensar da escrita da história do trabalho.

RECENTRALIZANDO A HISTÓRIA DO TRABALHO

Imaginar como um historiador amigo da corte poderia resumir a posição do SEIU no caso *Carrington South* é perturbador, mas de uma forma instrutiva. Certamente seria fácil demonstrar, especialmente usando a fina

16. Burkins, Glenn. “In Switch, Employers Accuse Labor Unions of Playing Race Card”, *Wall Street Journal*, 28/5/1996. Ver também Johnston, Paul. *Success While Others Fail: Social Movement Unionism and the Public Workplace*. Ithaca, 1994, especialmente p.213-14; Perkinson, Robert. “A New Voice at Old Blue”, *Z Magazine*, jul.-ago. 1996, p.19-21.

17. Goldberg, Barry Herbert. “Beyond Free Labor: Labor, Socialism, and the Idea of Wage Slavery, 1890-1920”. (Tese de Doutorado, Columbia University, 1979), p. 281-82 (para Haywood) e passim; Goldberg, Barry Herbert. “‘Wage Slaves’ and White ‘Niggers’”, *New Politics*, n. 11, segunda série, 1991, p. 64-83; Glickman, Lawrence B. “Wage Slavery and American Labor, 1865-1910”, comunicação apresentada ao encontro anual da Organization of American Historians, Atlanta, 16/4/1994.

pesquisa de Barry Goldberg, que as organizações trabalhistas historicamente fizeram amplo uso de comparações do “trabalho livre” com a escravidão. Mas nesses casos, as críticas à “escravidão assalariada” ou à “escravidão branca” dirigiam-se a um público majoritariamente branco. Além do mais, parte da literatura operária sobre a escravidão branca implicava fortemente que os males infligidos eram inaceitáveis precisamente porque os brancos eram as vítimas. Em outros casos, a branquidão do trabalho era simplesmente presumida. Já que a eleição de representantes em Carrington South de fato seria decidida pelo voto dos trabalhadores negros, que constituíam a grande maioria da força de trabalho, a questão histórica mais premente pode ser a dos precedentes nas referências à escravidão em tentativas de organizar trabalhadores afro-americanos. Em todo caso, sabemos muito pouco sobre o impacto do que Lawrence Levine chama de “consciência escrava” sobre a consciência de classe do período pós-Guerra Civil entre trabalhadores negros, e muito do que sabemos vem de fora do campo da história do trabalho¹⁸.

Tal lacuna e a sua importância potencial em um caso como o de Carrington South aponta para uma das três áreas em que eu argumento que a escrita da história do trabalho deve provavelmente mudar, e já está mudando, parcialmente em resposta às mudanças na composição da classe trabalhadora e do movimento operário. Esta mudança inicial envolve uma apreciação acelerado do fato de que a classe trabalhadora americana nunca foi tão branca e masculina quanto se poderia supor pela imagem que dela se construiu. Esse ponto emerge da historiografia do trabalho recente em uma variedade de formas. A mais óbvia, por certo, é a impressionante vertente de trabalhos sobre a história de mulheres brancas trabalhadoras e homens de cor. A importante produção acadêmica de Mary Blewett, Thomas Dublin, Alice Kessler-Harris, Christine Stansell e acima de tudo Susan Porter Benson vem demonstrando, por exemplo, a centralidade das mulheres trabalhadoras nas conjunturas chave da evolução das novas indústrias e serviços¹⁹. Obras recentes de Robin D.G.

18. Burkins. “In Switch, Employers Accuse Labor Unions of Playing Race Card”; Levine, Lawrence. “Slave Songs and Slave Consciousness”. In: *American Negro Slavery*, org. Weinstein, Allen; Sarasohn, David; Gatell, Frank Otto (Org.). Nova York, 1976, p. 143-72. Stuckey, Sterling. *Slave Culture: Nationalist Theory and the Foundations of Black America*. Nova York, 1987; Brown, Elsa Barkley. “Negotiating and Transforming the Public Sphere: African American Political Life in the Transition from Slavery to Freedom”, *Public Culture*, n. 1, 1994, p. 107-46.

19. Blewett, Mary. *Men, Women and Work: Class, Gender and Protest in the New England Shoe Industry, 1780-1860*. Urbana, 1988; Stansell, Christine. *City of Women: Sex and Class in New York, 1789-1860*. Nova York, 1986; Kessler-Harris, Alice. *A Woman's Wage: Historical Meaning and Social Consequences*. Lexington, 1990; Dublin, Thomas. *Transforming Womens Work: New England Lives in the Industrial Revolution*. Ithaca, 1994; Benson, Susan Porter. *Counter Cultures: Saleswomen, Managers and Cu. Stomers in American Department Stores, 1890-1910*. Urbana, 1986.

Kelley, Earl Lewis, Eric Arnesen, Chris Friday, Joe Trotter, A. Yvette Huginie, Zaragosa Vargas e outros avançaram de forma incomensurável o estudo sobre trabalhadores “não-brancos”²⁰. A até então não examinada extensão do trabalho assalariado entre os índios americanos achou recentemente os seus historiadores. A história da classe trabalhadora marítima, internacional e racialmente mista, tem recebido tratamento de especialistas, especialmente nas obras de Marcus Rediker and Peter Linebaugh, que enfatizam a centralidade do proletariado na ascensão do capitalismo – e na resistência a ele – globalmente²¹. Estudos que consideram os aspectos comuns e as diferenças entre grupos de trabalhadores não-brancos são levados a cabo muito bem nas obras de Neil Foley, Tomas Almaguer e Ronald Takaki entre outros²². Relatos da história das mulheres trabalhadoras de cor, especialmente aqueles de Vicki Ruiz, Evelyn Nakano Glenn e Tera Hunter são pioneiros em sua sofisticação e escopo. Os de Hunter e Robin D.G. Kelley inspiram-se fortemente nas pesquisas sobre escravidão, o que contribui grandemente para a consistência metodológica sem paralelo que marca os seus trabalhos. Os estudos das mulheres de classe trabalhadora em Richmond no pós-Guerra Civil de Elsa Barkley Brown proporcionam outro exemplo de destaque a esse respeito²³. De fato, há alguns indícios de que a escravidão finalmente se tornará central à história do trabalho, e há até mesmo algum debate sobre se os escravos trabalhavam

20. Kelley, Robin D.G. “We Are Not What We Seem”: Rethinking Black Working Class Opposition in the Jim Crow South”, *Journal of American History*, n.80, 1993, p.75-112; Lewis, Earl. *In Their Own Interests: Race, Class, and Power in Twentieth Century Norfolk, Virginia*. Berkeley, 1991. Trotter, Joe William. *Coal, Class and Color: Blacks in Southern West Virginia, 1915-1932*. Urbana, 1990; Vargas, Zaragosa. *Proletarians of the North: A History of Mexican Industrial Workers in Detroit and the Midwest, 1917-1933*. Berkeley, 1993; ver também Grossman, James. *Land of Hope: Chicago, Black Southerners, and the Great Migration*. Chicago, 1989; Friday, Chris. *Organizing Asian-American Workers: The Pacific Coast Salmon Industry, 1870-1942*. Filadélfia, 1994.

21. Littlefield, Alice; Knack, Martha C. (Org.). *Native Americans and Wage Labor: Ethnohistorical Perspectives*. Norman, 1996; Linebaugh, Peter; Rediker, Marcus. “The Many-Headed Hydra”, *Journal of Historical Sociology*, n. 3, 1990, p. 225-53; Linebaugh, Peter. “All the Atlantic Mountains Shook,” *Labour/Le Travail*, n. 10, 1982, p. 87-121.

22. Foley, Neil. *The White Scourge: Mexicans, Blacks, and Poor Whites in the Cotton Culture of Central Texas* (no prelo); Takaki, Ronald. *Paul Hana: Plantation Life and Labor in Hawaii, 1835-1920*. Honolulu, 1983; Almaguer, Tomas. *Racial Fault Lines: The Historical Origins of White Supremacy in California*. Berkeley, 1994; Nelson, Bruce. “The Lords of the Docks Reconsidered: Race Relations Among West Coast Longshoremen, 1933-1961”. In: Winslow, Calvin (Org.). *Essays in Waterfront Labor History*. University of Illinois Press, no prelo.

23. Ruiz, Vicki. *Cannery Women, Cannery Lives: Mexican Women, Unionization and the California Food Processing Industry, 1930-1950*. Albuquerque, 1987; Glenn, Evelyn Nakano. “The Dialectics of Wage Work: Japanese-American Women and Domestic Service, 1905 1940”. In: Dubois, Ellen; Ruiz, Vicki (Org.). *Unequal Sisters: A Multicultural Reader in U.S. Women's History*. Nova York, 1990; Kelley, “We Are Not What We Seem”, p. 75-112. *To 'Joy My Freedom*, de Tera Hunter, um estudo do serviço doméstico em Atlanta, no prelo pela Harvard University Press, estabelece um novo padrão nessa área; igualmente impressionante é “Negotiating and Transforming the Public Sphere”, p. 107-46, de Elsa Barkley Brown.

em um sistema social capitalista²⁴. A história da relação entre trabalhadores não-brancos e trabalhadores brancos é uma questão particularmente saliente nesse momento, e foi brilhantemente tratada no trabalho de Kevin Boyle e Dolores Janiewski²⁵.

Muitos estudos recentes sobre trabalhadores que não eram brancos ou masculinos movem-se de forma muito útil para além do ponto da produção e para além das questões da organização sindical, para discutir o lazer, a família e o consumo. Mas esses mesmo estudos frequentemente revelam que os seus objetos estavam profundamente envolvidos na organização de classe, incluindo sindicatos. Na mesma medida que acadêmicos como Jacqueline Dowd Hall, Robert Korstad, Dana Frank, Earl Lewis, Lisa Norling e Elizabeth Faue valorizam a importância de estudar as comunidades, famílias e padrões de consumo da classe trabalhadora, a ideia de uma classe trabalhadora histórica majoritariamente branca e masculina torna-se mais aberta a questionamentos²⁶.

A segunda mudança de lago alcance na escrita da história da classe trabalhadora que pode ser vislumbrada jaz na “problematização” das identidades branca e masculina. Ao invés de assumir que brancura e masculinidade descrevem identidades “naturais” nas quais a maioria dos assalariados nasce, o trabalho acadêmico mais recente pergunta quando, como e por que categorias como “homens trabalhadores”²⁷ e “trabalhador branco” vieram a ser investidas de tamanha importância. Essa curiosidade, ligada às mudanças demográficas que desafiam os pressupostos que “naturalmente” conectam branco/masculino/trabalhador/sindicalista, realiza-se talvez de forma mais plena nos trabalhos de acadêmicos influenciados pelo feminismo, tais como Ava Baron, Paul Taillon, Joshua Freeman e Patricia Cooper, cujos estudos de caso sobre gráficos, maquinistas, ferroviários, trabalhadores de construção e trabalhadores da

24. Roediger, David. “Precapitalism in One Confederacy: A Note on Genovese, Politics and the Slave South”. In: Roediger (Org.), *Towards the Abolition of Whiteness*. Nova York, 1994; Glaberman, Martin. “Slaves and Proletarians: The Debate Continues” e Ignatiev, Noel. “Reply to Martin Glaberman”, *Labour/Le Travail*, n. 36, 1995, p. 207-16.

25. Boyle, Kevin. “The Kiss: Racial and Gender Conflict in an American Automobile Factory”, comunicação apresentada ao encontro da Organization of American Historians, 30 mar.-1º abr. 1995, Washington, DC; Janiewski, Dolores. *Sisterhood Denied: Race, Gender, and Class in a New South Community*, Filadélfia, 1985.

26. Hall, Jacqueline Dowd; et al. *Like a Family: The Making of the Southern Cotton Mill World*. Chapel Hill, 1987; Frank, Power, Purchasing; Norling, Lisa. *Captain Ahab Had a Wife* (no prelo); Lewis, In Their Own interests; Brown, Barkley. “Negotiating and Transforming the Public Sphere”, p.107-46; Faue, Elizabeth. *Community of Suffering and Struggle: Women, Men and the Labor Movement in Minneapolis, 1915-1945*. Chapel Hill, 1991.

27. “Working men” no original (N.T.).

indústria do fumo avançam muito em direção a delinear experiências de classe cambiantes, no que Stuart Hall e Paul Gilroy chamam as “modalidades” de raça e gênero. *Gay New York* [Nova York Gay], de George Chauncey, muito aclamado de forma geral, mas pouco abraçado pelos historiadores do trabalho como um clássico da sua área de estudos, oferece talvez a interrogação de mais longo alcance das dinâmicas de gênero e classe²⁸.

O trabalho que começa com foco na historicização e problematização da brancura da classe trabalhadora, mais do que na masculinidade, tem sido menos bem sucedido em incorporar gênero como categoria de análise do que as pesquisas que começam com foco em gênero e classe em incorporar raça. O estudo de Eric Lott sobre *minstrelsy*²⁹ e a formação da classe trabalhadora permanece uma exceção digna de nota a esse respeito³⁰. Mesmo assim, os estudos da brancura na classe trabalhadora têm expandido os limites da história do trabalho significativamente. Particularmente desafiadores têm sido os trabalhos bastante recentes sobre como os trabalhadores imigrantes “aprenderam” raça nos Estados Unidos, frequentemente vindo a reivindicar identidade branca de forma trágica e malsucedida. *How the Irish Became White* [Como os irlandeses se tornaram brancos] de Noel Ignatiev, o estudo de Karen Brodtkin Sacks sobre os judeus americanos e a brancura, e o sugestivo ensaio de Rudolph Vecoli sobre a identidade racial ítalo-americana são todos dignos de nota nesse sentido. A minha própria pesquisa com James Barrett sobre como os “novos imigrantes” masculinos de várias áreas encontraram raça nos Estados Unidos teria sido impossível uma década atrás, tanto por causa da ausência de literatura secundária quanto por causa da presumida naturalidade da identidade branca entre imigrantes europeus³¹.

28. Baron, Ava. *Work Engendered: Towards a New History of Men, Women, and Work*. Ithaca, 1991; Cooper, Patricia. *Once a Cigarmaker: Men, Women and Work Culture in American Cigar Factories*. Urbana, 1987; Freeman, Joshua. “Hardhats: Construction Workers, Manliness and the 1970 Pro-War Demonstrations”, *Journal of Social History*, v. 26, 1993, p. 725-44; Taillon, Paul. “By Every Right and Tradition: Racism and Fraternalism in the Railwa”, comunicação apresentada ao encontro da American Studies Association, Baltimore, nov. 1991; Chauncey, George. *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940*. Nova York, 1994.

29. Espetáculos populares do século XIX norte-americano que retratavam os negros de forma caricatural e depreciativa (N.T.).

30. Gilroy, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, 1993, p. 85; Lott, Eric. *Love and Theft: Blackface Minstrelsy and the American Working Class*. Nova York, 1993.

31. Ignatiev, Noel. *How the Irish Became White*. Nova York, 1995; Sacks, Karen Brodtkin. “How did Jews Become White Folks?”. In: Sanjek, Roger; Gregory, Steven (Org.). *Race*. New Brunswick, 1995; Vecoli, Rudolph. “Are Italian Americans Just White Folks?”. *Italian Americana*, Summer, 1995, p. 149-65; Barrett, James; Roediger, David. “Inbetween Peoples: Race, Nationality and the ‘New Immigrant’ Working Class” (no prelo em *Journal of American Ethnic History*).

O JULGAMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRANCO

A terceira área de possível mudança dramática na escrita dos estudos sobre a classe trabalhadora envolve o histórico dos sindicatos no que diz respeito ao racismo e à exclusão. Como essa área de conflitos candentes é uma na qual os sinais de mudança são de longe menos presentes na produção acadêmica recente, eu quero ir além de simplesmente mapear a historiografia e sugerir em mais detalhes como a recomposição da classe trabalhadora e dos sindicatos pode estar mudando as linhas de investigação e de debate. Nesse âmbito, um exemplo concreto de como o debate histórico pode ser modificado produtivamente também merece inclusão, na forma de uma consideração das políticas da *National Labor Union* [União Nacional do Trabalho] e outras organizações da classe trabalhadora no período que se seguiu à Guerra Civil.

O que é digno de nota na forma dos escritos dos historiadores sobre raça e trabalho é que o histórico dos sindicatos em relação ao racismo tenha sido colocado em julgamento. A mais apaixonada encarnação recente do debate sobre este tópico foi detonada pelo artigo de 1987 de Herbert Hill intitulado “Race, Ethnicity and Organized Labor” [“Raça, Etnicidade e Trabalho Organizado”] e pela sua ainda mais controversa polêmica de 1988 contra a suposta “criação de mito” nos escritos de Herbert Gutman sobre a carreira do organizador sindical negro Richard L. Davis. Hill, ex-secretário do trabalho da National Association for the Advancement of Colored People [Associação Nacional para o Avanço de Pessoas de Cor] que criaram precedentes para o uso de argumentos legais para elaborar o histórico do racismo sindical. Em resposta ao artigo de 1987, o historiador Nick Salvatore observou que ele às vezes parecia uma “arguição jurídica [mais] do que análise ponderada”. Hill contra-argumentou defendendo a arguição como um modelo adequado para a escrita sobre trabalho e raça. Quando Stephen Brier respondeu a Hill, ele também aludiu à extensão das diferenças entre o argumento legal e a escrita histórica “crítica, analítica e apropriadamente ponderada”. O fato da resposta de Brier ostentar o título “In Defense of Gutman: The Union’s Case” [“Em defesa de Gutman: O Caso dos Sindicatos”] sugere que ele não chegava a ser uma ruptura total com o padrão de indiciamento e defesa que perpassava os debates sobre a produção acadêmica de Hill³².

32. Hill, Herbert. “Race, Ethnicity and Organized Labor: The Opposition to Affirmative Action”, *New Politics*, n. 1, segunda série, 1987, p. 31-82; Hill, “Myth-Making as Labor History: Herbert Gutman and the United Mine Workers of America”, *International Journal of Politics, Culture and Society*, n. 2, 1988, p. 12-99; Brier, Stephen. “In Defense of Gutman: The Union’s Case”, *International Journal of Politics, Culture and Society*, n. 2, 1989, p. 394 (citando Salvatore) e passim.

O tom particularmente estridente que cerca essas controvérsias recentes não deveria obscurecer o fato de que relatos sérios da história de raça e trabalho tem sido há muito tempo dominados por considerações francas sobre se os sindicatos funcionaram principalmente e inevitavelmente como “trustes dos empregos dos homens brancos” ou se têm sido e podem se tornar ainda mais veículos apropriados para mobilização e satisfação das demandas dos homens de cor³³. Esse enquadramento da questão está claro nos trabalhos de acadêmicos afro-americanos que contribuíram de forma tão poderosa para os escritos sobre trabalho e racismo. Em 1935, quando W.E.R DuBois publicou *Black Reconstruction* [Reconstrução Negra], o primeiro trabalho histórico a indagar profunda e explicitamente sobre o papel do “trabalhador branco” no passado norte-americano, ele se envolveu numa série de debates com intelectuais negros que argumentavam que a ascensão do sindicalismo industrial proporcionou uma oportunidade histórica para a unidade entre trabalhadores brancos e negros. Citando a história, DuBois alertou contra depositar esperanças estritamente no movimento operário. Embora querendo se “manter em contato estreito” com as novas tendências no movimento operário organizado, ele lembrava os demais do longo histórico de exclusão e sugeria que muitos sindicatos e a maioria dos trabalhadores brancos se recusariam a “se unir a qualquer movimento cujo propósito seja promover a massa de Negros a uma igualdade essencial com eles.”³⁴ Horace Cayton lia o passado e o presente diferentemente de DuBois e endossava entusiasticamente o *Congress of Industrial Organizations* [Congresso de Organizações Industriais] nos seus primórdios, vindo a expressar desapontamento agudo e uma visão distinta posteriormente. O mais amplo relato até hoje da história do movimento operário organizado em relação aos trabalhadores negros, um importante volume escrito pelo marxista branco Philip S. Foner, foi igualmente claro ao relacionar a sua narrativa histórica com questões políticas³⁵.

Até que ponto o movimento operário tem um “passado respeitável” – com respeito ao antirracismo e à defesa dos interesses dos trabalhadores de

33. Lichtenstein, “Revitalizing America’s Labor Movement”, p. B2.

34. DuBois como citado em Keppel, Ben. *The Work of Democracy: Ralph Bunche, Kenneth B. Clark, Lorraine Hansberry, and the Cultural Politics of Race*. Cambridge, 1995, p. 50; Wilson, Francille Rusan. “Black Workers’ Ambivalence Toward Unions”, *International Journal of Politics, Culture and Society*, n. 2, 1989, p. 378-81.

35. Sobre Cayton, ver Hill, Herbert. “The Problem of Race in Labor History”, *Reviews in American History*, n. 24, 1996, p. 199; Drake, St. Clair; Cayton, Horace Black. *Metropolis: A Study of Negro Life in a Northern City*. Nova York, 1945, p. 314, 341. Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, passim.

cor – tem sido um debate no qual os acadêmicos não têm sido capazes nem de chegar a um acordo nem de superá-lo, no contexto de um movimento operário em grande medida e aparentemente naturalmente branco e masculino. Mesmo a útil produção acadêmica recente enfatizando nuances, contradições, variedade e a necessidade de maior pesquisa sobre raça e o passado do movimento operário tem, apropriadamente, gerado respostas que questionam se os exemplos de sindicalismo inter-racial que ela descreve são significativos e isentos de ambiguidade o suficiente para permitir uma leitura geral mais otimista da história da relação entre raça e trabalho³⁶. Muitos estudiosos com trabalhos impressionantes sobre raça e classe, incluindo o próprio DuBois, tomaram posições radicalmente diferentes sobre a questão do racismo sindical ao longo de vários estágios das suas carreiras³⁷. Com muita frequência o julgamento, depois que os ânimos esfriaram, se reduziu a tentar medir quantos raios de sol fazem uma primavera, como disse Bert Cochran nos anos 1950. Cálculos de possibilidades no presente e no futuro têm pesado inevitavelmente tanto quanto a pesquisa desapaixonada sobre o passado na formulação desses julgamentos³⁸.

Com frequência os pessimistas e os otimistas a esse respeito têm argumentado com as mesmas evidências e postulados. Assim, Hill enfatiza o histórico considerável de demonstração de interesse e experiências bem-sucedidas na organização entre os próprios trabalhadores não-brancos quando ele dimensiona a enormidade da traição do igualitarismo pelo racismo sindical. Os seus oponentes, às vezes presumindo equivocadamente que não há espaço nos argumentos de Hill para tais iniciativas pró-sindicais pelos trabalhadores de cor, registram tais iniciativas como evidência de que o histórico do movimento operário nas questões raciais é mais variado e menos abissal do que os seus críticos admitem³⁹. A ideia marxista de que os interesses materiais estruturaram as tendências excludentes dos trabalhadores brancos à medida que o capitalismo criava (e os capitalistas exploravam) divisões raciais entre trabalhadores pode ser usada para argumentar em favor da improbabilidade

36. Tal questão é poderosamente sugerida em Nelson, Bruce. "Class, Race and Democracy in the CIO: The New Labor History Meets the 'Wages of Whiteness'", *International Review of Social History* (no prelo). Representativo do que há de melhor no trabalho recente com atenção à nuance e à variação é Arnesen, Eric "Like Banquo's Ghost, It Will Not Down": The Race Question and the American Railroad Brotherhoods, 1880-1920", *American Historical Review*, n. 99, 1994, p. 1601-33.

37. Ver a nota 30 acima e DuBois, W.E.B. *The Crisis Writings*, organizado por Daniel Waiden. Greenwich, 1972, p. 380, 388-9; DuBois, "Behold the Land," *Freedomways*, n. 4, 1967, p. 12.

38. Cochran, Bert. "American Labor in Midpassage". In: Cochran (org.). *American Labor in Midpassage*. Nova York, 1959, p. 57.

39. Hill, "Myth-Making as Labor History", p. 195; Brier, "In Defense of Gutman", p. 393.

de unidade inter-racial significativa ou para mitigar o histórico de racismo dos trabalhadores brancos e seus sindicatos. A outra grande generalização marxista em relação a raça e condições materiais (frequentemente e de forma nada razoável utilizada em combinação com a de que o capitalismo promove a divisão racial) é que a experiência comum da exploração de classe unifica os trabalhadores cruzando as linhas raciais. Isso também subjaz tanto argumentos otimistas quanto pessimistas. No primeiro caso, os exemplos de unidade branco-negra são tratados não apenas como conjunturais, mas como evidência do rumo da história. No último caso, a tendência tragicamente dominante em longo prazo dos trabalhadores brancos a aceitar as concessões de privilégios raciais pela elite ao invés de combater (ou até mesmo enxergar) a exploração de classe comum recebe mais atenção⁴⁰.

A unidade sindical inter-racial tem sido “bem sucedida com frequência suficiente” para permitir uma visão otimista do futuro? Essa questão – desengonçada, irada, respondida subjetivamente, e de formas geralmente improdutivas – tem sido também necessariamente central à história do trabalho nos Estados Unidos. Ela permanece assim na medida em que os ofícios de alta remuneração continuam em grande medida a excluir os trabalhadores não-brancos. Mas as mudanças demográficas na classe trabalhadora e nas fileiras do movimento operário organizado alteram significativamente os termos do debate permitindo uma investigação mais desapassionada, assim a formulação de novas questões⁴¹. Se o trabalho vai ser tornar menos e menos uma “coisa de branco”, o histórico do racismo sindical pode ser examinado sem uma busca autodestrutiva por lições históricas diretas. De fato, é possível argumentar que um reconhecimento pleno do peso das correntes das quais o movimento operário precisa se libertar à medida que ele perde a sua brancura pode ser visto de uma posição otimista, a partir da qual se pode examinar os fracassos passados e vislumbrar o sucesso futuro.

Os sinais de que uma produção acadêmica mais amplamente sofisticada sobre trabalho e raça pode estar emergindo incluem uma crescente ênfase sobre os fatores específicos encorajando a unidade inter-racial de um

40. Embora excessivamente generalizante numa crítica indiscriminada do marxismo, Shulman, Steven. “Racism and the Making of the American Working Class”, *International Journal of Politics, Culture and Society*, n. 2, 1989, p. 362 é agudo nessas questões. Ver também DuBois, W.E.B. *Black Reconstruction in America*, Nova York, 1992 [1935], p. 700-701.

41. Rawick, George. *From Sundown to Sunup: The Making of the Black Community*. Westport, 1972, p. 156. Eu tomo o tom de Hill, “The Problem of Race” e dos comentários sobre raça no recente simpósio sobre história do trabalho em Zieger, Robert, *The CIO* como indicações possíveis de um debate mais amplo e mais produtivo. Ver Nelson, Bruce; et al. “Robert Zieger’s History of the CIO: A Symposium”, *Labor History*, n. 37, 1996, p. 157-88.

lado e aqueles que encorajam a exclusão de outro lado. A longa tradição que se concentra na avaliação do papel da liderança sindical em questões raciais (os comunistas eram melhores?) continua a gerar trabalho produtivo, como acontece com o debate sobre a extensão em que as organizações industriais promoveram políticas igualitárias⁴². Mas estudos recentes, principalmente os de Eric Arnesen, Ronald Lewis, Joe Trotter, Michael Honey, Rick Halpern e Roger Horowitz também levantam a questão da importância da densidade de trabalhadores não-brancos no ramo de produção e área estudados, e o seu poder social de limitar a produção⁴³.

A influência crescente das pesquisas de Alexander Saxton e Gwendolyn Mink é de especial importância, pelo fato deles terem demonstrado que o racismo não foi apenas um problema acentuado pelas tradições de ofício estreitas do movimento operário organizado e pela falta de independência política; o racismo também contribuiu para essas próprias tendências⁴⁴. Trabalhos novos também iluminam o modo como o terror sancionado pelo Estado contra os afro-americanos em determinadas ocasiões veio a ser utilizado contra os trabalhadores brancos e seus sindicatos⁴⁵. Os “custos” do racismo trabalhista não parecem nada simples de se reconhecer como havíamos pensado. Estudos amplos apenas sobre como alguns trabalhadores brancos em tempos e lugares específicos chegaram a conclusões anti-racistas permanecem tristemente insuficientes; ainda assim, sabemos algo sobre os modos pelos quais solidariedades baseadas em gênero, e não apenas em classe, deram sustentação à superação da linha de cor⁴⁶.

42. Goldfield, Michael. “Race and the CIO: The Possibilities for Racial Egalitarianism During the 1930s and 1940s”, *International Labor and Working-Class History*, n. 44, 1993, p. 1-32, é um bom exemplo recente. Ênfase considerável tem sido colocada sobre o quanto os líderes brancos ou a base sindical branca merecem ser culpabilizados pela falta de avanço antirracista nos sindicatos; ver, por exemplo, Glaberman, Martin. “Review of Nelson Lichtenstein’s *The Most Dangerous Man in Detroit: Walter Reuther and the Fate of American Labor*,” *Impact*, maio. 1996, contra-capá; e Nelson, “Class, Race, and Democracy” sobre “quadros”, “massa” e “raça”.

43. Arnesen, Eric. *Waterfront Workers of New Orleans: Race, Class and Politics, 1863-1923*. Nova York, 1991; Trotter, *Coal, Class and Color*; Honey, Michael. *Southern Labor and Black Civil Rights: Organizing Memphis Workers*. Urbana, 1994; Halpern, Rick. *Down on the Killing Floor: Black and White Workers in Chicago’s Packinghouses, 1920-1960* (University of Illinois Press, no prelo); Horowitz, Roger. “‘Without a Union We’re All Lost’: Ethnicity, Race and Unionism Among Kansas City Packinghouse Workers”, comunicação apresentada à conferência *Rethinking American Labor History*, Madison, Wisconsin, abr. 1992.

44. Mink, Gwendolyn. *Old Labor and New Immigrants in American Political Development: Union, Party and State, 1875-1920*. Ithaca, 1986; Saxton, Alexander. *The Indispensable Enemy: Labor and the Anti-Chinese Movement in California*. Berkeley, 1971, p. 201-84.

45. Olson, Bruce A.; Howard, Jack L. “Armed Elites Confront Labor: The Texas Militia and the Houston Strikes of 1880 and 1898”, *Labor’s Heritage*, n. 8, 1995, p. 52-63; Lichtenstein, Alex. *Twice the Work of Free Labor: The Political Economy of Convict Labor in the New South*. Londres, 1996.

46. Roediger, David. “Gaining a Hearing For Black-White Unity”. In: Roediger (org.). *Towards the Abolition of Whiteness*. Nova York, 1994, p. 127-80.

DUBOIS, A RECONSTRUÇÃO E AS ORIGENS DA HISTÓRIA DO TRABALHO PÓS-BRANCO

Talvez nenhum período da história da classe trabalhadora seja tão suscetível a debate sobre se a unidade branco-negra se resumia a alguns poucos raios de sol ou marcava a chegada de uma nova primavera do que os anos que se seguiram imediatamente à Guerra Civil. Antes da Guerra, exemplos de solidariedade inter-racial por parte do trabalho organizado eram suficientemente raros para justificar tese defendida recentemente por Michael Goldfield de que os líderes sindicais estavam “mais preocupados com a liberdade para os afro-americanos do que com liberdade para eles mesmos”⁴⁷. O período pós-guerra exibiu os primeiros exemplos sustentados de cooperação branco-negra em greves e a primeira participação significativa de representantes afro-americanos nas convenções sindicais nacionais organizadas por sindicalistas brancos. Líderes como William Sylvis e Andrew C. Cameron desenvolveram argumentações poderosas em favor da unidade inter-racial do trabalho baseados no reconhecimento de que, no alvorecer da emancipação, os homens afro-americanos tinham se tornado tanto produtores quanto cidadãos: assim a objeção de que faltava aos trabalhadores o requisito da independência era silenciada. Cameron escreveu esperançoso em 1867 que a “influência moral,” assim como os votos dos libertos, seriam de “valor incalculável” para o movimento operário. Era, argumentava Sylvis “impossível degradar a um grupo de trabalhadores sem degradar a todos.” As organizações sindicais cortejaram ex-abolicionistas proeminentes, com algum sucesso⁴⁸. Na sua convenção de 1869 o *National Labor Union* (NLU) [Sindicato Nacional do Trabalho] resolveu que não reconhecia “nenhum norte, nenhum sul, nenhum leste, nenhum oeste, nem cor, nem sexo na questão dos direitos do trabalho.” Isaac Myers líder dos *ship caulkers*⁴⁹ afro-americanos proferiu o discurso mais eloquente da convenção⁵⁰.

47. Goldfield, Michael. “The Color of Politics in the United States”. In: La Capra, Dominick (Org.). *The Bounds of Race: Perspectives on Hegemony and Resistance*. Ithaca, 1991, p. 124.

48. Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 20, 23, 17-46 passim; Harris, William H. *The Harder We Run: Black Workers since the Civil War*. Nova York, 1982, p. 25-26; Commons, John R.; et al., *History of Labor in the United States*, 4v. Nova York, 1966 [1918-1935], v. 2, p. 113, 134-37; Matison, Sumner E. “The Labor Movement and the Negro During Reconstruction”, *Journal of Negro History*, n. 33, 1948, p. 445-52; Commons, John R.; et al., *A Documentary History of American Industrial Society*, 10v. Cleveland, 1910, v. 9, p. 135, 485-88.

49. Trabalhadores responsáveis pela impermeabilização dos cascos dos navios (N.T.).

50. Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 23, 25-26. O discurso de Myers foi publicado no *Chicago Workingman's Advocate* (1º de setembro de 1869).

Os exemplos contrários eram igualmente impressionantes. Greves de ódio proliferaram para expulsar trabalhadores negros de empregos, no norte e no sul. Se os sindicatos não foram, como defende o historiador Rayford Logan, as primeiras instituições privadas a aplicar sistematicamente a separação racial *Jim Crow*⁵¹ nos anos pós-guerra, eles estavam certamente entre os primeiros. Na convenção da NLU de 1867, Sylvis caracterizou corretamente as “greves de brancos contra negros” como um padrão debilitante recorrente. Em 1869, uma investigação do *New York Times* descobriu que os sindicatos na cidade de Nova York tinham sido bem sucedidos em manter os trabalhadores negros fora de todos os locais de trabalho sindicalizados tanto por se recusar a se integrar com eles quanto por ação direta contra afro-americanos. Embora tenha aberto as suas convenções para uns poucos delegados negros, a NLU nunca pressionou por locais de trabalho ou sindicatos integrados. De fato, Isaac Myers tornou-se um líder trabalhista proeminente quando ele organizou uma cooperativa de trabalhadores de estaleiros em Baltimore após uma greve de ódio massiva de 1865 dos *caulkers* e carpinteiros de navio brancos ter banido os trabalhadores de estaleiro negros que lá trabalhavam⁵². Apelos sindicais abertamente racistas para banir a imigração chinesa ocorreram do mesmo modo após a Guerra Civil, estabelecendo o foco das políticas trabalhistas na Califórnia e em outras partes⁵³. Embora convidasse líderes negros para suas convenções, a NLU se recusava a endossar o sindicalismo integrado. Sylvis não botou pressão nesse ponto. Além do mais, sua correspondência publicada de uma turnê no sul em 1869 prometia unir “brancos e negros” na região, mas também ridicularizava “júris mistos”, negava a existência da Ku Klux Klan e execrava os pais brancos que permitiam às suas filhas “divertir os jovens cavalheiros negros nos seus salões de festas”. A consequência imediata do discurso de Myers à NLU em 1870, de acordo com um biógrafo contemporâneo do líder sindical, foi que ele teve que ser puxado “para trás da murada” para evitar um ataque físico⁵⁴.

51. Apelido genérico dado às leis de segregação racial nos EUA (N.T.).

52. Logan, Rayford W. *The Betrayal of the Negro from Rutherford B. Hayes to Woodrow Wilson*. Nova York, 1965, p. 149; Foner, Philip S.; Lewis, Ronald. (Org.). *The Black Worker: A Documentary History from Colonial Times to the Present*, 8v., Filadélfia, 1978-1984, v. 1, p. 407, v. 3, p. 66; Spero, Sterling; Harris, *The Black Worker*. Nova York, 1969, p. 18; David Roediger, “Racism, Reconstruction, and the Labor Press: The Rise and Fall of the Saint Louis Daily Press, 1864-1866”, *Science and Society*, n. 42, 1978, p. 156-77; Commons et al., *History of Labor*, v. 2, p. 135; Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 21-22, 27; Harris, *The Harder We Run*, p. 25-26; Eric Foner, *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877*. Nova York, 1988, p. 479-81.

53. Para uma narrativa soberba da questão e dos aspectos morais envolvidos para o movimento operário organizado, ver Saxton, *The Indispensable Enemy*, e Timothy Messer-Kruse, “Chinese Exclusion and the Eight-Hour Day: Ira Steward's Political Economy of ‘Cheap Labor’” (manuscrito não publicado, 1994). Professor Messer-Kruse trabalha na University of Toledo.

54. Sylvis, James C. (Org.). *The Life, Speeches, Labors and Essays of William H. Sylvis*. Filadélfia, 1872, p. 339-46; Foner, Philip S.; Lewis, Ronald (Org.). *Black Workers*, p. 160.

Quando tratam de tais contradições aparentemente profundas, os historiadores do trabalho têm com frequência oferecido vários raciocínios distintos no mesmo estudo. Philip S. Foner louva a “intuição” de Sylvis sobre raça e classe, mas ao mesmo tempo detalha numa nota de rodapé como as visões de Sylvis eram “desfiguradas pelo racismo”. “Apesar da NLU ter sido o primeiro sindicato a admitir representantes negros nas suas convenções,” ele e Ronald Lewis escrevem, “ela todavia permaneceu calada sobre o tema sensível dos sindicalizados barrando trabalhadores negros das suas fileiras.” Isso reverte a formulação da página anterior que dizia que “embora [a NLU] não tenha registrado um histórico favorável à integração,” sua convenção de 1869 “marcou a primeira ocasião em que uma organização nacional de trabalhadores brancos autorizou a admissão de sindicalistas negros como representantes sindicais afiliados e advogou a organização de sindicatos de ofício negros”⁵⁵.

Ao tentar dar conta de tais viradas perturbadoras, os historiadores têm enfatizado boas e más lideranças, em particular vendo a morte de Sylvis como uma espécie de ponto de inflexão. Eles têm explicado como as próprias experiências que os trabalhadores negros e brancos tiveram com o Partido Republicano criou obstáculos insuperáveis para uma ação conjunta significativa entre a NLU e o *Colored National Labor Union* (CNLU) [Sindicato Nacional do Trabalho de Cor]. E eles têm salientado o papel do racismo nas bases de trabalhadores brancos como um constrangimento às iniciativas da NLU para proteger os trabalhadores negro. Os historiadores afro-americanos pioneiros Sterling Spero e Abram Harris foram particularmente diretos no último aspecto. Em um relato em geral bastante simpático às posições da NLU, eles argumentam que a organização, “embora desejasse unir o trabalho branco e negro, não desejava alienar o apoio de delegados de sindicatos que excluía os trabalhadores negros recorrendo continuamente à discriminação racial, porque a perda de apoio sindical significaria a ruína da *National Labor Union*”⁵⁶.

DuBois rompe decisivamente com qualquer balanço da política racial da NLU que enfatize o pragmatismo conseguindo avanços num campo lamentavelmente estreito. Ele nega ainda que tais políticas fossem tão complexas, contraditórias e multideterminadas que elas não pudessem revelar qualquer “erro fatal” destinado a desfigurar as tentativas futuras de cooperação inter-

55. Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 23-24, 48; Foner; Lewis (Org.). *Black Workers*, p. 9-10. Meu próprio trabalho deslocou-se, de forma similar, para frente e para trás em relação ao histórico da NLU sobre a questão da raça; Roediger, David. *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. Nova York, 1991, p. 168-69.

56. Spero; Harris, *The Black Worker*, p. 27, 29-34; Foner, Eric. *Reconstruction*, p. 480; Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 23; Foner; Lewis (Org.). *Black Workers*, p. 12-13, 453-54.

racial. DuBois começa, como não ocorre com nenhuma outra narrativa, com “o trabalhador negro”, e passa então à discussão do “trabalhador branco” em *Black Reconstruction*. Essa última categoria, para DuBois, requer explicação. Por que, e com que resultados, pergunta ele, pensariam alguns trabalhadores ser vital se identificar como brancos? Pelo fato de que a prosa de Du Bois é tão marcante, pelo fato de que os seus pontos de vista são apresentados de forma tão sutil, na forma de um estudo, mais do que didaticamente, pelo fato de que critica os postulados dos historiadores que escrevem sobre a Reconstrução, assim como os dos trabalhadores brancos que a vivenciaram, e, acima de tudo, pelo fato da centralidade dos trabalhadores brancos para a história do movimento operário nos Estados Unidos ter parecido tão “natural,” os historiadores não têm estado em posição de mensurar plenamente a força da sua análise. Quando ele escreveu sobre a trágica inabilidade de “discernir” na ação afro-americana durante a escravidão ou a Reconstrução qualquer “participação do nosso movimento operário,” DuBois não apenas incluía os historiadores entre os “cegos e [os] guiados pelos cegos.” Retrutando especificamente a inabilidade dos trabalhadores brancos em ver na “escravidão negra e na Reconstrução o germe e o significado do movimento operário nos Estados Unidos,” ele tentou mover o debate de uma obsessão com a questão sobre se o movimento operário era irremediavelmente racista para se o movimento operário branco era realmente o centro da história do movimento operário⁵⁷. Esse salto, marcadamente à frente do seu tempo, abre novas formas de olhar a história dos sindicatos e da raça, na Reconstrução e depois dela.

A ênfase de *Black Reconstruction* na persistência do “ponto cego” branco, assim como do racismo branco, habilita DuBois a falar com clareza sem paralelo sobre como o padrão de recorrentes proclamações de engajamento antirracista pelos líderes nacionais de sindicatos e federações se combinava com a discriminação racial contínua por muito sindicatos e muitas seções locais individualmente. O economista do trabalho Herbert R. Northrup registrou essa dinâmica em 1948:

Mas o que quer que cada um possa pensar sobre a ética da discriminação sindical, há uma inconsistência entre a política racial da maioria dos [sin-

57. Mesma as tentativas de Philip Foner, realizadas com empenho, de reescrever as histórias das relações raciais da classe trabalhadora deslocam-se consistentemente, para o período da Reconstrução, do movimento operário (branco) organizado para o trabalhador negro. Ver *Organized Labor and the Black Worker*, p.16-46; e DuBois, *Black Reconstruction*, p. 3-31, 352-70. Para as citações, ver *Black Reconstruction*, p.121; Harris, *The Harder We Run*, p. 7.

dicatos individualmente] e os princípios constantemente repetidos da sua entidade-mãe, a American Federation of Labor [Federação Americana do Trabalho], cujo porta-voz nunca de cansou de “reiterar, reendossar e reafirmar” o fato de que a AFL não tinha divisões de cor, e de proclamar que “os trabalhadores devem se organizar sob sua bandeira, desconsiderando raça, cor e origem nacional.”⁵⁸

Enquanto os outros acadêmicos reconheceram a presença de tal inconsistência no período pós-Guerra Civil, DuBois retrata o padrão não como contraditório, hipócrita ou conjuntural que como o resultado de um postulado fundante da NLU e do movimento operário branco. Esse postulado era que os trabalhadores brancos masculinos eram o movimento operário. DuBois apontou que os argumentos a favor da inclusão e exclusão dos trabalhadores afro-americanos baseiam-se num postulado comum – que a defesa dos interesses distintos da classe operária e do movimento operário brancos tinham que enquadrar as estratégias em relação à unidade inter-racial. A lógica de William Sylvis e de outros defensores proeminentes da organização dos trabalhadores negros, sustentava DuBois, era estritamente centrada nos brancos e utilitarista. Esse utilitarismo branco soava como “o primeiro sinal de alerta” pressagiando o desastre. “Os negros eram bem vindos ao movimento operário”. Escreveu DuBois, “não porque eles fossem trabalhadores mas porque eles poderiam ser competidores [dos brancos] no mercado de trabalho”. Sylvis dificilmente poderia ter sido mais claro sobre isso, ou menos sensível na sua linguagem, quando ele advogou a abertura estratégica aos trabalhadores negros: “virá o tempo em que o negro a tomar posse das oficinas se nós não tomarmos posse do negro”⁵⁹.

O fato de que o pronunciamento fundamentado de forma mais sadia do movimento operário afirmando a necessidade da cooperação negro-branca tenha sido desde o início baseado num cálculo no qual os interesses brancos estavam dados e eram amplamente dominantes, teria implicações de longo prazo durante a Reconstrução e depois. Se um ofício era esmagadoramente branco, ou se o racismo estava profundamente entrincheirado, a lógica do

58. DuBois, *Black Reconstruction*, p. 370, 577, 596; Northrup, *Organized Labor and the Negro*, p. 7-8.

59. DuBois, *Black Reconstruction*, p.354-55; Foner e Lewis, org. *Black Workers*, 1:407 8. Ver também Foner, Eric, *Organized Labor and the Black Worker*, p. 27; Paul Krause, *The Battle for Homestead, 1880-1892: Politics, Culture and Steel*. Pittsburgh, 1992, p. 113-14; *Boston Daily Evening Voice*, 21/5/1866). Saxton, Alexander. *The Rise and Fall of the White Republic Class Politics and Mass Culture in Nineteenth-Century America*. Nova York, 1990, p. 301-4 oferece comentários úteis sobre os esforços fracassados de estender o “produtivismo” aos trabalhadores negros.

utilitarismo igualitário simplesmente não se aplicava. Como o reformador do início do século XX Elmer Carter expressou, o campo estava aberto para os líderes operários brancos demandarem que os trabalhadores negros fizessem todo o “co”, enquanto os sindicatos dominados pelos brancos fariam a “operação”. Como observou DuBois, “a competição” poderia ser impulsionada não apenas pela organização dos trabalhadores negros mas também “protegendo-se” contra seu ingresso nos empregos – uma alternativa à qual “o movimento operário americano branco voltou-se de forma quase unânime”⁶⁰.

De fato, decidir que as forças da segregação racial eram fortes demais para serem desafiadas na convenção da NLU, ou em um ramo econômico qualquer, ou na maioria das comunidades, não requeria sequer que um sindicato aceitasse ser ele próprio racista. Quando Lewis Douglass se envolveu em uma amarga briga no pós-Guerra sobre o seu pertencimento ao *International Typographical Union* (ITU) [Sindicato Tipográfico Internacional] – uma disputa que colocou seu pai, [o líder negro] Frederick Douglass, em confronto direto com o sindicato e ameaçou os laços entre movimento operário e ex-abolicionistas, a ITU facilmente racionalizou sua posição. Assim como a NLU deixava aos sindicatos individuais a responsabilidade pela exclusão racial, a ITU deslocou a responsabilidade às seções locais e à base:

Que existem preconceitos profundamente assentados contra a raça de cor ninguém negará; e esses preconceitos são tão fortes em muitas seções sindicais locais que qualquer tentativa de superá-los levará quase inevitavelmente à ... desintegração ... e certamente ninguém que tenha o bem-estar do ofício no coração defenderá seriamente que a união de milhares de gráficos brancos deveria ser destruída pelo propósito de criar uma estéril afiliação de honra para uns poucos negros.⁶¹

Em 1870 o sindicato dos carpinteiros ofereceu uma combinação similar de retórica igualitária e prática excludente numa perfeita ilustração do “ponto cego” branco:

Resolvido que estamos sempre desejosos de estender a mão da camaradagem a qualquer homem trabalhador, mais especificamente a aqueles do

60. Saposs, David. “Interview with Elmer Carter”, Saposs Collection, *State Historical Society of Wisconsin* (Madison), Series 4, Box 21, Folder 5; DuBois, *Black Reconstruction*, p. 354-55.

61. Foner; Lewis (Org.), *The Black Worker*, v. 1, p. 379.

seu próprio ofício; acreditamos que os preconceitos dos nossos próprios membros contra as pessoas de cor são de uma natureza tal que não é prudente no momento admiti-los.⁶²

O pino mestre da praticidade da NLU (e posteriormente dos *Knights of Labor* [Cavaleiros do Trabalho] e da AFL) com relação à raça era desenvolver argumentos economicistas pelo que foi posteriormente denominado de “igualdade do estômago” junto com rejeições da noção de que a unidade sindical implicava qualquer apoio à igualdade “social” ou à plena igualdade política. A desaprovação pública de Sylvis à sociabilidade inter-racial, sua crítica aos jurados negros e sua negação da existência da Klan mesmo que ele lutasse por certo nível de inclusão afro-americana nos sindicatos estava em sintonia com um conjunto de esforços posteriores para traçar uma linha clara entre a cooperação econômica (necessária porque o capital forçava a integração no trabalho) e a “mistura.” A distinção por muito tempo pareceu uma tática sabia para impedir o ódio racial de tornar impossível o crescimento dos sindicatos. De fato, um dos primeiros delegados negros a uma convenção da NLU desaprovou qualquer desejo de focar em “sociabilidade de salão de festas” entre brancos e afro-americanos⁶³. Mesmo organizadores de sindicatos de esquerda geralmente aceitaram esta lógica, vendo um antirracismo demasiadamente engajado como uma ameaça à sobrevivência do sindicato, que era uma fortaleza do processo de longo prazo em direção à justiça racial⁶⁴. Dentro dos sindicatos mais inclusivos, tem sido frequentemente considerado desnecessariamente divisivo empenhar esforços pelo acesso igual a empregos qualificados⁶⁵.

Mas construir um muro entre a igualdade política e social e a “igualdade do estômago” – uma distinção inventada, e não apenas continuada durante a reconstrução – constituía uma sabedoria tática de senso comum para

62. Ibid., v. 1, p. 385. A historiografia do trabalho às vezes reproduz essa lógica. Assim, Sumner Rosen podia escrever em 1968 que “o *Textile Workers Union* [Sindicato dos Trabalhadores Têxteis]”, embora enquadrada na tradição de igualdade racial da CIO, [viu-se] forçada a aceitar as práticas sulistas de segregação na contratação e distribuição de tarefas”. Rosen, “The CIO Era, 1935-55”. In: Jacobson, Julius (Org.). *The Negro and the American Labor Movement*, Nova York, 1968, p. 202.

63. Sobre a “igualdade do estômago,” ver Roediger, David R. “Gaining a Hearing”, p. 139-48; Sylvis (Org.), *Life of Sylvis*, p. 339-46; Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 26.

64. Roediger, “Gaining a Hearing”, p. 140-44; Morgan, Shubel. “The Negro and the Union: A Dialogue”. In: Cochran, Bert (Org.). *American Labor in Midpassage*. Nova York, 1959, p. 144-49; Cochran, “American Labor in Midpassage”, p. 57.

65. Roediger, “Gaining a Hearing”, p. 154; Hill, “Black Workers, Organized Labor and Title VII”, p. 275-81; Norrell, Robert. “Caste in Steel: Jim Crow Careers in Birmingham, Alabama”, *Journal of American History*, n.73, 1986, p. 669-94.

o trabalho organizado apenas se o público chave do movimento operário fosse presumidamente branco. Como Isaac Myers sustentou na época, a “mistura” social e a agitação por direitos políticos para afro-americanos eram precisamente o que o movimento da classe trabalhadora necessitava pragmaticamente. Como uma estratégia para organizar todos os trabalhadores, a posição da “igualdade de estômago, mas não social ou política” estava profundamente fora de contato com o mundo real. Ela ignorava, por exemplo, o fato óbvio de que as irmandades e outras “uniões de elevação” do final do século XIX eram claramente organizações nas quais o socorro mútuo e interação fora do trabalho eram profundamente importantes. Como Spero e Harris observaram, em tais instâncias as “características sociais e morais” estavam “tão evidentes quanto as econômicas,” tanto que as uniões se sentiam “tão justificadas para eliminar os negros quanto os maçons [ou] membros de outras confrarias”⁶⁶. Os locais de trabalho, da mesma forma, eram espaços intensamente sociais, muitas vezes abarrotados, e o trabalho às vezes envolvia o compartilhar de tudo, desde os baldes d’água até os refeitórios. O sindicato dos sopradores de vidro defendia a exclusão com base na premissa de que “o tubo no qual o vidro é soprado passada de boca em boca e ninguém a usaria após um negro.” A intimidade do trabalho nos trens habilitava os sindicalistas ferroviários exclusivistas a basear os seus apelos públicos na noção de que o trabalho comum entre brancos e negros era a “igualdade social” *ipso facto*. Onde quer que homens negros e mulheres brancas trabalhassem juntos, as questões sobre a “mistura” inapropriada dividia os trabalhadores e enfraquecia os sindicatos⁶⁷. A natureza inevitavelmente social do trabalho e dos sindicatos encontrou expressão eloquente, embora não para uma boa finalidade, nas observações de um trabalhador especializado de Michigan que respondeu às requisições por um debate sobre a questão de raça pelos editores da revista da *International Brotherhood of Electrical Workers* [Irmandade Internacional dos Trabalhadores Elétricos]. Registrando porque a discriminação social tinha consequências inevitavelmente econômicas e sindicais, ele escreveu, “Se permitirmos a homens de cor entrar no nosso sindicato, nós não nos sentiremos tão dispostos a fazer coisas boas por eles quanto por homens brancos, e não poderíamos

66. Spero; Harris, *Black Worker*, 67. Sobre a “mistura” e Isaac Myers, ver Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 35.

67. Spero; Harris, *Black Worker*, p. 58, 66-68; Boyle, “The Kiss”, *passim*; McKay, Claude. *The Negroes in America*, McLeod, Alan (Org.). Trad. Robert J. Winter. Port Washington, 1979, p. 38; Foner; Lewis (Org.), *The Black Worker*, v. 1, p. 372. Sobre os custos da falta de “pontes” entre trabalhadores brancos e negros, ver o requintado livro de Peter Rachleff, *Black Labor in Richmond, 1865-1890*. Urbana, 1989, p. 137-38.

esperar que eles aderissem à nossa união em caso de problemas se nós não os tratarmos como ‘brancos’”⁶⁸.

No que concerne à igualdade política, a impraticabilidade de se falar sobre lutas puramente econômicas ainda é mais clara. Ao criticar o *Freedmen Bureau* [Agência dos Libertos] como uma fraude pela qual os trabalhadores (brancos) pagariam, William Sylvis não evitou a controvérsia política, mas tomou partido nela, dando crédito às preocupações do presidente Andrew Johnson, que lançou de forma pioneira a noção de “racismo às avessas” durante aqueles anos. A oposição de Sylvis aos negros nos júris levanta questões mais concretas, por que ele não apenas ridicularizou o exercício de um direito democrático básico, mas de um direito com implicações significativas para o movimento operário. No norte da Flórida durante a Reconstrução, por exemplo, os jurados afro-americanos votaram pela libertação de acusados em casos importantes, expandindo as opções táticas dos trabalhadores em greve⁶⁹. A negação da existência da Klan por Sylvis e a recusa mais ampla da NLU a compreender o apoio dos trabalhadores ao Partido Republicano no contexto do terror e da necessidade de preservar direitos fundamentais eram igualmente ingênuos se a organização dos trabalhadores negros era a meta a ser alcançada⁷⁰.

As bases nas quais DuBois fundamenta sua defesa da centralidade do trabalho negro durante a Reconstrução são visionárias e extraordinárias no seu fôlego, tanto assim que uma parcela expressiva dos historiadores do trabalho as veriam como suspeitas, ou como fora do ponto no que diz respeito à organização da classe trabalhadora. Ele sustenta que uma parcela significativa da população escrava realizou uma “greve geral” que teve um impacto decisivo na emancipação e que em vários momentos durante a Reconstrução o Partido Republicano expressou profundo apoio material e moral aos libertos, funcionando de fato como um partido trabalhista. Assim os pequenos sindicatos brancos, que DuBois tratou de forma depreciativa como “sindicatos de ofício e raça,” subordinaram um movimento social de proporções históricas aos seus interesses mezinhos⁷¹.

68. Citado em Grace Palladino, “Forging a National Union: Electrical Workers Confront Issues of Craft, Race and Gender, 1890-1902”, *Labor’s Heritage*, n. 3, 1990, p. 13-14.

69. Foner, Eric. *Reconstruction*, p. 480; (Chicago) *Workingman’s Advocate*, 27 de março de 1869; Foner e Lewis, *Black Workers*, v. 2, p. 144-48; DuBois, *Black Reconstruction*, p. 283 (sobre Johnson); sobre a NLU e a acusação de racismo às avessas contra um líder proeminente da CNLU, ver Spero; Harris, *Black Worker*, p. 29.

70. Foner, Eric. *Nothing But Freedom: Emancipation and Its Legacy*. Baton Rouge, 1983, p. 85-100. Sobre o poder de Estado, a violência e o trabalho negro durante a Reconstrução, ver Saville, Julie. *The Work of Reconstruction: From Slave to Wage Labor in South Carolina, 1860-1870*, Cambridge, 1994, p. 177-89.

71. DuBois, *Black Reconstruction*, p. 55-83, 357-70, 381-486, citação de p. 596; cf. Spero; Harris, *Black Worker*, p. 28.

A visão de DuBois, era politicamente mais avançada do que a sua contraparte branca, e lutava em relação a questões da classe trabalhadora (incluindo a redistribuição da terra) que estavam claramente colocadas e eram centrais à política da Reconstrução. A CNLU também assumiu posições mais esclarecidas sobre a exclusão chinesa, sobre a questão vital dos direitos das mulheres trabalhadoras e, acima de tudo, sobre a unidade branco-negra, do que fez a NLU⁷². O exemplo moral e a retórica do “júbilo” inspirado pelo povo liberto colocavam em segundo plano qualquer dinamismo que o movimento operário branco pudesse possuir⁷³. E o “ímpeto moral” proporcionado a todos os trabalhadores pelos escravos emancipados não era uma imaginação *post facto* de DuBois, mas sim uma característica do período que recebeu atenção de figuras que abarcavam de Andrew Cameron a Karl Marx⁷⁴. Do mesmo modo, não era apenas DuBois que via as coisas assim, mas também os ativistas anteriores como Frederick Douglass e o mártir branco do *Haymarket*, Albert Parsons⁷⁵ que fez uma defesa dos republicanos como partido trabalhista no pós-guerra⁷⁶.

Mas um argumento de longe mais estreito que não se distancia muito da lógica do movimento operário branco durante a Reconstrução talvez seja mais bem recebido entre os historiadores do trabalho. Os líderes sindicais brancos (usualmente no Norte) frequentemente justificavam políticas excludentes apontando a necessidade de levar em conta as opiniões do movimento operário “sulista” em consideração.⁷⁷ Eles naturalmente queriam dizer a opinião sulista branca. Mas a população branca não era o centro do apoio aos

72. DuBois, *Black Reconstruction*, p. 357-70, esp. p.368; Messer-Kruse, “Chinese Exclusion”, p. 22, 28; Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 34-37; Hill, “Problem of Race”, p. 193-95. A cooperativa que Isaac Myers encabeçava, formada como resultado de uma greve de ódio dos brancos, empregava trabalhadores brancos; Foner; Lewis (Org.). *Black Workers*, p. 155-56.

73. Roediger, *Wages of Whiteness*, p. 173-76.

74. Para Cameron, ver Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, 20; para Marx, ver Padover, Saul K. (Org.), *Marx on America and the Civil War*, Nova York, 1972, p. 244. A CNLU denominava a exclusão “um insulto a Deus, injúria a nós e desgraça para a humanidade”. Ver Valien, Preston. “The ‘Mentalities’ of Negro and White Workers”, *Social Forces*, n. 29, p. 436, maio 1949.

75. Um dos oito líderes operários condenados à morte em uma manobra judicial em função da explosão de uma bomba de autoria desconhecida e do tiroteio que se seguiu, causando onze vítimas fatais, em uma manifestação ocorrida em Chicago em 1886. O caso que deu origem ao estabelecimento do Primeiro de Maio como data internacional de celebração da luta pela jornada de oito horas de trabalho (N.T.).

76. Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 43; Roediger, David. “Albert Parsons”. In: Roediger; Rosemont, Franklin (Org.). *Haymarket Scrapbook*. Chicago, 1986, p. 27. No mesmo volume, ver Roediger, “Strange Legacies: The Black International and Black America”, p. 93-96.

77. Palladino, “Forging a National Union”, p.14; Roediger, “Racism, Reconstruction and the Labor Press”, p. 70. Ver também Foner; Lewis (Org.). *Black Workers*, v. 3, p.131; Marshall, Ray. “The Negro in Southern Unions”, In: Jacobson, Julius (Org.). *The Negro and the American Labor Movement*. Nova York, 1968, p. 138-39.

sindicatos no Sul da Guerra Civil até o final da década de 1890. Convenções estaduais dos trabalhadores, greves militantes, e a organização dos *Knights of Labor* atraía de forma mais consistente o apoio afro-americano do que o dos brancos.⁷⁸ A ilustração mais clara da nossa falta de apreço por esse padrão jaz na história dos fura-greves. No seu recente estudo sobre tal atividade, o economista Warren Whatley conta trinta e seis casos de afro-americanos furando greve entre 1865 e 1891. Apenas dois deles ocorreram no Sul, a região que DuBois via como chave para a erupção de um movimento operário genuinamente nacional no pós-guerra. Uma revisão casual da literatura secundária sobre aqueles anos mostra ao menos uma dúzia de greves de trabalhadores sulistas negros nas quais os trabalhadores brancos agiram como fura-greves ou nas quais milícias e turbas brancas atacaram os grevistas (assim como uns dois casos a mais do tipo que Whatley estudou)⁷⁹. Que esse padrão tenha atraído tão pouca atenção dos historiadores, e que não tenha atraído nenhuma de um movimento operário branco confessadamente curvado a cortejar “os trabalhadores sulistas,” é um exemplo perfeito do efeito do ponto cego branco.

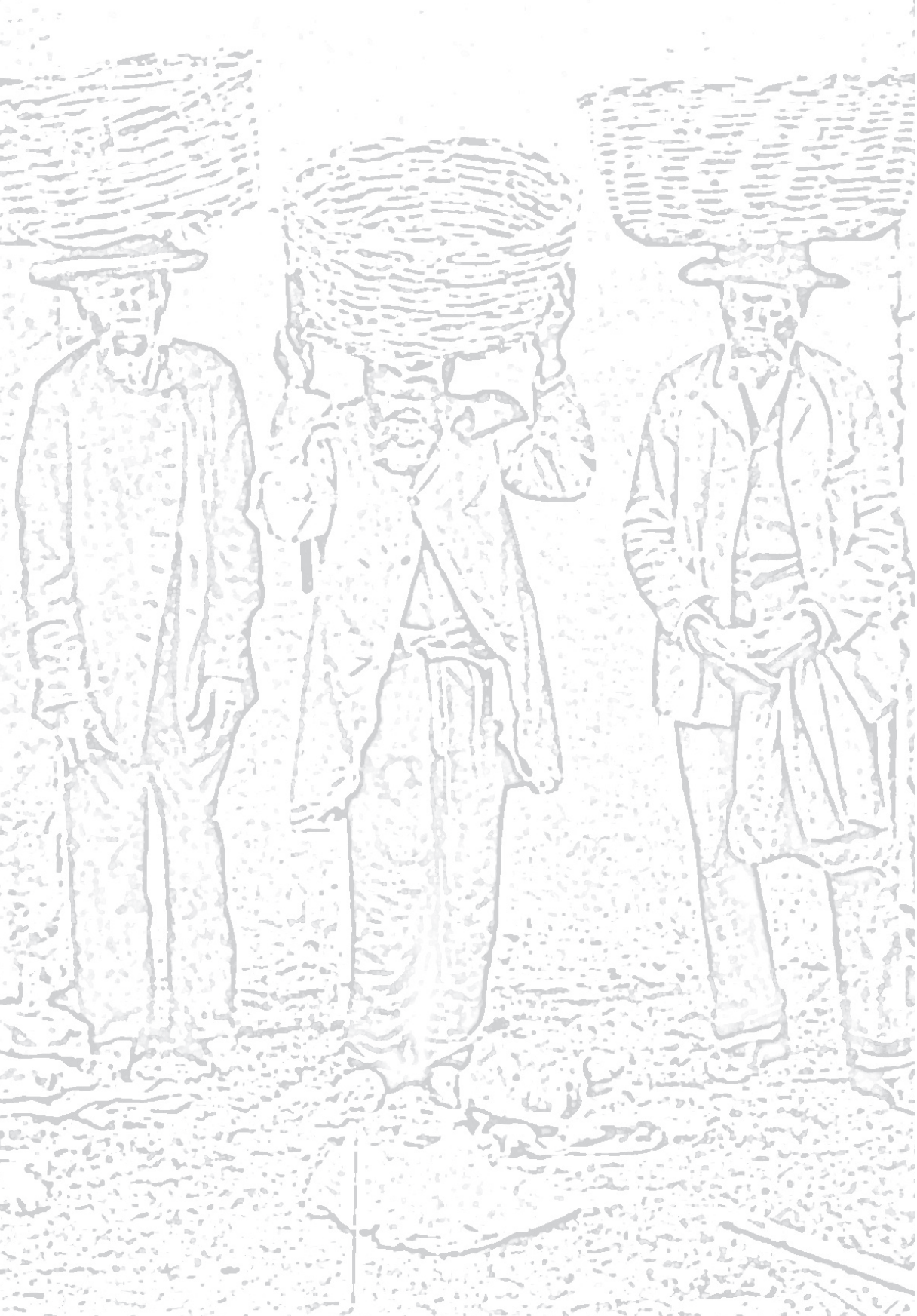
Eu não reivindico que a extensão do fenômeno de brancos furando greves negras quando comparado com o seu oposto (ou às muitas situações pantanosas) possa ser conhecida tão facilmente. Mas eu argumento que nós agora sabemos que os brancos não apenas furavam as greves de outros brancos, mas também as dos negros. Se nós olharmos para as greves histórica e regionalmente nós sabemos que a questão “Os negros eram fura-greves?” nem sempre é a mais adequada ou necessariamente a melhor para se levantar sobre raça e a prática de furar greves. Nem, por certo, eu defendo que DuBois disse a última palavra sobre raça e trabalho na Reconstrução há seis décadas. O importante trabalho histórico recente sobre gênero e trabalho após a Guerra

78. Sobre o dinamismo e a militância dos negros do pós-guerra no Sul, incluindo muitas greves com passetas, algumas delas armadas, ver Foner, Eric. *Nothing But Freedom*, p. 83-106; Saville, *Work of Reconstruction*, p. 111; Foner; Lewis (Org.). *Black Workers*, v. 1, p. 344-64; v. 2, p. 144, 162-64, 183, 277-78, v. 3, p. 65, 75, 275; Bennett Jr., Lerone. *The Shaping of Black America*. Chicago, 1975, p. 247; Foner, Eric. “Black Labor Conventions during Reconstruction”. In: Kent, Ronald C.; et al. (Org.). *Culture, Gender, Race and U.S. Labor History*. Westport, 1993, p. 91-104; Foner, Eric. *Organized Labor and the Black Worker*, p. 47-63; Rachleff, *Black Labor in Richmond*, esp. p. 28-29.

79. Whatley, Warren C. “African-American Strikebreaking from the Civil War to the New Deal”, *Social Science History*, n. 17, 1993, p. 530-32; Foner; Lewis (Org.). *Black Workers*, p. 15, 18-20; Foner, Eric. *Nothing But Freedom*, p. 106; Foner; Lewis (Org.). *The Black Worker*, v. 1, p. 357-58; v. 2, p. 141-47; v. 3, p. 53, 66-67, 91-93, 141, 272; McLeod, Jonathan W. *Workers and Workplaces in Reconstruction-Era Atlanta: A Case Study*. Los Angeles, 1989; Olson; Howard, “Armed Elites Confront Labor”, p. 52-56; Shofner, Jerrell H. “Militant Negro Laborers in Reconstruction Florida”, *Journal of Southern History*, n. 39, 1973, p. 397-408; *Minutes of the General Council of the First International, 1870-1871*. Moscou, s.d., p. 228; Tindall, George. *South Carolina Negroes, 1877-1900*. Columbia, 1952, p. 138. Os dois contra-exemplos dos fura-greves afroamericanos não listados em Whatley estão em McLeod, *Workers and Work places*, 98; Foner; Lewis (Org.). *The Black Worker*, v. 3, p. 52.

Civil complica grandemente a narrativa de DuBois. Mas eu argumento que DuBois disse brilhantemente certas coisas sessenta anos atrás porque ele tinha ido além da visão do trabalho como branco. Com o auxílio das transformações demográficas, nós podemos começar a ver a profundidade da sua intuição. Trinta anos atrás, David Montgomery escreveu *Beyond Equality: Labor and the Radical Republicans, 1862-1872* [Além da igualdade: O trabalho e os Republicanos Radicais, 1862-1872]. Embora profundamente influenciado por DuBois, Montgomery não discutiu a *Colored National Labor Union*, apesar do seu subtítulo. Uma década atrás, Philip S. Foner e eu, ambos profundamente influenciados por DuBois, não obstante supusemos que a história do dia do trabalho nos Estados Unidos poderia ser contada sem atenção ao que nós chamamos de “o sistema de trabalho muito diferente da escravidão afro-americana.”⁸⁰ Daqui a uma década ou a três décadas, os historiadores do trabalho contarão histórias muito diferentes, não porque uma nova classe trabalhadora mude os fatos do passado, mas porque novas oportunidades para enxergar o passado estão sendo abertas.

80. Hill. *Problem of Race*, p. 197, p. 206; Montgomery. *Beyond Equality: Labor and the Radical Republicans, 1862-1872*. Nova York, 1967; Roediger, David; Foner, Philip S. *Our Own Time: A History of American Labor and the Working Day*. Londres, 1989, p. xi. Ver também Stanley, Amy Dm. “Conjugal Bonds and Wage Labor: Rights of Contract in the Age of Emancipation”, *Journal of American History*, n. 75, 1988, p. 471-500, para uma noção das questões profundas suscitadas pelo estudo de gênero e trabalho.



QUE DIFERENÇA FAZ? OS ESTUDOS BIOGRÁFICOS NA HISTÓRIA DO TRABALHO BRASILEIRA

Benito Bisso Schmidt

Quero iniciar esse texto com duas observações. A primeira foi retirada de um artigo da historiadora Louise Tilly, parte de um debate com Joan Scott e Eleni Varikas sobre história de gênero e história das mulheres. Nele, a autora faz o seguinte relato:

Assisti, recentemente a um seminário no qual um historiador das mulheres apresentava uma brilhante interpretação dos escritos polêmicos de Olympe de Gouges e da recepção que tiveram (sem falar da que teve a autora) durante a Revolução Francesa. Um historiador da revolução, velho e rude, levanta-se no momento das questões e pergunta, com sua entonação fanhosa do leste dos Estados Unidos: “Agora que eu sei que as mulheres participaram da revolução, *que diferença isto faz?*”¹

A segunda consideração diz respeito especificamente à biografia: já não parece ser mais necessário dizer que esse gênero voltou ao primeiro plano da cena historiográfica, depois de um longo período de ostracismo derivado da preferência conferida pelas correntes dominantes da disciplina histórica

1. Tilly, Louise A. “Gênero, história das mulheres e história social”, *Cadernos Pagu*, v. 3, 1994, p. 29. Itálico no original.

– como o marxismo e a *École des Annales* –, às estruturas socioeconômicas, à metodologia quantitativa, às temporalidades de média e longa duração, e aos atores e movimentos coletivos. Esse dito “retorno” da biografia articula-se com uma transformação historiográfica mais ampla que não é preciso detalhar aqui, mas que Roger Chartier sintetizou, já faz alguns anos, dessa forma:

O objeto da história [...] não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos².

No âmbito da história do trabalho – e aqui não faço distinção entre trabalho livre e trabalho escravo – essa mudança de perspectiva também se verificou e um de seus resultados foi a proliferação de estudos que, a partir da reconstrução de percursos individuais, procuram compreender questões mais amplas a respeito das épocas em que viveram os personagens enfocados.

Minha proposta é, então, articular essas duas observações, adaptando para o debate que interessa a este livro a impertinente, mas importante questão do ranzinza historiador norte-americano mencionado por Tilly: *que diferença faz para a história do trabalho conhecer melhor as trajetórias individuais de determinados trabalhadores escravos, libertos ou livres; militantes ou não de causas como o abolicionismo ou a “emancipação” operária?* Obviamente não tenho a pretensão de solucionar esse problema. Busco simplesmente indicar algumas respostas possíveis visando a fomentar o debate sobre a importância da biografia no âmbito da história do trabalho. Mas, de início, já adianto a minha posição: acredito que, *potencialmente*, os estudos biográficos podem, sim, fazer diferença na nossa compreensão da história do trabalho brasileira – afirmação que pode soar um tanto óbvia, uma vez que estou “advogando em causa própria”, pois venho me dedicando há alguns anos a pesquisas de caráter biográfico³. Porém, enfatizo a palavra *potencialmente*, pois essa diferença – no sentido de ganhos de conhecimento – não está dada de antemão, de maneira natural, pelo simples fato de se fazer a biografia de um trabalhador; ela só se realiza quando a pergunta aqui proposta situa-se no horizonte investigativo

2. Chartier, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

3. Ver Schmidt, Benito. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000; Schmidt, Benito. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarina, 2004.

do historiador: faço essa biografia para quê? Que âmbitos, problemáticas, processos, causalidades e relações o estudo de determinada trajetória individual permite vislumbrar de maneira diferenciada em relação a outros enfoques não biográficos? No que tange mais especificamente à problemática dessa coletânea, também creio que os estudos biográficos permitem cruzar fronteiras e superar dicotomias tradicionais da historiografia do trabalho, conforme tentarei demonstrar na última parte do texto.

A fim de dar conta minimamente da questão proposta, vou parodiar o título de conhecido artigo do historiador italiano Giovanni Levi e apresentar uma tipologia de *usos possíveis da biografia na história do trabalho*⁴, os quais, do meu ponto de vista, podem fazer a diferença na compreensão desse campo.

Inicialmente, é preciso citar o *uso militante das biografias*, que não é recente e, do meu ponto de vista, pouco contribui para o avanço do conhecimento sobre a história do trabalho. Trata-se de biografias escritas em geral por militantes que, na perspectiva da “história mestra da vida”, procuram apresentar as trajetórias de lutadores sociais e militantes como exemplos de dedicação à causa dos trabalhadores ou dos oprimidos de maneira geral, como modelos de conduta aos homens do presente. Nesse caso, ressalta-se a coerência dos indivíduos biografados, engajados desde sempre em lutas heroicas contra a opressão dos dominantes, capazes até de se entregarem ao martírio em nome das causas defendidas. Ou seja, repete-se aqui a mesma perspectiva da história tradicional, voltada aos grandes feitos dos heróis, só que com sinal contrário. No âmbito da história operária, essas biografias aparecem na forma de livros ou artigos publicados em jornais mantidos por trabalhadores⁵, mas deve-se incluir neste rol, também, as biografias de heróis negros, em especial Zumbi dos Palmares, veiculadas pelo movimento negro, consideradas emblemáticas das lutas contra a escravidão.

Já no âmbito acadêmico, pode-se mencionar, em primeiro lugar, o *uso prosopográfico da biografia*. Nesta perspectiva, segundo Levi,

as biografias individuais só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes. Portanto não se trata de biografias verídicas, porém mais precisamente de uma utilização de dados biográficos para fins prosopo-

4. Levi, Giovanni. Usos da biografia. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

5. Para uma análise desta produção, ver: Schmidt, Benito Bisso. “Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro”, *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, v. 16, p. 233-244, 1998.

gráficos. Os elementos biográficos que constam das prosopografias só são considerados historicamente reveladores quando têm alcance geral⁶.

No Brasil, o uso desta abordagem na história do trabalho ainda é muito raro, devido, sobretudo, à falta de bases de dados que possam subsidiar pesquisas prosopográficas. Por isso, vou citar o caso da França para exemplificar as potencialidades desse uso da biografia.

Naquele país, diversos estudos com essa ótica foram realizados tendo por base o monumental *Dicionário biográfico do movimento operário francês*⁷, cuja elaboração começou em 1955, mais conhecido como “Maitron”, em homenagem a seu idealizador e primeiro diretor, o historiador Jean Maitron (1910-1987). Esse autor – ele próprio um ex-militante comunista, que rompeu com o PCF no momento do pacto germano-soviético – concebeu uma obra na qual deveriam estar registradas as biografias de *todos* os indivíduos que deixaram vestígios de sua participação no movimento operário daquele país a partir da Revolução Francesa, ainda que tal participação tenha sido episódica ou de pouca importância efetiva. No contexto da primeira metade da década de 1950, tal escolha tinha um sentido político específico: ao buscar apreender o conjunto da militância e não apenas as lideranças, Maitron respondia a um movimento operário profundamente marcado pelo stalinismo, no qual o culto da personalidade e a falsificação de biografias e de fotografias eram elementos centrais⁸.

O trabalho de elaboração do Maitron, que se prolonga até os dias de hoje, influenciou profundamente a maneira de se conceber o biográfico neste campo de estudos, sobretudo em dois aspectos: na ideia de que qualquer militante é digno de uma biografia e no interesse pela biografia coletiva, prosopográfica, antes reservada, quase que exclusivamente, ao estudo das elites⁹.

6. Levi. *Op. cit.*, p.174.

7. O dicionário é publicado pelas Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières e, depois da morte de Maitron, passou a ser dirigido por Claude Penneret. Para dar um exemplo da grandiosidade do empreendimento, no que se refere ao período de 1789 a 1939, a obra inclui 110 mil verbetes, tendo como base o trabalho coletivo de 450 colaboradores, acadêmicos ou não. Essa iniciativa incentivou outras experiências semelhantes em diferentes países (como Alemanha, Bélgica, China, Grã-Bretanha, Áustria, Japão e Marrocos), ou tratando de setores profissionais específicos (como eletricitistas e professores). Mais recentemente, a equipe do Maitron lançou o CD-Rom do Dicionário e prepara as biografias dos militantes que atuaram a partir de 1940.

8. Penneret, Claude. L'expérience du Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier et la mémoire ouvrière. In: V. V. A. A., *Mémoires des solidarités*. Ramonville Saint-Agne: Erès, 1997, p. 21.

9. Charle, Christophe. Du bon usage de la biographie sociale comparée ou les trois âges de la biographie collective. In: Dreyfus, Michel; Penneret, Claude e Viet-Depaule, Nathalie (dirs.). *La part des militants*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 1996.

A abundante base de dados oferecida pelo *Dicionário* permitiu a elaboração de interessantes trabalhos prosopográficos, que cruzam, geralmente com tratamento estatístico, variáveis como origem geográfica, categoria socioprofissional, idade, gênero, orientação ideológica e partidária, entre outras. Como exemplo, cito a obra coletiva organizada por Michel Dreyfus, Claude Penner-tier e Nathalie Viet-Depaule, *La part des militants*, na qual podemos encontrar textos como “Os mutualistas no *Dicionário*” (Michel Dreyfus), “As mulheres sindicalistas cristãs no *Maitron*” (Joceline Chabot), “Os militantes da JOC no *Maitron*” (Jean Nizey), entre outros¹⁰.

No Brasil, o *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 – militantes e organizações*, organizado por Claudio Batalha em 2009, é a primeira tentativa produzida na academia de suprir essa lacuna¹¹. Nesse caso, como em outros semelhantes (e digo isso pois também estou envolvido na produção de um dicionário deste tipo para o Rio Grande do Sul, juntamente com Sílvia Petersen e Beatriz Loner¹²), a questão complicada é: quem entra e quem não entra? Quem são enfim os “verbetesáveis”? Tais perguntas devem ser pensadas à luz das condições locais de realização desse tipo de obra, quando não contamos, por exemplo, com uma rede de pesquisadores (acadêmicos e diletantes) extensa como na França, sem falar na dimensão continental de nosso país.

Batalha optou por reunir “obscuros e ativos”, além de entradas referentes a organizações operárias, totalizando 839 verbetes biográficos, que incluem desde “celebridades” como Edgar Leuenroth até o obscuro Francisco da Costa Mendes, de quem só sabemos que foi “sócio-fundador da Sociedade Beneficente dos Empregados do Fumo”. Ao justificar o empreendimento, Batalha salientou:

Através das biografias dos trabalhadores pode-se apreender muito sobre a classe operária no passado, na medida em que, de certo modo, estamos lidando com biografias coletivas. Aqueles incluídos nos verbetes biográficos do dicionário certamente não são toda a classe operária, nem tam-

10. Dreyfus, M.; Penner-tier, C. e Viet-Depaule, N.. *Op. cit.*

11. Há dicionários ou obras assemelhadas escritas na perspectiva do uso militante da biografia, caracterizada anteriormente. Por exemplo: Marçal, João Batista e Martins, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre: Libretos, 2008, e Rodrigues, Edgar. *Os companheiros*. Florianópolis: Insular, 1997.

12. Sobre os avanços e dificuldades na elaboração deste dicionário, ver: Loner, Beatriz Ana. Como individualizar agentes de projetos coletivos: a história do Dicionário Biográfico do Movimento Operário no Rio Grande do Sul. In: Schmidt, Benito. (org.). *Novas questões de teoria e metodologia de história e historiografia* - homenagem a Sílvia Petersen. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 127-140.

pouco são os operários típicos, mas seguramente são representativos de sua classe. Se a classe não pode ser reduzida aos “obscuros e ativos” que figuram neste e noutros dicionários, isso não quer dizer que não consigamos encontrar parte da experiência de classe nas experiências individuais e coletivas dos biografados¹³.

A partir desta citação, parece-me que seria importante discutir um pouco mais sobre noções como operário “típico” ou “representativo” de sua classe. Quais os critérios para estabelecer essa tipicidade ou representatividade? Parece-me (e isso não significa, de forma alguma, desqualificar o método prosopográfico, o qual, como todo método, torna visíveis alguns aspectos do objeto e invisíveis outros) que, nessas análises, aquilo que constitui a essência da biografia – a individualidade – permanece submersa no coletivo; um coletivo enriquecido e complexo, menos fundado nas grandes generalizações e mais nos dados empíricos e na diversidade das experiências humanas, mas ainda assim um coletivo. Portanto, mesmo que para o movimento operário francês o *Dicionário* se constitua em um lugar de memória privilegiado, pautado pela crença na ação militante e na ética da responsabilidade individual¹⁴, em seu uso acadêmico ele tem se prestado, sobretudo, à pesquisa do coletivo, o que parece ser a proposta também de seu similar brasileiro.

Ainda no que tange à realidade francesa, observa-se que, na década de 1990, proliferaram estudos biográficos sobre personagens importantes vinculados ao movimento operário europeu, como aqueles publicado na coleção “La part des hommes”¹⁵. A revista *Mouvement Social*, tradicionalmente ligada à história operária e do trabalho, também lançou um dossiê sobre o tema em 1999¹⁶. Tais pesquisas mostram que pensar o indivíduo tem se revelado um empreendimento atual e necessário à renovação desse âmbito historiográfico. Porém,

13. Batalha, Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário*. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Perseu Abramo, 2009, p. 10.

14. Perrot, Michelle. Le Dictionnaire comme “lieu de mémoire”. In: Dreyfus, M.; Penetier, C. e Viet-Depaule, N.. *Op. cit.*, p. 13 e p. 19.

15. Nesta coleção foram publicados, segundo o catálogo de 1999, os seguintes títulos: *Eugène Descamps, chrétien et syndicaliste* (Frank Georgi), *Lissagaray, la plume et l'épée* (René Bidouze), *Jules Guesde, l'apôtre et la loi* (Claude Willard), *Madeleine Pelletier, une féministe dans l'arène politique* (Claude Maignien e Charles Sowerwine), *Léon Sédov, fils de Trotsky, victime de Staline* (Pierre Broué), *Renaud Jean, le tribun des paysans* (Gérard Belloin), *Marceau Pivert, “socialiste de gauche”* (Jacques Kergoat), *Clara Zetkin, féministe sans frontières* (Gilbert Badia), *Gracchus Babeuf avec les égaux* (Jean-Marc Schiappa), *Moi, Clément Duval, Bagnard et anarchiste* (apresentado por Marianne Enckell), *Eugène Varlin, chronique d'un espoir assassiné* (Michel Cordillot), *Rosa Luxemburg, épistolière* (apresentado por Gilbert Badia) e *Pierre Monatte, une autre voix syndicaliste* (Colette Chambelland).

16. Dossiê “De l'usage de la biographie”, *Mouvement Social*, n. 186, jan.-mar. 1999.

elas também reafirmam um dilema: será que apenas as elites do movimento operário, os militantes mais destacados, podem ser objetos de biografias individuais enquanto, às bases e aos trabalhadores comuns, de modo geral, só restaria o tratamento coletivo?¹⁷ O problema da falta de fontes é o único entrave para a democratização do enfoque biográfico ou tal *démarche* seria obstaculizada também pela dificuldade de se legitimar a análise das experiências dos “comuns”?¹⁸

Já fiz algumas referências ao que Levi chama de *biografia “modal”*, pautada na noção de *representatividade do personagem biografado*. De acordo com o autor, “[...] a biografia não é, nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo”. No mesmo sentido, a historiadora Adriana Barreto de Souza afirma:

A escolha de uma trajetória de vida pelas pesquisas que trabalham com a ideia de representatividade ocorre em função não do que há de singular nessa trajetória. Seu valor está no fato de sintetizar várias outras biografias, presentes no texto através apenas de números e quadros estatísticos. Dessa forma, o que legitima seu estudo continua sendo procedimentos clássicos da história social, pautados na generalização¹⁹.

A pergunta que não quer calar, como ressaltai anteriormente, é: como demonstrar a representatividade de um trabalhador em relação a sua classe, categoria profissional, posição ideológica, grupo étnico, entre outras conformações coletivas? Escolhendo aquele que mais concentra as médias determinadas estatisticamente? Ou partindo de pressupostos mais abstratos como a ideia da “jaula flexível e invisível” de Ginzburg, que limitaria as variações individuais, já que “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”²⁰?

17. Ainda em 1963, François Furet afirmou que a noção de classes subalternas evoca toda uma ideia de quantidade e de anonimato. Furet, François. Pour une définition des classes inférieures à l'époque moderne, *Annales ESC*, v. 18, n. 3, 1963.

18. Alguns estudos produzidos nas últimas décadas mostraram que, apesar da exiguidade de fontes, é possível realizar biografias de personagens comuns, desprovidos de qualquer projeção social ou política. Um exemplo é o trabalho de Corbin, Alain. *Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot, sur les traces d'un inconnu, 1798-1876*. Paris: Flammarion, 1998.

19. Souza, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, UCS, v. 2, n. 3, jan.-jun. 2003, p. 96. Segundo François Dosse, na biografia modal “o singular torna-se uma entrada no geral, revelando ao leitor o comportamento médio das categorias sociais de um momento”. Dosse, François. *Le pari biographique: écrire une vie*. Paris: La Découverte, 2005, p. 213 [tradução minha].

20. Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 27. Usei esta formulação em *Em busca da terra da promessa*. *Op. cit.*, p. 23.

Como alternativa a essa perspectiva, podemos pensar no uso “coral” da *biografia*, conforme expressão da historiadora Sabina Loriga. Nesse enfoque, o singular é concebido como um elemento de tensão: “o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado”. A autora ainda acrescenta:

Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que .o nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.²¹

Nesta ótica, é possível mostrar, por exemplo, a diversidade que se esconde por detrás de uma identidade político-ideológica. Busquei exercitar tal enfoque em minha tese de doutorado, acompanhando os percursos de duas lideranças socialistas destacadas no movimento operário de Porto Alegre no final do século XIX e primeiras décadas do XX: o artesão qualificado afro-descendente que aprende alemão, fala de Marx, se torna o grande líder dos socialistas e depois adere ao partido governamental – o Partido Republicado Rio-Grandense – de inspiração positivista (Francisco Xavier da Costa) e o literato boêmio, romântico, de formação militar, que é convidado a liderar a primeira greve geral do Rio Grande do Sul em 1906 sem ter nenhuma ligação anterior com o movimento operário e com o pensamento socialista, sobretudo por seu carisma pessoal e por seus dotes de oratória, e que, depois de muitas aventuras, compõe a equipe do Ministério do Trabalho de Lindolfo Collor no pós-1930. Por esta breve caracterização, já ficam claras algumas das fortes diferenças que podiam se ocultar por detrás do rótulo “socialista”, os inúmeros anseios e experiências individuais que, em determinado momento, convergiram nesse projeto coletivo.

Neste caso específico, tal enfoque ajuda a evidenciar a diversidade e a complexidade da militância operária. Afinal, como ressalta Marco Aurélio García, essa, por mais disciplinada que seja,

[...] não é o resultado da ação de autômatos, de indivíduos abstratos que atuam mecanicamente em função de sua “consciência de classe”, ou das

²¹ Loriga, S.. *Op. cit.*, p. 249.

diretrizes políticas que emanam do partido, tudo isso dentro de um determinado contexto político nacional e internacional. Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadores de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de “determinações” que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas de *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada²².

Esta citação já remete a outro uso possível da biografia no âmbito da história do trabalho: aquele que leva em conta a discussão, velha como o mundo, da relação entre o individual e o social, ou, mais precisamente, entre a ação dos sujeitos e as determinações coletivas. Por muito tempo, como se sabe, os trabalhadores foram pensados como meros epifenômenos de movimentos (ou de inércias) estruturais e/ou como simples integrantes de grupos sociais mais amplos que tinham (ou deveriam ter) determinados comportamentos e visões de mundo. Na historiografia contemporânea, as biografias servem justamente como via de investigação *dos espaços de liberdade possíveis aos agentes sociais em diferentes contextos*, mostrando que, por mais eficientes que sejam as políticas de domínio, existem sempre margens de manobra, opções e escolhas. Tal enfoque tem sido aplicado, por exemplo, por vários historiadores que se dedicam a reconstruir trajetórias de escravos e libertos, como nos estudos de Eduardo Silva sobre Dom Obá II, de João José Reis sobre Domingos Sodré e de Regina Xavier sobre Tito de Camargo Andrade²³. Nestes dois últimos casos, os autores mostram como os libertos Domingos e Tito, em função de seu reconhecimento social como curadores, adquiriram um considerável poder em suas comunidades, inclusive entre os brancos, o que lhes possibilitou uma não desprezível mobilidade espacial e social na sociedade escravista. Isso, obviamente, não significa negligenciar a violência das políticas de domínio vigentes nessa sociedade, o que fica claro, por exemplo, na repressão ao candomblé e na prisão de Domingos examinadas por Reis.

Nas palavras de Levi:

22. Garcia, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política, *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 8-9, 1997, p. 322.

23. Silva, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Reis, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; e Xavier, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Parece-me [...] que deveríamos indagar mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta; cultural e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. [...] A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições²⁴.

Neste sentido, os historiadores da escravidão e do período pós-abolição vêm se dedicando a rastrear percursos de escravos e libertos, evidenciando a diversidade de suas experiências, obscurecidas por interpretações gerais como a que postula uma dicotomia absoluta e anacrônica entre escravidão e liberdade ou a que advoga que, após a abolição, os libertos foram completamente excluídos socialmente.

Tal uso das biografias também tem contribuído para evidenciar a participação de trabalhadoras e de militantes mulheres nas ações do movimento operário, de diversos matizes ideológicos, e nas lutas, formais e informais, coletivas e individuais, dos trabalhadores escravizados por liberdade. Nesta linha, destacam-se, por exemplo, os estudos de Miriam Moreira Leite sobre a educadora anarquista Maria Lacerda de Moura, de Maria Elena Bernardes sobre a militante comunista Laura Brandão e de Júnia Furtado sobre Chica da Silva²⁵. Os dois primeiros mostram, por exemplo, que Maria e Laura tiveram que encontrar brechas para exercerem sua ação política não apenas na sociedade “burguesa” mais ampla, mas no próprio movimento operário, marcado que era por perspectivas e condutas machistas, que tendiam a invisibilizar as ações femininas. Já Furtado evidencia como Chica se valeu das possibilidades abertas às mulheres na sociedade escravista da época (século XVIII) – como a permissividade em relação aos favores sexuais prestados por escravas e o concubinato entre pessoas de origens sociais e raciais diferentes – para impor-se como uma personagem poderosa em sua comunidade.

Destas pesquisas resulta um panorama muito mais heterogêneo que expressa as margens de ação e de escolha possíveis aos subalternos, mesmo diante de sistemas normativos extremamente violentos e opressivos.

24. Levi. *Op. cit.*, p. 179-180.

25. Leite, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984; Bernardes, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Campinas: CMU Publicações, 2010; Furtado, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Neste ponto, o historiador ranzinza citado no início do texto poderia voltar à ação e novamente perguntar: que diferença isso faz? Em termos mais gerais, tal enfoque coloca em xeque a inevitabilidade e o determinismo históricos, mostrando que os processos macro-orientados se constituem a partir de múltiplas e imprevisíveis (ainda que não indeterminadas) relações tecidas no cotidiano da vida. No caso específico da história do trabalho, ele permite entender de forma mais nuançada, por exemplo, as formas de adesão a determinados projetos políticos, os mecanismos de conquista de liderança, as diferenças compreensões de trabalho livre e escravo, entre outras questões.

Por fim, ressalto o *uso da biografia para “romper fronteiras”*, e aqui invoco a preocupação central que norteia o presente livro. Mas de que fronteiras estamos falando? Penso em pelo menos três. Em primeiro lugar, refiro-me a fronteiras cronológicas que, por uma série de razões, foram estabelecidas e solidificadas, e passaram a aprisionar processos e personagens em períodos bem delimitados, impossibilitando a percepção de continuidades, rupturas, formação de tradições etc. As que mais debatemos em nosso campo são aquelas instituídas pelos marcos de 1888 (trabalho escravo x trabalho livre) e de 1930 (autonomia da classe trabalhadora x heteronomia da classe e submissão ao Estado), mas poderíamos acrescentar ainda 1964 (mobilização x submissão) e 1978 (velho sindicalismo x novo sindicalismo). Obviamente que o questionamento de tais “muros de Berlim historiográficos” não é novo e vem sendo efetivado por meio de variadas estratégias teóricas e metodológicas, as quais, obviamente, não dizem respeito somente, e talvez nem mesmo prioritariamente, à biografia. Mas acredito que a perspectiva biográfica pode ser uma arma significativa nesta batalha contra as fronteiras cronológicas tradicionais.

A seguir, refiro-me às fronteiras geográficas, as quais foram estabelecidas por um certo nacionalismo (e, em certos casos, regionalismo) metodológico, que também encarcera as temáticas da história do trabalho (mas não só) nos limites administrativos das unidades da federação e/ou dos Estados nacionais. Da mesma forma, o questionamento a esses marcos tem várias proveniências como a “história global” e a “história conectada”, não se restringindo aos estudos biográficos. Contudo, como demonstrou Sílvia Petersen em artigo seminal, a circulação internacional e estadual de trabalhadores teve efeitos importantes sobre o movimento operário e sobre a história dos trabalhadores de modo mais amplo, o que pode justificar o investimento na pesquisa das trajetórias desses indivíduos. Neste sentido, a autora indaga-se

Sobre o que poderia ter significado a mobilidade de trabalhadores, especialmente a que algumas categorias/ofícios experimentavam por vários

centros urbanos dentro e fora [dos estados]. Essa circulação pode apontar, por exemplo, para o estabelecimento de fortes laços comunitários entre esses trabalhadores [que chegavam] sem relações, sem dinheiro e com minguados salários. Pode ajudar a entender também diferentes manifestações de solidariedade entre eles [...] ²⁶.

Especificamente sobre os militantes, Petersen comenta:

Os fragmentos biográficos de líderes anarquistas [bem como de outras correntes ideológica] que aparecem nos estudos regionais enfatizam geralmente as circunstâncias locais de suas histórias de vida, mas revelam, mesmo residualmente, que eles viveram por longos períodos em outros estados ou mesmo no exterior. As implicações desse fato constituem um outro campo que não foi pesquisado. Suas trajetórias de militantes poderiam ser aprofundadas com estudos regionais, o que provavelmente ajudaria a compor um perfil mais nítido desses líderes, das próprias contradições que frequentemente são constatadas em suas trajetórias públicas, das redes de relações que construíram entre si, das influências que exerceram e a que estiveram submetidos ²⁷.

Enfim, talvez acompanhando os percursos de militantes e trabalhadores “comuns”, impelidos, muitas vezes, a uma forte mobilidade, em função de seus ofícios, da busca por melhores condições de vida e trabalho, das perseguições políticas e da própria atividade militante, poderíamos superar os limites geográficos tradicionais e compreender fenômenos como redes de solidariedade (e de repressão) e os efeitos de acúmulos de experiências nacional e regionalmente variadas na configuração do perfil político desses indivíduos.

Talvez esse raciocínio possa ser levado mais adiante quando se pensa, por exemplo, nos efeitos da circulação espacial de trabalhadores sobre a formação do mercado de trabalho, sobre as ações coletivas de indivíduos escravizados e sobre a possibilidade de escravos e ex-escravos adquirirem, mesmo que em alguns poucos casos, uma perspectiva verdadeiramente internacional sobre sua época, indo muito além dos limites impostos pelas senzalas. Este é o caso do *alufi* Rufino, cuja trajetória foi estudada por João José Reis, Flávio Gomes e Marcus Carvalho. Ele circulou por várias partes do Império brasileiro,

26. Petersen, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: Araújo, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 94.

27. Idem, p. 94-5.

como Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, e envolveu-se, após comprar sua alforria, com o tráfico internacional de escravos, o que lhe permitiu transitar pelo mundo atlântico. Em função desta mobilidade, dizem os autores, “Rufino certamente desenvolveu uma visão cosmopolita de um mundo dificilmente alcançada pela maioria dos africanos e, menos ainda, dos brasileiros seus contemporâneos”²⁸.

Por fim, deve-se levar em conta a possibilidade de ultrapassagem de fronteiras, na falta de um melhor nome, “sociológicas”, como aquelas estabelecidas, por exemplo, entre vida pública e vida privada, e entre militância e vida cotidiana.

Para exemplificar o rompimento das fronteiras antes mencionadas quero mencionar alguns estudos.

A pesquisa de Joseli Mendonça sobre o “Tribuno da República” Evaristo de Moraes é exemplar no sentido do romper a fronteira cronológica que separa o pré e o pós 1930, e mesmo o pré e o pós 1888, pois, como demonstra a autora, esse personagem levou sua experiência de militante do movimento operário durante a Primeira República para a sua atuação como um dos protagonistas da montagem da legislação trabalhista no pós-1930. Se, para uma determinada visão política, isso pode ter significado traição a ideais antes defendidos, Mendonça demonstra que a atuação de Evaristo nesses dois âmbitos – no movimento operário e no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio –, resguardadas as suas profundas diferenças, guarda também continuidade²⁹.

Tal aspecto também foi trabalhado por mim em minha tese de doutorado, focada, conforme já mencionei, na atuação de dois líderes socialistas gaúchos – Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco – os quais, após 1930, apoiaram o projeto varguista³⁰. O tema está sendo igualmente analisado por Aldrin Castellucci, em pesquisa sobre Agripino Nazaré, outro socialista destacado da Primeira República que participou da formulação e implementação do projeto corporativista de Vargas, atuando decisivamente no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio³¹. Esses estudos deixam claro que o corte de 1930 precisa ser relativizado, que a máquina estatal montada a partir dessa

28. Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos e Carvalho, Marcus Joaquim. *O alufã Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 355.

29. Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, Tribuno da República*. Campinas: Unicamp, 2007.

30. Schmidt, B. B. *Em busca.... Op. cit.*

31. Ver o trabalho de Castellucci, Aldrin. *Cidadania e política na trajetória de Agripino Nazareth (1886-?)*, apresentado em 2010 no encontro nacional do GT Mundos do Trabalho realizado na UFSC.

data não zerou simplesmente as experiências anteriores do movimento operário, mas procurou incorporá-las (ou, ao menos, algumas delas, já que em relação aos comunistas e anarquistas a postura foi mais de “eliminação” do que de “incorporação”) na nova configuração das relações entre Estado e trabalhadores, mesmo que discursivamente elas tenham sido apagadas pelas teses da “outorga” e da “doação”. Nesse sentido, os socialistas representaram um papel importante e a adesão de muitos deles a Vargas não se deve a um “peleguismo”, mas a uma crença genuína que aquele projeto poderia realizar as aspirações pelas quais tanto lutaram desde o final do século XIX. Afinal, mesmo que a ideia de revolução violenta tenha circulado em alguns movimentos promovidos por esses militantes, eles apostavam, sobretudo, em reformas políticas graduais que pudessem levar ao atendimento de reivindicações voltadas à melhoria das condições de vida e trabalho do operariado como a jornada laboral de oito horas, o descanso semanal remunerado e a proteção ao trabalho da mulher e da criança. Se Getúlio não era um “autêntico representante do operariado”, no sentido de não ter origem nesta classe, como os socialistas defenderam ao longo da Primeira República, ao menos ele trazia ao âmbito estatal essas reivindicações. Assim, é possível entender por que, depois de tantas derrotas, alguns importantes líderes dessa corrente ideológica emprestaram seu apoio ao projeto varguista.

Dessa forma, o foco em um indivíduo permitiu colocar em diálogo diferentes tradições historiográficas que, por muito tempo, pouco dialogaram. Segundo Mendonça, “estudar sua atuação [de Evaristo] me pareceu, então, do ponto de vista metodológico, uma boa maneira de estudar o período numa perspectiva diversa da abordagem temática [...]”³². Nesse estudo, ela também teve que ultrapassar a fronteira de 1888, já que a identidade social de Evaristo não pode ser descolada de sua origem étnica e da temática das relações e do preconceito racial. Além disso, precisou burlar a fronteira vida pública e vida privada, pois, em suas palavras, foi “[...] convencida de que o trabalho ganharia em densidade se também pudesse contemplar aspectos da vida pessoal de Evaristo de Moraes que, enfim, não estavam dissociados de sua vida pública”³³.

Já o trabalho de Edilene Toledo examina os percursos de três militantes italianos: Alceste de Ambris, Giulio Sorelli e Edmondo Rossoni na virada do século XIX para o XX. Para além de outros méritos, como permitir um melhor conhecimento do chamado sindicalismo revolucionário, seu estudo

32. Mendonça, J. M. N.. *Op. cit.*, p. 39.

33. Idem, *ibidem*.

possibilita compreender algumas vantagens do cruzamento de fronteiras geográficas. Como registra Claudio Batalha no Prefácio do livro:

Esses militantes que viveram os dois mundos (Itália e Brasil) não funcionam como portadores de ideias prontas trazidas em sua bagagem da Itália, mas são indivíduos cujas concepções foram moldadas e alteradas pelas diversas experiências que vivenciaram e pela percepção que tiveram dessas experiências. Particularmente no caso de Alceste de Ambris, a experiência brasileira foi essencial para a radicalização de suas concepções políticas³⁴.

Toledo, no mesmo sentido, afirma: “o sindicalismo revolucionário como fenômeno transnacional constrói-se também, em grande parte, graças à circulação das ideias e práticas favorecida pelas correntes migratórias, ou seja, a grande mobilidade de trabalhadores e militantes significava também a mobilidade das ideias, tradições e práticas de luta [...]”, e procura demonstrar empiricamente essa perspectiva examinando os percursos de De Ambris, Sorrelli e Rossoni.

Por fim, o estudo pioneiro de Regina Horta Duarte, publicado em 1991, sobre o anarquista mineiro Avelino Fóscolo, mostra-se modelar ao evidenciar como a fronteira entre o público e o privado é, no caso de certos militantes operários, completamente abolida na prática e que qualquer análise que seccionasse esses âmbitos conduz à incompreensão das práticas sociais de tais indivíduos. A autora mostra, assim, como Fóscolo pretendeu “vivenciar o cotidiano ideologicamente” e “fazer de ideologia e prática uma coisa só”, como comenta Alcir Lenharo no prefácio da obra³⁵. Neste sentido, por exemplo, uma aparente curiosidade ganha expressivo sentido político: no mesmo local onde residia e exercia suas atividades profissionais de farmacêutico, Fóscolo mantinha uma tipografia para a impressão de jornais e a Biblioteca Gran-Taboleirense (em alusão à Taboleiro Grande, localidade mineira em que morava), onde se encontravam à disposição várias obras de propaganda anarquista³⁶.

De forma geral, estudos como estes mostram que a militância não pode ser compreendida apenas por referência às ideologias formalizadas e aos “níveis” de desenvolvimento socioeconômico, pois resulta de múltiplas ex-

34. Batalha, Claudio. Prefácio. In: Toledo, Edilene. *Travessias revolucionárias*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 16.

35. Lenharo, Alcir. Prefácio. In: Duarte, Regina Horta *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1991, p. 15.

36. Duarte, R. H.. *Op. cit.*

periências públicas e privadas, de inúmeras relações sociais e de incontáveis influxos culturais.

Enfim, perseguir os percursos de trabalhadores livres e escravos, militantes ou não, vem se mostrando uma estratégia fértil para se cruzar fronteiras dos mais diversos tipos (cronológicas, espaciais, temáticas, conceituais, entre outras), o que contribui sem dúvida para a construção de uma história do trabalho mais plural, dinâmica e complexa. Por isso, e respondendo à questão que dá título a este texto, elaborar biografias de trabalhadores pode, sim, fazer muita diferença.

DA HISTORIOGRAFIA AOS BANCOS DA ESCOLA: O TEMA DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX

Silvia Regina Ferraz Petersen

Este artigo é o resumo de uma pesquisa em andamento, que tem por objetivo investigar, desde meados do século XIX, como a inteligência historiadora brasileira, através da produção historiográfica e do conteúdo dos livros didáticos de história do Brasil, vem instaurando significados ao trabalho (rural ou urbano, formal ou informal) e aos trabalhadores (escravos ou livres, nacionais ou imigrantes, homens ou mulheres, brancos, negros ou índios)¹.

O enfoque, portanto, não é o ângulo didático-pedagógico (salvo entendendo por isto um processo de atribuição de sentidos), e sim *historiográfico* dessas obras. Para tornar a exposição mais apropriada ao espaço de que disponho, optei por inverter uma ordem costumeira e, nesse artigo, as conclusões precederão os argumentos que as sustentam. De um modo geral, o que procurarei mostrar é a ausência quase completa desse tema nos livros escolares no período abordado neste artigo (século XIX)². O trabalho e os trabalhadores ficam encobertos pelas questões raciais e da superioridade da raça branca, questão que tirava o foco da condição trabalhadora de negros e indígenas

1. A pesquisa conta atualmente com a participação bolsistas IC-CNPq – UFRGS Carlos Fernando Quadros e Gabriela Jaquet e, antes, de Fernanda Figueiró.

2. É interessante observar que a maioria dos vários textos consultados e que comentam os livros didáticos deste período sob diferentes enfoques não tematizam a questão do trabalho e dos trabalhadores. A exceção é o tema da escravidão africana.

escravizados ou não. Da mesma forma, a economia, as riquezas naturais e as decorrentes especialmente da agricultura pareciam emergir independentes da transformação exercida pelo trabalho humano, em qualquer de suas modalidades, inclusive aquele exercido por colonos. É disso que o artigo vai tratar, não só mostrando a recorrência desta visão de história, como procurando entender suas razões explicativas e seus efeitos na criação de significados sociais para o trabalho e os trabalhadores nos livros escolares do século XIX.

Dentro dos eixos analíticos centrais do Projeto Procad, portanto, esta pesquisa tem por objetivo examinar o cruzamento de fronteiras nos mundos do trabalho, no caso as do campo historiográfico para os livros escolares no que se refere ao tema do trabalho e os trabalhadores. Esse tema geralmente permanece invisível ou transfigurado no contexto da afirmação do Império que, depois da instabilidade do período regencial, consolidou a centralização do Estado e buscou estabelecer uma identidade positiva da nação brasileira como forjada pelo patrimônio do homem branco, dos brasileiros descendentes dos portugueses e onde não havia, portanto espaço para o trabalho e aqueles que o realizavam, identificados com o indígena e o negro.

Não é novidade que a história, como disciplina escolar, tradicionalmente recebeu atenção das instituições do Estado, pois é um instrumento capaz de contribuir para legitimar suas políticas em diferentes momentos, pelo que se pode considerar que há certa relação entre projetos políticos, relações de poder, historiografia e produção de livros escolares. E a representação histórica desse projeto, como veremos adiante, será construída nos quadros do Colégio Pedro II fundado em 1832 e, principalmente, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1838, cuja criação integrou o esforço dos conservadores da Regência de Pedro de Araújo Lima para a construção de um Estado imperial centralizado e forte. Recebendo expressiva subvenção oficial (e intervenção pessoal do próprio imperador), o IHGB ditou as pautas e teve por muitas décadas uma atuação decisiva nos debates historiográficos e em sua divulgação, ainda que indireta, através dos livros didáticos.

Mas não podemos desconhecer que as influências que os livros didáticos de história do Brasil do século XIX recebem para a construção de suas representações são uma questão muito mais complexa que seu ângulo político-institucional, no caso os interesses do Estado e de suas instituições, o IHGB e o Colégio Pedro II. É preciso certamente observar o contexto social e teórico total em que os livros didáticos e a própria historiografia são construídos.

Assim, ao examinar o tema do trabalho e dos trabalhadores nestes livros escolares, como adverte Liane Bertucci, é necessário ter cuidado com ideias preconcebidas, algumas vezes anacrônicas, sobre um tema. “Fazer análise his-

tórica nos termos de quem vivenciou, requer, primordialmente, um mergulho no universo sociocultural de uma época, na experiência das pessoas³.”

Por isso, e sem que também as observações seguintes esgotem o leque de variáveis, não se pode esquecer um outro ângulo que interessa profundamente a este trabalho, que é a crescente difusão do pensamento científico no Brasil, especialmente pelo fato de que a questão racial e as ideias de branqueamento da sociedade iam ganhando caráter científico. Como observa André Joanilho, “o evolucionismo elucidava cientificamente a origem e superioridade da raça branca e a biologia nos mostrava um ser determinado pelo meio que, antes de ser agente, era um reagente das condições que a natureza lhe apresentava”. Esse autor analisa o determinismo biológico como referência para explicar as diferenças e superioridade dos europeus brancos, situando o segundo reinado como um momento de muitos debates sobre a composição racial da população e de diversas tentativas racistas de explicação do Brasil que, em todo o caso, não podem ser detalhadas no espaço deste artigo. Mesmo assim, é oportuno mencionar a contradição que se estabeleceu entre a construção simbólica da nação, um processo cultural, que ficava encapsulado em um parâmetro biológico, a formação racial do povo brasileiro, que incluía a grande parcela de indígenas selvagens (embora às vezes romantizados) e negros escravos, nesse registro desprovido de civilização. Mas apesar disso, Brasil se encaminharia para ela, pois suas elites e sua monarquia eram portuguesas – brancas portanto – e a miscigenação, que não podia ser negada no povo que formava a nação, produziria o branqueamento capaz de regenerá-lo. Se a raça branca era superior, ela acabaria se impondo, pela miscigenação com as inferiores ao longo dos cruzamentos. Dentro dessa ideia grande parte da elite letrada aceitou a vinda de imigrantes para eliminar negros e mestiços da população⁴.

É claro que essas ideias tinham diferentes interpretações, matizes e soluções de integração ou segregação das raças, temas que escapam dos limites deste artigo. Mas é fácil imaginar que uma discussão dessa ordem era suficientemente poderosa para tomar o lugar daquela sobre o trabalho e os trabalhadores, pois, por “coincidência”, a mão de obra que se oferecia ao Brasil desde o período colonial era exatamente a dos negros e, numa proporção menor, dos indígenas. E o exercício do trabalho por esses contingentes considerados inferiores e escravizados trazia uma associação depreciativa para esta atividade, de modo que mesmo os trabalhadores brancos e livres, na literatura didática não eram apresentados como trabalhadores, mas como “colonos”.

3. Bertucci, Liane et al. *Edward P. Thompson: História e formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 42-43.

4. Joanilho, André Luiz. “Raças e desigualdade social no Brasil no início do século XX”, *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, 2004, p. 263-265.

Essa ideologia da superioridade da raça branca, que através de cruzamentos com as inferiores as regeneraria, será também difundida pelo IHGB através da produção historiográfica de seus integrantes e que, como observei, orientava os textos para o ensino da história do Brasil. E nesse sentido, o Colégio Pedro II era a referência para os programas e para a indicação dos livros didáticos para uso das escolas no espírito do ideário imperial.

No IHGB, o cânone para a escrita da história pátria foi a *História geral do Brasil* (1854-1857), de Francisco de Varnhagen, por sua vez pautada pelo o trabalho de Carl Von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1844, vencedor do concurso que escolhera o então considerado melhor trabalho sobre o assunto⁵.

Embora obviamente não haja uma determinação exclusiva entre estas instituições e a formação do pensamento histórico no Brasil, que é um processo muito mais complexo, aqui estou explorando este caminho, até pela maior facilidade em percorrê-la em um artigo de poucas páginas.

O projeto de história nacional do IHGB, em consonância com a elite letrada do império, baseava-se na definição da nação brasileira como representante da ideia de civilização no Novo Mundo e no elogio da monarquia como promotora da colonização portuguesa, portadora desta civilização, valorizando os episódios dos descobrimentos, da ocupação do território e, especialmente, a ênfase na unidade nacional. Além disso, como observa Janaína do Espírito Santo, preservada a centralidade das explicações racistas, era colocada a tese de que nossa identidade nacional se alicerçava na mistura de raças e na convivência entre povos distintos, de que a paz e os valores pacíficos e hospitaleiros dos brasileiros são fundamentos da nação e a matriz de seus demais valores, como o de unidade e diluição de antagonismos.

As guerras, os conflitos étnicos e as invasões estrangeiras são vencidos por líderes heroicos, comandando grupos mal equipados, mas superando o inimigo em nome do amor à pátria. A pátria e o sentimento de esforço, doação e colaboração se realizam pela defesa da família em momentos ameaçadores⁶.

5. Martius introduz discussões que ainda estavam à margem do pensamento do Instituto, como o problema racial em termos de mestiçagem: "Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ele vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo nascer e desenvolver-se da reunião e contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais" (Kodama, Kaori. *Os índios no império do Brasil – a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro; São Paulo: Fiocruz; Edusp, 2009, p. 152).

6. Espírito Santo, Janaína do. "Ensino de História do Brasil – Rupturas e permanências: um estudo de manuais didáticos", *Anais eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional da ANPUH*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005, p. 3. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/XXIII-simposio>>.

Muitas destas teses, consolidadas pelo IHGB e que são referências centrais para os historiadores de então, se preservaram por décadas após a proclamação da República.

É fácil entender que produção dos livros didáticos de história do Brasil não poderia estar desvinculada dos cânones do IHGB. Além disso, muitos dos autores dessas obras eram membros da própria instituição, vínculos que garantiram a permanência das formas de interpretação então predominantes da história do Brasil. Assim, numa espécie de correia de transmissão historiográfica que iniciava no IHGB, o conhecimento histórico passava para os livros didáticos e, através deles, se difundia – nos limites da época e da parcela populacional alfabetizada – para os alunos e para a sociedade.

Para o argumento da pesquisa, interessa destacar que, em uma sociedade ameaçada pela presença numerosa de negros e indígenas, consolidar a ideias de civilização (de brancos) implicava não reconhecer qualquer protagonismo àqueles outros contingentes. Em concreto, tematizar e destacar os trabalhadores e o trabalho, que correspondia fundamentalmente aos escravos negros e indígenas, significaria trazer à tona a inserção inegável destes na nação que se tratava de formar. O trabalho não era um valor, mas um estigma, pois os que o exerciam coincidiam com os “contingentes raciais não civilizados”, que não eram objeto de interesse social e, portanto, de interesse historiográfico ou pedagógico. A omissão quase completa do tema nos livros didáticos, como veremos, está, portanto, enlaçada com as teorias da superioridade da raça branca. Quanto à ausência do trabalho manufatureiro e fabril nos escritos históricos, corresponde provavelmente a esta mesma lógica, acrescentando-se ainda que ele apenas se instalará de modo mais expressivo a partir da vinda da família real, ou seja, seu próprio exercício incipiente também o afastou das preocupações daqueles historiadores.

Mesmo se alargamos a ideia de trabalho para “atividades econômicas”, essas pertenciam principalmente à órbita da reflexão de parlamentares, advogados, empresários e jornalistas que deixaram várias obras, algumas delas com caráter “histórico” e que certamente causaram efeitos no intento de explicar o Brasil, mas isto principalmente já no século XX republicano⁷. Em qualquer caso, no

7. Entre outros: Corrêa, Innocência Serzedelo. *O problema econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, 1903; Cavalcanti, Amaro. A vida econômica e financeira do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1916, v. 38, Rio de Janeiro, 1920, p. 12-45; Debanê, Nicolau José. *Economia nacional e nacionalismo econômico*. São Paulo, 1917; Viana, Victor. *História da formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1922; Calógeras, Pandiá. *Aspectos da economia colonial*. Conferência realizada no IHG de São Paulo. São Paulo, 1926; Simonsen, Roberto C. *Orientação industrial brasileira*. Discurso pronunciado na inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. São Paulo, 1928; Simonsen, Roberto C. *As finanças e a indústria*, conferência realizada no Colégio Mackenzie a 8 de abril de 1931. São Paulo, 1931.

entanto, a “economia” não automaticamente tematizava o trabalho e os trabalhadores, que nesses registros, aparecem apenas do modo circunstancial.

Seria também descabido imaginar, por exemplo, que a ideia de “trabalho” de Marx, como atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo assim para a reprodução da vida humana, individual e social, tivesse alguma repercussão na historiografia brasileira da época, quer pelo desconhecimento de seus escritos e por razões políticas fáceis de imaginar, quer pelo próprio perfil do conhecimento histórico que na virada do século XIX se identificava principalmente com o campo político-militar, com suas correspondentes personalidades de destaque e com o projeto civilizatório da construção da nação brasileira.

Por outro lado, os primeiros estudos sobre a classe operária foram produzidos pelos próprios militantes, não apenas sindicalistas, mas advogados, jornalistas e outros ativistas de esquerda. Embora a imprensa operária da época colocasse o trabalho e o trabalhador como protagonistas da história, este tema, pelas razões já expostas, salvo nas escolas modernas dos anarquistas e estas já no século XX, não teve acolhida na historiografia da época nem nos livros didáticos que tratavam de difundir, através do ensino, as ideias aceitas sobre a sociedade brasileira e sua história. Estes escritos não acadêmicos de militantes via de regra eram memórias, com um fundo legitimador da classe, do partido, das associações daquele que escrevia. Alguns só foram publicados décadas depois de serem redigidos⁸.

Assim, pelas razões acima apontadas, é fácil entender que nas primeiras décadas da República não tenha havido uma transformação significativa no estatuto da história do trabalho e dos trabalhadores, mesmo que então o trabalho livre fosse o que correspondia ao nascente processo de industrialização e à agricultura pós-escravidão.

Depois de situar muito resumidamente alguns ângulos deste contexto, vou examinar, como exemplo do que procurei expor até aqui, alguns dos *textos didáticos* então produzidos, mas cujos primeiros, é preciso lembrar, não tinham referências anteriores escritas sobre o Brasil por brasileiros e foram publicados antes mesmo de obras historiográficas de peso, ou seja, antes de Varnhagen.

8. Como exemplos: Moraes, Evaristo. *Apontamentos de Direito Operário* (1905), Brandão, Octavio. *Abece-dário dos trabalhadores* (1924), *Abre teus olhos, trabalhador* (1924). *Combates e batalhas (memórias)* (1978); Dias, Everardo. *Memórias de um exilado* (1920); Kniestedt, Friedrich. *Memórias* (divulgadas em capítulos no jornal anarquista *Aktion* de Porto Alegre a partir de 1933 e publicadas como *Memórias de um imigrante anarquista* por Gertz, Rene Ernaini. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989).

O primeiro, *Resumo de história do Brasil até 1828*, foi uma tradução do *Resumé de l'histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis, realizada pelo militar Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, publicado em 1831 antes, portanto, da própria fundação do Colégio Pedro II, que a partir daí, foi quem pautou a aceitação dos livros destinados ao ensino escolar.

Cito a seguir o *Compêndio da história do Brasil*, publicado em 1843 pelo general José Ignácio de Abreu e Lima.

Filho do Padre Roma, líder e mártir da Revolução Pernambucana, Abreu e Lima foi uma figura fascinante, um homem de ideais republicanos, um herói romântico que integrou o exército de Bolívar. O Brasil, recém saído da condição de colônia e sem ter ainda a sua história escrita, moveu o sentimento patriótico do autor, que resolveu compor um sintético compêndio e contar a história da nação recém-independente⁹.

Abreu e Lima era um homem polêmico e divergia, por exemplo, da união da igreja com o Estado, defendendo o casamento civil. Mais ainda, tinha discordâncias com Varnhagen. Mesmo assim, seu livro foi adotado por muitos anos no Colégio Pedro II e em várias outras escolas.

Bellegarde e Abreu e Lima, portanto, antecedem ao surgimento dos primeiros modelos oficiais da história do Brasil. Escreveram livros orientados por suas opções pessoais, que “não foram produto de demandas institucionais como os da fase seguinte”¹⁰.

Logo a seguir cabe mencionar o livro de José Pedro Xavier Pinheiro *Epítome da história do Brasil*, impresso primeiro em 1854 e depois atualizado seguidamente em novas impressões. Assim, a nona edição, datada de 1887, que consultei, inclui Guerra do Paraguai, conteúdo que já aparecia na edição de 1873. Xavier Pinheiro ocupou cargos públicos, era jornalista e traduziu para o português *A divina comédia*. No Prólogo da *Epítome*, percebe-se como o autor valoriza o papel emancipador da educação para qualquer sociedade que se pretenda civilizada:

A educação deveria ser, desta forma, matéria consumida por toda a população. Contudo, haveria nuanças de acordo com as hierarquias sociais vigen-

9. Alves, Gilberto Luiz e Centeno, Carla V. “A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do XX”, *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, Rio de Janeiro, set.-dez. 2009, p. 4-5.

10. Gasparello, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo, Iglu, 2004, p. 112.

tes. A proposta não era subverter a ordem, muito pelo contrário, era perpetuá-la através do diferencial produzido pela civilização dos costumes¹¹.

De grande importância é o livro *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, dois volumes datados de 1860 e 1863 (consultei a edição de 1913, em todo o caso sem modificações). Seu autor, Joaquim Manoel de Macedo, era médico, professor, romancista e historiador do IHGB. Como professor de história do Brasil no Colégio Pedro II, escreveu o primeiro manual com finalidade didática, que 1920 ainda era reeditado.

No espírito do IHGB e da obra de Varnhagen, Macedo vai procurar traduzir as aspirações da sociedade letrada, afirmando a referida versão de história do Brasil nos manuais que escreveu¹². Não se poderia negar a miscigenação do povo que formava a nação, mas o branqueamento seria capaz de regenerá-lo. A ideia era: como a civilização é patrimônio do homem branco, o Brasil se encaminha por ela, pois nossas elites e nossa monarquia são brancas e o branqueamento do povo permite o acesso civilizatório.

Por outro lado, Macedo via na expulsão dos holandeses o germe de uma consciência nacional. Aí estavam dois importantes valores: a unidade do território e a “cooperação” das três raças, acima das diferenças sociais. A narrativa da guerra com os holandeses é a maneira de constituir uma memória nacional e uma história geral, em oposição a uma memória nativista e provincial.

Além disso, Macedo defendia a continuidade entre passado (Colônia) e presente (Império), principalmente os laços com Portugal e a legitimidade do governo dos Bragança após a independência. Seu livro era um elogio ao projeto colonial português e foi um sucesso editorial, sendo reeditado até 1925 com a correspondente influência sobre o pensamento histórico de escolares de várias gerações¹³.

Em 1881 foi publicada a *História do Brasil* de Luiz de Queiroz Mattoso Maia, professor Colégio Pedro II desde 1838 (consultei a segunda edição, de 1886, revista e ampliada). Nela se encontram trechos praticamente trans-

11. Maleval, Isadora Tavares. *A história contada através dos livros: o Brasil em manuais escolares oitocentistas*. XIV Encontro Regional da Anpuh. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, Unirio, 2010.

12. Ver: Mattos, S. R. de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Acces, 2002.

13. José Honório Rodrigues, em 1957, criticou Macedo nestes termos: “Não há uma palavra sobre as Bandeiras, nem sobre o povo, as condições sociais, a estrutura econômica, produção, exportação, uma pobreza social do ponto de vista social e econômico, ao lado da política oficial dominante e vencedora. O mal que este livro deve ter feito a gerações e gerações de brasileiros foi irreparável, porque não só lhes deu uma noção falsa da formação histórica brasileira, como influiu na posição política das classes dominantes” (Rodrigues, J. H. *Teoria da História do Brasil*. S. Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957, p. 30, apud Bandeira de Melo, Ciro Flavio. *Senhores da História e do esquecimento*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008, p. 69).

critos do trabalho de Macedo e várias referências a Varnhagen (páginas 23, 66, 67, 79, 207 e 317, por exemplo).

Para registrar uma tendência que avançaria pelo século XX (perguntas e respostas), menciono João Von Frankenberg, que em 1883 publicou *História do Brasil por perguntas e respostas*. É de 1925 a edição que consultei e que teria sido “completamente” reformada em relação à versão original.

Cito ainda o livro da professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Nascida em Ouro Preto, em 1839 tornou-se uma ilustrada educadora e em 1869 fundou no Rio de Janeiro o Colégio Andrade para meninas. Presbiteriana, viajou pelos Estados Unidos e trouxe o repertório pedagógico norte-americano para sua escola. Publicou em 1888 o *Resumo da história do Brasil para uso das escolas primárias brasileiras*, editado em Boston. Nesta obra, é significativo que as informações mais pertinentes (embora escassas) sobre produção e, eventualmente, os trabalhadores nos anos iniciais da colonização estejam colocadas em pé de página; a Autora alega ter obtido esses dados de “escritores contemporâneos”, Gabriel Soares e Fernão Cardim, cujas credenciais testemunhais são valorizadas como as fonte das informações.

Do ano final do século XIX, quero finalmente destacar a *História do Brasil* para o curso superior, de João Ribeiro, publicada em 1900. Dos livros antes citados, a obra de Ribeiro, por suas perspectivas de abordagem, contemplará muitas das ideias que vão caracterizar ideário republicano nos livros didáticos de história do Brasil, ao menos até os anos 1920, embora tenha sido sucessivamente reeditada e fosse ainda adotada em 1964. Assim, não analisarei aqui o conteúdo deste livro, que integra a próxima seção desta pesquisa voltada ao contexto das primeiras décadas da República, mas farei algumas referências ao autor.

Professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB, autor de trabalhos sobre folclore, história, crítica literária, filologia e gramática da língua portuguesa, João Ribeiro tornou-se respeitado entre os seus contemporâneos e gerações posteriores como filólogo e historiador.

O livro de João Ribeiro inspirou-se no de Von Martius, mas constituiu uma expressão dos novos pressupostos sobre a história do Brasil que marcam a fase da instalação da República. É importante observar que o livro possui uma espécie de Prefácio, intitulado “Do Autor”, onde Ribeiro comenta o tipo de história que quer escrever, sua perspectiva de interpretação e do qual destaca algumas passagens porque através delas é possível perceber algumas das transformações na interpretação do nosso passado:

nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros.

Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura. [p. 21]

Assim, considerava que as origens do Brasil procediam destes contingentes, os personagens principais de seu livro, apontando para a insuficiência dos fatos políticos, administrativos e militares e das sequências cronológicas para conhecer um povo:

Em geral, os nossos livros didáticos da história pátria dão excessiva importância à ação dos governadores e à administração [...] Seria preciso atender num só tempo ao trabalho de toda a cultura coletiva, na vida oficial e na do povo. [...] Pelo exclusivo conhecimento das guerras nunca poderemos conhecer os povos, como nunca lograremos conhecer a vítima pelas informações do algoz. [p. 22]

João Ribeiro comenta os “ensinamentos” de Von Martius sobre como se deveria escrever a história do Brasil e acrescenta:

Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história de fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos. [p. 23]

Embora crítico da obra colonial e da “sucessão de governadores”, dedicou grande parte do livro para os temas do descobrimento, colonização, administração da colônia, invasões estrangeiras, ocupação territorial e revoltas.

No final do *Prefácio*, faz considerações sobre o então recente advento da República:

D’aqui por diante [...] perdendo seus últimos preceptores, o Brasil terá que andar sozinho, e desabituaado ao trabalho, ganhar o pão amargo da vida chamada independente. [...] Não passei além da proclamação da República (1889); os sucessos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-los em livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação da nossa história. [p. 24]

Apresentados estes autores e alguns de seus livros escolares, a seguir vou comentar uns poucos exemplos do tratamento dispensado por eles ao

tema do trabalho e dos trabalhadores, para justificar os comentários que realizei até aqui. Agrupei esses exemplos conforme os conteúdos que abordavam, procurando através destes, entender como o tema era representado ou encoberido por diferentes mediações. Como se constatará, neles estavam ausentes as ideias de *trabalho* e do sistema de relações sociais – cooperativas ou conflituosas – que o conforma e de *trabalhador*, como o que realiza esta atividade, na época materializado predominantemente em escravos africanos ou indígenas. O que encontramos é a “economia”, a “riqueza da terra”, os “ramos da produção” e os “produtos”, apresentados como se fossem coisas independentes da transformação exercida pelo homem.

Em lugar de “trabalhador”, temos *colonos* e *povoadores* quando se referem aos brancos, e *escravos*, quando se referem a indígenas e negros. Mas essa condição (nem a do trabalhador livre) não se traduz nas correspondentes atividades de trabalho, nem em relações de produção e a própria condição de escravo não exprime diretamente a ideia de trabalho compulsório. Surpreendentemente, considerando o peso que sua mão de obra teve na economia, as informações são mais indiretas e lacunares sobre a condição do trabalho que o escravo negro exerce. Nos livros aparecem algumas quantificações desses contingentes, referidos a locais específicos, mas os números também não se convertem em ações de trabalho.

Enfim, há uma espécie de “roteiro da descrição da colonização” no qual da posse da terra, concessão de capitânias e sesmarias, lavouras e roças, se passa diretamente às “riquezas do Brasil”, ao que é extraído (pau-brasil, minérios etc.), ou produzido (cana de açúcar, algodão etc.) ou criado (gado), sem a mediação daquele que trabalha e que transforma esses produtos em riqueza, mas que só incidentalmente comparece no escrito.

Exemplifico essas observações com trechos dos manuais antes citados.

Uma economia colonial sem trabalhadores?

Luis de Queirós Mattoso Maia

Martim Affonso de Souza [introduziu] toda a casta de animais domésticos trazidos de Portugal, assim como a cana de açúcar vinda ilha da Madeira e vários frutos da Europa, que prosperaram admiravelmente. [p. 42]

José Ignácio de Abreu e Lima

[Durante o domínio espanhol] A Capital da Bahia tinha oito mil habitantes, e o *Recôncavo* [...] contava para mais de dois mil, sem que os negros e os índios entrassem neste arrolamento. [...]. Os engenhos do Recôncavo

montavam a trinta e seis, além de outros estabelecimentos agrícolas, e de ricas caudelarias [fazendas de criação de cavalos], que davam grande interesse aos colonos. Em poucos anos todas as produções necessárias ao homem civilizado se naturalizaram na Bahia [...]. Pernambuco florescia quase do mesmo modo: Duarte de Albuquerque Coelho [...] animou de tal sorte a cultura da cana de açúcar, que em pouco tempo chegou a exportação à milhares de arrobas.[...] Entre os produtos exportados com grande vantagem dos colonos, era o pau-brasil um dos mais preciosos por seu valor e qualidade. [p. 92]

A relação entre a riqueza natural e aquela dela se apropria é apontada por *Joaquim Manoel de Macedo*, mas no caso são os contrabandistas do pau-brasil e não os que o extraem:

a abundância da preciosa madeira chamada brasil [...] excitou a cobiça de muitos armadores, principalmente franceses, que se apressaram a vir fazer o contrabando desse tesouro vegetal. [p. 22]

No livro de *Maria Guilhermina L. de Andrade* há uma separação curiosa entre “colonos”, que não estão relacionados com o trabalho, e “escravos ou trabalhadores”, estes os indígenas; os africanos não são mencionados:

Os colonos eram na maior parte degredados e aventureiros ambiciosos de lucro. Os escravos ou trabalhadores eram selvagens acostumados à mais absoluta independência e mais dispostos a morrer que a sofrer uma afronta ao que entendiam seu direito. [p. 30]

Ao tratar do açúcar, a autora faz referência ao número de habitantes e de engenhos, mas apenas uma vez relaciona o engenho com a necessidade de trabalhadores:

O açúcar era naquela época a principal produção do Brasil, que possuía cento e vinte engenhos. Um engenho é equivalente a uma grande povoação, e além de necessitar muitos trabalhadores, representa terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. O rendimento era de setenta mil cruzados por setecentos mil quintais de açúcar que produziam os engenhos.

Enfim, temos a produção, mas não quem a produz e como.

OS INDÍGENAS: “RAÇAS SELVAGENS” EM SEU MEIO NATURAL

Os indígenas ocupam o interesse de todos os autores, com descrições e valorações muito diferentes sobre sua vida no meio natural e sobre qual deveria ser seu lugar na história pátria. Mas o próprio trabalho que os indígenas realizavam aparece de forma abreviada, ao passo que observações sobre suas origens e peculiaridades raciais são frequentes. Descritos como carentes de civilização e em “estado selvagem”, eram apresentados como hordas sanguinárias e violentas, embora algumas passagens mencionem os sofrimentos que os colonos lhes infringiam e sua defesa pelos jesuítas.

Vejamos os autores:

José Ignacio de Abreu e Lima

O Brasil, no tempo do seu descobrimento, era dividido entre muitas nações ou povoações diferentes, umas escondidas nos bosques, outras estabelecidas nas planícies sobre as margens dos rios, ou nas costas marítimas, algumas pacíficas, quase todas errantes; estas achando na caça e na pesca a sua principal subsistência, aquelas vivendo principalmente das produções da terra, mais ou menos cultivada; a maior parte sem comunicações entre si, ou divididas por ódios hereditários, e sempre armadas. [p. 27]

Maria Guilhermina L. de Andrade os classifica como “raça” e descreve: Os indígenas do Brasil pertencem à raça mongólica, tártara ou asiática, mas sem a menor cultura. [...] Tinham todas as qualidades e defeitos do selvagem; eram corajosos e hospitaleiros, mas pérfidos e vingativos. [...] Os homens ocupavam-se exclusivamente da guerra, caça e pesca. As mulheres eram escravas; tinham todos os encargos da criação dos filhos, preparavam a comida e bebidas fermentadas e carregavam as armas para os guerreiros. [p. 10-11]

Joaquim Manoel de Macedo, depois de descrever o descobrimento e as maravilhas naturais do Brasil, conclui:

No meio, porém, dessa natureza opulenta e de proporções colossais, o que se apresentou aos olhos dos descobridores e conquistadores do Brasil menos digno de admiração e mais mesquinho foi o gentio que a habitava esta vasta região. [p. 38]

Da caça e pesca tiravam os gentios sua principal nutrição; na pesca usavam redes de tucum, ou matavam o peixe a tiros de flecha e lançando vegetais veníficos nos rios; na caça atraíam as aves arremedando os seus

cantos, e as matavam com as flechas ou as apanhavam em laços e aos animais ferozes armavam *mundéus*, armadilhas que deixavam cair grossos troncos sobre aqueles que por baixo passavam. [p. 40]

Nos trabalhos e ocupações a partilha da mulher era ainda mais onerosa. Os homens roçavam os matos para se fazerem as plantações e empregavam-se na caça e na pesca; as mulheres encarregavam-se das plantações e das colheitas, que constavam especialmente de mandioca e aipim; preparavam com certos frutos e raízes as bebidas fermentadas; a farinha de mandioca, o peixe e a caça que moqueavam e reduziam a pó para melhor conservá-los; fabricavam utensílios domésticos [...]. A preparação das farinhas, das bebidas fermentadas e dos venenos competia especialmente às velhas. [p. 47]

Vivendo a vida de combates, o gentio era vingativo e feroz, e levando à vingança e até à antropofagia (que aliás em algumas tribos não se observa), ufanavam-se de devorar o inimigos prisioneiros [...]. Os gentios tinham todos os defeitos e vícios do selvagem, mas possuíam também alguns sentimentos nobres e generosos. [p. 41]

Considerando sua ideia de civilização, a avaliação de Macedo sobre os indígenas não podia ser positiva:

O gentio não conhecia artes, nem ciências, nem indústria [...] e deviam estar assim atrasados em civilização, pois estavam sempre ocupados em guerrear. [...] Civilização: é a instrução de um povo nas artes e ciências que podem fazer a sua prosperidade moral e material, isto é, que esclarecem o seu espírito, e fazem o seu bem-estar. [p. 51-52]

Luis de Queirós Mattoso Maia também menciona a ausência de civilização. Depois de escrever sobre a cerâmica marajoara, acrescenta:

Outros monumentos pré-históricos dos nossos índios são os sambaquis, [...] que são obra de uma outra raça muito menos civilizada que a dos [...] amazonenses. [p. 51]

Para indivíduos [indígenas] ainda em tão grande atraso de civilização, não havia legislação [...]. [p. 61]

O GENTIO ERA SELVAGEM E SANGUINÁRIO

José Pedro Xavier Pinheiro

Tendo sido destruído na mesma capitania [Maranhão] pelos indígenas

um destacamento de portugueses que subiram à caça de escravos, para tirar vingança, partiram contra eles algumas companhias de soldados, que, feitos em um corpo com os índios aliados, deram sobre o inimigo com tanta fúria que mais de trezentas de suas aldeias ficaram reduzidas às cinzas. [p. 232-233]

Conseguida a sua captura, mandou enforcá-los, esquartejá-los e expor as suas cabeças no sítio que fora teatro de suas monstruosidades. Igualmente procedeu com os negros que se levantaram em Camamú. [p. 240]

Joaquim Manoel de Macedo

Em meio a este caráter repulsivo, Macedo reconhece neles uns poucos atributos positivos:

À força de assegurar que conhecia um sítio onde muito abundava o ouro, Francisco Chaves obteve de Martim Affonso um auxílio de oitenta homens com os quais internou-se pelo sertão e nunca mais voltou, sendo provavelmente com todos os seus companheiros vítima do furor e do canibalismo do gentio. [p. 31]

Thomé de Souza [...] ativo e diligente, [...] tendo uma vez de mostrar-se severo com o gentio, conseguiu aterrá-lo, mandando atar à boca de uma peça de artilharia e despedaçar ao tiro dois dos principais de uma horda, que aprisionara e devorara quatro portugueses; justo enfim e zeloso, perseguiu o crime e fez desenvolver a capital de que foi o glorioso fundador. Ao mesmo tempo encetavam os jesuítas uma série de brilhantes e admiráveis triunfos; com dedicação e paciência atraíram e catequizaram muitas hordas de gentios. [p. 77-78]

Luis de Queirós Mattoso Maia

Os tupis devoravam seus prisioneiros de guerra por vingança e ódio [...]. os tapuias, além do ódio e vingança, tinham também a gula como incentivo poderoso da sua antropofagia. [p. 47]

ESCRavidÃO INDÍGENA E AFRICANA

Mesmo que o trabalho e o trabalhador não sejam matéria histórica, quando eles são mencionados os autores referem-se quase exclusivamente à escravidão indígena, mas sem aprofundar o conteúdo próprio regime de escravidão, provavelmente também porque esse tema aparece como decorrência de outro, mais importante para os autores: as lutas que os indígenas manti-

nham com os portugueses, ameaçando o esforço de colonização. A escravidão indígena é ligada ao tema da ameaça à fixação dos colonos e não diretamente à necessidade de braços para o trabalho. Talvez onde se mencione mais esse vínculo seja nas expedições paulistas de caça aos índios.

O que subjaz ao tratar dos indígenas é o contraponto entre “inimigos” e “amigos”, entre os selvagens sanguinários e aqueles que podiam ser atraídos para o lado português. As descrições de lutas entre colonos e indígenas, da crueldade e antropofagia dos gentios e das medidas militares para reprimi-los são frequentes e nessas descrições às vezes há algum indício isolado do trabalho indígena. Mas repito: embora a população indígena fosse submetida à escravidão (apesar das oscilações da política portuguesa a esse respeito e de sua defesa pelos jesuítas), as referências ao conteúdo de suas atividades de trabalho são escassas.

Além disso, se nesses autores a escravidão indígena já é um tema secundário, a africana é quase insignificante, embora se tornasse a grande fonte de trabalho na colônia e no império.

No caso dos indígenas, entretanto, os livros se ocupam de vários aspectos de sua inserção no contexto social da conquista e colonização como hostis ou amigos dos portugueses. Os africanos, ao contrário, só excepcionalmente são relacionados: o negro como agente histórico participante da formação da nação brasileira talvez seja mencionado apenas no que se refere à figura de Henrique Dias, herói na luta do todos “portugueses e brasileiros” contra os holandeses, quando também fala da harmonia das três raças nesta luta de caráter nacional. Na mesma linha, a miscigenação às vezes era tematizada, de acordo com a ideia subjacente de regeneração das raças inferiores pelo branqueamento.

Mas a atenção dos historiadores em relação aos escravos africanos está centrada na criação e, principalmente, na *destruição* de Palmares. O surgimento do quilombo é geralmente relacionado às oportunidades criadas na luta contra os holandeses, e só excepcionalmente à opressão do cativo, embora o número de escravos trazidos para os engenhos e as condições em que se dava esse trabalho pudessem mais facilmente explicar a formação de redutos de escravos fugidos. Ao tratar dos Palmares, não é abordada a vida dos quilombolas por dentro, mas, por serem criminosos, desordeiros, desertores, o foco era sua destruição: a vitória da ordem diante daqueles que tentavam fugir das normas da colonização.

Vejamos como os livros abordam esses temas:

■ A escravidão indígena como resultado da luta com os colonos

Henrique Bellegarde relata que o estabelecimento da colonização portuguesa produziu mudanças na sorte dos indígenas vencidos em combate, pois a

tribo vencedora preferia “vendê-los como escravos”, do que “resultou nova desgraça”, “o desumano tráfico da escravatura” [indígena] e as guerras que ele gerou [p.41], observando que os portugueses teriam obtido mais vantagens dos povos que habitavam a costa “se a escravidão não tivesse sido, muitas vezes, o prêmio de suas virtudes hospitaleiras”. [p. 45] [a escravidão africana não foi mencionada]

M. Guilhermina L. de Andrade

Pela Lei da Colonização [...] de 1534 ficaram os índios escravos dos capitães-mores. Mas em 1570, por influência dos jesuítas que queriam só tirar todo o proveito do trabalho deles [...], D. Sebastião [...] publicou a Lei da Liberdade dos Índios. Esta lei causou tantas perturbações na colônia que [...] o governador do sul [...] decretou que seriam considerados cativos os índios aprisionados em guerra. [p. 11]

Em Pernambuco, depois da morte de Duarte da Costa, os índios [...] atacaram as fazendas e arraiais, destruindo tudo quanto encontravam. Alguns engenhos foram de todo abandonados por falta de gente e armas com que pudessem se defender. No Espírito Santo também revoltaram-se os índios que trabalhavam nas fazendas, matando a muitos de seus senhores e destruindo as plantações. [p. 38]

Luis de Queirós Mattoso Maia

Uma das concessões, cuja recordação hoje deve repugnar ao coração dos brasileiros, era o poder dos donatários em cativar os gentios que quisessem para o seu serviço e dos seus navios, e mandar vender anualmente em Lisboa um certo número deles . [p. 66]

A vitória dos portugueses [no Rio de Janeiro] 1574-1575 foi assinalada com uma horrível carnificina nos selvagens e com o apresamento de oito a dez mil índios, que foram reduzidos à escravidão. [p. 102]

Joaquim Manuel de Macedo

Adotara-se nas capitanias setentrionais [Maranhão e Pará] o costume de confiar aos colonos importantes a administração das aldeias de índios, pagando-se eles de seu trabalho e cuidados com o serviço de alguns índios em semana. [p. 177]

■ Sobre as expedições de caça ao índio

Maria Guilhermina L. de Andrade

Foram eles, os paulistas, os verdadeiros descobridores e depois os civilizadores do vasto sertão do Brasil. Os chefes paulistas iam buscar escravos

ao Paraguai, [...] e continuou com grande animação a caça dos índios, que tornaram-se os primeiros artigos de comércio e pelo que os paulistas tiveram que travar renhidas lutas com os jesuítas. [p. 64]

Henrique Bellegarde

Foi naquela época [por volta de 1630] que os paulistas começaram a penetrar pelos sertões das duas margens do Paraná na diligência do resgate dos índios. Essas entradas se foram fazendo cada vez mais audazes por tal modo que, antes do fim do século, haviam os paulistas destruído onze povos das missões dos jesuítas e as novas cidades de Xerez, Cidade Real e Vila Rica (1675) fundadas pelos espanhóis na província do Paraguai. [p. 99-100]

Joaquim Manoel de Macedo

Os paulistas tinham chegado em suas correrias até as missões do Guairá, cativando aí milhares de índios que eram depois vendidos no Rio de Janeiro; vendo que os selvagens, fugindo amedrontados, se haviam acolhido às aldeias estabelecidas à margem esquerda do Paraná, pondo-se debaixo da proteção dos jesuítas do Paraguai, lá mesmo os foram perseguir, e zombando das leis, arrojavam-se sobre diversas missões, fazendo uma revoltante colheita de mais de quinze mil cativos. [p. 178]

■ Sobre a escravidão africana

Luis de Queirós Mattoso Maia

Pensam [...] alguns historiadores que foi pela expedição de Antônio de Oliveira que vieram os primeiros escravos africanos para o Brasil; nós, porém, adotamos a opinião do Sr. Visconde de Porto Seguro que diz que os escravos africanos vieram para o Brasil desde a sua primitiva colonização. [p. 79]

A tranquilidade de que a colônia ia gozando por esse tempo [Mem de Sá, 1558-1572] fazia progredir a lavoura e os trabalhos dos engenhos de açúcar prometiam aumentar pela facilidade de obtenção de mais braços, com a medida estabelecida pela metrópole de que o capitão da ilha de S. Tomé deixasse sair até 120 escravos para cada senhor de engenho, com pagamento apenas de um terço dos direitos, em vez da metade. [p. 91]

■ Aspectos da inserção do indígena no contexto colonial: os aliados

Luis de Queirós Mattoso Maia

As relações entre os portugueses e esses índios tornaram-se mesmo tão

íntimas que muitos dos guaianazes resolveram receber o batismo: entre os novos cristãos contou-se logo o chefe da tribo. [p. 40]

Joaquim Manoel de Macedo

[Mem de Sá ocupou-se] muito do gentio amigo, subordinando-o em aldeias organizadas aos próprios maiores sob a direção dos jesuítas, condenando às mais severas penas a antropofagia, que efetivamente desapareceu das hordas sujeitas ao seu poder. [p. 91]

José Ignacio de Abreu e Lima

Finalmente, entre o Rio Grande do Sul e S. Vicente, está situado o país dos *Carijós*, os mais humanos de todos os selvagens do continente ocidental, e aqueles a quem a polícia europeia achou mais acessíveis. [p. 41]

■ As escassas referências à inserção do escravo africano no contexto colonial: a destruição de Palmares

José Pedro Xavier Pinheiro

Outros inimigos se haviam suscitado mais temerosos, e eram os negros escravos fugidos e amocambados nas matas chamadas dos Palmares, onde viviam aos milhares, com certa polícia e regularidade. Dali salteavam frequentes vezes os povoados em torno. Estavam desta arte os portugueses cercados de todos os lados. [p. 132-133]

José Ignacio de Abreu e Lima

Eram negros escravos desta província [Pernambuco] e de outras vizinhas, que aproveitando o ensejo favorável da guerra com os holandeses, resolveram recobrar a sua liberdade e independência [...]. Quarenta foram os primeiros, que se refugiaram armados em um grande bosque de palmeiras, donde lhes veio nome de *Palmares*, ou *República dos Palmares*. A estes primeiros desertores reuniram-se outros muitos, de sorte que em poucos anos o seu numero chegou a trinta mil. Em suas excursões causavam estes negros grandes estragos, levando a devastação e a morte a todos os estabelecimentos dos colonos, a que podiam alcançar. Tais foram a origem e progressos dessa horda negra, que, tornando-se poderosa, pode resistir aos holandeses vitoriosos e aos portugueses por mais de meio século. [p. 133-135]

Os agricultores de Porto Calvo, obrigados a comprar a aliança dos negros, lhes forneciam armas, munições e outras mercadorias, e a Colônia Africana tomou um aspecto florescente e terrível. [p. 217-218]

Joaquim Manoel de Macedo

[Com o] correr do tempo outros escravos se reuniram aos primeiros, procurando assim livrar-se da opressão do cativo e sem dúvida também a eles se juntaram desertores e criminosos [...]. A existência dos *Palmares* era um perigo para as capitânicas onde existiam e que avizinham com esses quilombos; [...] os *almores* zombaram das forças de governo, até que [...] [ostentando] todo seu valor os paulistas comandados por Domingos Jorge conseguiram [...] conquistar definitivamente os palmares em 1697, tendo o zumbi e alguns de seus principais companheiros preferido a morte à escravidão, despenhando-se no alto de um rochedo alcantilado. [p. 224-225]

Maria Guilhermina L. de Andrade

[...] o governador de Pernambuco contratou com o paulista Diogo Velho [para] a expulsão dos quilombolas dos Palmares, com condição de dar-lhe o governo todo o material e gente necessária para a conquista, a posse dos terrenos ocupados na guerra e, depois de terminada a luta, a da capitania das Alagoas, e de também deixar os prisioneiros à sua discrição. [p. 115]

■ **As escassas referências à inserção do escravo africano no contexto colonial: “a harmonia das três raças”**

Maria Guilhermina L. de Andrade

[na luta contra os holandeses, Mathias de Albuquerque] confiou aos seus próprios chefes o comando das diferentes raças com que foi obrigado a formar seu exército. Os colonos portugueses eram comandados por Fernandes Vieira; os índios por Felipe Camarão; e os negros por Henrique Dias. Este exército formado por três raças diferentes, durante cinco anos conservou-se unido combatendo pela pátria e pela religião que professavam. [p. 76-77]

Joaquim Manoel de Macedo

Ele igualmente observa que,

O conde Bagnuolo [...] encetou um sistema de guerrilhas que, dirigidas por Camarão, pelos capitães André Vidal de Negreiros, Rebello, Souto e por Henrique Dias, o nobre negro chefe de uma força de negros, causaram os maiores danos e prejuízos aos holandeses. [p. 167]

Luis de Queirós Mattoso Maia

[Na guerra contra os holandeses] foram brilhando o índio D. Antônio Fe-

lipe Camaráo, o preto Henrique Dias e os capitães Rebello Souto e André Vidal de Negreiros. [p. 143]

■ A miscigenação

Dentro da lógica da superioridade da raça branca e de seu papel civilizatório o tema da “mestiçagem” não é estranho a esses livros:

Henrique Bellegarde

Aponta entre as causas da diminuição da população indígena:

Finalmente, uma circunstância devia ter feito desaparecer por muitas partes o tipo primitivo e foi a fusão da raça indígena, de muitas tribos e nações, com as raças branca e negra, produzindo-se assim uma grande fração de população mestiça.

Joaquim Manoel de Macedo

Tão enérgico e valente como hábil, este donatário [Duarte Coelho Pereira] venceu os caetés, que lhe fizeram teimosa guerra, e contra os quais de muito lhe serviu o auxílio dos Tabajarés ou Tabajares; e aproveitando depois a consequente paz, deu ordem administrativa e elementos de prosperidade à sua colônia, promovendo casamentos dos portugueses com as índias, animando a agricultura, e a indústria, e conseguindo elevar a sua capitania a um grau de florescimento a que nenhuma das outras chegou. [p. 69]

José Ignácio de Abreu e Lima

A conversão inteira de muitas tribos punham a salvo estas colônias dos ataques das que existiam nos sertões. Entretanto formava-se no Brasil uma nova raça de mestiços, que por sua perseverança nos trabalhos, por seu valor ativo, e mais que tudo por sua independência quase selvagem, tinha de assegurar para si, e para a Dinastia de Bragança, a posseção das mais ricas minas, e da mais bela porção do mundo habitável. [p. 94-95]

■ Descoberta de minas e atividades de mineração

Outro tema que envolveria o trabalho e os trabalhadores é a atividade da mineração. No entanto, também aí o foco está mais voltado para os efeitos econômicos da mineração e sua relação com a agricultura do que para o tipo de trabalho e de trabalhadores que atuavam neste ramo. Também se observa que a descoberta de minas e seus efeitos ocupam nesses livros um espaço reduzido.

José Pedro Xavier Pinheiro

A fama das riquezas minerais seduziu a população em todos os postos do Brasil, de tal sorte, que concorreu para aqueles lugares, levada da ambição de enriquecer depressa e com pouco trabalho. Grande soma de escravos foi conduzida para as minas, resultando desta arte detrimento às outras indústrias, em especial à do açúcar. Foi por então defesa a saída de escravos para este fim. Esta ordem não tardou a ser revogada. De então data a melhoria que no fabrico e preço do açúcar alcançaram as colônias inglesas e francesas, por ter escasseado nos mercados europeus e do Brasil. [p. 246]

O filho de Bartholomeu Bueno, famoso descobridor Paulista, em uma entrada que fez no interior, fundou em 1726 a primeira povoação em território de Goiás, onde achou minas de ouro assaz abundantes e capazes de competir com as de Cuiabá. Prosperou por tal modo, que em 1737 foi ereta em sua capitania, sendo capital Vila Boa. As primeiras minas de Mato Grosso foram descobertas em 1734. Esperançavam grande riqueza; mas eram ali tão escassos os mantimentos, que os mineiros muito padeceram nos primeiros tempos. Por efeito de novas empresas as coisas melhoraram, estabeleceu-se e aumentou o arraial de S. Francisco Xavier. [p. 273]

Luis de Queirós Mattoso Maia

Aos mineiros concediam-se as prerrogativas de não poderem ser presos por dívidas enquanto estivessem trabalhando nas minas, nem sofrer pena nos escravos, instrumentos, provisões e coisas necessárias para seus trabalhos; mas também a pena por vender, trocar, dar, embarcar ou possuir ouro não contrastado era de morte e sequestro de bens, sendo dois terços para a coroa e o resto para o denunciante. [p. 209]

José Ignácio de Abreu e Lima

[no século XVIII] ainda [que] as minas não fossem já tão produtivas [...] a agricultura tinha suprido a falta dos seus produtos, com a vantagem do acréscimo de indústria e da mudança de costumes bárbaros para outros mais suaves, consequência da estabilidade dos povos agrícolas, entre os quais a família é a primeira necessidade.

À intrépida ambição paulistana se deve, pois, o descobrimento dos tesouros brasileiros; esta época porém, da qual pareceria datar a prosperidade destas colônias, é aquela em que mais se abandonaram as artes, e particularmente a agricultura, únicas bases sólidas da felicidade das nações; por isso nenhum monumento existe de sua efêmera grandeza. A indústria europeia empresta hoje com avultados lucros aos Estados da América

Meridional o mesmo ouro, em que há um século nadavam os ociosos colonos. [p. 232]

■ Movimento abolicionista

Pela data da publicação das primeiras edições destes livros escolares, entende-se a ausência do tema do Treze de Maio. Este é o caso do livro de Macedo, mas na edição de 1915 a abolição está presente. Embora refira-se à tal acontecimento como “medida humanitária” e à escravidão como “instituição maldita” e mencione as sucessivas leis em favor dos escravos, o conteúdo das relações escravistas de produção não é interrogado e as mencionadas alforrias em massa, que o livro atribui quer à generosidade dos senhores de escravos, quer ao resgate efetuado por meio de subscrições populares, ignoram qualquer participação dos próprios escravos.

No entanto, Macedo não esquece de valorizar o caráter incruento do movimento abolicionista:

Uma glória, porém, cabe à nossa nacionalidade: a de ter efetuado essa reforma social sem derramamento de sangue, entre expansões de júbilo intenso e fraternal[, lembrando] a impossibilidade em que sempre se viram os governos de realizar de chofre essa medida humanitária sem comprometer gravemente a fortuna pública e particular. [p. 428]

João von Frankenberg

Nas perguntas efetuadas e nas palavras escolhidas, num primeiro momento o movimento abolicionista parece ser explicado como consequência quase direta da Guerra do Paraguai:

[...] Terminada a luta [com o Paraguai], o imperador entendeu-se com o ministério presidido pelo visconde do Rio Branco para preparar a abolição. [p. 139-140]

O autor ainda menciona as leis de 1871 e 1885, as sociedades abolicionistas que fizeram do tema uma questão nacional e popular e, enfim, a Lei Áurea de 1888. Nenhuma participação é atribuída aos escravos nesse processo.

■ Os trabalhadores livres

Geralmente aparecem sob a forma dos imigrantes europeus, trazidos a partir da vinda da família real.

Luis de Queirós Mattoso Maia

Nas circunstâncias excepcionais em que as coisas se achavam, o plano político administrativo da corte do Rio de Janeiro [1808] devia ser um plano com vistas largas e inteiramente criador, promovendo a imigração estrangeira em ocasião tão asada pelas contínuas guerras e convulsões sociais europeias [...]. [p. 246]

Uma das escassas referências ao trabalhador agrícola, diferenciado de “colono” ou “povoador” é feita por *Henrique Bellegarde* ao tratar do Brasil após 1808, quando quinhentos casais de açorianos foram trazidos para desenvolver a lavoura e se espalharam pelo Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo; 180 plantadores chineses vieram ocupar-se da agricultura do chá.

■ **Manufaturas, indústria e comércio**

José Pedro Xavier Pinheiro

Um dos atos que despertaram grande descontentamento no Brasil, nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, foi o alvará de 5 de janeiro de 1785, o qual determinou, sob penas graves, que ficassem extintas todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões ou bordados de ouro e prata, de seda, algodão, linho ou lã, excetuando unicamente as de fazenda grossa de algodão, destinada ao consumo de escravos e classes pobres. Na proibição foi compreendida a vinda de navios estrangeiros ao Brasil. Já antes de semelhante acordo ordenara a carta régia de 30 de julho de 1766 que se abolisse na capital e províncias o ofício de ourives. Para a sua execução foram demolidas as forjas e tomados os instrumentos de 158 ourivesarias, mandando-se ao mesmo tempo que entrassem praça na primeira linha todos os oficiais e aprendizes daquele mister. [p. 289-290]

Uma dificuldade sobreveio à revolução,¹⁴ originando-se da sublevação de escravos em alguns lugares, promovida por agentes de Madeira. Labatut, para atalhar a continuação desse tremendo flagelo, socorreu-se de medidas de rigor, uma das quais foi o fuzilamento de cinquenta africanos tomados com as armas na mão. [p. 333-334]

14. Por “revolução”, José Pedro Xavier Pinheiro refere-se aí à luta travada em 1823 entre Labatut e Madeira de Melo, decorrente da recusa da aceitação da Independência do Brasil pelos portugueses da Bahia.

Maria Guilhermina L. de Andrade

Durante o governo de D. Pedro II [de Portugal, fins do século XVII] fortes monopólios foram introduzidos no Brasil pela Junta de Comércio, que estendeu seus direitos sobre todos os gêneros e até mesmo sobre a importação de escravos africanos, agravando ainda mais seu peso pela proibição do comércio do Brasil com outras nações. [p.112]

Essas atividades econômicas – manufaturas, indústria e comércio – pouco mencionadas estão geralmente vinculadas às vantagens que o Brasil experimentou com a vinda da família real: abertura dos portos, fim dos obstáculos à indústria, criação do Banco do Brasil e “instalação de um tribunal encarregado de vigiar pelas coisas do comércio, fábricas, agricultura e navegação” [Henrique Bellegarde].

Luis de Queirós Mattoso Maia

[Sobre as indústrias, quando da vinda da corte para o Brasil] “Suspendeu-se a proibição de haver fábricas e manufaturas no Brasil, permitindo-se todo o gênero de indústria fabril e manufatureira, firmando-se por esta fórmula a emancipação industrial. [p. 245]

[Sobre os tratados firmados com a Inglaterra após a independência do Brasil] “Além de favores comerciais, ficavam os súditos ingleses *com privilégio de foro criminal*, e a Grã-Bretanha conservava o direito de visita e busca dos navios brasileiros suspeito de tráfico de africanos [...] – Não seria melhor terem acabado de uma vez com a escravidão em vez de nos legarem esse cancro social? [p. 314]

Para concluir, cabe observar que, ao examinar o tema do trabalho e dos trabalhadores nesses livros escolares, é útil parafrasear Thompson, assumindo que é necessário decodificar esse (ou outro) tema e suas formas de representação, revelando as regras invisíveis, sentidos ocultos que se colocam entre o acontecido e o representado, diferentes daqueles que os historiadores de momentos posteriores da história do trabalho e dos trabalhadores se habituaram a esperar¹⁵.

15. Inspirado em Thompson, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 21.

LIVROS DIDÁTICOS CONSULTADOS¹⁶

ABREU E LIMA, José Ignácio. *Compêndio de história do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1843.

ANDRADE, Maria Guilhermina L. de. *Resumo da história do Brasil*. Para uso das escolas primárias brasileiras. Boston: Ginn& Company, Publishers, 1888.

BELLEGARDE, Henrique. *Resumo da história do Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro, 1855.

FRANKENBERG, João V. *História do Brasil por perguntas e respostas*. 7.ed. Porto Alegre: Livreiros Editores, 1925.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. Rio de Janeiro: Garnier, 1915.

PINHEIRO, José Pedro Xavier. *Epítome da história do Brasil: desde o descobrimento até a conclusão da Guerra do Paraguai*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Laemmert 1887.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

16. Houve o cuidado de verificar se os dois livros cujas edições consultadas eram das primeiras décadas do século XX não traziam alterações em relação às suas primeiras edições.

RAÇA, CLASSE E COR: DEBATES EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-ABOLIÇÃO

Regina Célia Lima Xavier

Os anos imediatamente posteriores à abolição foram marcados por grandes transformações. O processo de emancipação da escravidão abriria novas perspectivas na luta por direitos sociais: na definição do significado da liberdade, na luta pela cidadania, no debate em torno do Código Civil. O maior desafio referia-se ao lugar dos ex-escravos dentro dessa nova nação que se construía. Temerosos que constituíssem um obstáculo ao desenvolvimento nacional, a elite brasileira foi especialmente receptiva, segundo Skidmore, entre os anos 1880 e 1920, ao pensamento racial e à ideologia do branqueamento¹. Naquele momento, as teorias raciais tinham ganhado foros de legitimidade científica e deveriam garantir após a universalização do trabalho livre a superioridade da raça branca. Neste artigo pretende-se problematizar o debate em torno desta ideologia racial e do branqueamento tendo o Rio Grande do Sul como foco. Para tanto, a primeira parte do texto é dedicada a investigação dos conceitos de raça e de cor no I Congresso de História Nacional. Esse debate teve fortes influências nas imagens que, posteriormente, foram feitas sobre o sul rio-grandense: branco, democrático e igualitário. Por fim, vamos acompanhar no jornal *O Exemplo* a maneira como os “homens pretos” dialogaram com essas representações e lutaram por direitos sociais.

1. Skidmore, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

I CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL

Em 1914 realizou-se o I Congresso de História Nacional². Em seu discurso de abertura do evento, Afonso Celso tentaria valorizar a história colonial, a “variedade de raças de nossos aborígenes” e as “lutas épicas” destacando Palmares e Chico Rei. O Brasil, segundo ele, devia estar relacionado à “história da civilização” pelo fato de ter sempre tido uma “legislação fundamental”, a “despeito de Portugal ter tolerado contra a sua vontade questões tais como o tráfico de escravos” e, por jamais, ter “fomentado preconceitos de raça ou de cor”, reafirmando algumas ideias já defendidas em seu livro, *Porque me ufano de meu país* no qual dedicou atenção às “raças formadoras” do país³. Esse I Congresso deveria ser um curso de civismo movido pelo amor à pátria e à verdade⁴. O rigor científico se fazia sentir com o cuidado no “apuro da documentação” e na seleção prévia dos trabalhos mediante parecer de um dos membros da comissão executiva⁵. O tema da escravidão e o do pós-abolição estariam ali muito presentes. Abrangendo a história nacional do descobrimento até 1872, elegia-se a Lei do Ventre Livre como um de seus marcos cronológicos. A questão do “elemento servil” e a do tráfico transatlântico seriam abordadas em várias, sessões tais como na história parlamentar, diplomática e na história econômica. Já a contribuição dos negros africanos, por sua vez, seria também tema da história literária e artística.

O I Congresso é relevante devido ao papel do IHGB na formação e divulgação do pensamento científico. Notória nesse sentido é a sessão dedicada às “explorações arqueológicas e etnográficas”, especialidades emergentes naquela ocasião⁶. Essa sessão compreendia estudos sobre a formação racial da população brasileira. A maior parte de seus artigos versava sobre os indígenas,

2. Organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, neste momento e no contexto da primeira guerra, voltava-se para as questões nacionais assumindo uma postura mais acadêmica. Sobre o IHGB consulte-se: Guimarães, Lucia Maria Paschoal. *Da escola Platina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

3. Celso, Afonso. Sessão solene de inauguração, em 7 de setembro de 1914. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 84-100; *Porque me ufano de meu país*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Garnier [1900], 203p.

4. No evento estiveram presentes o presidente da República, Hermes da Fonseca, e três de seus ministros.

5. O Congresso contou com nove sessões, sendo elas: história geral, explorações geográficas, explorações arqueológicas e etnográficas, história constitucional e administrativa, história parlamentar, história econômica, história militar, história diplomática, história da literatura e das artes. Foram apresentados cerca de 140 trabalhos.

6. Guimarães, Lucia Maria P. *Op. cit.*

tema já recorrente nas páginas da revista do IHGB⁷. Relevante, no entanto, é que a eles se somaram estudos sobre a “imigração da raça branca” e sobre a “raça dos africanos”, oferecendo uma oportunidade ímpar para se analisar a formulação das ideias de raça. Casos exemplares são os artigos publicados por Afonso Cláudio e Braz do Amaral, que se dedicam a discorrer sobre as “tribos negras importadas” e sua distribuição regional no Brasil e o artigo de Campos Jr. sobre o Rio Grande do Sul publicado nos anais deste Congresso⁸.

Afonso Cláudio, com os olhos voltados para a África, pretendia descobrir esse continente através do discurso científico. Amplamente baseado na leitura de antropólogos e etnólogos europeus e americanos, tentaria elaborar uma definição de raça. Para tanto, em primeiro lugar, buscaria relacionar raça e cor interrogando-se em que medida a força do meio não seria determinante. Ao perceber que nem todo negro era africano e nem todo caucasiano era branco⁹, concluiria que a geografia não era capaz de explicar as variações de cor¹⁰. A raça seria então definida pela somatória da cor e das características físicas dos indivíduos? Seria o mento, o prognatismo, o nariz, os cabelos, os lábios, a dolicocefalia ou a braquicefalia uma resposta suficiente? A variedade dessas características nos indivíduos o levava a negar mais esta possibilidade explicativa. Restou a ele fazer uma leitura muito particular de Rene Verneau¹¹,

7. Sobre o debate em torno dos indígenas consulte-se Kodama, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, São Paulo: Edusp, 2009.

8. Amaral, B. Contribuição para o estudo das questões de que trata a tese sexta da seção de história das explorações arqueológicas e etnográficas: as tribos negras importadas. Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional (7 – 16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 2, 1915, p. 661-693. Cláudio, A. As tribos negras importadas estudo etnográfico e sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional (7 – 16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 2, 1915, p. 595-660. Campos Jr., Joaquim G. Os povoadores do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 1, 1915, p. 877-882.

9. Baseado no quadro classificatório de René Verneau, contava, por exemplo, os hindus, de cor negra, entre os caucasianos e os hotentotes, de cor amarela, entre os africanos.

10. O autor vai ainda questionar a vinculação entre as tribos negras e o continente africano ao criticar a versão religiosa que postulava a “maldição de Cham” (Cam).

11. Em sua reflexão, Cláudio citou uma lista respeitável de autores: Verneau, Alfred Maury, Samuel Baker, Frederico Muller, Frobenius, Dr. Hamy, Dr. Bastian, Gratiolet, Omalius d’Halloy, entre outros. Muitas vezes sem se dar conta dos debates e das diferenças interpretativas entre estes autores, propunha em seu texto uma justaposição de taxonomias. Para melhor compreender a apropriação que faz de alguns autores, consulte-se Verneau, René. *Los orígenes de la humanidad*. Buenos Aires, Barcelona: Editorial Labor AS, 1931 e J.J. D’Omalius d’Halloy. *Des races humaines*. Paris: P. Bertrand Editeur/Strasbourg: Levraut, 1845. No caso de Verneau tendeu a ignorar o papel que este teve, na França, na reorientação dos estudos das populações humanas a uma perspectiva culturalista ao enfatizar, em seu artigo, a importância das características fenotípicas ou biológicas. Sobre o tema consulte-se: Staudt, M. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology, 1859-1914. *Journal of the History of Ideas*, v. 65, n. 3, 2004, p. 475-495. Wade, P. “Race, Nature and Culture”, *Man*, v. 28, n. 1, p. 17-34, 1993.

optando por uma tipologia que levasse em consideração os “caracteres essenciais”, ou seja, uma classificação que somasse as características físicas àquelas sociais e culturais. Refletir sobre a “situação etnológica dos povos africanos” se justificava pela relação que ele estabelecia entre raça e progresso social. E isto era da mais alta relevância quando se pretendia responder sobre a distribuição das tribos africanas no território brasileiro. Aqui, no entanto, sua análise sobre a especificidade destas tribos cederia espaço para a equivalência entre africanos (desta vez enquanto categoria genérica) e escravidão. A distribuição dos escravos nas diferentes regiões do país, através da miscigenação e da “força do sangue”, explicaria, por sua vez, os tipos regionais. As diferenças étnicas explicavam, ainda, aptidões para o trabalho e para o acúmulo de riqueza. Influenciado por Sívio Romero, via como solução para o desenvolvimento do país a promoção de uma mestiçagem equânime, na distribuição de colonos e imigrantes entre a população nacional, evitando a concentração de “raças” em determinadas regiões.

Apesar de fazer uma leitura da África baseado em pressupostos “científicos”, enredadas nos debates antropológicos e etnológicos correntes em sua época, a resposta que formulou à pergunta do I Congresso era também política. Afonso Cláudio nasceu em 1859, filho de senhor de escravos no Espírito Santo. Jovem, foi militante abolicionista¹² e, após a abolição, um fervoroso republicano. Em 1889 foi o primeiro Presidente de seu Estado. A ênfase que daria à “força do sangue” apontava para uma aposta na mestiçagem como forma de superar o passado escravista. Sua adesão à política imigrantista, por exemplo, já estaria presente no livro que escreveu em 1884 sobre uma revolta de escravos conhecida como a *Insurreição do Queimado*¹³, na qual assinalava a inferioridade dos escravos e a superioridade da “raça” de alemães e italianos. O desafio de Afonso Claudio era como pensar uma África bárbara e incivilizada, tal como descrita por cientistas estrangeiros que lia com avidez, e o peso destes africanos na formação nacional.

Caminho diferente seria percorrido por Braz do Amaral. No lugar de buscar esquadrihar as tribos na África, buscaria conhecê-las no Brasil.

12. Em seu artigo chega a abordar os horrores do tráfico e a importância da abolição, mas se mostraria inseguro quanto aos seus resultados: “Se socialmente todos os aplausos são poucos a ação do legislador brasileiro de 1888, economicamente não há como obscurecer que a abolição sem se cogitar do sucedâneo do braço escravo na vida agrícola foi um volumoso desatino, cujas consequências ainda hoje expiamos”.

13. Claudio, Afonso. *Insurreição do queimado*. Episódio da História da Província do Espírito Santo. Apresentação de Luiz Guilherme Santos Neves. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979. Sobre a relação entre pensamento racial e imigrantismo: Seyferth, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio, Marcos Chor et al. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 41-58.

Aparentemente incomodado com a complexidade da questão colocada no I Congresso, iria ressaltar a ausência de dados sobre a África: “é muito grande a variedade das tribos africanas, foram muito diversos os lugares de sua residência em sua terra e não poucas devem ter se extinguido ou se misturado com outras”. Iria, então, conjecturar sobre o tráfico de escravos buscando assinalar “as tribos que mais vieram para cá” e que mais “concorreram para a formação do povo brasileiro”.

Reconhecendo a dificuldade de classificar as tribos a partir da definição da origem africana, vai lançar mão de uma abordagem original, a tradição oral. Através dela buscaria distinguir as tribos que vieram para o Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro e para a Bahia – tal como foram ali reconhecidas¹⁴. À citação de suas procedências, somaria seus “caracteres físicos e morais”, demonstrando, assim como Afonso Cláudio, uma familiaridade com os debates científicos sobre raça. Para ele a maior parte destas tribos tinha vindo de territórios vizinhos da Costa da Mina, Cabo Verde, Ilha do Príncipe e Angola. Ao descrevê-las, vai destacar sua diversidade, sua importância numérica, sua localização na África, suas características físicas, comportamentos, moral, aptidões, capacidade intelectual, língua, religião, entre outros aspectos, demonstrando intimidade tanto com acervos documentais quanto com a literatura estrangeira que buscava definir tipologias raciais. Daí conclui que umas tribos eram mais inteligentes, mais industriais e mais propensas à civilização que outras. Contudo, em suas descrições, apesar de assinalar aspectos positivos relativos a algumas tribos (como entre os Iorubas), considerava, em outros momentos, ao se referir aos africanos, em geral, que “se tratava de indivíduos em estado bárbaro, em sua totalidade” entendendo a expressão bárbara “no sentido de selvagem”.

O que chama a atenção na leitura de Braz do Amaral é que a oposição entre selvageria/barbárie e civilização está contida no contexto da própria escravização e das características cruéis do tráfico transatlântico. Em seu artigo, por exemplo, ele questiona a expressão “bronco como um africano”, ponderando que os bretões, quando levados a Roma como escravos, eram tidos por brutos, e que na atualidade eram uma “raça das mais inteligentes e capazes”. Portanto, o ditado acima não poderia “exprimir uma verdade nem se estender por analogia a toda uma raça”. Os africanos “desgraçados pela escravidão” e em “profundo abatimento moral”, não podiam revelar as qualidades de inteligência próprias do indivíduo ou da raça. Ele conclui: “Há brancos e brutos em toda a parte e mesmo entre as raças mais inteligentes, mas força

14. Ele já apontava a dificuldade em discernir as tribos tendo em vista os deslocamentos do tráfico no interior da África.

é confessar que, familiarizados com o país, o meio e sua condição, muitos africanos revelaram sinais e deram prova de inteligência”. Com este tipo de assertiva, Amaral dialogava com aqueles autores, europeus e americanos, que viam na nossa composição demográfica e racial (e sua correlata inferioridade), um impedimento para o desenvolvimento da civilização. Aliás, concluía ainda o autor, as “provas de inteligência” do africano deviam ser mencionadas “para evitar aqui a reprodução, sem exame nem escrúpulo, do que tanta vezes nos faz rir, no estrangeiro, quando ouvimos apreciações sobre geografia e história de nossa terra, principalmente em meios muito cultos e por pessoas que supúnhamos mais instruídas de que se revelam em tais ocasiões”¹⁵. O africano não era, portanto, uma categoria homogênea, inferior por definição, pois as tribos eram potencialmente diferentes entre si, embora ainda estivessem “em estado bárbaro” comparados aos europeus. O papel do africano também não estava reduzido ao de escravo. A importância destas considerações está associada com a forma como ele percebe nossa formação racial: “repare-se que a maior parte da população do Brasil é de mestiços e que o sangue índio com branco é relativamente raro (...) quase tudo o mais está aí demonstrado é mistura do sangue negro com índio e o branco”. Como sabemos, a formação do “tipo brasileiro” será tema recorrente entre os intelectuais do período.

Roquette Pinto¹⁶, relator de seu artigo, ao avaliar, por sua vez, a missão histórica dos africanos no Brasil, reconhecia, por um lado, a dívida nacional para com o “africano infeliz”, mas, por outro, enfatizava sua condição de escravo para afirmar que seu papel aqui estava “terminado”, seu “contingente estava sendo eliminado”, cedendo diante de “novos elementos”. E indagava enigmaticamente: “de um elemento tão importante o que sabemos nós? Deixamo-lo sumir-se, sem cuidar disso. Neste ponto, enfatizava o fato da etnografia não se ocupar do tema.

O único autor sulino que escreve neste I Congresso é Campos Jr.¹⁷ Preocupado com a formação do povo sul rio-grandense, diferentemente de Ama-

15. Buckle, em seu livro escreveu sobre o Brasil sem nunca o ter visitado e cometeu alguns enganos sobre a sua geografia. É possível que Braz do Amaral, crítico das análises externas que estrangeiros fariam da realidade brasileira, estivesse se referindo a ele. Buckle, Henry Thomas. *História da civilização na Inglaterra*. 2v. Vertida para o português por Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1899-1900.

16. Pinto, Roquette. *Actas do Congresso Anais do Primeiro Congresso de História Nacional (7 – 16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. I, p. 147-148. Em seu comentário explicitava sua defesa da imigração européia. Skidmore pontuaria, no entanto, que a defesa que fazia da tese do branqueamento era matizada por sua ênfase na educação como forma de desenvolvimento nacional. Skidmore. *Op. cit.*.

17. O Rio Grande do Sul teria ainda neste evento como representantes Alcides Cruz, Oscar de Miranda e Homero Batista.

ral, pouca importância daria para as tribos africanas importadas, pois consideraria que o habitante originário daquela localidade era de origem portuguesa, restando discutir o peso dos açorianos e dos alentejanos em sua composição, reafirmando a imagem, veiculada desde o século anterior, de uma sociedade sulina branca¹⁸. Em sua análise limitava-se a registrar que no Rio Grande do Sul havia “diversas raças de negros” e, baseando-se na leitura de inventários, iria destacar a presença africana em relação a sua origem (ou etnia), registrando alguns vocábulos “Ki-mbunda” ou “angolez”.

Neste debate sobre a definição da raça dos africanos, largamente baseada na leitura de etnólogos e antropólogos estrangeiros, havia uma tensão entre classificações fundamentadas na percepção de cor, de características fenotípicas, na força do meio com aquelas que tendiam a considerar outros aspectos tais como o contexto da escravidão, a cultura, a inteligência e a capacidade dos africanos de civilizarem-se. Embora a questão biológica ainda fosse predominante, esta tensão entre estas diferentes categorias classificatórias parecia inevitável ao se pensar a formação do povo brasileiro, e nela, o peso da mestiçagem e da imigração européia.

A FORMAÇÃO DO POVO SUL RIO-GRANDENSE

O debate descrito acima dialogaria com as reflexões de Oliveira Vianna¹⁹, especialmente na análise que fez sobre a presença africana na formação social das populações meridionais. O autor iria considerar, por exemplo, um engano postular-se a unidade do “tipo negro”, quando na verdade este apresentava uma “considerável variedade”, “tanto somática quanto psíquica”. Baseado unicamente em Braz do Amaral e no texto que vimos, citaria negros absolutamente indomesticáveis e incivilizáveis e, outros, de inteligência superior. Diferentemente daquele autor, no entanto, ressaltaria na definição desta diversidade, o peso dos aspectos biológicos. Vianna iria mais além ao considerar que a variedade da cor, de aspectos físicos e de inteligência, a variedade de índole e de tipo entre as tribos negras impactava de forma decisiva a constituição da população nacional no processo decorrente da mestiçagem.

O mulato, por exemplo, devia ser considerado de acordo com sua subordinação à ação das seleções étnicas. O mulato inferior, aquele resultado do cruzamento do branco com um negro inferior, em função dos atavismos étni-

18. Xavier, Regina Célia Lima. Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul, *História Unisinos*, v. 10, n. 3, 2006, p. 243-258.

19. Vianna, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1920.

cos tenderia a desaparecer ou, quando muito, ficaria, juntamente com os pardos, os cabras e fulas, eternamente no plano das raças inferiores. Já os mulatos superiores, resultados do cruzamento do branco com negros superiores, seriam aqueles que suscetíveis à arianização: herdariam caracteres somáticos da raça branca nobre e tenderiam a se aristocratizar seja pela migração e posse de terras recém-colonizadas seja pelo casamento. Através destes mecanismos, seriam incorporados à classe superior, nobreza territorial. Estes mulatos superiores, por apuramentos sucessivos, tenderiam a clarificar-se. E quando eles venciam, o faziam não enquanto mulatos superiores, mas como indivíduos arianizados que tinham como função dominar a turba de mestiços inferiores. Daí conclui que esse caráter ariano da classe superior haveria de nos salvar de uma regressão atávica lamentável. O Brasil, com este raciocínio, estaria em vias de atingir a pureza étnica pela miscigenação²⁰ e pelo cruzamento de elementos superiores.

Ao considerar, nas populações meridionais, o caso do “campeador do pampa”, Vianna vai pontuar justamente a ação eugênica dos paulistas (eticamente superiores) no povoamento da planície sul rio-grandense, no estabelecimento da grande propriedade pastoril e na adoção da mão de obra escrava. Os paulistas, ciosos de suas prerrogativas aristocráticas e de sua nobreza, desde tempos remotos, haviam “se atido à superioridade social e moral de ter a pele branca, prover de sangue europeu e de não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra”. O segundo elemento ali encontrado referia-se ao açoriano, voltado inicialmente à pequena propriedade e à agricultura. Embora pudessem ser “plebeus”, eram da mais “legítima cepa ariana”. No contraste destes dois elementos e de suas diferentes atividades, terminaria por influir o meio geográfico, ao favorecer o regime pastoril. As populações meridionais eram, nesta medida, conformadas pela raça e pelo meio físico. Bresciani, em seu livro, já havia enfatizado em Vianna, a importância do meio cósmico, do solo, do clima. Apontando uma interlocução do autor com Taine, destacou em ambos esta confiança no poder do meio, da raça e da história como elementos determinantes da cultura e do caráter de um povo. Ainda segundo a autora, Vianna evitaria, no entanto, o determinismo radical, ao reconhecer a força do homem na interação com o meio, identificando-se mais com o possibilismo de Vidal de la Blache do que com Ratzel²¹. Contudo, Vianna com estas assertivas

20. Para uma análise do papel de Vianna na tese do branqueamento, veja Skidmore. *Op. cit.*, p. 221.

21. Bresciani, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005. Veja, também, que o determinismo geográfico antes refutado no texto de Claudio, voltaria a ser problematizado na análise do Rio Grande do Sul. Cláudio, A. As tribos negras importadas estudo etnográfico e sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional (7 – 16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 2, 1915, p. 595-660.

sobre a composição étnica dos povoadores da planície sul rio-grandense terminaria por reforçar a ideia, pontuada anteriormente por Campos Jr., de um Rio Grande do Sul constituído, majoritariamente, por raças arianas e superiores.

Suas ideias ecoarão na obra de Salis Goulart²² que, ao considerar a composição étnica do Rio Grande do Sul formada por um grande contingente de brancos, vai percebê-la a partir da “relação do homem com o meio” e das “influências das forças sociais e raciais sobre os fatos humanos”. Para ele, sempre aqui havia tido um diminuto número de índios, escravos e de africanos. Os cativos, aliás, haviam sido no Rio Grande do Sul melhor tratados do que em qualquer outra Província do país, o que veio, ao final, a facilitar a abolição, reforçando a ideia de uma escravidão benigna e de uma sociedade sulina democrática. A vantagem deste grande coeficiente branco residia no desenvolvimento de uma fisionomia européia. Para Goulart a percentagem da mestiçagem era importante para se considerar a psiquê de um povo. Citava, em suas digressões, autores como Topinard, Gobineau e Humbolt, ciente dos debates relativos aos híbridos e sua degenerescência para justamente contrapor a ideia da existência, no Rio Grande do Sul, de mestiços superiores. E otimista quanto ao futuro, afirmava ainda que pelo afluxo cada vez mais crescente de sangue europeu os mestiços “tenderiam e haviam de tender sempre” a retornar, pelo fenômeno de regressão atávica, ao tipo branco. Identificava mesmo um processo de clarificação em pleno progresso. E estes elementos superiores que ali existiriam desde o povoamento “puderam sempre guiar para o bem os inferiores enquadrando-os dentro de objetivos perfeitamente sociais”. Para concluir que “a grande massa branca que possuímos guiará para destinos superiores o povo gaúcho, elevando-o a uma alta posição no seio da comunidade brasileira”²³.

Em considerações deste tipo, surgia um Rio Grande do Sul eminentemente branco, superior, com feições europeias, potencialmente preparado para desenvolver-se de acordo com sua vocação democrática e igualitária. Os africanos, insignificantes inclusive numericamente, tenderiam a desaparecer no processo de mestiçagem e de branqueamento.

É revelador, sem dúvida, a forma como todos estes autores aqui citados dialogaram com as ideias sobre raça correntes nos Estados Unidos e na Europa e como, a partir deste debate, representaram o mundo em que viviam. Estas ideias eram bastante significativas sobre o processo de reafirmação de hierarquias sociais e raciais em curso, em um momento em que se discutia direitos

22. Goulart, Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria do Globo, 1927.

23. Goulart. *Op. cit.*, passim.

de cidadania. Holt²⁴, no entanto, chama a atenção para o fato de que isto remete a uma reflexão não apenas sobre os intelectuais e as relações políticas de seu tempo, mas sobre a experiência vivida pelos sujeitos. Daí se depreende as ressalvas feitas pelo autor em relação à história intelectual do racismo. Ele considera, por um lado, suas contribuições tais como a capacidade de demonstrar a temporalidade das ideias e suas raízes em processos históricos específicos, mas, por outro lado, chama a atenção para o risco desta abordagem implicar na percepção do racismo como consequência de ideias más, como produto do pensamento, ao demonstrar percursos intelectuais equivocados. Deixa a descoberto, portanto, a relação entre as ideias e o mundo material, empírico. Para este autor, o que os historiadores precisam é perceber como o global e o local, o social e o individual se interconectam e se revelam nas experiências dos sujeitos, na vida cotidiana.

Na tentativa de nos aproximarmos desta questão, passamos para a segunda parte deste artigo ao abordarmos a leitura do jornal *O Exemplo*. Ao acompanharmos a forma como ali será representada a questão da cor, da origem, do fenótipo, de classe, entre outros elementos, na definição de uma raça e da cidadania brasileira, propomos um contraste com as imagens veiculadas, como vimos acima, sobre a composição racial do sul rio-grandense.

O JORNAL

Este jornal foi fundado em Porto Alegre em 1892 e publicado até 1930 tendo, neste ínterim, algumas interrupções²⁵. Talvez devido a esta intermitência, os seus fundadores e/ou redatores tivessem cultivado uma memória sobre sua fundação, seus objetivos e a importância de mantê-lo atuante.

Em 1902, lemos que o jornal se propunha a “combater em prol dos deserdados e dos oprimidos”. *O Exemplo* se apresentava com o objetivo de “dissipar as trevas da ignorância em que vive a vítima dos governos e dos políticos mostrando-lhes conculcados pela exploração dos dominadores” a vontade de obter “a justiça que constantemente lhe é empalmada”. Era,

24. Holt, T. C. “Marking Race, Race-making, and the Writing of History”, *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, 1995, p. 1-20.

25. Ele tem sua primeira interrupção em 1897 a qual seguiram-se outras. Sobre sua trajetória leia-se artigo de 9/01/1910. Para maiores informações sobre sua periodicidade consulte Pinto, Ana Flavia Guimarães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. E, ainda: Santos, José Antonio. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (doutorado em História) PUC-RS, Porto Alegre, 2011. *O Exemplo*, de 7/8/1904, notícia que, em sua primeira fase teve cerca de 710 assinantes, o que não devia ser inexpressivo, mas apenas 133 pagantes, o que dificultou sua sobrevivência, vindo a ser reeditado apenas em 1902.

“sinceramente”, o “jornal do povo”, que “emergindo de seu meio”, pretendia rebater “preconceitos estúpidos” e “clamar por justiça quando qualquer violência ferisse o seus direitos perante as leis”²⁶. Já em 1904, o jornal novamente reconstituía seus objetivos destacando que sua publicação vinha em defesa de um “povo oprimido”, “sacrificado”, “escravo”, “vítima do trabalho pela condição de pobre, vítima dos vícios pelo estado de ignorância, vítima dos políticos e dos governos pelo servilismo herdado, vítima da justiça convencional da polícia, pelo seu estado de desamparo”. O jornal declarava, então, vir em socorro desta parte do povo²⁷.

Seus redatores eram identificados como “corajosos”, “esforçados batalhadores”, “arautos de um ideal”, movidos pela necessidade de “levantamento moral e intelectual das classes desprotegidas”²⁸. Com “muito sacrifício” e “empenhando suas próprias economias”, os redatores declaravam estar motivados pela causa. Espiridião Calisto, Tacito Pires e Vidal Baptista, principais redatores no período que se seguiu a sua refundação em 1902, eram homens afrodescendentes reconhecidos na comunidade. Juntamente com outros redatores e colaboradores de renome, escreviam suas matérias também em outros jornais ou atuaram em sociedades literárias. Alguns eram bacharéis ou haviam atuado como juízes na localidade, outros eram barbeiros de profissão²⁹.

Vale ressaltar que Porto Alegre estava passando por muitas transformações. De 1875 a 1889 conheceu uma forte imigração italiana e alemã, o que viria a densificar as relações raciais. Na primeira década do século XX sua população cresceria 5,9%. Sua indústria, neste período, ganharia hegemonia no Estado com destaque para a metalurgia, fumo e a instalação de várias fábricas, inclusive de tecidos. Notável foram, ainda, as modificações urbanas, com melhora no serviço de água, introdução de bondes elétricos, usina de iluminação pública e expansão do comércio. Observa-se que, neste período, tem-se também um impulso na vida letrada quando a cidade se torna sede da vida universitária com a criação da Escola de Engenharia (1896), de Medicina (1899) e de Direito (1900)³⁰. Talvez este quadro de crescimento demográfico,

26. *O Exemplo*, 12 e 26/10/1902.

27. *O Exemplo*, 2/10/1904.

28. *O Exemplo*, 7/7/1904, assinado por J. Cotta.

29. Foram também redatores e ou colaboradores Arthur de Andrade, Marcílio Freitas, Aurélio Bittencourt, Sérgio Bittencourt, Alfredo de Souza, Batista Figueiredo, Julio Rabelo, entre outros. Sobre a fundação do jornal e seus articulistas – 12/10/1902; 7/08/1904, 9/10/1904, 11/12/1904; 17/11/1908; 05/09/1909; 9/1/1910, 5/10/1910. Sobre as trajetórias intelectuais de alguns de seus redatores consulte-se Santos, Jose Antonio. *Op. cit.*

30. Singer, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: USP, 1968.

econômico e cultural, auxilie-nos a pensar a força dos debates em torno da definição de raça e de cidadania presentes nas páginas do jornal *O Exemplo*.

PELA DEFESA DOS HOMENS PRETOS?

Em seu programa e nos artigos que enfatizaram os objetivos do jornal, ele era apresentado como o “jornal do povo”, daqueles que viviam a “exploração dos dominadores”, mas também daqueles que sofriam “preconceitos estúpidos” e saía em defesa dos “nossos direitos”. Em 1904, apelava-se para que em prol do jornal convergissem “todos os nossos esforços”, pois ele era o único que defendia a “nossa classe” e lutava pela ilustração “dos nossos”³¹. Mas quem seriam os “nossos”?

Os homens pretos, os explorados, os proletários pareciam ser os sujeitos com os quais operavam os redatores e articulistas do jornal. Em algumas ocasiões, inclusive, como nos tensos momentos em que a cidade viveu greves expressivas, *O Exemplo* seguidamente veio em defesa dos trabalhadores publicando extensas matérias sobre seus movimentos.

Talvez por esta ênfase no povo e nos proletários, *O Exemplo* tivesse sido saudado em 12/10/1902, por um jornal italiano (*Stella d'Itália*) que o destacava como aquele que vinha para combater em prol dos “deserdados e oprimidos”. Operando com estas categorias, não deixava de pontuar que maior satisfação daria seu ressurgimento se conseguisse “confraternizar os filhos das diferentes nacionalidades que aqui trabalhavam e sofriam uniformizando os intentos e os ideais”. Havia sido saudado, também na mesma ocasião, por jornais alemães.

Esta relação, no entanto, parece ter sido tensionada, uma vez que em 1909, Faustino Moreira publicaria um artigo no qual despreveria o Rio Grande do Sul como uma “terra conquistada”, na qual os cargos como juiz de comarca, juiz distrital, escrivão, conselheiro municipal, subintendente, subdelegado de polícia, professor, entre tantos outros, eram preenchidos por indivíduos que não haviam nascido no Brasil; por isto, concluía, havia um “abatimento no nosso sentimento de patriotismo”. Criticava, por fim, uma colônia alemã onde a língua estrangeira era usada até mesmo em julgamentos e reclamava o Brasil para os brasileiros³². A julgar por artigos como este, o

31. Vejam as publicações de 13 e 25/11/1902; 17/7/1904 e 2/10/1904.

32. *O Exemplo*, 12/12/1909.

intuito de confraternizar os homens pretos com as diferentes nacionalidades encerrou uma relação delicada³³.

O Exemplo, no entanto, se dirigia, primordialmente, aos “homens pretos”, estabelecendo uma identidade entre o jornal e a sua *classe*. Em 1904, liam-se artigos pequenos, mas explícitos sobre esta relação: “o homem de cor em particular e o proletário em geral” deveriam *naturalmente* sair em defesa do jornal, para não cometerem o “assassinato de seus direitos” e o “suicídio de sua dignidade”. Os “homens de cor preta”, em outro artigo, eram enfaticamente convidados a assinar o jornal, órgão de “seus interesses”. De forma mais dramática, outro artigo quase intimava os “homens de cor preta” a não desamparar um jornal que era defensor de “seus” direitos sob o risco de “cometer suicídio moral”³⁴. Era, pois, um jornal escrito, principalmente, por “pretos” e, primordialmente, para “pretos”.

A cor preta ou “homens de cor” são, portanto, expressões recorrentes. Em 26 de outubro de 1902, *O Exemplo* é questionado, vítima de uma “campanha difamatória” por ter denunciado a perseguição policial aos pretos, sendo o registro da cor acionado como um elemento importante na construção de solidariedades, de suas identidades. O artigo, escrito por Espiridião Calisto, narra que havia entrado na redação do jornal um jovem rapaz, pintor, negro, que vinha devolver a assinatura por considerar que não havia necessidade de se criticar a polícia e os jornais de grande circulação. O redator então havia lhe perguntado se não se sentia envergonhado, vendo “um de nossa cor”, de “boas qualidades”, ser “desumanamente espancado por agentes da guarda administrativa”. A denúncia contra os desmandos da polícia, aliás, será recorrente em suas páginas. *O Exemplo* buscava lutar contra a forma como os indivíduos eram distinguidos por estes agentes do governo a partir do registro da cor. Dizia: “não podemos trocar com o fato de fulano ou beltrano ser preso por ser negro, porque somos negros também”. No mesmo ímpeto, questionava que os “moços de boa família”, os “bons moços”, (subtendidos como brancos) quando tumultuavam os teatros, quando se envolviam em conflitos de rua desrespeitando as famílias, não eram importunados pela mesma polícia.

E não apenas o governo. O jornal vai se colocar em disputa contra outros jornais, de grande circulação, que davam publicidade a prisões, nome-

33. Para uma análise mais detalhada sobre esta relação consulte Loner, Ana Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universitária/Unitrabalho, 2001. Especialmente o capítulo sobre associações negras, p. 239-284.

34. *O Exemplo*, 2/10/1904 e 17/7/1904 (artigo assinado por J. Cotta).

ando sempre aqueles casos em que os negros se viam envolvidos. Neste caso, *O Exemplo* denunciava outro jornal por ter publicado matéria no qual glorificava as “façanhas” daqueles agentes policiais nomeando o rapaz como “negro desordeiro”. E vai além acusando a grande imprensa de ser mera casa de negócio que buscava ludibriar as pessoas pobres. A polícia e a grande imprensa que publicava suas “façanhas”, ressaltava o jornal, eram indiferentes a miséria daqueles que sofriam e não buscavam conhecer suas vítimas e suas estórias³⁵.

A menção a cor feita pelos jornais de grande circulação e denunciada pelo *O Exemplo*, sempre buscava desclassificar os sujeitos que nomeava³⁶. Daí o jornal destacar, em contraposição, que o rapaz espancado, de cor, era “de boas qualidades”. Em outro artigo, significativamente publicado em 13 de maio de 1904, dizia-se que “ser negro atualmente no Brasil é a mais nobre linhagem que se pode evocar, porque se terá a certeza que se descende de um povo herói de trabalho, mártir da ganância selvagem da ciosa raça dos descobridores deste pedaço da América”.

A cor, vale destacar, quase sempre vinha associada à condição social. Em artigo de 25 de novembro de 1902, ao denunciar mais uma vez a polícia, *O Exemplo* afirmava que as leis eram executadas conforme a condição social do indivíduo. “Os pretos e os proletários”, que não tinham por eles “mais do que a independência do caráter”, precisavam viver com cautela para não serem “apanhados pela rede de violências administrativas”. Qualquer “embuste” já podia servir de pretexto para “lhe negarem as regalias constitucionais e cometerem contra eles as maiores violências”. Concluía: “a lei é uma mentira”.

E a associação entre classe e cor se fazia sentir, ainda, das formas as mais sutis, combinando em suas aparências tanto a tonalidade da pele quanto seus comportamentos e formas de vestir. Leia-se, neste sentido, artigo publicado em 31 de julho de 1904 no qual se afirmava: “a igualdade é conversa fiada”. O “preto aqui nesta terra é como o bicho de academia” – só tem “direito a não ter direito a cousa alguma”. O artigo narra o diálogo entre dois amigos. O primeiro, mais cético, provocava o outro ao afirmar que ele vivia praguejando contra a falta de justiça e de equidade, mas quando este morresse, a única coisa que diriam é que ele havia sido “um bom negro”, “muito fiel”, etc. Refletindo sobre as disparidades, este último vai fazer um passeio de bonde. Surpreso, vê

35. Em contraposição, esta identificação com o leitor e suas causas é perceptível em artigos de *O Exemplo*. Leia-se, por exemplo, matéria que publica Alois Wolff em 12/10/1904 que narra o caso dramático de uma criança que, estando a cargo de brancos como criada, sofre maus tratos. O autor, esperando que o juiz, sendo negro, fosse solidário à causa, faz a denúncia, inutilmente. A criança desamparada pelo juízo, foge dos brancos e morre de frio.

36. Sobre denúncia contra a ação policial, leia-se, ainda: *O Exemplo*, 7/11/1904.

que o cobrador não exige bilhete de um indivíduo a quem chama de “cavalheiro”. Na busca em explicar a diferença de tratamento, o nosso personagem descreve a si próprio, com fatiota e botina simples e, o cavaleiro, com roupa confeccionada em Paris, botica de pelica e anel de brilhante e ademais... concluía, era *incolor*, enquanto ele, era preto. E arrematava concordando com seu cético amigo: até no bonde havia desigualdade!

Neste caso, a cor era sempre a do outro, a do negro. Nesta lógica, branco não era cor e não fazia sentido, portanto, distingui-la. Em 1911, o articulista Silva Cabuloso se perguntava por que a cor preta sempre era um qualitativo citado em outros jornais, de forma depreciativa, denunciando que para certos jornalistas “o ser preto era uma outra espécie de gente” e se perguntava: “não pertencerão os pretos ao mesmo gênero humano que os brancos?”. E lembrava que já a cor do branco raramente era citada³⁷. Nos jornais de maior circulação e no noticiário policial, conclui-se após a leitura de artigos como estes, só se nomeavam os “de cor”, pretensamente negros e pobres.

No jornal *O Exemplo*, as ações públicas, tais como as da polícia, incluindo a perseguição aos cultos de origem africana, apesar das garantias legais, a exigência de licenças para a reunião de famílias negras, entre outras, eram percebidas como manifestações de preconceito social e racial. Era o preconceito que demonstrava a existência de uma sociedade fortemente hierarquizada, apartada entre negros e pobres e, brancos e ricos. E o jornal pretendia lutar contra toda forma de preconceito e clamar por justiça. Para tanto, não bastava denunciar ações policiais, era preciso investir na educação e para evitar que a luta pela “independência e o levantamento intelectual do negro” não fosse perdida, era necessário dar combate ao preconceito que inferiorizava os negros fazendo-os “vítimas de todas as violências e males”. O preconceito, segundo o jornal, era “filho de uma educação moldada nas velharias de superioridades, nas antigualhas de classes privilegiadas, de famílias distintas e ilustres”. Criticava, portanto, aqueles que, céticos em relação à causa, diziam que esta luta era como uma “semente lançada em terreno estéril”. Não cremos “neste resfolego”, responde o articulista do jornal, “talvez o derradeiro de uma educação servil que vai extinguindo com a geração que desaparece”. Em contraposição a este “conceito mesquinho”, a este “pensamento filho do medo”, era preciso lutar. Os “preconceitos tolos”, ressaltava, haviam ensinado a “ignorância enfatuada que os negros não tinham família e que não constituíam sociedade”. Os negros (os nossos) não eram “homens animais”. Buscavam “pão intelectual”

37. *O Exemplo*, 12/3/1911.

e eram “homens como os ditos superiores”. E tinham família e “constituíam sociedade” e, portanto, precisavam ser respeitados³⁸.

Neste embate, percebe-se que os articulistas deste jornal dialogavam com aquelas representações que “os homens ilustres” construíam a respeito da sociedade sul rio-grandense. No lugar de uma sociedade igualitária e democrática, surgia a imagem de uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual. A divisão entre homens superiores e inferiores, tão tranquilamente pretendida por um autor como Salis Goulart, estava longe de ser aceitável nas páginas deste jornal. Dava-se combate, ainda, a afirmações como as de Afonso Celso que, no Brasil, nunca se havia fomentado preconceitos de raça e de cor. No dia 13 de maio de 1904 elogiava-se a Lei Áurea por ter dado a liberdade, mas, se afirmava, principalmente, o direito a igualdade, a condição política de cidadãos. A lei havia inaugurado, portanto, novas formas de luta por direitos sociais e raciais.

PRETOS, MULATOS E MOBILIDADE SOCIAL

Se a luta contra o preconceito, tal como vimos acima, tendia a construir, nas páginas de *O Exemplo*, categorias distintas (negros/pobres, brancos/ricos) e dava a elas um significado político, a identidade negra construída a partir da percepção da cor, encerrava, no entanto, um processo permeado de tensões internas. Negro, enquanto categoria racial e sua associação com percepções de classe seria objeto de debate nas páginas do jornal.

No artigo que já citamos acima, de 1902, a matéria descrevia uma “campanha difamatória”. O rapaz negro que queria desistir da assinatura por não concordar com as críticas feitas à ação da polícia e à cobertura discriminatória feita pelos outros jornais, ao ser interrogado pelo redator Espiridião Calisto, confessou ter sido convencido a isto por um “mulato”. Em outro artigo sobre a mesma matéria, este é citado como “homem pardo”. Por isso também o redator para defender o jornal, se identificou, na matéria publicada, com o preso dizendo-se “negro também”. O mais curioso é que o destaque feito ao se nomear o “mulato”, “homem pardo”, enfatizava o fato de ele não ter o mesmo compromisso que os “pretos” em relação a seus semelhantes³⁹.

Esta crítica aos mulatos apareceria também em 1909 quando um agente policial reprime algumas famílias negras por estar a altas horas da noite a

38. *O Exemplo*, 25/11/1902.

39. *O Exemplo*, 26/10 e 3/11/1902.

conversar na rua. O artigo do jornal critica o agente policial não apenas por reprimir exclusivamente aos negros, mas, o que mais nos interessa aqui, por este comportamento remeter ao “servilismo herdado das senzalas”, que fazia com que, apesar de ter a mesma ascendência, se identificasse com aqueles que oprimiam os negros. O artigo criticava o agente policial: “um tipo desses por ter estado ao coadouro algum tempo e ter perdido o resto da cor preta que talvez ainda lhe restasse da herança de seus avós, anda cheio de ignorância”⁴⁰.

Se aqui transparece uma crítica feita aos mulatos, em outra ocasião esta dissensão ficaria mais explícita ao ser combinada com a competição no mundo do trabalho. Raça e classe deviam ser, no entanto, tal como defendia o jornal, categorias amalgamadas contra o preconceito. Dizia *O Exemplo* que a preocupação de “raças, de cores, de nascimento, de posição social” eram preocupações “estultas” que, começando a “selecionar os homens no seio da comunhão social, degeneravam em motivo de luta de classes, luta que infelicitava (...) a desgraçada espécie humana”. Ponderava que só os pequenos eram “vítimas de todas estas preocupações” por lhes serem “negados a competência de pensar e de agir conforme a razão”. Concluía: “em nós querem que as nódoas que a nossa roupa adquiriu no trabalho, sejam nódoas aviltantes, que a cor de nossa epiderme seja o borrão do vício, a mancha do crime. E contra isso o que devemos opor?” perguntava-se. “Novos preconceitos? Selecionar aqueles que se aproximam mais da cor branca dos outros que conservam em sua pureza a tintura de nossos avós comuns, os africanos? Não. Mil vezes não! O que precisamos é de constituirmos uma liga de todos os elementos moralmente sãos que ainda existem entre os nossos, esforçando-nos reciprocamente pelo melhoramento de cada um destes (...) o que precisamos é de um apostolado livre de preconceitos de traje, de cor, de profissão, em cujos membros apurem-se somente qualidades morais e criem-se dotes intelectuais”⁴¹.

Com assertivas como estas, o jornal se posicionava contra a ideia de que o negro, quanto mais próximo do branco, teria maiores chances de mobilidade social. Esta questão parecia estar presente, ainda, em alguns debates, especialmente naqueles que opunham alguns articulistas, defensores de um projeto de educação como forma legítima e necessária de mobilidade social e outros que, segundo suas críticas, descuidavam destas questões ao organizarem, por exemplo, associações voltadas primordialmente aos diver-

40. *O Exemplo*, 29/11/1909.

41. *O Exemplo*, 5/6/1904. O termo classe era também usado nos artigos com sentido diverso ao se referir a categoria dos negros, remetendo a uma identidade racial, mesmo que esta fosse muitas vezes percebida de forma ambígua. Sobre o tema, consulte também Santos, José Antônio. *Op. cit.*, p. 117.

timentos⁴². Neste sentido, ao criticar as “associações bailantes” censurava-se, ainda, o que é mais importante para o meu argumento, o fato de que estas associações tendiam a selecionar seus membros de acordo com sua cor e condição social: nelas haveria um “maior cuidado em apurar raça” do que “apurar qualidades” o que os “obrigava a selecionar elementos morais sãos, porque *são quase crioulos*, afim de evitar o contato com sua prole que é *quase branca*. Ironizava o fato de se evitar nos salões uma maior mistura com aqueles mais negros ou mais pobres⁴³.

O ideal de branqueamento, de arianização, tidos por autores como Vianna e Goulart como garantia para a “elevação do gaúcho” via-se, a seu turno, problematizada no jornal *O Exemplo* em nome do combate ao preconceito de cor e de classe.

DE ONDE VIEMOS E QUEM SOMOS?

A categoria cor remeteria, ainda, à questão da origem. Os africanos haviam sido descritos, seguidamente, pelas teorias raciais europeias e americanas como inferiores e incivilizados, acepções estas que foram relativamente incorporadas em análises tais como aquelas propostas por Claudio, Amaral, Vianna e Salis Goulart. Na análise destes autores, tribo, raça, etnia e nação eram termos intercambiantes. No período pós-emancipação, no entanto, discutia-se cada vez mais o significado das palavras e buscava-se saber, por exemplo, o que exatamente termos como crioulo e negro descreviam⁴⁴.

Cito, inicialmente, artigo no qual se discutia a palavra crioulo, mencionada, com frequência, no noticiário policial. Observando seu uso nos jornais, o articulista interroga um entendido em gramática que o ensinou: “crioulo, no tempo da monarquia quando havia escravidão, queria dizer filho de escravo, nascido e criado na casa dos senhores: o crioulo de fulano”. Podia, ainda,

42. Para acompanhar o debate em torno da necessidade da educação consulte-se: Pinto, Ana Flavia Magalhães. *Op. cit.*, p. 156-166. Santos, Jose Antonio dos. *Op. cit.*, p. 123-124.

43. *O Exemplo*, 19/6/1904.

44. Sílvia Lara, em recente artigo, discute a historicidade de termos como “negro”, “preto”, “mulato”, “pardo” e “branco” no contexto colonial, recuperando os debates políticos e sociais nos quais estavam inseridos. Neste contexto, propõe uma problematização de binômios tais como alforria e miscigenação, branqueamento e integração social, escravidão e racismo. Lara, Sílvia H. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: Xavier, Regina Célia Lima. *Escravidão e liberdade*. *Op. cit.* Sobre as definições de cor no período imperial, veja, ainda: Guedes, R. Sociedade escravista e mudança de cor. Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In: Fragoso, J. et al. *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória, Lisboa: Edufes, 2006, p. 447-488. Lima, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

designar naturalidade, quando se dizia, por exemplo: “sou crioulo de Porto Alegre”. E o tal gramático concluía: “não leve a mal”, quando os jornais ao designarem indivíduos desconhecidos, referirem-se ao “crioulo Antonio” ou ao “mulato Paulino”, por exemplo, é devido ao “maldito hábito adquirido na escravatura”. A tal explicação, o nosso articulista reage: “Não é por mal?” Ele se revoltava dizendo que ainda que fosse um “hábito de escravocratas vencidos” mas em tempos atuais! Não se importar seria se comportar como um “palerma” que se conforma com a “excomunhão que condenou os pretos e amarelos, “descendentes de Chan” (sic), a serem escravos dos brancos”. E para ele, dizia inconformado, todos eram iguais perante Deus. Não lhe parecia razoável consentir, pois “a civilização brasileira havia se livrado de escravos e não havia mais homens pretos, verdes ou amarelos, crioulos”. Considerava um desaforo o “aviltante epíteto de crioulo” por indicar uma ascendência de “africanos pretos”. Se não se poderia avaliar pela cor da pele a qualidade dos indivíduos, o uso do termo só “enxovalharia aqueles que haviam escapado do cativeiro, este que pelo martírio, havia glorificado seus avós”. Na sua opinião, criticar o uso do termo crioulo não significava fomentar o “ódio entre as raças”, mas impedir que o adjetivo alimentasse preconceitos de cor. Afinal, ao se citar pretos e não os brancos, que se tornavam assim *incolores*, induziam a ideia de que o pretos tinham uma tendência para o crime⁴⁵.

Neste debate, a palavra “crioulo” poderia definir sucessivamente condição social, lugar de nascimento, ascendência africana e cor. E seu banimento do vocabulário se justificaria em nome da liberdade, da igualdade de direitos e da própria inclusão destes indivíduos na “civilização brasileira”.

Assim como “crioulo” a palavra “negro” também foi citada, em outro artigo, como sinônimo de africano, sentido criticado por um leitor. O articulista vai se defender dizendo que esta era uma referência “suave”, com a mesma naturalidade que se chamava os luso-brasileiros de galegos, poderia-se chamar os africanos de negros. Afinal, a população brasileira não tinha um tipo de raça definido e, diferentemente dos Estados Unidos, não havia a separação entre pretos e brancos, portanto, a referência feita no jornal ao “negro” só poderia ser ofensiva se tivesse sido usada para brasileiros porque remetia a

45. *O Exemplo*, 31/7/1904. Sobre a invisibilidade do branco enquanto cor, consulte-se o debate em torno do conceito de branquidade: Fishkin, S. F. “Whiteness’, Complicating ‘Blackness’: Remapping American Culture, *American Quarterly*, v. 47, n. 3, 1995, p. 428-466; Keating, A. “Whiteness’, (Des) Constructing ‘Race’, *College English*, v. 57, n. 8, 1995, p. 901-918. Kolchin, P. Whiteness Studies: The New History of Race in America, *The Journal of American History*, v. 89, n. 1, 2002, p. 154-173. Ware, V. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Sublinhe-se também a recusa relativa a vinculação entre raça e crime, tão importante em debates como aqueles propostos por Nina Rodrigues.

escravidão. Só neste caso se poderia ser contra o uso do vocábulo porque não havia sentido fazer distinções entre brasileiros⁴⁶.

A vinculação entre cor e origem não deixa de ser em si reveladora. Implicitamente, nestes artigos, reconhecia-se a cor como definidora da raça, como no caso da cor negra que definia uma raça africana ou a galega que definia a raça luso-brasileira⁴⁷. No Brasil, no entanto, não havia uma raça definida e não havia a distinção entre pretos e brancos. Portanto, aqui a cor não poderia definir uma raça (embora o conceito em si guardasse inteligibilidade), não poderia ser um elemento classificatório dos indivíduos por não constituir uma categoria racial ou social. Entre brasileiros não havia distinções e, caso fosse designado por sua cor, isso seria aviltante porque remeteria a um tempo no qual a cor definia o lugar social do escravo.

A relação entre cor, condição e origem remeteria então, necessariamente, a uma leitura da escravidão, da abolição e da República. A escravidão era um tempo vencido, consumado. Embora tivesse, pelo martírio, glorificado os antepassados africanos, não era um tempo do qual se constituísse, nestes e em outros artigos, uma memória positivada. Banir o vocábulo crioulo ou negro significava afastar-se da escravidão e da África. Em outro artigo, o jornal chegava a mencionar a “decadência intelectual e moral dos estóicos africanos”. Esta decadência era tida como “inevitável, justificada” pelo fato do cativo reduzir a vida deles a “uma completa animalização”. Oprimidos por este destino, marcados pelos costumes ditados pela escravidão, só puderam ser vítimas de preconceitos, estes que mesmo após a abolição, no “tempo atual” condenavam seus descendentes a serem citados na imprensa e que, “em uma atmosfera humilhante”, lhes negava “foros de civilizados”, ao declarar “superioridade”, o que apenas instigaria a luta empreendida por seus direitos⁴⁸. Já a abolição, lembrada através de personagens heróicos como José do Patrocínio ou Luis Gama, era um “penhor seguro”

46. *O Exemplo*, 19/12/1909. Sobre as relações raciais comparadas, entre os Estados Unidos e Brasil, veja: Siegel, M. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005.

47. Assim como crioulo o termo galego teve várias acepções: indica aquele que habita a Galiza; era uma forma depreciativa dos brasileiros se referirem aos portugueses; foi também o termo que os sul-rio-grandenses no contexto da Revolução Farroupilha referiam-se aos partidários do Imperador; significava indivíduo louro, por extensão, branco, esta última acepção que me interessa mais de perto é corrente até os dias atuais. Silva, Antonio Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949. Houaiss, Antonio. *Novo dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

48. *O Exemplo*, 28/9/1909, assinado por Aristides José da Silva.

dos “direitos individuais”. A República, por fim, devia significar a igualdade “em tudo e para todos”⁴⁹.

Talvez pelo fato de *O Exemplo*, através de alguns artigos, veicular tais significados políticos e sociais da abolição e da República, que o caso de Monteiro Lopes tenha causado tanto escândalo. Ex-magistrado, ex-intendente do município da Capital Federal, foi eleito deputado em 1909⁵⁰. Logo após sua eleição criou-se um impasse em relação a sua posse: uns diziam que seu diploma de deputado não havia sido inicialmente aceito por ser ele negro, outros acusaram intrigas políticas. O fato é que, no jornal *O Exemplo*, logo se formaria uma arena de debates sobre o caso com a publicação de inúmeros artigos. No início do ano seguinte, em 1910, o deputado já consagrado, visitaria Porto Alegre e seria muito festejado. Ainda no final deste ano, consternado, o jornal noticiaria seu falecimento. Suas exéquias motivaram outras tantas matérias no início de 1911⁵¹. O interesse pelos artigos publicados em torno de sua trajetória se justifica aqui por explicitarem a relação entre cor, raça e cidadania brasileira que ora retomam alguns argumentos pontuados acima, ora lhes conferem outros sutis significados, tornando mais expostas algumas contradições⁵². Afinal, após a abolição e em tempos de República, onde estava a igualdade prometida se a posse do referido deputado foi colocada em risco? E qual igualdade reclamar?

FORMAÇÃO DO POVO E CIDADANIA BRASILEIRA

Qual o papel de alguém “negro” como Monteiro Lopes no Congresso Nacional e na conquista de direitos políticos? Ao mesmo tempo em que ele era destacado como “exemplar patente de uma raça”, o próprio significado de “raça” tendia a ser revisto frente à formação do povo brasileiro.

49. *O Exemplo*, 21/3/1909. Santos (*Op. cit.*, p. 127-28, 148-149, 160) vai assinalar que alguns redatores e articulistas do jornal, principalmente nos seus primeiros anos, sofreram influência do abolicionismo e foram sensíveis às ideias republicanas.

50. A lei orgânica de 1892 n.85, de 20 de setembro, instituiu o Conselho de Intendência Municipal do Distrito Federal com funções legislativas e a prefeitura com atribuições executivas. O Conselho Municipal era composto por intendentes. Nome pelo qual se passou a denominar os antigos vereadores do Império. Para maiores informações, consulte-se <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_lin3.htm>.

51. Sobre o impacto desta questão em Pelotas, consulte-se: Loner, Beatriz. Trajetórias de “setores médios” no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal. In: Xavier, Regina Célia Lima. *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

52. Para que se possa acompanhar melhor sua trajetória e os debates que se seguiram a sua eleição, consulte-se: Dantas, Carolina Vianna. *Manuel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, Minc, 2008. E da mesma autora, artigo publicado na *Afro-Ásia*, n. 41, 2010, p. 167-209.

Quando se noticia a interdição de sua posse como deputado, logo se critica no jornal *O Exemplo* a reação de numerosos “homens de cor” que se reuniram para fundar “centros etiópicos”. Muitos considerariam isto “um absurdo” porque o partido do deputado era antes de tudo brasileiro e ali colaboravam homens de variadas cores. Antes do episódio “suscitar ódios de raça” devia-se considerar que “os homens quaisquer que sejam suas raças deviam valer como membros de uma mesma equação”⁵³.

Espiridião Calisto, em artigo de 1902, ao se referir a “campanha difamatória” contra *O Exemplo*, como vimos, havia defendido os negros dizendo-se “negro também”. Em 1911, escreveria outro artigo lamentando o falecimento de Monteiro Lopes. Neste momento, no entanto, engajado na polêmica suscitada pela eleição daquele, dava significados políticos mais sutis à categoria negro, não mais relacionada primordialmente a cor, e vaticinava: “não há pretos e brancos mas brasileiros”. Para ele não fazia muito sentido falar-se de “raça etiópica brasileira” e, tanto mais, no Rio Grande do Sul. Estes eram tão raros em terras sul rio-grandenses, segundo sua percepção, que eram noticiados pela imprensa e citados nos recenseamentos populacionais como “exemplos de longevidade”, objeto da “curiosidade pública”. Eram “raridades macróbicas”⁵⁴.

Negro, neste sentido, remetia novamente ao debate sobre o africano. E neste caso, nos explicava Calisto, o “acidente da cor trigueira” de Monteiro Lopes não o transformava em um “deputado negro”. Afinal, “não só não habitamos na Nigricia como não há aqui possessões africanas para mandar ‘as câmaras deputados negros’”. E se não se podia falar de negros, tão pouco de brancos: “o nome revezado, a cor de neve, os olhos azuis e cabelos louros de alguns representantes, filhos de alemães ou franceses e netos de africanos” não autorizaria, do mesmo modo, segundo ele, a designá-los por deputados brancos. E quem o fizesse, desafiava, seria um “maricas social” mais preocu-

53. *O Exemplo*, 21/3/1909. No mesmo sentido, artigo de 8/4/1910: “o que vemos? De uma parte, indivíduos que por trazerem a pele alva, olham com indiferença, com sarcasmos aqueles cuja face é negra, sem indagarem quais os seus méritos; de outra, os descendentes das longínquas paragens do Congo, criando seleção de cores, organizando clubes e mais associações, com o fim de salientarem de enaltecerem os preconceitos mal caídos. Por que razão não se reúnem como irmãos, não lutam em prol desta causa que é de todos nós? É preciso acabarmos com estas distinções”.

54. Em censos organizados no período publicaram-se coleção de fotos de pessoas tidas como centenárias e não apenas africanas. Consulte-se, por exemplo: *Dados Estatísticos do Município de Porto Alegre. Organizados em 1912 pelo 2º escriptuario Olympio de Azevedo Lima. Porto Alegre, Oficinas Graphicas da Livraria do Commercio, 1912; Resultado do Recenseamento da população e outros apontamentos do Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, organizado por Olympio de Azevedo Lima. 1917, Oficinas Graphicas da Livraria do Commercio, Porto Alegre; Recenseamento da População do Município de Porto Alegre, mandado executar pela Intendência Municipal, em Novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo Município, organizados pelo 1º escriptuario Olympio de Azevedo Lima, 1922. Oficinas Graphicas da Livraria do Commercio, Porto Alegre. Agradeço a Felipe Bohrer por estas indicações.*

pado com a “frívola estética fisionômica” do que com a “grandeza da pátria”. E ia além, ao ensinar que “negro é um epíteto grosseiramente abstrato que fere a suscetibilidades (sic) porque era um sinônimo de escravo, no tempo degradante do cativo” e branco, por sua vez, era “sinônimo de senhor de escravo”. Decididamente, concluía, Monteiro Lopes “não era um deputado negro: era um brasileiro eleito deputado”.

Desta feita, segundo argumentos como estes, não havia mais uma defesa de uma identidade negra ou de interesses específicos a serem protegidos. Indivíduos como Monteiro Lopes, “conquanto sua cor disputasse a primazia do azeviche”, não poderia ser considerado “um etíope” não só por ser “brasileiro nato” como por “faltarem-lhe muitas das características dos tipos dessa raça”. Ademais, no Brasil havia uma tal “promiscuidade de raças” que poucos saberiam onde buscar sua genealogia, se nos “areais da África” ou “nos gelos da Sibéria”⁵⁵.

Em 1909, talvez ciente dos debates internacionais sobre raça, um autor anônimo perguntava-se porque tanta celeuma em torno da presença de Monteiro Lopes na representação nacional: para provar ao estrangeiro que no Brasil não havia negros?⁵⁶ Se aí fosse considerada a “acepção fisiológica do termo”... era uma “tolice”. Ele argumentava que na Europa sabia-se bem a composição do povo brasileiro. Afinal, o “português havia povoado o território de Berberes, Jalofos, Felupos, Mandingas, habitantes da Guiné”, entre outros; “na terra” haviam “selvagens, quase antropóides” e os “caucasianos” que vieram para cá eram “aventureiros, caftens”. Com esta composição, perguntava-se, “como esconder aos olhos do *touriste* a pele dos nacionais?” Pensariam assim que poderiam “passar por eslavos ou teutos”? Concluía: “inépcia”!⁵⁷ Desta forma o articulista ironizava as taxonomias raciais, tais como aquelas veiculadas por autores como Afonso Claudio na discussão sobre as etnias africanas e sua contribuição para a formação nacional.

A negação de uma “raça etiópica brasileira” ou de uma raça “branca” abria, portanto, o desafio de como definir o povo brasileiro. Certamente em diálogo com as ideias raciais do período e que eram tão presentes no Rio Grande do Sul, outro artigo de *O Exemplo* ironizava até mesmo a constituição

55. *O Exemplo*, 13/1/1911.

56. Nesta matéria o articulista ironiza, certamente, os prognósticos que se fazia no estrangeiro sobre o futuro racial do Brasil. Roquette Pinto estimou o desaparecimento da população negra e daria base para o pronunciamento de Batista Lacerda, em 1911, no I Congresso Internacional de Raças, realizado em Londres, no qual defendeu o branqueamento em curso da população brasileira.

57. *O Exemplo*, 21/3/1909.

do parlamento nacional acentuando a presença de mestiços – não os mestiços superiores de Oliveira Vianna ou Salis Goulart com características caucasianas – mas, ao contrário, reafirmando traços africanos: “o próprio Sr. Presidente da República tem um ângulo facial tão imperfeito, um prognatismo patente, uns lábios grossos, que aquilo não nega...”⁵⁸.

O brasileiro, com argumentos deste tipo, surgia, em algumas matérias, na reafirmação do cruzamento das três raças: “todos os brasileiros, nobres e plebeus, eram descendentes de africanos, do mesmo modo que o eram do português e do tupinambá ou do feroz carijó”. E consideravam esta alquimia de tal modo que chegaram a afirmar que “no Brasil não havia mais raça negra, pois, esta já havia se fundido no cadinho das racções etnográficas”⁵⁹. Otimista, Cristiano Feller escreveria no jornal sobre a importância social de Monteiro Lopes, “uma questão de raça na etnologia de um povo”: “o desaparecimento de um preconceito, de um modo de encarar os homens, modo que felizmente vai desaparecendo a medida que nos formos levantando no conceito da sociedade brasileira”⁶⁰.

A mestiçagem aqui tinha um sentido sutilmente diferente. Antes de propor a arianização do povo brasileiro, tal como defenderia Vianna, o cruzamento das raças baniria a própria referência a cor, fosse ela branca ou preta. Diferentemente de Goulart que previa a formação de um tipo branco para o Rio Grande do Sul, Feller vislumbrava um povo apenas híbrido e esta mistura, longe de estabelecer critérios classificatórios com categorias superiores e inferiores, seria, em si, a garantia da vitória da diversidade sobre o preconceito, uma marca de cidadania e igualdade social.

Ao mesmo tempo, no entanto, continuava-se a veicular no jornal notícias contra a ação discriminatória da polícia, em defesa de direitos individuais, no combate a “ignorância que embasava uma pseudo superioridade baseada no acidente da cor”, noticiava-se casamentos mistos desfeitos, acusando a cor dos noivos⁶¹, entre tantas outras matérias de teor semelhante que, somadas às questões acima, problematizam estes tantos combates do período que sucedeu a abolição.

58. *O Exemplo*, 6/2/1910.

59. *O Exemplo*, 16/1/1910.

60. *O Exemplo*, 21/1/1911.

61. *O Exemplo*, 20/3/1910: Tendo-se apresentado um casal para que Aurélio Bittencourt Jr. os unisse, o noivo declarou que sendo branco não casaria com a noiva que era de cor preta. Ficando à disposição do juiz foi denunciado pelo crime de defloramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, nestas primeiras décadas da República, no centro dos debates estava a superação do passado escravista e o peso dos ex-escravos africanos nesta nova sociedade que se formava. Internacionalmente, havia uma tensão entre os estudos antropológicos e os etnológicos em torno do peso a ser concedido às características físicas e inatas e/ou aquelas culturais na conceituação das raças. Embora Afonso Claudio tivesse citado esta literatura internacional, pouco iria se deter sobre as diferenças interpretativas em sua análise, já que ali as diferentes perspectivas são justapostas. Se era capaz de perceber uma certa variedade entre as tribos na África, no Brasil esta diversidade perderia qualquer poder explicativo ao se reduzir o africano à categoria de escravo. Este, por sua vez, tenderia a ter suas características, mesmo aquelas mais físicas, transformadas ao serem percebidas sob a ótica da miscigenação. Braz do Amaral, por sua vez, também iria ressaltar a diversidade destas tribos, desta vez percebidas no Brasil, mas para acentuar o quanto estas diferenças impactaram suas capacidades de desenvolvimento social. Os africanos, em sua análise, portanto, não tem características inatas e se permaneceram na barbárie, era muito mais devido à experiência da escravidão do que a fatores estritamente biológicos concernentes a uma raça.

Apesar de considerarem a mutabilidade potencial do africano, o mais importante era pensar em como ele se dissolveria na população brasileira, apurado pela miscigenação. Vimos como estas perspectivas interpretativas tiveram influência sobre a forma como se iria teorizar a formação do sul rio-grandense seja no livro de Oliveira Vianna, seja no de Goulart. O africano, portanto, era um elemento do passado a ser superado juntamente com a escravidão.

Em um momento político especialmente importante na definição de direitos políticos, esta forma de pensar a África e os africanos impactaram na própria reivindicação de uma cidadania brasileira. Vimos no jornal *O Exemplo*, matérias nas quais os africanos eram pensados a partir da sua experiência de cativeiro – que os havia reduzido a completa animalização condenando-os, inevitavelmente, a decadência moral e intelectual. Não fazia sentido pensar, neste quadro, em uma raça negra no Brasil ou imaginar que os africanos pudessem ter erigido uma Nigricia no território nacional. Se não houvera aqui possessões africanas, haveria menos ainda uma raça etiópica brasileira. E se ainda havia remanescentes deste tempo da escravidão, estes africanos eram, apenas, curiosidades macróbicas. Embora em algumas outras matérias do jornal aparecesse a categoria dos “áfrico-brasileiros” para definir uma primeira geração já nascida no Brasil, a ênfase que se dá é neste necessário afastamento da África para a

reafirmação de direitos políticos e sociais prometidos por uma sociedade republicana que no pós-abolição deveria prover a liberdade e a igualdade. Deste processo resultou o banimento da cor negra (e crioula) como definidora de uma raça conformada por sua origem africana e pela condição social do escravo⁶². O que alguns articulistas do jornal não consideraram era o quanto este projeto assumido de cidadania brasileira era excludente em relação aos direitos sociais do africano, ainda que este fosse já raro na população e o impacto desta exclusão na reivindicação política de um direito social que pudesse aspirar a igualdade no respeito às diferenças (fossem elas sociais, religiosas ou culturais)⁶³.

Mas se não havia, por um lado, uma raça negra a ser defendida, pois só “alimentaria ódio entre as raças”, havia, cotidianamente, ações discriminatórias contra os “de cor” que davam sentido aos objetivos do jornal – ser um veículo de defesa dos interesses dos “homens pretos”. Era uma luta contra a aplicação deste ideário racial – tal como veiculado em textos como os de Oliveira Vianna e Salis Goulart – às práticas sociais. Por isso que um sujeito como Espiridião Calisto podia ser e não ser negro ao mesmo tempo. Por um lado, as práticas discriminatórias cotidianas e a luta contra o preconceito davam inteligibilidade, no embate político, à reivindicação de uma solidariedade e de uma identidade específica, orientada pela cor do indivíduo. Por outro, a negação da cor/raça – definida a partir de uma origem africana com todos os significados correlatos que a ciência lhe atribuía e que alguns articulistas assumiam – também ganhava sentido e legitimidade na luta por direitos sociais e políticos a serem garantidos por uma cidadania brasileira.

O que ainda não está muito claro é em que medida a adesão a um projeto político de cidadania brasileira acarretava uma submissão à ideologia do branqueamento. Autores como Hofbauer, Andrews e Skidmore⁶⁴, por exemplo, ao se reportarem ao pensamento racial da elite brasileira são levados a refletir em

62. Sobre o pós-emancipação, destaca-se a importante análise de Castro sobre o processo de silenciamento da cor e sua relação com a ideologia de branqueamento. A autora, em seu livro, problematiza a interpretação que considera esta ideologia como algo construído e imposto de cima para baixo. Castro, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

63. Este processo de valorização da negritude seria apontada pela bibliografia como algo percebido a partir, basicamente, da década de 1950, no quadro das discussões promovidas pelos estudos da Unesco. Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 47, n. 1, 2004, p. 9-43. Maio, Marcos Chor. Abrindo a “caixa preta”: o projeto Unesco de relações raciais. In: Schwarcz, Lília (org). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 143-168. COSTA, S. *Dois Atlânticos – Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Hofbauer. *Op. cit.*

64. Hofbauer, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006; Andrews, G. R. *América Afro-Latina 1800-2000*. São Carlos: Edufscar, 2007; Skidmore. *Op. cit.*

como a ideologia do branqueamento se tornou uma realidade social. Hofbauer, a seu turno, vai tecer críticas bastante contundentes sobre a forma como Andrews e Skidmore deduziram da análise das ideias raciais, os fatos sociais.

É realmente notável como Skidmore, por exemplo, percebe este processo. Para ele o branqueamento, percebido inicialmente como ideário da elite brasileira, passaria a ser, em seguida, fato visível e comprovável na análise demográfica da população: baseado em dados do censo de São Paulo, vai citar o rápido crescimento da população branca entre 1890 e 1950. Para explicar tal crescimento considera as péssimas condições de vida e a baixa taxa de natalidade entre a população negra na década de 1920, tributária, por sua vez, do desequilíbrio demográfico herdado da escravidão (maior número de homens). Mesmo considerando a fragilidade da fonte, o autor não oferece nenhuma crítica mais elaborada sobre as condições de formulação destas estatísticas, tomando-as como um dado simples de realidade. Além, é claro de generalizar estes dados de São Paulo para todo o Brasil. Baseado tão somente nesta análise demográfica vai explicar o processo de branqueamento referindo-se aos cruzamentos: “as fêmeas movidas por uma forte inclinação na preferência, escolhiam sempre, quando isso era possível, parceiros mais claros que elas”⁶⁵. Daí concluía que a realidade social brasileira havia se conformado de maneira crescente com este ideal de branqueamento. Não muito distante deste autor, está Andrews que também percebia o casamento com pessoas mais claras como a via mais segura de branqueamento. Este ideário, saindo da análise das páginas de livros teóricos, foi através de estudos como estes dos autores citados, pretensamente identificados como tendo sido incorporado pela população e observado na realidade empírica.

Embora este tema já seja clássico nos estudos sociológicos e antropológicos, Hofbauer considera que há relativamente pouca reflexão teórica sobre este fenômeno sócio cultural. Ao tecer suas críticas a Skidmore e Andrews, propõe uma análise mais sofisticada e detalhada deste processo ao pretender investigar tanto “os discursos da elite sobre os ‘outros’ quanto investigar as concepções dos ‘outros’ que se articulam na base”. Apesar desta perspectiva analítica, no entanto, pelo menos na investigação que faz do período imediato à abolição, seu texto ainda carece de uma maior base empírica para dar mais densidade aos seus argumentos que são, muitas vezes, baseados em fontes tais como os viajantes que ele cita, por sua vez, como se fossem testemunhos da realidade, sem perceber o quanto as representações destes se constituíram no

65. Skidmore. *Op. cit.*, p.62.

diálogo, justamente, com o ideário racial⁶⁶. Desta feita, a fronteira entre o discurso ideológico e a realidade social tende a ser, nestas fontes, muito mais tênue do que ele parece ter considerado. No entanto, suas conclusões são, sem dúvida, boas para se pensar.

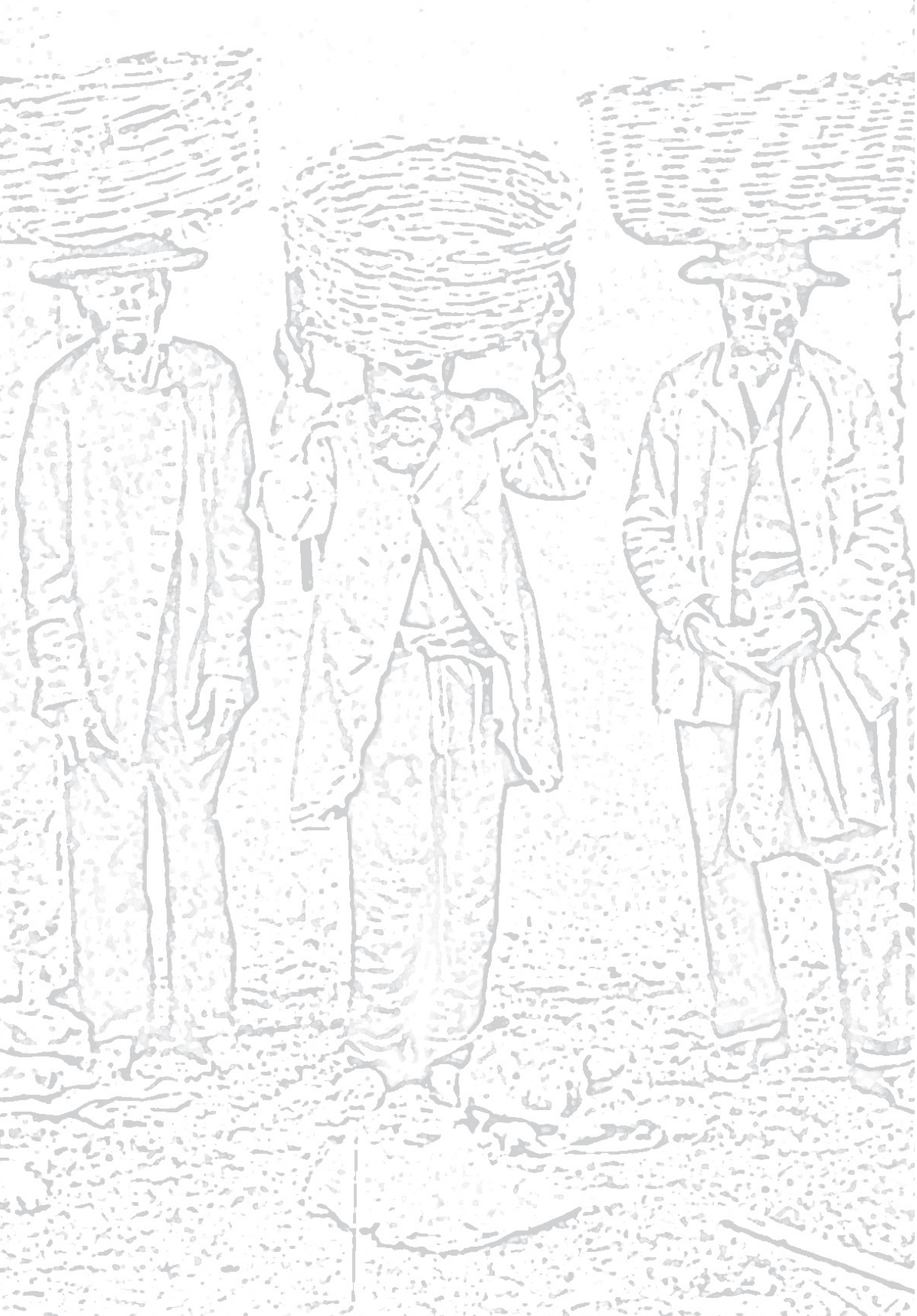
Em primeiro lugar, propõe que o branqueamento teria evitado a essencialização do conceito de cor e/ou raça, uma vez que induzia a negociações pessoais e contextuais das fronteiras e das identidades envolvidas que refletia, a seu turno, o contexto das relações de poder. Por outro lado, a ideologia do branqueamento teria atuado no sentido de dividir aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum e fez com que as pessoas procurassem se apresentar no cotidiano como mais branco possível. E por fim, teria inibido reações coletivas da parte dos não-brancos uma vez que os induzia a aproximar-se do padrão hegemônico.

Em muitos aspectos a leitura da formulação deste ideário racial por parte de autores como Claudio, Amaral, Campos Jr, Viana e Goulart contraposta a leitura do jornal *O Exemplo*, permite concordar com algumas destas assertivas propostas por Hofbauer. Os conceitos de raça e cor, em um processo dinâmico de disputa por poder, estavam realmente sendo resignificados a cada instante e dificilmente poderiam ser essencializados. E justamente por isso, raça e cor puderam ser acionadas de diferentes formas, com sentidos diversos. É preciso, principalmente, considerar que este processo não se deu de forma linear e de forma homogênea. Vimos na leitura do jornal que entre os pretos poderia tanto haver aqueles preocupados em “apurar a raça”, em se aproximar do branco como forma de mobilidade social quanto outros que voltados para projetos políticos coletivos tais como a educação, por exemplo, efetuavam ácidas críticas em relação aos mulatos e pardos pouco comprometidos com a “classe”. A adesão ao branqueamento e as buscas individuais de ascensão social nestas primeiras décadas do pós-abolição em Porto Alegre eram, portanto, mais problemáticas e complexas. Para além das dissensões internas, a comunidade afrodescendente tinha ainda em pauta, projetos políticos diferentes se considerarmos, por um lado, aquele mais autoritário de um autor como Oliveira Vianna que previa uma arianização do país e, por outro, aqueles que defendiam o “levantamento intelectual do negro” ou os direitos políticos que deveriam ser garantidos pela cidadania brasileira, tal como no debate em torno de Monteiro Lopes. O branqueamento, como conceito histórico e di-

66. Sobre o relato de viajantes, consultar Slenes, Robert W. *Na senzala, uma flor*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000. Sela, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: Viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro. (1808-1850)* Campinas: Unicamp, 2008.

nômico, não pode, como nos alertou Hofbauer, ser reduzido a sua formulação teórica, mas percebido neste confronto político e social.

Finalizo minhas reflexões interrogando se a adesão à ideia de miscigenação por parte dos 'homens pretos' (pressupondo que ela tenha existido), dialogando com as ideias raciais em voga no período e, especialmente, com aquelas relativas ao Rio Grande do Sul, não teria sido capaz de nela imprimir novos significados políticos. Negar a ideia de raça negra e/ou branca (ou as hierarquias entre inferiores e superiores) em favor de uma brasilidade mestiça, a reivindicação da substituição do registro da cor/raça pelo de naturalidade brasileira como fiador da cidadania, não teria sido capaz de inverter a perspectiva do branqueamento e intensificar a luta por direitos sociais? Ou teria, como propõe Hofbauer, encoberto o teor discriminatório embutido na construção ideológica do branqueamento refreando ações mais coletivas? Com certeza estas indagações remetem a necessidade de maiores pesquisas. De todo modo, é importante assinalar, para concluir, que é preciso ainda se interrogar muito sobre a relação entre o ideário da elite e a incorporação (ou não) destas ideias entre os afrodescendentes, antes de pressupor o branqueamento como uma simples realidade social, ao se considerar, principalmente, a pluralidade dos projetos políticos em jogo e o conflito de interesses entre seus agentes.



A CONQUISTA DO TRABALHO INDÍGENA: FÉ, RAZÃO E CIÊNCIA NO MUNDO COLONIAL

Vânia Maria Losada Moreira

A convicção de que os índios tiveram uma participação limitada na composição da força de trabalho que deu sustentação ao desenvolvimento do Brasil é uma representação bastante consolidada na historiografia. Como salientou John Manuel Monteiro, para o período colonial, a tendência é refletir sobre a economia e o trabalho a partir das áreas mais dinâmicas e conectadas com a lógica da expansão do capitalismo comercial. E, desse ângulo, “o índio – quando mencionado – desempenha um papel apenas secundário e efêmero, ocupando a antessala de um edifício maior onde reside a escravidão africana”¹. Desse modo, Stuart B. Schwartz reconhece, por exemplo, a importância do trabalho indígena na estruturação dos engenhos coloniais, mas também adverte, por outro lado, que isso significou “um momento fugaz na história da agricultura colonial de exportação do Nordeste”².

Os altos índices de mortalidade entre a população indígena – que, desde a conquista, foi dizimada por doenças, guerras, cativos e pela imposição de um modo de vida que, muitas vezes, inviabilizou a reprodução natural dos grupos e das comunidades – é um dos fatores citados para explicar a virada do

1. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1994, p. 8.

2. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, p. 57.

cativeiro indígena para o africano³. Muitos contemporâneos estavam cientes, além disso, de que a mão de obra indígena era inadequada aos empreendimentos coloniais, tal como testemunha as admoestações do Padre Antonio Vieira contra o cativeiro dos índios, pois, de acordo com Vieira, eles morriam e fugiam com muito mais facilidade do que os escravos de Angola⁴. Assim, mesmo sendo teoricamente mais baratos que os escravos de origem africana, o alto índice de mortalidade entre eles os tornavam uma mão-de-obra mais cara e menos segura⁵.

Outro fator acionado para explicar a transição da escravidão indígena para a africana são os interesses metropolitanos associados ao tráfico negreiro transatlântico. Afinal, o escravo africano era uma “mercadoria” preciosa para a tributação da Coroa e para comércio, antes mesmo de se tornar um trabalhador útil e rentável nos negócios do Brasil⁶. Desse ponto de vista, a política metropolitana terminou descartando a escravização dos índios para criar e desenvolver um império ultramarino “complementar e não concorrencial”, onde o Brasil produziria mercadorias agrícolas, enquanto a África portuguesa forneceria os escravos⁷. A reconquista portuguesa de Angola, em 1648, serve, além disso, como um marco importante, pois assinalaria o momento em que o trabalho do escravo africano se tornou “irreversível” no Brasil⁸.

Para a historiografia sobre o Império, os índios tornaram-se ainda mais desimportantes para explicar a economia e o mundo do trabalho, segundo o argumento de que eles se tornaram uma minoria frente à população nacional, sem impacto significativo na organização do trabalho e da produção. Carlos de Araújo Moreira Neto, por exemplo, é um crítico acérrimo da política indigenista imperial, qualificando-a, no seu conjunto, como “anti-indígena”, em razão dos efeitos depopulativos e dissociativos da ação e da omissão do Estado imperial em relação aos índios e às comunidades indígenas. Para o autor, o Estado imperial deliberadamente dissolveu aldeamentos e a posse comum

3. Sobre o impacto da conquista sobre a população indígena na América e no Brasil, em particular, ver respectivamente: BACCI, Massimo Livi. *Los estragos de la conquista. Quebranto y declive de los indios de América*. Barcelona: Crítica, 2006. HEMMING, John. *Ouro vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007.

4. ALENCASTRO, Luiz Filipe. *O trato de viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 138.

5. ALENCASTRO. *Op. cit.*, p. 137 e SCHWARTZ. *Op. cit.*, p. 73.

6. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

7. ALENCASTRO. *Op. cit.*, p. 35.

8. Id. *Ibid*, p. 40.

das terras indígenas e foi ineficiente na proteção dos índios contra toda sorte de “extorsões, crimes e agravos”⁹. O resultado final desse processo de ação e omissão foi, além disso, catastrófico, pois durante o regime imperial os índios perderam “seu lugar na História Nacional, para se recolherem a um estado de marginalidade e de progressiva diminuição populacional”¹⁰.

Outro fator bastante acionado para explicar o lugar periférico e desimportante dos índios no mundo do trabalho durante o Império é o extraordinário afluxo de africanos que ingressaram no país até 1850. Diante do anunciado e eminente fim do tráfico transatlântico de escravos, “as camadas escravistas brasileiras passaram, a partir de 1826, à compra desenfreada de africanos”¹¹. A consequência mais visível do incremento do tráfico foi a generalização da escravidão de homens e mulheres de origem africana na sociedade imperial e, a partir dessa constatação, conclui-se que a utilização dos índios como mão de obra “aproveitável” às finalidades econômicas da sociedade imperial tornou-se uma “questão” completamente “superada”. Em resumo, diante do grande afluxo de africanos para o Brasil e do quadro depopulativo da população indígena, ainda vigora, em larga medida, o ponto de vista de Caio Prado Júnior sobre o não lugar do índio no mundo do trabalho e na sociedade durante o Oitocentos. Afinal, de acordo com Caio Prado Júnior, no início do século XIX,

[...] o problema indígena já se encontrava de fato resolvido. Bem ou mal, opine-se como for melhor, o certo é que deixara, pode-se dizer, de existir como questão ponderável na vida da colônia, ou da maior parte dela. Amalgamados com a massa geral da população e confundidos nela, ou sobrando apenas em pequenos núcleos que definham a olhos vistos, os restos da raça indígena que dantes habitavam o país, com exceção da parte ainda internada nas selvas, já estavam de fato incorporados à colonização. Aliás, já não se tratava mais, a não ser naquele Extremo-Norte, em utilizá-los numa escala apreciável como trabalhadores dos brancos: desapareceu assim o maior interesse por eles. O progresso econômico permitirá o emprego generalizado do negro, mais eficiente e fácil.¹²

9. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005, p. 285.

10. Idem, p. 21.

11. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 44.

12. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 100.

Enquanto a ótica da historiografia fixar-se no horizonte das experiências da sociedade e do trabalho vinculados aos “setores de ponta da economia” ou às “grandes massas anônimas da história”, as chances de os índios e sua história permanecerem no limbo da memória brasileira são imensas. Naturalmente, não se trata de por em dúvida a importância da escravidão africana para a organização do mundo do trabalho no Brasil colonial e imperial, nem tampouco de relativizar o grave processo histórico de diminuição da população indígena ocorrido desde a conquista e acelerado, durante o Oitocentos, em razão da ampliação das fronteiras agrícolas do Império, pois todos esses aspectos estão solidamente demonstrados pela pesquisa historiográfica. Importante frisar, contudo, que tais argumentos não são suficientes para excluir do horizonte da pesquisa histórica os índios, suas experiências, inquietações e contribuições, sob pena de continuarmos reproduzindo uma representação sobre a história do Brasil “em preto e branco”¹³, mesmo em regiões onde os índios representavam um setor importante da sociedade.

O objetivo deste capítulo é o de refletir sobre o lugar do índio no mundo do trabalho colonial, onde a escravidão africana figurava como eixo estruturador fundamental das relações sociais, discutindo quatro questões que julgo importante: a função social dos índios, *i.e.*, seu *officium*; o trabalho obrigatório e o significado que se atribuía à ideia de liberdade dos índios; o pensamento racista, que se alojou na ciência do século XIX, e como ele reatualizou a suposta subalternidade do índio, apresentando-o como um ser degenerado e nascido para o trabalho; e, finalmente, a importância de a historiografia considerar o agenciamento dos índios na discussão sobre a organização do mundo do trabalho do qual eles faziam parte.

A FUNÇÃO DOS ÍNDIOS NO MUNDO COLONIAL

O horizonte normativo dos índios encontrados pelos portugueses na costa do Brasil era muito diferente dos valores que davam sustentação às práticas mercantis ocidentais e, em razão disso, as formas consensuais de obter o trabalho deles não prosperaram no ritmo e em quantidade que satisfizesse os interesses coloniais. O escambo foi, por exemplo, uma estratégia pouco eficiente para obter o trabalho indígena, pois quando os índios se sentiam satisfeitos com as facas, os machados e os tecidos, dentre outros objetos oferecidos pelos portugueses, tendiam a simplesmente não mais trabalhar ou

13. CARVALHO, José Murilo de. Um país em preto e branco. *Revista de História*, 2/9/2007. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-coplementar/um-pais-em-preto.

trocar, e isso frustrava os cálculos econômicos dos colonizadores. Em outras palavras, os índios resistiam a prestar trabalho regular aos portugueses em troca de objetos (“mercadorias”) ou moeda e, por isso mesmo, ao lado das formas voluntárias e consensuais de trabalho, desenvolveram-se também, e de maneira crescente, relações sociais e interétnicas coercitivas, que lhes impuseram a obrigatoriedade do trabalho.

A forma mais abertamente coercitiva de obtenção do trabalho indígena foi a escravização que, do ponto de vista estritamente legal, durou pouco no Brasil. Em 1537, os índios foram considerados “homens verdadeiros” (*veri hominis*) pela bula papal *Veritas ipsa*, ficando estabelecido que todas as nações que doravante fossem descobertas pelos cristãos não poderiam ser privados de sua liberdade natural.¹⁴ Naturalmente, a bula *Veritas ipsa* não impediu que a escravização indígena continuasse, mas criou constrangimentos significativos. Testemunho disso é que, durante o período colonial, o tema da liberdade dos índios e das formas justas e aceitáveis de obter o trabalho deles gerou o que Luiz Felipe de Alencastro qualificou de “o mais denso corpo normativo lusitano referente a uma única matéria colonial”¹⁵.

De modo geral, prevaleceu no corpo normativo lusitano o ponto de vista de que os índios eram livres e o cativeiro legítimo, nos períodos em que foi aceito, circunscreveu-se a duas situações fundamentais tratadas como exceções da regra geral: aos homens e mulheres obtidos nas “guerras justas” e àqueles conseguidos nos “resgates”¹⁶. Só eram “justas”, além disso, as guerras movidas contra grupos que praticassem “hostilidades” contra os portugueses. A antropofagia, a recusa individual ou coletiva de conversão, a suposta “ferocidade” e outros “pecados” atribuídos aos índios aparecem mais como agravantes do que como causas suficientes para aplicar o “justo terror” contra eles¹⁷.

Fora das situações de resgate e guerra justa, os índios eram tidos como livres, e parte considerável da legislação visava precisamente garantir a liberdade dos índios, ora abolindo o cativeiro, ora regulamentando os casos em que o cativeiro era legítimo e ora legislando sobre as formas de trabalho a que os índios deveriam estar submetidos no gozo de suas liberdades. Os colonos encontraram, no entanto, diferentes meios para contornar os empecilhos

14. CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 5.

15. ALENCASTRO. *Op. cit.*, p. 120.

16. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992, p. 115-132.

17. Idem, p. 125.

jurídicos e éticos para a prática da escravização dos índios e a história social sobre o período fornece, além disso, inúmeros testemunhos a respeito. Em São Paulo, durante o período colonial, por exemplo, John Manuel Monteiro observou um modo bastante sofisticado de contornar a legislação que protegia a liberdade dos índios: o sistema de administração particular.

A administração particular dos índios se justificava nos “costumes da terra” e era referendada pelo poder político da câmara municipal de São Paulo¹⁸. Baseava-se nas bandeiras de apresamento de índios, uma atividade econômica de porte entre os paulistas, que recaiu sobre diferentes povos, inclusive aqueles notoriamente amigos, aliados e até mesmo vassalos das coroas ibéricas. Violentemente sequestrados de suas aldeias originais ou de missões que estavam sob o protetorado jesuítico, os índios eram, em seguida, distribuídos entre colonos paulistas e reduzidos a uma escravidão disfarçada. Pesquisando os testamentos e inventários de alguns colonos, o autor demonstrou que a administração particular permitia, inclusive, a transmissão e a partilha dos índios “forros” entre os herdeiros¹⁹.

A administração particular reduziu os índios administrados a uma condição social muito semelhante a do escravo. Mas, a despeito disso, o estatuto jurídico dos índios ao longo do período colonial, mesmo daqueles que estavam em cativeiro ou sob a condição de administrados, não era igual aos dos escravos africanos ou afrodescendentes. Como os índios eram reconhecidos como “*veri hominis*”, não poderiam ser reduzidos à condição de “mercadoria” e isso estabelecia uma fronteira e uma distinção entre índios e escravos, pois, como observou Luiz Felipe de Alencastro, os índios nunca aparecem na documentação régia “como energia humana em estado bruto, fator de produção ou mercadoria pronta para ser vendida, marcada a ferro, comprada, embarcada, herdada e – sobretudo – tributada pela Coroa [...]”²⁰. Na mesma linha de raciocínio, John Monteiro frisa que, apesar das semelhanças entre a escravidão de africanos e a administração de índios, não se deve perder de vista a condição incerta e precária da administração particular, que sempre podia ser contestada na justiça, como de fato o foi, inclusive em ações promovidas pelos próprios índios²¹.

A diferença entre índios (livres ou cativos) e escravos africanos e afrodescendentes elucida apenas uma das faces do estatuto jurídico e social dos

18. MONTEIRO. *Op. cit.*, p. 132.

19. Idem, p. 140.

20. ALENCASTRO. *Op. cit.*, p. 87-88.

21. MONTEIRO. *Op. cit.*, p. 215.

índios durante o período colonial. Outra dimensão importante é percebê-los como um grupo específico dentro do Antigo Regime nos trópicos²², com deveres e privilégios que lhes eram específicos, tornando-os não apenas diversos em relação aos escravos africanos ou afrodescendentes, mas também diferentes em relação aos “portugueses”, fossem esses portugueses “brancos” ou “pardos”. Como esclarece António Manuel Hespanha, no campo normativo do Antigo Regime português, as noções de estado e privilégio são essenciais para se entender o lugar social e jurídico das pessoas, pois “estado” é a condição de um homem que é comum a vários outros, enquanto “privilégio” é um direito particular e privativo²³. Em outras palavras, essas noções traduziam, no campo do Direito, as diferenças entre as pessoas, ligando-as a determinados lugares na ordem social, com seus respectivos deveres e tarefas sociais (*officium*), bem como a certos privilégios²⁴.

É nesse quadro mental e jurídico típico do Antigo Regime português que se deve interpretar o vasto corpo normativo sobre os índios do período colonial, pois um dos seus efeitos foi transformá-los em um grupo social (estado) dotado de obrigações e direitos (privilégios) que lhes eram privativos. Assim, tal como os *nobres*, os *lavradores*, as *mulheres*, os *dementes*, também os *índios* passaram a ter um lugar que lhes era próprio dentro da ordem jurídica e social da monarquia pluricontinental portuguesa²⁵.

Naturalmente, o lugar social e o estatuto jurídico dos índios não estavam plenamente constituídos e consolidados e eram, além disso, objeto de acirrada disputa na colônia e na metrópole. Provam-na a vasta legislação colonial redigida sobre eles, interpretada muito frequentemente como “oscilante”, pois ora firmava a plena liberdade dos índios, ora abria vários precedentes para reduzi-los ao cativo. Mas na condição de homem “livre” e “vassalo” da coroa portuguesa, os testemunhos históricos oferecem sólidas indicações de que a principal função e dever (*officium*) dos índios era trabalhar para o Estado, para particulares e para si próprios, tal como se insistia

22. Sobre a compreensão do Brasil colonial como uma sociedade regida por práticas e normas do Antigo Regime, ver FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEA, Maria de Fátima (Org.). Introdução. In: *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 21-25.

23. HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 58.

24. Idem.

25. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A “tragédia dos Távora”. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 317-342, p. 337.

nas leis indigenistas coloniais. O que mais oscilava na legislação, portanto, não era o *officium* dos índios, mas o melhor modo de eles exercerem as funções que lhes eram reservadas no mundo colonial, *i.e.*, se deveriam trabalhar como homens livres ou como cativos.

LIBERDADE TERRITORIALIZADA E TRABALHO OBRIGATÓRIO

O princípio da liberdade natural e civil dos índios adquiriu contornos específicos na América lusa, pois a partir do momento em que os índios eram introduzidos e ressocializados na ordem social colonial, a liberdade da qual faziam jus não era a de não trabalhar. Na verdade, o corpo normativo colonial constrangia os índios livres e vassalos da coroa a diferentes modalidades de trabalho e, nesse sentido, pode-se considerar o trabalho indígena como um tipo de trabalho compulsório.

A conciliação entre liberdade (natural e civil) e trabalho obrigatório que a Coroa e os colonos esperavam dos índios fez-se por meio do discurso evangelizador, pois, em 1549, a conquista espiritual dos índios é posta em relevo por D. João III, que, no regimento aos governadores, asseverou que “o principal fim por que se manda povoar o Brasil é a redução do gentio a fé católica [...] e convém atraí-los à paz para o fim da propagação da fé, e o aumento da povoação e comércio”²⁶. E, de fato, os primeiros missionários da Companhia de Jesus chegaram com Pe. Manoel da Nóbrega, em 1549, com ordens expressas de conquistar o “gentio” para a fé católica. Rapidamente, contudo, Nóbrega identificou várias dificuldades ao pleno sucesso da evangelização. Dentre tais problemas, figurava a “inconstância da alma selvagem” e os problemas que isso acarretava para a obra da conversão²⁷. José de Anchieta, um dos maiores e mais respeitados missionários do Brasil colonial, escrevendo em 1555, deu uma explicação para o problema da “inconstância” dos índios, correlacionando-a à ausência de poder coercitivo entre eles: “Não estão sujeitos a nenhum rei ou chefe e só têm nalguma estima aqueles que fizeram algum feito digno de homem forte. Por isso, frequentemente quando o julgamos ganho, recalcitram, porque não há quem os obrigue pela força obedecer”²⁸.

26. Apud. LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório pombalino no século XVIII. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (Tese de Doutorado), 2005, p. 54.

27. CASTRO, Eduardo viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p. 216.

28. Apud CASTRO. *Op. cit.*, p. 216.

Partindo do mesmo pressuposto de que a inconstância dos nativos nascia da ausência de uma poder coercitivo entre eles, o Padre Manoel da Nóbrega, no *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556-1557), argumentou a favor de uma reforma na obra missionária então em curso no Brasil, escrevendo o que Eduardo Hoornaert qualificou de “o primeiro tratado teológico que surgiu da experiência missionária no Brasil”²⁹. Em linhas gerais, Nóbrega defendeu o ponto de vista de que “a conversão do índio só era possível depois que ele estivesse subjugado”³⁰. Diante disso, propagandeou a necessidade de substituir a pregação itinerante, que até então prevalecia, quando os padres iam até as aldeias dos índios, pela criação de aldeamentos fixos, onde os índios poderiam ser reunidos, educados, fixados próximos das cidades e dos enclaves criados pelos portugueses e, assim, sujeitados à autoridade do rei de Portugal³¹. Do ponto de vista teológico, a linha mestra da argumentação de Nóbrega era a de que, antes de “converter”, era preciso “civilizar” os índios, *i.e.*, superar sua índole inconstante, sujeitando-os ao poder e aos costumes do mundo civilizado europeu e cristão. Ou, como resumiu Cristina Pompa, a questão era primeiro “tornar os índios ‘homens’ (= civis) para depois fazê-los cristãos”.³²

A inexistência de uma sociedade politicamente organizada a partir de um poder hierárquico e coercitivo motivou o surgimento de um sentimento, entre os lusitanos, de profunda diferença entre o seu mundo, “civil”, “civilizado” e “cristão”, e o mundo dos “bárbaros”, “sem rei”, “sem lei” e “sem religião”. É também notável o tom de lamentação por inexistir, entre os índios da América lusa, uma “república dos índios” nos moldes do que foi encontrado pelos espanhóis no Novo Mundo. Pois, como observou Charles Gibson, o domínio espanhol fragmentou as estruturas políticas maiores dos astecas, incas, chibchas, tarascanos e araucanos, mas manteve a vila, chamada *pueblo*, ou a vila principal, denominada *cabereca*, subordinando-a à lógica e aos novos propósitos coloniais³³. Não é demais salientar, no entanto, que estas instituições indígenas sobreviveram no período co-

29. HOORNAERT, Eduardo. A Igreja católica no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol. I, p. 553-568, p. 554.

30. Idem, p. 554.

31. EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. BH: UFMG, 2000, p. 89.

32. POMPA, Cristina. *Religião como tradução. Missionários, tupis e tapuias no Brasil colonial*. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 70.

33. GIBSON, Charles. As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol. II, p. 269-310, p. 222.

lonial “de forma apenas fragmentária, isoladas de seu antigo contexto, que foi definitivamente destruído”³⁴.

Aproveitar parte das estruturas políticas ameríndias para os novos fins coloniais era justamente o que os portugueses lamentavam não poder fazer no Brasil. A criação dos aldeamentos se justificava a partir de uma aguda percepção dessa impossibilidade. Em outras palavras, sem contar com uma “república dos índios” preexistente à conquista, a Coroa Portuguesa embarcou no projeto de Manoel da Nóbrega e Anchieta, apoiando a fixação dos índios em aldeamentos, e impondo-lhes uma vida e um governo civil segundo o modelo do Antigo Regime português. Serafim Leite observou, por exemplo, que Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil (1558-1572), concedeu aos aldeamentos “regalias quase municipais”, mandando fazer tronco e pelourinho em cada um e instituindo o cargo de meirinhos, subordinados aos padres, para o exercício do governo temporal³⁵.

Apesar da grande polêmica sobre a conveniência ou não de os padres exercerem, direta ou indiretamente, o governo temporal dos índios – um debate que envolveu os missionários, os superiores da ordem jesuíta, a coroa e os colonos –, o fato é que se iniciou um processo artificial de fixação dos índios em aldeias (aldeamentos), impondo-lhes as ideias de rei, de governo civil, de trabalho e uma nova territorialidade que lhes eram bastante estranha. Não é demais frisar, portanto, a diferença entre as aldeias originais dos índios e aldeias (ou aldeamentos e missões) criadas pelos portugueses para fixá-los e controlá-los. A fixação dos índios em locais previamente definidos pelos portugueses, sob a supervisão de missionários, proposta por Nóbrega, tentava conciliar a meta da evangelização e conversão dos índios com dois outros valores e objetivos fundamentais do período: a obtenção de trabalhadores para “servir” nos empreendimentos coloniais, e de homens que ressissem aos “inimigos” das conquistas lusitanas, fossem eles europeus, indígenas ou africanos:

Refutando o memorial de Gabriel Soares de Souza, que defendia a legitimidade do cativeiro dos índios, os jesuítas explicam: “O único remédio deste Estado é haver muito gentio de paz posto em aldeias ao redor dos engenhos e fazendas, porque com isso haverá quem sirva e quem resista aos inimigos, assim franceses e ingleses, como aimorés, que tanto mal

34. WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol. I, p. 195-240, p. 239.

35. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, t. 1, liv.3, 2006, p. 66.

têm feito e vão fazendo, e quem ponha freio aos negros de Guiné que são muitos e de só os índios se temem.³⁶

Definidos nestes termos, o projeto de aldeamento parecia ser a solução de todos os problemas, supostamente conciliando a conquista espiritual dos índios, a defesa militar da colônia e a prosperidade dos negócios por meio do trabalho de fieis vassalos nativos. Mas a paz e as “grossas rendas” prometidas com a implementação dos aldeamentos mostraram-se sempre uma quimera, pois a historiografia é concorde em reconhecer não apenas o contínuo conflito entre moradores e missionários, mas também que o pivô da discórdia era o controle sobre os índios e o trabalho indígena.

O *Regimento, e Leis sobre as Missões do Estado do Maranhão, e Pará, e sobre a Liberdade dos Índios*, assinada pelo monarca português D. Pedro II, em 1686, é um documento exemplar sobre o conflito entre moradores e missionários e sobre o que significava ser um índio livre na colônia. O regimento surgiu na sequência da *Lei da Liberdade dos Índios do Maranhão*, de 1680, que gerou fortes reações entre os colonos, inclusive a Revolta de Beckman e a expulsão dos jesuítas do Maranhão pelos moradores³⁷. Para contornar e aplacar os conflitos entre padres e moradores, o Regimento regulamentou a liberdade dos índios, instituindo as formas obrigatórias de trabalho a que eles estavam sujeitos no gozo de sua liberdade, prescrevendo que os índios aldeados deveriam trabalhar para os moradores, para a Coroa e para a própria aldeia, *i.e.*, para si, suas famílias e seus missionários, em um regime de turnos e mediante o pagamento de salários quando estivessem fora dos aldeamentos³⁸.

O reformismo pombalino da década de 1750 instituiu mudanças importantes na política colonial em relação aos índios e substituiu o projeto missionário por uma política laica de “civilização” (ressocialização) que procurava senão romper, pelo menos atenuar as fronteiras étnicas e jurídicas que separavam “índios” e “portugueses” na colônia. Para isso, expulsou os jesuítas do Brasil e do reino, erigiu em vilas antigos aldeamentos e missões, concedeu aos índios direitos políticos em suas vilas e lugares equiparáveis aos dos portugueses, proibiu o uso das línguas nativas, tornado obrigatória a Língua Portuguesa entre eles e incentivou o casamento misto, entre índios e portugueses, com o fito de aumentar e homogeneizar a população colonial. As reformas pombali-

36. ALENCASTRO. *Op. cit.*, p. 123.

37. MARTINS. *Op. cit.*, p. 62.

38. Idem, p. 65.

nas reafirmaram contundentemente, além disso, o princípio da liberdade dos índios, pois por meio da Lei de 6 de junho de 1755, também conhecida como Lei das Liberdades, ficou consagrado a liberdade incondicional a todos os índios, mandando-se ainda que lhes fossem restituídos os seus bens e comércio, notadamente as suas terras³⁹. Mas, pouco depois, a propalada liberdade do índios era novamente regulamentada, instituindo diferentes modalidades de trabalho a que os índios ficavam sujeitados no gozo da própria liberdade. Esse *desideratum* regulador da liberdade e do trabalho dos índios aparece com clareza no *Diretório que se deve observar nas povoações de índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar ao contrário*, Lei de 1757, mas confirmada por D. José I para todos os índios da colônia em 1758. Assim, tal como no Regimento de 1686, o Diretório também prescrevia a obrigatoriedade de os índios trabalharem para si e suas famílias, bem com para o rei e os moradores⁴⁰.

Em resumo, a reconhecida liberdade natural e civil dos índios, vigente durante o regime colonial, sempre esteve associada a uma estrita regulamentação de seu significado e extensão, subordinando os índios livres aos interesses coloniais e obrigando-os a prestar trabalho aos moradores, à Coroa e a si e suas famílias. Mais ainda, enquanto o cativo foi a forma mais coercitiva de obter o trabalho dos índios, o aldeamento foi o modo mais livre de subordiná-los, coletivamente, ao trabalho. Os aldeamentos representam uma modalidade de “territorialização” dos índios, nos moldes definido por João Pacheco de Oliveira⁴¹. Isso implicava, dentre outras situações, a sujeição deles à soberania portuguesa, a obrigatoriedade do trabalho e o direito privativo, ou privilégio, de eles serem “senhores de suas terras” nas vilas, aldeias ou povoados, onde poderiam viver coletivamente. Não sem razão, Perrone-Moisés argumenta existir uma “identificação entre aldeamento e liberdade” no período colonial⁴², enquanto Fátima Lopes Martins considera que a liberdade dos índios na colônia transformou-se, de fato, em um direito que estava especialmente reconhecido e garantido aos índios aldeados. Por isso mesmo, tratava-se de “uma liberdade dentro dos limites dos aldeamentos”⁴³.

39. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT. Armário Jesuítico, liv. 1A. Colleção dos breves pontifícios e leys régias que foram expedidas e publicadas desde o anno de 1741, sobre a liberdade das pessoas e commercio dos Indios do Brasil.

40. MARTINS. *Op. cit.*, p. 79.

41. Sobre o conceito de territorialização, ver OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4 (1): 47-77, 1998.

42. PERRONE-MOISÉS. *Op. cit.*, p. 123.

43. Fátima Lopes Martins. *Op. cit.*, p. 45.

RACISMO, CIÊNCIA E TRABALHO INDÍGENA NO INÍCIO DO OITOCENTOS

O discurso evangelizador colonial era, como salientou Eduardo Hoornaert, “estruturalmente agressivo” em relação aos índios, pois abstraía e ignorava de seus cálculos a vontade, a liberdade e a autodeterminação dos índios⁴⁴. Também o era o discurso e o ideário ilustrado subjacente às reformas instituídas pela legislação indigenista do período pombalino e pelas mesmas razões. Afinal, de acordo com o § 3 do Diretório, a meta era arrancar os índios de seu *modus vivendi* “pelos meios da civilidade, da cultura e do comércio”. Pois se tratavam de “povos infelizes e miseráveis”, que estavam na “ignorância e rusticidade” e que, pelas “paternais” providências do príncipe, se tornariam “úteis a si, aos moradores e ao Estado”⁴⁵. Os índios eram “povos conquistados”, como bem sabiam e reafirmavam constantemente os portugueses e, por isso mesmo, o § 6 do Diretório mandou impor-lhes o uso obrigatório da língua portuguesa, pois:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações que conquistaram novos domínios introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos Rústicos a barbaridade de seus antigos costumes: e ter mostrado a experiência que ao mesmo passo que se introduz nelles o uzo da língua do Príncipe que o conquistou se lhes rareia também o efeito e obediência, aliás a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe.⁴⁶

Como povos conquistados, esperava-se dos índios que eles aceitassem a soberania do príncipe e gozassem da liberdade concedida na forma instituída pelas normas do reino. Em termos concretos tratava-se, como vimos, de uma liberdade territorializada e inseparável do trabalho obrigatório. Tanto a perspectiva laica das reformas pombalinas, quanto a evangelizadora do projeto missionário produziram e ajudaram a propagar, além disso, visões bastante

44. HOORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo, AZZI, Rioldando, GRIJP, Klaus van der e BROD, Benno. História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época – Período Colonial. Petrópolis: Vozes, p. 19-152, p. 26.

45. Diretório que se deve observar nas povoações de índios do Para e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar ao contrário. In: ESPÍRITO SANTO. *Livro tombo da vila de Nova Almeida*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945, p. 57.

46. Idem, p. 58.

simplificadas sobre o universo e a população ameríndia, definindo-os segundo classificações binárias do tipo índios amigos/índios inimigos, índios cristãos/índios gentios, índios civilizados/índios selvagens, etc. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, tais “classificações bipolares teriam continuidade no Oitocentos e até se acentuariam pela declaração de guerra justa aos botocudos e kaingangas [pelo príncipe regente D. João, em 1808 e 1809] e pelas teorias racistas e preconceituosas predominantes na Europa e largamente aceitas no continente americano.”⁴⁷

De fato, no início do século XIX, a oposição binária entre índios selvagens e índios civilizados ganhou um extraordinário reforço a partir do desenvolvimento das viagens científicas e de um discurso racista que se ancorava de forma cada vez mais firme na ciência e na etnografia praticada à época. A expedição científica de Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Phipipp von Martius pelo Brasil, entre 1817 e 1820, custeada pelos governos austríaco e bávaro, é bastante exemplar. De um lado, porque foi uma das mais fecundas do ciclo de viagens e expedições científicas inauguradas com a vinda da família real para o Brasil, em 1808. De outro, porque Martius se converteu, depois da expedição, em um reconhecido especialista sobre os usos, costumes e línguas dos povos nativos do Brasil, sendo por muitos considerado “o fundador da etnografia brasileira”⁴⁸.

Dessa expedição resultou, dentre outras publicações, o livro *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius, publicado em três volumes, que saíram respectivamente nos anos de 1823, 1828 e 1831. A obra faz parte de um gênero literário que era apreciado na Europa, os relatos de viagem, e que ganhou uma tonalidade bastante específica nos séculos XVIII e início do XIX, quando as narrativas passaram a ser feitas por “naturalistas”, muitos deles, como Spix e Martius, membros de comitivas científicas subvencionadas por governos europeus. O naturalista visava o “conhecimento universal” e isso implicava em ter sob a mira um vasto objeto de pesquisa: “o mundo natural, desde os minerais, passando pela fauna e flora, até os fenômenos climáticos, geográficos e astronômicos. Nisso estava compreendido também a sociedade humana, sua história, sua economia e assim por diante”⁴⁹.

47. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret. Reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, p. 85-106, 2009, p. 99.

48. OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – II O Brasil monárquico. O processo de emancipação*. São Paulo: Difel, 1982, t. II, v. 1, p. 119-131, p. 127.

49. LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. Taxonomia e sentimento. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 1, p. 179-194, 2009, p. 180.

Diferentemente dos navegadores e comerciantes da era das grandes navegações, o naturalista explora a terra firme, percorrendo longos e penosos caminhos pelo interior dos continentes. Suas expedições foram financiadas por governos ou segmentos sociais preocupados com a expansão do comércio, com a obtenção de matérias-primas e em conhecer, catalogar e controlar as potencialidades econômicas da flora, da fauna, do solo e subsolo e dos homens e mulheres que viviam em territórios ainda não plenamente conquistados pelo ocidente⁵⁰. Para Mary Louise Pratt, não se pode separar os relatos de viagem dos naturalistas do processo de expansão do capitalismo que, no século XIX, traduziu-se em colonialismo na África e em neocolonialismo na América⁵¹. Ainda de acordo com a autora, a narrativa sobre as viagens científicas abandona a antiga retórica das “conquistas imperiais” associadas à era absolutista, que marcou os relatos de viagens do período das grandes navegações. Um dos traços mais característicos dos relatos de viagens protagonizados por naturalistas é, segundo Pratt, a “anticonquista”, um termo que, segundo a autora, procura evidenciar as estratégias discursivas que frisam a “inocência” da viagem liderada pela figura “benigna” do naturalista, cujo objetivo é o de conhecer e a principal ação é a de “ver” e registrar o que é visto.

As viagens e os relatos de viagem nunca mais seriam os mesmos. Além das figuras de proa do marinheiro, do conquistador, do cativo, do diplomata, começou a surgir por todo lugar a figura benigna e letrada do naturalista, armado simplesmente com um saco para amostras, um caderno e alguns vidros, procurando nada mais que passar algumas horas tranquilo com seus insetos e flores. [...] Tais histórias são o que chamo de narrativas de anticonquista, que naturalizam a presença e autoridade global europeia em vez de transformá-las em invasão, fazendo uma impressão mais de inocência do que de intervenção.⁵²

Para o estudo das populações nativas, o método utilizado por Spix e Martius foi a “observação”. Naturalmente, isso não excluía o registro iconográfico dos tipos humanos e de certas situações sociais, como as festas,

50. PRATT, Mary Louise. Pós-colonidade: projeto incompleto ou irrelevante? In: VÉSCIO, Luiz Eugênio e SANTOS, Pedro Brum (Org.). *Literatura e história. Perspectivas e convergências*. Bauru: Edusc, p. 17-54, p. 23.

51. Idem, p. 24.

52. Idem, p. 26-7.

por exemplo, nem tampouco a coleta de esqueletos⁵³, de objetos da cultura material indígena e até mesmo de “peças vivas”, como os seis índios que Spix e Martius incorporaram na viagem científica, todos falecidos precocemente⁵⁴. Momento bastante elucidativo do trabalho etnográfico de Spix e Martius é o encontro, a observação e o registro que realizaram sobre os índios Coroados, Puris e Coropós que viviam nas margens do rio Xipotó, sob a proteção do Diretor Geral de Índios de Minas Gerais, Guildo Marlière.

Os viajantes estavam interessados em “observar alguns índios de perto”⁵⁵ e, para satisfazê-los, foram trazidos alguns da aldeia dos Coroados. Para selar o primeiro contato, ofereceram cachaça aos índios e descreveram-nos nos seguintes termos: “Eram todos de mau humor, taciturnos, desconfiados e provavelmente receavam que nós os quiséssemos levar para o serviço militar”⁵⁶. Poucos dias depois, tiveram outro encontro com os índios. Desta vez, contudo, com os Puris, que andavam “errantes” naquele território. “Depois de fartas libações de cachaça”, escrevem os naturalistas, os Puris adquiriram confiança e homens, mulheres e crianças executaram uma dança enquanto cantavam o “triste ‘Ham-jo-ha, há-há-há’. [...] Um negro, que viveu muito tempo entre os Puris, nos interpretou aquelas palavras plágues, cantadas na dança, como lamentações de haver caído quando queriam colher uma flor de uma árvore. A explicação que nos ocorria, diante desse quadro melancólico, era do paraíso perdido”⁵⁷.

Não está claro sobre qual “paraíso perdido” se referem Spix e Martius. É provável que estivessem pensando na mítica queda do paraíso que inaugura a história propriamente humana, presente em constelações mitológicas de diferentes culturas, quando o homem perde a comunicação direta com Deus. Assim, a exemplo de Adão e Eva, que, ao colherem o fruto da árvore proibida, a maçã, foram expulsos do paraíso, também os índios Puris teriam sua própria narrativa sobre o início da história humana, separada dos deuses e do éden,

53. SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Phipipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 1, 1981, p. 240.

54. LISBOA. *Op. cit.*, p. 194, nota 44.

55. SPIX E MARTIUS. *Op. cit.*, p. 221.

56. Idem, p. 222. Sobre o recrutamento de índios para o serviço militar nesse período, ver MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadão. Reflexões sobre recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: MUGGE, Miquéias H. e COMIS-SOLI, Adriano (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

57. Idem, p. 228.

por conta de colherem uma flor⁵⁸. Apesar dessa incerteza, o texto é bastante incisivo em definir os índios como seres “fleumáticos”, “melancólicos” e que viviam numa “rusticidade” nauseante, nada próximo ou comparável à ideia de um paraíso terrestre habitado por “bons selvagens”. Entre os índios, Spix e Martius se sentiam “quase como no meio de dementes”⁵⁹. Eram “homens da natureza”, pois não conheciam nem viviam em “estado social”. Tão rústicos que eram incapazes de corar: “o humano ‘*Erubescit, salva res est*’ não tem aplicação para essa rude raça humana”⁶⁰. Outra prova contundente da pouca humanidade dos índios era a de que, na opinião dos autores, até mesmo as relações familiares eram frouxas e tênues entre eles.

Os afazeres e os interesses dos índios, em geral, davam-no testemunho os Coroados, em particular, cuja rotina diária Spix e Martius puderam observar. Os homens acordavam bem cedo, davam um largo despreguiço, esfregavam os membros e, em seguida, iam ao mato fazer as necessidades fisiológicas rotineiras. Ao retornarem, acendiam o fogo, assavam nas brasas batatas-doce, milho ou banana e podiam ficar por horas em torno do fogo, de cócoras, sem dizer palavra uns aos outros, apenas apreciando o desjejum e divertindo-se com seus animais domésticos. As mulheres tinham como primeira atividade da manhã, ao acordar, realizar a pintura do próprio corpo e a dos filhos. Depois se entregavam às suas tarefas domésticas: plantar, colher e fazer cestos, dentre outras. Entre 9 e 10 horas, os homens saíam para caçar com a ajuda das mulheres e só com o sol e o calor forte “gosta o índio de banhar-se no córrego”⁶¹. Por volta das 16 horas, acontecia o almoço, partilhado entre todos que estivessem presentes, membros da tribo ou vizinhos. Depois, vinha o descanso nas redes e, eventualmente, outra refeição, mas sempre bastante frugal. Gostavam, além disso, de fazer festas aos sábados: “Assim, passam-se meses e anos, para o índio, em caçadas, guerras, festas selvagens e tarefas caseiras rotineiras, numa vida rude e dura, ignorante de toda a vocação nobre da humanidade”⁶².

58. Como observa Mircea Eliade, em diferentes tradições, “[...] subindo numa montanha, numa árvore, num cipó etc., os primeiros Homens podiam elevar-se, realmente e sem esforço, ao Céu. Os Deuses, por sua vez, desciam regularmente à terra para misturar-se aos humanos. Devido a um acontecimento mítico qualquer (geralmente uma falta ritual), as comunicações entre Céu e Terra foram rompidas (A Árvore, o cipó foram cortado etc.), e Deus retirou-se para o fundo do Céu.” Cf. ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 167.

59. SPIX E MARTIUS. *Op. cit.*, p. 240.

60. Idem, p. 230.

61. Idem, p. 238.

62. Idem, p. 239.

Não está claro, no texto, quanto tempo se dedicaram à “observação” dos Coroados para que chegassem a conclusões tão peremptórias sobre como os índios passavam os “meses” e os “anos”. O que se sabe é que não ficaram entre os Coroados, Puris e Coropós mais que 20 dias⁶³. Mas isso não importa, pois a “etnografia” de Spix e Martius baseia-se na convicção de que os índios eram “raças” sem história, *i.e.*, povos que viviam em “estado natural” e em uma rotina fixa e repetitiva, sem experimentar a mudança e o progresso: “Privados de tradições, história e documentos históricos, resta apenas ao investigador observar esses homens da natureza quanto ao seu físico, seus costumes e, sobretudo, a sua língua, para depois decifrar pelo lado físico e psíquico, qual a posição de sua raça entre as demais [...]”⁶⁴.

A “observação” etnográfica dava testemunho do modo como viviam os índios e do modo como sempre viveram no passado. Firmemente convictos de que os índios eram povos sem história, tampouco Spix e Martius se interessaram em problematizar e registrar o impacto e as mudanças provocadas pelo processo de contato com a sociedade colonial e pelo aldeamento que, àquela altura, já incidiam fortemente sobre aqueles índios que eles observavam. Os índios eram também povos sem sociedade, pois, de acordo com os naturalistas, eles “vivem fora de qualquer vínculo social, nem em associação republicana nem patriarcal”⁶⁵. Até os vínculos familiares, o núcleo formador de toda a história social humana, segundo a visão dominante ocidental, é negada aos índios, cujos laços familiares eram considerados “muito frouxos”⁶⁶. Tecem tal assertiva, alias, a despeito de registrarem a ajuda mútua entre homens e mulheres nas caçadas e a atenção materna com a pintura corporal das crianças pela manhã. A suposição aqui é clara: se não existe alguma forma, mesmo que embrionária, de poder coercitivo, baseado no binômio comando/obediência, não existe organização política e tampouco sociedade propriamente dita entre os índios⁶⁷. Em resumo, Spix e Martius põem em questão se os índios eram efetivamente parte do gênero humano, pois não eram nem o animal político

63. De acordo com a narrativa dos autores, eles saíram de Vila Rica em 31 de março, com o objetivo de chegarem à aldeia dos coroados, situada na fazenda Guindoval, pertencente ao diretor geral dos índios. De lá partiu dia 17 de abril, passando por Mariana em 21 de abril. Idem, p. 217 e 241.

64. Idem, p. 236.

65. Idem, p. 232.

66. Idem, p. 232.

67. Sobre a ideia de estagnação pré-política dos índios do Brasil, que supostamente os mantinha em estado de natureza, ver CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado. Pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 26.

(*zôon politikon*) de Aristóteles, nem tampouco a tradução desta ideia feita por São Tomás de Aquino e que se tornou, de acordo com Hannah Arendt, consagrada: “*homo est naturaliter politicus, id est, socialis* (‘o homem é, por natureza, político, isto é, social’)”⁶⁸. No esforço científico de observá-los, decifrá-los e classificá-los em relação às demais “raças”, concluíram que os índios, a exemplo dos Puris, eram homens “degenerados”, *i.e.*, podia-se ver “a degeneração do humano neles, o porte baixinho, o pardo-avermelhado da pele, o cabelo negro de carvão, solto e desgrenhado, o formato desagradável da cara larga, ângulos, e os olhos pequenos, oblíquos, inconstantes, finalmente o andar de passos curtos, esquivos, desses homens das selvas”⁶⁹.

Enquanto o “porte baixinho” dos índios alude às teorias de Buffon sobre a inferioridade e “infantilidade” do continente americano, onde tudo era pequeno, escasso, imaturo e débil, o argumento da degeneração é uma clara referência às teorias de Cornelius de Pauw, que radicalizou o pensamento de Buffon, postulando que os “americanos não eram apenas ‘imatuross’, como também decaídos [...]”⁷⁰. A ilustração *A dança dos índios puris*, que compõe a obra de Spix e Martius, reforça a descrição desumanizada dos Puris, que são retratados como seres completamente disformes, entre o símio e homem (ver Figura 1, pág. 152).

A narrativa de Spix e Martius é um exemplar significativo do que Homi K. Bhabha chama de “discurso colonial” sobre os homens e mulheres não ocidentais, onde eles são representados por meio de estereótipos fixos e presos a uma ordem histórico-social imutável, onde supostamente vigora situações de “desordem, degeneração e repetição demoníaca”⁷¹. Para o autor, além disso, o “objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial, de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”⁷². Não chega a ser surpreendente, portanto, que Spix e Martius, e depois deles Francisco Adolfo de Varnhagen⁷³, afirmem que os índios nasceram para ser “mandados”, *i.e.*, para

68. ARENDET, Hannah. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 27.

69. Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Phipipp von Martius. *Op. cit.*, p. 278.

70. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 46.

71. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 105.

72. Idem, p. 111.

73. Sobre as ideias de Varnhagen a esse respeito ver MOREIRA, Vânia Maria Losada. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.



Figura 1 – A dança dos índios Puris

Fonte: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Phipipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 1, 1981.

trabalharem, e viverem sob o jugo de patrões: “Taciturno, dócil no serviço dos brancos, tenazmente perseverante no trabalho obrigatório, não se encolerizando com modo algum pelo qual o trata, porém suscetível de rancor demorado, o índio, como costumam dizer os colonos, nasceu para ser mandado”⁷⁴.

Em nítido contraste com o índio “degenerado” que vivia nas matas, florestas e sertões, existe a imagem do “índio civilizado” ou “caboclo”, do início do século XIX, resgatado pela “civilização” que lhes impôs, obrigatoriamente, o trabalho, o mercado, a soberania luso-brasileira e as hierarquias sociais. Desse índio, dá testemunho eloquente a obra de Jean Baptist Debret, que chegou ao Brasil em 1816, como professor de pintura histórica da Missão Artística Francesa, contratada pelo príncipe regente D. João, e que permane-

74. SPIX E MARTIUS. *Op. cit.*, p. 231.

ceu no país por 15 anos. Debret consolidou parte importante do seu trabalho no livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, publicada em três volumes, sendo o primeiro dedicado inteiramente aos índios⁷⁵.

De acordo com Valéria Piccoli, existe uma estrutura discursiva bastante clara na obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, assumida pelo próprio artista, que se propôs a narrar, por meio de imagens, “a marcha progressiva da civilização no Brasil”⁷⁶. Nesta perspectiva, o artista foi do mais “primitivo” ao mais “civilizado”, *i.e.*, começou com os índios (volume 1), prosseguiu com o mundo do trabalho no contexto urbano (volume 2) e terminou com as cerimônias e comemorações políticas e religiosas (volume 3)⁷⁷. Sobre a fidedignidade das informações históricas e sociais da narrativa de Debret, Valéria Piccoli adverte, por exemplo, que o adjetivo “pitoresco” deixava claro para o leitor tratar-se de um livro ilustrado. Contudo, era também um livro de viagem, onde o testemunho ocular do observador é especialmente relevante. Assim, Debret não apenas narrou por meio de imagens, mas fez isso na condição de testemunha, que era, como bem notou Piccoli, “a condição do viajante”⁷⁸. Finalmente, a autora salienta que Debret praticava a pintura histórica e, nesse gênero, a pesquisa em fontes secundárias sobre os temas abordados estava prevista no próprio método⁷⁹. Ainda de acordo com a autora, no “álbum pitoresco de autoria de um artista, diferentemente do álbum científico, o conjunto de ilustrações, ainda que observadas no mundo real, comporta certos ‘arranjos’ que pretendem tornar mais prazeroso o que é dado a ver. É fundamental, contudo, que essa intervenção operada pelo artista não prive a ilustração do efeito de realidade, sem o que ela perderia a condição que lhe confere validade histórica”⁸⁰.

O fato de Debret ser um artista, um viajante e testemunha ocular do que ele retratava, deu-lhe um status de “etnógrafo”, também desfrutado por outros viajantes do período, especialmente os naturalistas. Para Júlio Bandeira, por exemplo, “nas suas figurinhas de brancos e negros registrou o cotidiano de maneira serial. Seus tipos são como notas vivas que colhia na paisa-

75. DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624510>.

76. Apud. PICCOLI, Valéria. O Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret. 19^o20. Rio de Janeiro, v. II, n^o1, 2007, p. 3. Disponível em: <[HTTP://WWW.dezenovevinte.net/obras/obras_debret_vp.htm](http://WWW.dezenovevinte.net/obras/obras_debret_vp.htm)>.

77. Idem, p. 4.

78. Idem, p. 5.

79. Idem, p. 7.

80. Idem, p. 7.

gem urbana, antes de levá-las para seu estúdio-estufa no Catumbi. Como um naturalista, ao fazer suas coletas, Debret anota a hora e o local, assim como o comportamento do espécimen iconográfico em seu habitat [...]”⁸¹. Júlio Bandeira considera Debret um bom “etnógrafo” de brancos e negros, mas não dos índios, pois para fazer “seus índios” baseou-se muito mais na pesquisa e em informações de terceiros, especialmente nas gravuras publicadas por Spix e Martius, em 1823, do que em sua própria experiência de observação. Para ele, os índios retratados por Debret são, por isso mesmo, “ora guerreiros gregos, ora criaturas simiescas”⁸².

Acostumados a pensar os índios apenas na condição de “primitivos” ou “selvagens”, habitantes dos matos, florestas e sertões, escapa a muitos pesquisadores, a exemplo de Bandeira, o que não escapou de Debret, *i.e.*, que os índios também faziam parte do cenário urbano da época. O desenho de Jean Baptiste Debret intitulado *Cabocles civilisés vivant en ville de leur industrie, comme blanchisseuses* (Figura 2, pág. 155) é sobre isso um testemunho exemplar. Assinada por ele em 1827, a aquarela apresenta uma cena que, segundo o artista, repetia-se todas as manhãs no riacho que passava sob a ponte do Catete, um dos bairros do Rio de Janeiro, quando ali se reuniam índias “civilizadas” que ganhavam a vida na corte como lavadeiras⁸³. De acordo com os apontamentos escritos pelo artista sobre esse trabalho, o tema das índias lavadeiras era significativo porque, bem antes de sua chegada ao Brasil, muitos índios já viviam na cidade, prestando serviços aos ricos proprietários do interior⁸⁴. Em outro trabalho, uma litografia não datada, Debret retorna ao tema dos índios em situação urbana, desenhando os bustos de três Guaranis, igualmente definidos como “civilizados”, sendo o do centro qualificado, além disso, como um “soldado da artilharia do Rio de Janeiro” (Figura 3, pág. 155)⁸⁵.

Estes “índios civilizados” de Debret faziam parte da variada paisagem humana da cidade, da vida urbana da Corte e foram registrados e imortalizados pelo olhar e trabalho do artista. Do ponto de vista da História Social, o aspecto mais interessante destes dois trabalhos de Debret é o fato de ele representar os índios de um modo em que ele é considerado um mestre: ou seja, como testemunha e por meio do olhar e do interesse “etnográfico” pelo Brasil

81. BANDEIRA, Julio. Os teatros brasileiros de Debret. In: BANDEIRA, Julio e LAGO, Pedro Corrêa do. Debret e o Brasil. Obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 39.

82. Idem, p. 50.

83. DEBRET. *Op. cit.*, p. 39.

84. Idem, p. 39.

85. Idem, p. 40.



Figura 2 – Índias lavadeiras no Rio de Janeiro

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, vol. 1, planche 22.



Figura 3 – Soldado guarani da artilharia do Rio de Janeiro

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, vol. 1, planche 25.

do início do século XIX. De fato, o que se pode qualificar de “sensibilidade social e etnográfica” de Debret fica em evidência em ambos os desenhos citados acima. Dentre outros motivos porque ele constrói indicações pictóricas claras sobre o lugar que os índios ocupavam na estrutura social da Corte, pois aprechem inseridos no mundo do trabalho urbano, como serviçais tanto dos ricos (as lavadeiras) quanto do Estado (o soldado). Não é demais insistir, no entanto, que nas imagens cunhadas do “índio civilizado” existe toda uma ideologia sobre o lugar social do índio e sobre o papel civilizador do trabalho. Afinal, o índio civilizado e trabalhador de Debret perde o aspecto simiesco tenebroso dos seus congêneres “selvagens”, retratados na mesma época pela expedição de Spix e Martius, em seu suposto “estado natural”.

TRABALHO OBRIGATÓRIO E PERSPECTIVAS INDÍGENAS

August de Saint-Hilaire foi outro naturalista que deixou registros importantes sobre os índios. Sua viagem científica pelo Brasil ocorreu entre 1816 e 1822, quando percorreu várias regiões do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao passar pelo Espírito Santo, teve a oportunidade de visitar a vila de maioria indígena de Nova Almeida, antiga missão jesuítica dos Reis Magos, onde pode observar e descrever o sistema de exploração do trabalhador nativo.

A mão de ferro dos Governadores da Província do Espírito Santo agravou seus infortúnios. Todos os meses se tiravam dentre eles (1818) certo número de índios, casados ou não, para pô-los a trabalhar na estrada de Minas, no Hospital de Vila da Vitória, na nova Vila de Viana ou Santo Agostinho, etc.; eram mal alimentados; durante muito tempo não lhes foi dado salário algum e, na época de minha viagem, somente depois de dois meses é que se começava a juntar à sua alimentação uma retribuição de dois vinténs, ou cinco soldos por dia.⁸⁶

Requisitados principalmente para servir à Coroa, o trabalho obrigatório dos índios de Nova Almeida ficou conhecido, localmente, como “serviço do rei”. Depois da Independência, os índios continuaram sendo recrutados para prestarem os mesmos serviços, que foi, contudo, rebatizado com o nome de

86. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo*. São Paulo: Itatiaia, 1974, p. 69.

“serviço nacional e imperial”.⁸⁷ O trabalho prestado pelos índios das vilas e lugares indígenas do Espírito Santo implicava um enorme sacrifício individual e coletivo, pois um número significativo deles era retirado de seus povoados, por muitos meses, às vezes anos, em detrimento do bem-estar de suas famílias e comunidades. O sistema era violento e coercitivo, pois para se garantir o uso do trabalho dos índios, muitos dos recrutados eram presos na cadeia da vila até o dia da partida⁸⁸.

Saint-Hilaire admirou-se com a aquiescência dos índios das vilas do Espírito Santo em relação à exploração de sua força de trabalho, julgando que isso ocorria em razão da tirania dos governantes e da passividade dos índios que, segundo ele supunha, não tinham outra alternativa viável de vida: “Falando dos árduos trabalhos a que os condenara o governador da Província, os índios de Vila Nova [de Almeida] não deixam escapar um murmúrio; *o serviço do Rei exige* – essas palavras pronunciavam-nas do mesmo modo que um fatalista teria podido dizer: *tal é a sentença do destino*”⁸⁹. O índio não era, portanto, sujeito de sua própria experiência histórico-social. Sofria o peso de uma ordem social opressiva, sem reclamar, porque não tinha chance de influir no fluxo dos acontecimentos.

Está não é, contudo, a visão dos próprios índios quando acessamos fontes que registram o calor dos acontecimentos. Em 1795, por exemplo, um grupo de índios moradores da vila de Benavente, na capitania do Espírito Santo, insatisfeito com as invasões de suas terras, peticionou à rainha D. Maria, protestando contra os “portugueses”, tanto “pardos” quanto “brancos”. Definiram-se como homens nascidos “livres de ônus de cativeiro” e “senhores” de suas “ações” e reivindicaram seus direitos de domínio sobre as terras recebidas e confirmadas por D. José I⁹⁰. Nesse episódio, não lograram a expulsão dos portugueses de suas terras, nem tampouco que novas invasões e aforamentos continuassem acontecendo nas décadas seguintes. Apesar disso, influíram no curso dos acontecimentos. O direito de domínio dos índios foi reconhecido, um processo judicial local foi aberto para a averiguação dos fatos e alguns portugueses terminaram repreendidos e instados a não mais perturbarem os índios. Entre perdas e ganhos, pode-se até concluir que os índios acabaram

87. MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do Império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo, (1822-1860). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, p. 13-54, 2010.

88. SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 105.

89. Idem, p. 71.

90. AHU. ACL. CU. 005-01, Cx. 93, Doc.18.226.

perdendo, na longa duração, a posse e o domínio das terras situadas na vila de Nova Benavente (atual cidade de Anchieta). Nem por isso, contudo, pode-se tirar deles o protagonismo da própria história. Afinal, na qualidade de senhores de suas ações, os índios acessaram diferentes instâncias políticas e judiciais, inclusive o mais alto posto da justiça, então representado pela rainha.

O agenciamento dos índios podia também adquirir contornos violentos. Em 1831, José Francisco Andrade e Almeida Monjardim, então em exercício no cargo de presidente da província do Espírito Santo, mandou o capitão-mor das ordenanças da vila de Nova Almeida tomar providências contra os índios que “espalham boatos ameaçadores e aterradores de lançarem fora os brancos [...], fazendo conhecer a esta gente ignorante que serão castigados [...] no rigor das leis”⁹¹. Pouco tempo depois, em 1833, ocorreu, de fato, uma rebelião indígena, não em Nova Almeida, como temia Monjardim, mas em outro povoado de maioria indígena da província. Nesse episódio, mais de cem índios invadiram a vila de Benavente, mataram o capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva, reivindicaram o retorno “ao antigo estado de coisas”⁹² e, depois, se refugiaram no povoado de Piúma. Não se sabe muito sobre essa rebelião que durou pelo menos dois anos. Mas, como argumentei em outra ocasião, os índios, ao reivindicarem o “antigo estado de coisas”, fundavam sua ação política no costume e em uma avaliação de que seus direitos estavam sendo violados⁹³.

A documentação histórica deixa em evidência que os índios formavam um setor social subalterno, explorado e vítima de muitos preconceitos, pois taxados de “bárbaros”, “rústicos”, “indolentes”, “preguiçosos”, “vingativos” etc. Apesar disso, depois de territorializados e ressocializados, muitos agrupamentos conseguiam utilizar os canais políticos e judiciais para reivindicarem o que pensavam ser justo e correto e podiam, como vimos, até mesmo partir para algum tipo de ação direta mais violenta. Naturalmente, desse ângulo, o problema historiográfico a ser avaliado não é entender a suposta incapacidade de ação dos índios na ordem social colonial, tal como sugerida por Saint-Hilaire. Tendo sido os índios ressocializados, trata-se de compreender as novas formas de organização social e o que gerava neles um sentimento de injustiça, capaz de

91. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES. Série 751, Livro 171, 11/11/1831, p. 52.

92. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES. Série 751, Livro 163, 1/4/1834, p. 57.

93. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). *Revista de História*, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012, p. 241.

legitimar inclusive protestos coletivos ou individuais. O que escapou a Saint-Hilaire, portanto, é que os índios não se insurgiam contra o trabalho obrigatório porque tinham um campo normativo e uma pauta de interesses próprios e nem sempre imediatamente visíveis aos olhos do observador externo.

Do ponto de vista dos índios, a documentação histórica do período sugere a existência de uma estreita conexão entre o árduo trabalho que os índios prestavam sob a rubrica “serviço do rei” e a possibilidade de eles viverem com certa autonomia nas terras a eles destinadas. Essa conexão fica perfeitamente em evidência, aliás, na petição que os índios escreveram à rainha, em 1795. Afinal, eles reivindicaram a retirada dos portugueses de suas terras e, para justificar e reforçar a legitimidade do pleito, salientaram o cumprimento fiel de suas funções sociais:

[...] estamos expostos para tudo quanto é do serviço de Vossa Real Majestade, já serrando madeiras pelos sertões para as carretas [sic] das pessoas das guarnição da vila de Vitória e suas fortalezas, prontos para os destacamentos de um sertão chamado Iconha e Santa Maria, expostos a morrerem às mãos do Gentio Bárbaro e outros mais ônus que a cada instante se estão demovendo aos ditos Índios que largam suas casas, mulheres e filhos para tudo cumprirem exatamente ainda a poder de despesas dos ditos Índios e os Portugueses descansados, sem trabalho algum somente cuidando e indagarem modos de porem aos Índios em pobreza [...].⁹⁴

Os índios também desenvolveram estratégias para lidar e influir na organização do sistema de trabalho a que estavam submetidos, mas eram estratégias discretas. Na verdade, a documentação acaba demonstrando que eles eram peça chave na organização e azeitamento do sistema. O recrutamento para a prestação do trabalho obrigatório era feito, por exemplo, por capitães indígenas, segundo regras que sugerem a existência de acordos e tensões entre os próprios indígenas. As listas nominativas com os índios em idade e em condição de trabalhar eram mascaradas, deixando muitos indivíduos e mesmos grupos inteiros de fora. Isso derrubava para baixo a estimativa da população indígena e tornava inacessível ao controle e ao recrutamento oficial um número importante de homens e mulheres. Finalmente, as fugas dos postos de trabalho eram frequentes entre aqueles que não conseguiam escapar do serviço⁹⁵.

94. AHU. ACL. CU. 005-01, Cx. 3, Doc. 18.226.

95. MOREIRA, A serviço do Império e da nação, p. 35.

Em resumo, subjacente ao aparente “fatalismo” com que os índios se submetiam ao trabalho obrigatório, as evidências apontam para a existência de uma política indígena sustentada por interesses, valores, estratégias e ações que eram dos próprios índios. A historiografia ainda não compreende, satisfatoriamente, o campo normativo e a lógica de organização e funcionamento da política e da ação indígena. Reconhecer isso não é o mesmo que afirmar, contudo, que eles eram incapazes de formular interesses e valores próprios, devido à sua “natureza inferior” ou porque estavam sujeitos a inelutáveis contrangimentos políticos, econômicos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma história do trabalho no Brasil mais ampla e mais conectada com a realidade brasileira passa, como acredito ter demonstrado nesse capítulo, pela inclusão mais sistemática dos índios e de suas experiências, desafios, projetos e expectativas. Para isso, é importante ultrapassar certas imagens de primitividade associadas a eles, construídas ao longo do próprio processo histórico e, muitas vezes, não completamente desconstruídas e problematizadas pela historiografia.

A imagem de um índio “bárbaro”, cunhada pelo discurso evangelizador – vivendo sem religião e sem nenhuma organização social que pudesse levar a alcinha de “sociedade” ou “comunidade política” –, ou do índio “flemático” e “degenerado”, tal como elaborada pelo discurso de Spix e Martius, além de reforçarem a ideia de inferioridade dos índios, embota qualquer perspectiva de vê-los como agentes minimamente capazes de dirigir a própria história. Tampouco a imagem do índio explorado, politicamente submetido e vítima das duras condições histórico-sociais, cunhada por Saint-Hilaire, ajuda a capturá-los fazendo alguma diferença nas tramas da ordem política e social. Desde a conquista, portanto, tem-se construído uma sólida argumentação de que o índio “nasceu para ser mandado” e, mais ainda, era um abnegado diante do trabalho que lhe era exigido depois de arrancado de seus costumes e posto sob o jugo de tutores ou patrões.

A historiografia ainda não rompeu de maneira firme e definitiva com os estereótipos criados em torno dos índios. Tal como Caio Prado Júnior, sugere-se com frequência que no início do Oitocentos os índios ou estavam insulados nas florestas, vivendo isolados na primitividade de suas culturas, ou estavam aculturados e misturados na “massa geral da população” e já na eram, por isso mesmo, “verdadeiros” índios. Essa não é, no entanto, a percepção dos índios sobre sua própria trajetória e experiência histórica. Para o índio Marawê, do

Parque Nacional do Xingu, por exemplo, a história dos índios se divide em A.B. e D.B., *i.e.*, em antes e depois do Branco⁹⁶. A longa história indígena D.B. não precisa ser ignorada pela história colonial e imperial. Tampouco os índios precisam ser prematuramente ou injustamente subsumidos na categoria anódina “massa geral da população”, só porque eles passaram a fazer parte da história nacional. Além disso, as fontes históricas não autorizam o pesquisador a fazer tal operação historiográfica, pois os índios aparecem vivendo em pequenos grupos ou em comunidades étnicas maiores, mantendo relações de contato com a sociedade envolvente, mas sem dissolver-se completamente nela. Aparecem também em fazendas, povoados, vilas e cidades coloniais e imperiais, realizando serviços variados para o Estado e os particulares.

No mundo colonial, a principal função (*officium*) dos índios era, como vimos, a de trabalhar para o Estado, para particulares e para si próprios e suas famílias. Por isso mesmo, a história dos índios se confunde muito com a história do trabalho dos índios. Um dos desafios da historiografia sobre o trabalho no Brasil é percebê-los, portanto, no processo histórico. Outro, não menos importante, é problematizá-los como agentes de sua própria história, a despeito de todas as dificuldades que encontravam. Afinal, como observou Maria Regina Celestino de Almeida, tem-se dado muita atenção para as disputas entre colonos e padres em torno da questão do trabalho indígena durante o período colonial, como se os índios “fossem meros objetos da disputa e não tivessem nenhuma interferência nas decisões sobre o seu próprio trabalho”⁹⁷. Em resumo, existe uma longa e ainda pouco conhecida história indígena D.B.. Acredito, além disso, que a história do trabalho no Brasil tem muito a dizer sobre isso.

96. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naif, 2009, p. 129.

97. ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 197.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Filipe. *O trato de viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret. Reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, n° 41, p. 85-106, 2009

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARENDET, Hannah. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). ACL. CU. 005-01, Cx. 93, Doc.18.226.

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Armário Jesuítico, liv. 1A. Colleção dos breves pontifícios e leys régias que foram expedidas e publicadas desde o anno de 1741, sobre a liberdade das pessoas e commercio dos Indios do Brasil.

APEES (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo). Série 751, Livro 171.

APEES (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo). Série 751, Livro 163.

BACCI, Massimo Livi. *Los estragos de la conquista. Quebranto y declive de los indios de América*. Barcelona: Crítica, 2006.

BANDEIRA, Julio. Os teatros brasileiros de Debret. In: BANDEIRA, Julio e LAGO, Pedro Corrêa do. Debret e o Brasil. Obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Um país em preto e branco. *Revista de História*. 2/9/2007. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/um-pais-em-preto>.

CASTRO, Eduardo viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado. Pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com asas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624510>.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. BH: UFMG, 2000.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESPÍRITO SANTO. *Livro tombo da vila de Nova Almeida*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEA, Maria de Fátima (Org.). Introdução. In: *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIBSON, Charles. As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol. II, p. 269-310.

HEMMING, John. *Ouro vermelho*. A conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja católica no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol. I, p. 553-568.

HOORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo, AZZI, Rioldo, GRIJP, Klaus van der e BROD, Benno. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época – Período Colonial*. Petrópolis: Vozes, p. 19-152.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, t. 1, liv.3, 2006.

LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. Taxonomia e sentimento. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 22, n° 1, pp. 179-194, 2009

LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório pombalino no século XVIII. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (Tese de Doutorado), 2005.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A “tragédia dos Távora”. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 317-342.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). *Revista de História*, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadão. Reflexões sobre recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano (Org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do Império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo, (1822-1860). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, p. 13-54, 2010.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – II*

O Brasil monárquico. O processo de emancipação. São Paulo: Difel, 1982, t. II, v. 1, p. 119-131.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4 (1): 47-77, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992, pp. 115-132.

PICCOLI, Valéria. O Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret. *19&20*. Rio de Janeiro, v. II, nº1, 2007, p. 3. Disponível em: <HTTP://WWW.dezenovevinte.net/obras/obras_debret_vp.htm>.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRATT, Mary Louise. Pós-colonidade: projeto incompleto ou irrelevante? In: VÉSCIO, Luiz Eugênio e SANTOS, Pedro Brum (Org.). *Literatura e história. Perspectivas e convergências*. Bauru: Edusc, p. 17-54.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução. Missionários, tupis e tapuias no Brasil colonial*. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

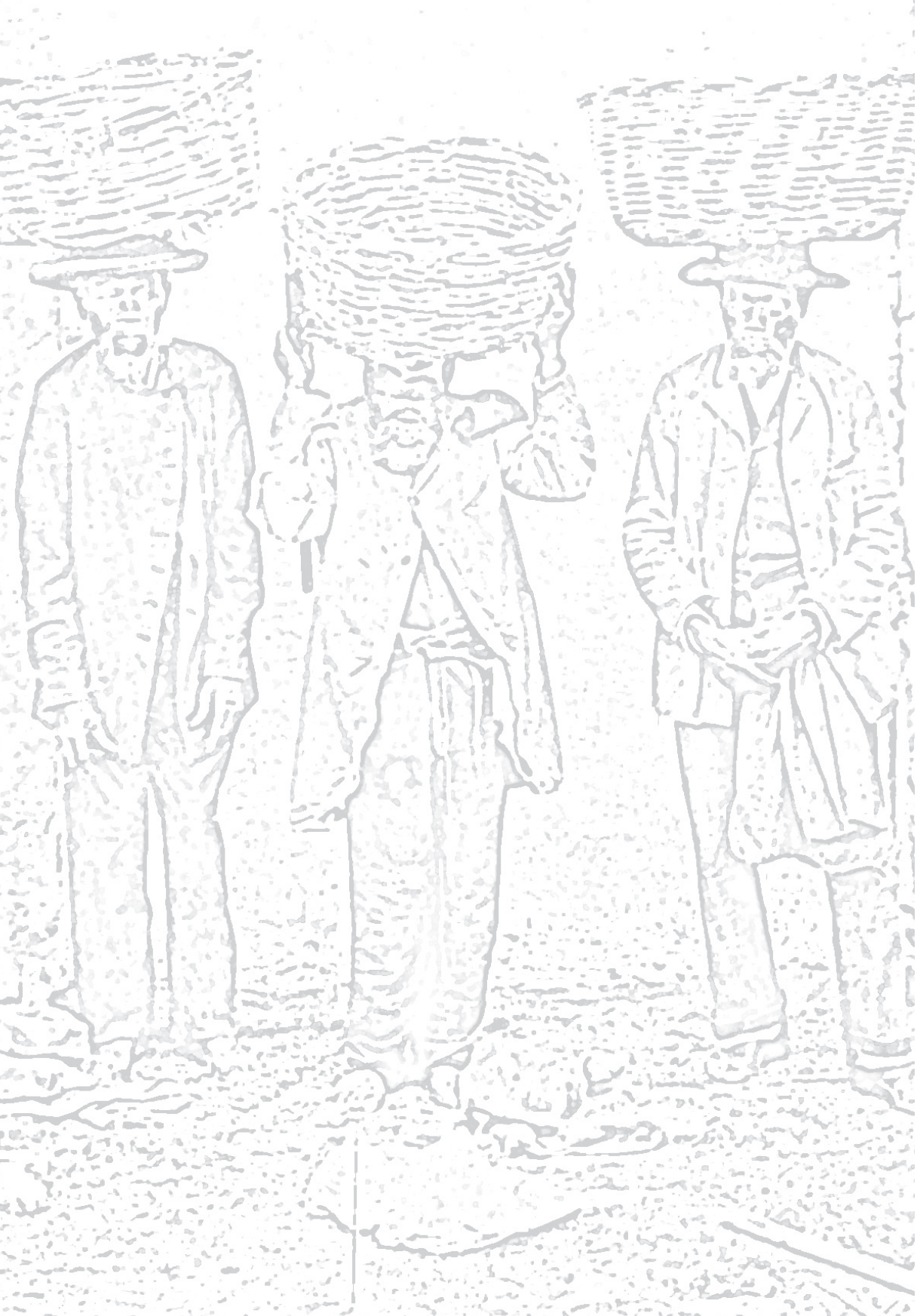
SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo*. São Paulo: Itatiaia, 1974.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Phipipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 1, 1981.

WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol. I, p. 195-240.



LIBERDADE SOB A ESCRAVIDÃO: TRABALHADORES AFRICANOS NO COMÉRCIO DE GÊNEROS – DESTERRO, 1830-1860

Fabiane Popinigis

INTRODUÇÃO

Este artigo¹ trata da questão da liberdade sob a escravidão em meados do século XIX, a partir de experiências de trabalho e vida de escravos e libertos em Desterro (atual Florianópolis), localizada na Ilha de Santa Catarina e capital da Província de mesmo nome.

A historiografia da escravidão vem tratando temas considerados clássicos da história do trabalho há tempos: construção de identidades e redes de solidariedade, movimentos contestatórios e de associação, relações de trabalho e conflitos de classe, condições de vida e moradia estão entre eles². Recentes balanços historiográficos têm chamado a atenção para a necessidade de uma maior aproximação entre os campos³, e alguns autores têm procurado entrela-

1. Agradeço a Antônio Negro, Álvaro Pereira do Nascimento, Paulo Fontes, Henrique Espada Lima e Cristiana Schettini pelas críticas e sugestões ao texto.

2. Sílvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Projeto História*, SP, Fev.1998. SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Nova Fronteira, 1999. João J. Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. Flávio dos Santos Gomes. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

3. Antônio Negro e Flávio Gomes, “Além das senzalas e das fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006; Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.” *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, 2009; e Ângela de Castro Gomes, “Questão social e a historiografia no Brasil do pós 1880: notas para um debate.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, jul.dez. de 2004, p. 157-186.

çar pesquisas e abordagens que levem em conta as lutas de escravos e libertos ao longo do século XIX para a formação da classe trabalhadora no início do XIX⁴. Mas ainda há um longo caminho a percorrer nesse sentido.

Para entrelaçar duas tradições historiográficas que por muito tempo se desenvolveram em paralelo, é essencial considerar a presença marcante dos africanos: não é possível continuar a pensar transformações políticas e sociais ou estratégias de organização dos trabalhadores escravos, livres e libertos sem levar isso em consideração. Seus valores e práticas – transformados e ressignificados sob a experiência da escravidão em contextos específicos – estiveram presentes na organização do cotidiano e nas estratégias de sobrevivência de trabalhadores, fossem eles escravos, livres ou libertos⁵.

Aqui discutiremos como a presença significativa de africanos na primeira metade do século XIX em Desterro ajudou a moldar a dinâmica de trabalho e circulação no centro urbano e suas relações sociais em momentos nevrálgicos de formação da nação. É o caso das demandas por liberdade a partir das lutas pela independência e da abdicação em 1831 e sua precarização nos anos que se seguiram às regências até a consolidação das políticas de centralização do estado imperial brasileiro em torno de 1850 – especialmente o fim do tráfico atlântico de escravos e a instituição da mercantilização e comercialização da terra⁶.

Evidentemente, a liberdade assumiu inúmeros significados, não apenas em diferentes períodos, mas também na aceitação de diversos grupos e sujeitos. Em relação à primeira metade do século XIX, uma produção historiográfica relativamente recente tem se preocupado investigar a participação do “o povo com ‘p’ minúsculo”⁷ e sua percepção de processos históricos normalmente

4. Marcelo Badaró Mattos, *Escravidão e Livres – experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008; Leonardo Pereira *Barricadas da Saúde - vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

5. Cf. Robert Slenes, “Malungu, Ngoma Vem! África encoberta e descoberta no Brasil”. *Cadernos do Museu da Escravatura*, 1. Luanda: Ministério da Cultura, 1995. Para uma sofisticada análise inspirada em Thompson sobre como a experiência opressiva do cativo pôde, em certos casos, mover-se em direção da formação de uma identidade de classe conferir Slenes, R.W. “A ‘Great Arch’ Descending: Manumission Rates, Subaltern Social Mobility and Slave and Free(d) Black Identities in Southeastern Brazil, 1791-1888”, in John Gledhill and Patience Schell (eds), *Rethinking Histories of Resistance in Brazil and Mexico* (Durham, NC, forthcoming).

6. Cf. Jaime Rodrigues, “O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão.” Em Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial, vol.II*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; Márcia Mendes Motta, *Nas fronteiras do poder: conflito a terra no Brasil do século XIX*. 2ª. Ed. Revisada e ampliada. Niterói: Ed. da UFF, 2008. Beatriz Mamigonian. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão” in Keila Grinberg; Ricardo Salles (org.). *Coleção Brasil Imperial* Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-233.

7. Termo utilizado por Gladys Sabina Ribeiro em “O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na Independência do Brasil”; *Cadernos CEDES*, v. 22, n. 58, Campinas, dez. 2002.

associados aos grandes nomes da elite política. O ideal de liberdade que surge a partir da independência começa a se desvincular do sentido iluminista que assumia no século XVIII: liberdade para a nova nação era desvencilhar-se do domínio da metrópole⁸. No entanto, se não havia consenso entre os políticos e pensadores sobre como realizar a tarefa, o que dizer do desejo de homens livres pobres, escravos e libertos, que tanto ouviam falar de liberdade nas primeiras décadas do século XIX? A liberdade, como pensada pelos “homens bons”, que se reconheciam pelo vínculo da propriedade, certamente excluía os escravos, mas deixava de fora também muitos pardos e brancos. Isso não impedia que esses sujeitos tentassem “abrir espaços e construir no cotidiano os caminhos para a liberdade”⁹.

O período regencial inaugurou novas possibilidades de participação e mobilização nas ruas: as forças políticas, mais tarde cristalizadas em partidos, articulavam-se à “participação ativa das mais diversas camadas sociais nas instâncias de ação política do espaço público”¹⁰. Agindo em nome de seus direitos, homens livres pobres e de cor fizeram parte da construção de uma incipiente nacionalidade¹¹.

Investigações sobre a participação de diversos grupos sociais nas províncias durante o período contestatório aberto pela abdicação têm deixado claro que “uma das principais marcas das duas décadas posteriores à independência do Brasil foi a politização da cor”¹². A partir de 1850, com a consolidação do Império nas mãos dos conservadores, encerrava-se o período de expectativas de uma grande parte da população pobre e livre de negros, pardos e mulatos de um acesso igual aos direitos garantidos pela carta constitucional e de ascensão econômica e social baseada em seus “talentos e virtudes”¹³.

No que se refere às experiências de trabalho, pesquisas recentes têm ampliado a discussão sobre a precariedade da situação dos libertos na vigência da

8. Embora não necessariamente separar-se dela. Cf. Gladys Sabina Ribeiro; *A liberdade em construção. . Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002. 402 p.

9. Ribeiro, “O desejo de liberdade...”, op.cit., p. 9. Nesse sentido ver também Hendrik Kraay; “Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In Jurandir Malerba (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 303-341.

10. Marcello Basile, “Revolta e cidadania na Corte regencial”. *Tempo*, v. 11, n. 22, janeiro, 2007, p. 31-57, p. 56.

11. Idem, Ibidem.

12. Keila Grinberg, “A Sabinada e a politização da cor na década de 1830”, em Grinberg e Salles, *O Brasil Imperial*, vol.II, op.cit.

13. Grinberg, op.cit., p. 271.

escravidão em diferentes momentos do século XIX, apontando para os significados atribuídos à liberdade pelos contemporâneos. Esses estudos vêm revelando, cada vez mais, uma diversidade de arranjos de trabalho que não se encaixavam nas definições tradicionais de separação entre o trabalho dito livre e o escravo, mostrando que tais definições não tinham conteúdo fixo, pois os significados dessas duas condições eram permeados de elementos de ambiguidade¹⁴.

Tendo em conta a questão da liberdade sob a escravidão, este artigo propõe pensar estratégias de inserção social a partir do trabalho no comércio de gêneros e em torno da origem africana, entre 1840 e 1860. A liberdade aqui é pensada a partir dos níveis e esferas de autonomia conquistada em negociações cotidianas, na disputa por espaços de ação e na construção de redes de apoio. O trabalho desses homens e mulheres no comércio de rua funcionava como um trampolim para alcançar maiores níveis de autonomia, que passava por elementos como o acesso ao crédito, uma posição de destaque entre os seus, bom trânsito entre políticos e comerciantes importantes da cidade e a alforria. Essas relações eram construídas cotidianamente no âmbito de um campo de conflito e negociação que envolvia proprietários, escravos, libertos e os poderes públicos.

Assim, a partir de sua centralidade no funcionamento das redes comerciais e seu envolvimento com as irmandades, relações com políticos e negociantes importantes da cidade, os africanos e seus descendentes enfrentaram conflitos internos e a interferência das autoridades municipais e provinciais em disputa na organização do espaço urbano em torno de 1850.

OS AFRICANOS E OS PODERES PÚBLICOS

Nossa Senhora do Desterro era uma cidade portuária, cuja importância estava ligada à localização estratégica como porto de acesso e proteção à parte meridional da América portuguesa. Situada entre o do Rio de Janeiro e a Baía do Prata, transformou-se em uma importante praça de comércio do sul do Brasil, sendo responsável pelo escoamento de produtos da região¹⁵.

14. Cf. Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott, *Além da escravidão – investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; Sidney Chalhoub, “Brasil: População e Sociedade” em *Coleção História do Brasil nação: 1808-2010*, dirigida por Lília Schwarcz. Volume 2, *A construção nacional, 1830-1889*, coordenado por José Murilo de Carvalho (no prelo); Sidney Chalhoub, “The Precariousness of Freedom in a Slave Society (Brazil in the Nineteenth-Century)”. *International Review of Social History*, 56, 2011, p. 405-439; Henrique Espada Lima; “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2005; Mamigonian, Beatriz Mamigonian, “Revisitando a ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres” em Manolo Florentino (org.); *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*.

15. Laura Machado Hübener, *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*, Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

Em 1855, segundo relatório do presidente da província, Desterro contava com 5.611 habitantes, dos quais cerca de 1.436 eram escravos (25%)¹⁶. De acordo com o primeiro censo realizado durante o Império, em 1872, essa freguesia urbana tinha 1.122 escravos, para um total de 8.608 habitantes¹⁷. A diminuição do percentual de escravos entre a população local, de 25% em 1855 para 13% em 1872, está, portanto, mais relacionada ao aumento da população livre e liberta do que a uma drástica diminuição do número de escravos.

Ainda de acordo com o censo de 1872, 960 pessoas foram classificadas como pardas dentre a população livre (dos quais 494 eram mulheres e 466 eram homens), e 624 como pretas (dos quais 344 eram mulheres e 280 eram homens). Dentre os escravos, 610 eram mulheres e 512 eram homens. Apenas as mulheres brancas e livres eram minoria em relação aos homens (2.811 mulheres para 3.073 homens). Percebe-se, portanto, uma maioria de mulheres entre as escravas e as libertas pardas e pretas no início da década de 1870. Essas mulheres, como veremos, tiveram papel importante nas redes de distribuição de alimentos no centro urbano de Desterro, a partir da chamada “praça do mercado”, onde se concentrava a sociabilidade em torno do comércio de uma variedade de produtos escoados a partir do interior.

Nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, havia barraquinhas na praça do mercado, onde os gêneros ficavam abrigados por tendas ou panos¹⁸. Essas barraquinhas eram geridas, em grande parte, por escravos ou libertos, enquanto o peixe ficava, nas palavras do então presidente da província Antero de Brito em 1846, “aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”¹⁹. Antero de Brito não estava nada satisfeito com aquela imagem, justamente em frente aos principais prédios do governo e a Igreja da Matriz.

Assim, na praça central de Desterro, em frente à praia, circulavam homens e mulheres escravos, libertos e livres, uns vendendo sua produção, que traziam em canoas do interior da Ilha, ou mesmo por terra, outros comprando para revendê-la pelas ruas, e outros ainda fazendo compras para os patrões. Era ali que os habitantes de Desterro aproveitavam para se abastecer dos gêneros que necessitavam, conversar e fazer negócios.

16. “Mappa aproximada da População da Província de Santa Catharina”. *Relatório do Presidente da Província*, 1855.

17. Recenseamento de 1872, p. 1.

18. Cabral, *Nossa Senhora do Desterro, Notícia I*, p.79-80.

19. Fala que o Presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero José Ferreira de Brito dirigiu a Assembleia Legislativa da mesma província no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1847. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1847, p. 9-12. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/934/>>, acessado em 27/01/2011.

As primeiras discussões a respeito da construção de um prédio para o Mercado e de um Matadouro datam da década de 1830. A partir de 1840 a elas vão se somar às preocupações com o embelezamento e saneamento dos espaços públicos na capital da Província, como deixava antever o comentário do presidente Antero de Brito, que liderou a cruzada pela construção do referido prédio.

Inaugurado em 1851, o Primeiro Mercado Público da cidade tinha a função de acomodar o comércio preexistente e facilitar a cobrança de impostos, aumentando assim a arrecadação municipal, que eram devidamente registrados em livros de receita e despesa mantidos pela Câmara Municipal, onde constava o nome do ou da contribuinte, a quantia e a razão do pagamento. Esses livros ganharam corpo em sincronia com o processo de construção de um prédio para o Mercado, revelando um incremento do pequeno comércio e do comércio de rua como um maior controle da municipalidade sobre ele. As listas revelam inúmeros nomes africanos, entre eles muitos nomes de mulheres que pagavam impostos para exercer funções como vender quitandas, “pombiar” ou mascatear, jogando luz sobre as redes do pequeno comércio e do comércio ambulante.²⁰

Neste contexto, ganha destaque a atuação dos poderes públicos, revelando a conexão entre as tentativas de regulamentar e organizar o comércio de gêneros e o controle da circulação de seus agentes, boa parte dos quais eram africanos e descendentes, inclusive escravos e forros. A Câmara Municipal, algumas vezes em consonância com a presidência da província ou em outras se opondo a ela, definia quem poderia ou não circular em determinados horários e locais, manter ou não determinados tipos de comércio. Além disso, reclamava, através de seus fiscais, o cumprimento das posturas e a cobrança de multas aos infratores. Ao longo do século XIX, a partir da regulamentação das Câmaras em 1828, tais preocupações transparecem nos ofícios trocados entre a Câmara Municipal e a presidência da província ou ainda nas circulares endereçadas aos fiscais e nos editais publicados na imprensa, que reforçavam periodicamente as determinações das posturas.²¹

20. Os impostos eram lançados nos livros de arrecadação da Câmara Municipal, nos quais era registrada a receita da Câmara referente a todos os pagamentos de impostos municipais e multas pela infração de posturas, assim como o pagamento de seus funcionários e serviços prestados. No Livro de arrematação das casinhas do Mercado Público, registrou-se o pagamento dos alugueis, resultado do contrato de arrendamento semestral de cada uma das casinhas no interior do prédio do mercado, feito através de leilão em praça pública.

21. Sobre isso conferir: Fabiane Popinigis, “Em benefício do povo: o comércio de gêneros em Desterro no século XIX”. Em Regina Xavier (org.); *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Editora Alameda (no prelo).

O regulamento do Mercado, aprovado na Câmara em dezembro de 1850²² estava em consonância com as posturas municipais, revelando uma relação tensa com as práticas e manifestações culturais de origem africana em Desterro, bem como com a circulação de escravos pelas ruas e espaços centrais da cidade em plena década de 1840.

A menção explícita à proibição dos batuques e reinados africanos no artigo 38 do Código de Posturas de 1845 tinha seu equivalente na proibição de “dançar, tocar e qualquer outro divertimento” dentro do Mercado, feita pelo seu Regulamento. Seguiu-se a esse artigo do Regulamento, aquele que proibia “andarem dentro da Praça pretos de ganho e mendigos”. Além disso, o regulamento do mercado determinava também que os escravos que fossem ali fazer compras deviam fazê-las rapidamente e retirar-se. Ou seja: o Mercado não era lugar para sociabilização de africanos e escravos²³. Este tipo de proibição denunciava o temor das autoridades em relação à construção de solidariedades entre escravos e libertos com base nas origens africanas no espaço público, temor esse bem fundamentado pela experiência de outras províncias do Império brasileiro²⁴. Para além disso, porém, reiteradas proibições e disputas entre diferentes autoridades sobre o assunto evidenciam a persistência em burlar tais determinações e indicam algumas das peculiaridades de como este processo se deu no caso de Desterro.

Mas não era fácil controlar o trânsito de escravos e libertos no núcleo urbano de Desterro, pois eles eram parte importante da rede de distribuição de gêneros alimentícios que se ligava às demais freguesias da Ilha. O comércio de rua era crucial para esses trabalhadores e trabalhadoras, podendo ser a garantia da própria sobrevivência para ex-escravos que não tivessem estabelecido outros arranjos de trabalho, ou a chave da alforria para escravos e escravas de ganho que conseguissem se inserir com êxito nessas redes²⁵.

22. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; *Regulamento do Mercado*. Ofícios da Câmara Municipal para a presidência da Província – 1850, fls 120-126.

23. Idem, artigos 51 e 52 e 53.

24. Sobretudo após a Revolta dos Malês em Salvador em 1835. Cf. J. J. Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835* (2. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003). Carlos Eugênio Libano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. 2ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2004. Em 1842, o presidente da província de Santa Catarina chegou a atribuir o que considerou como os baixos índices de criminalidade da província ao número relativamente pequeno de escravos no total da população. Cf. *Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa de mesma Província na abertura de sua sessão ordenada em 1º. De maio de 1842*, fls.10. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/929/000012.html>>, acessado em 27/01/2011.

25. Fabiane Popinigis; “Africanos e descendentes na história do primeiro Mercado Público de Desterro” em Zimmerman, Joseane e Mamigonian, Beatriz; *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*, (no prelo).

Também eram importantes para o sustento de muitos senhores e senhoras que pagavam imposto para seus cativos venderem quitanda ou “pombiar” pelas ruas²⁶. Eles então teciam redes de relações e experiências de trabalho que, além do compartilhamento de estratégias próprias do ofício, lhes facilitariam o trânsito entre pessoas importantes e lhes possibilitariam o acesso ao crédito. Nesse sentido, a Praça do Mercado foi, até 1860, pelo menos, um meio possibilitador de alternativas de vida e relativa autonomia para escravos e libertos: não apenas através da formação de redes de sociabilidade e interesses, como também de acúmulo de pecúlio para a alforria ou de acesso ao crédito²⁷.

Tais resultados contrastam com uma difundida imagem do Mercado em estudos históricos locais, na qual transitariam por ele tão somente comerciantes açorianos e colonos alemães²⁸. Nessa linha interpretativa, os escravos, africanos e descendentes, quando levados em consideração, são caracterizados como desordeiros e inconvenientes, frequentando uma área da cidade que precisava ser limpa e organizada²⁹.

A historiografia a respeito de Santa Catarina durante muito tempo salientou a desimportância do trabalho escravo na província, enfatizando a prevalência da agricultura de subsistência e a mão de obra escrava como predominantemente do tipo doméstico. A província estaria assim desconectada da dinâmica imperial baseada na exportação de produtos produzidos em plantéis com muitos escravos³⁰. A particularidade da constituição das colônias de imigrantes europeus a partir de meados do século XIX teria sido respon-

26. Conferir o trabalho de Joana Pedro, *Mulheres honestas e mulheres saladas – uma questão de classe*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. Ver também Daniela Sbravati, “Mulheres de (in)certa condição”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2 (2009).

27. Desenvolvi melhor este argumento em Fabiane Popinigis, “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras’: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro (1840-1890)”. *Revista Afro-ásia* (no prelo).

28. Cf. Ricardo Mesquita, *Mercado: do mané ao turista*. Florianópolis: Ed. Do autor, 2002. Sobre o processo de invisibilização das populações negras na Ilha de Santa Catarina conferir: Ilka Boaventura Leite (org.), *Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*, Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996; P. J. F. Cardoso; *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis*. Séc. XIX. 01. ed. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2008. v. 1. 372 p.; Sobre o Mercado Público conferir Fabiane Popinigis; “Africanos e descendentes na história do primeiro Mercado Público de Desterro”, op.cit..

29. O historiador Oswaldo Cabral afirma que: “O Mercado da Praça, pelo ajuntamento, em suas imediações, das pessoas mais brutas da cidade – escravos, carregadores, vendedores, pombeiros, marinheiros, soldados”. Para ele aquilo “sempre foi local de baderna”. Cf. Oswaldo Cabral, *Nossa Senhora do Desterro – Memória I*, Florianópolis: edição do autor, 1972, p. 195-97.

30. Cf. Fernando Henrique Cardoso, *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*, Florianópolis: Insular, 2000.

sável por alavancar a prosperidade econômica da região e, mais tarde, seu desenvolvimento industrial³¹. Desta forma, o foco recaiu sobre a vinda dos casais de açorianos para Desterro no sec.XVIII, ou sobre as colônias de alemães e italianos, constituídas no interior da Província no século XIX³².

AS PRÁTICAS COMERCIAIS NO MEIO URBANO

Em 1850, o Regulamento do recém-inaugurado prédio do Mercado mudava as regras do funcionamento daquele comércio, ao proibir que escravos alugassem as casinhas que o compunham. Eles e elas ainda poderiam, entretanto, alugar os vãos entre as colunas do Mercado, dividindo o espaço com mais uma pessoa, prerrogativa da qual fizeram uso frequentemente³³.

A inauguração do Primeiro Mercado Público de Desterro, portanto, teve um duplo impacto: aumentou a arrecadação da Câmara Municipal e legalizou uma possibilidade real de inserção de escravos e libertos no peque-

31. Para uma crítica detalhada dessas abordagens conferir Clemente Gentil Penna, “Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005); Paulino de Jesus Francisco Cardoso, *“Nem tudo era açoriano: algumas experiências de populações de origem africana na Ilha de Santa Catarina no séc.XIX”*. Em Nereu do Vale Pereira ET all. (org.) – *A ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente, vol. I. Florianópolis: IHGSC, 2002*; Ilka Boaventura Leite (org.), *Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*, Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996; P. J. F. Cardoso; *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis*. Séc. XIX. 01. ed. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2008. v. 1. 372 p..

32. Aqui um bom exemplo na produção relativamente recente deste tipo de interpretação, que encontra na própria ilha de Santa Catarina a substituição do êxito inicial da “produção mercantil açoriana” pela industrialização trazida pelos alemães e italianos: “A colônia de povoamento que se estabelecia estava alicerçada na pequena propriedade familiar, distinguindo-se neste aspecto do restante do território brasileiro onde a tônica era a exploração monocultora de enormes glebas de terras utilizando mão-de-obra escrava. O colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar seu excedente na melhoria de sua propriedade.” P. 129 e, mais adiante: “O crescimento da cidade sofreu forte aceleração a partir do momento em que Desterro passava a assumir cada vez mais as condições de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, isso já no último quartel de século XIX. É neste novo contexto que os comerciantes açorianos foram substituídos por comerciantes de origem alemã, merecendo destaque Hoepcke, Wendhausen, Mayer, Born, Müller, etc. que ofereciam grande variedade de artigos nunca antes comercializados na praça desterrense.” Evidentemente a análise está voltada para os comerciantes de grosso, exportadores que atuavam em várias praças de comércio. Ainda assim, em todo o texto não há uma só menção aos distribuidores locais, os africanos, mesmo quando os “simples vendedores ambulantes” são citados. Cf. José Messias Bastos; “Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina”, Lins, Hoyédo Nunes et al. (org), *Ensaio sobre Santa Catarina*; Letras Contemporâneas: Florianópolis, 2000, p. 129 e p. 130.

33. Sabe-se que o emprego no comércio a retalho foi motivo de disputa em várias regiões do Império brasileiro, tendo os conflitos étnicos e nacionais adentrado a República. Isso ocorria justamente por ser este um dos únicos nichos de trabalho, por vezes remunerado, para os homens livres pobres e os postos eram, em geral, vetados aos brasileiros de origem africana. Em Desterro, aos escravos era interdito o ofício de caixeiro pelo Código de Posturas de 1846, diferente de Salvador, onde “Slaves could also work as clerks”, segundo relata Richard Graham, *op.cit.*, p. 51.

no comércio da capital para além do comércio ambulante. Por outro lado, o Mercado também significou, objetivamente, a oficialização de espaços de segregação, uma vez que as casinhas não podiam ser alugadas por escravos. Entre todas as pessoas que alugaram as casinhas de quitanda ao longo da existência do Mercado, houve apenas uma mulher³⁴. Além disso, o Regulamento tinha artigos específicos sobre o trânsito e tempo de permanência de escravos em seu espaço interno, além de proibir ali os batuques e danças. Ainda assim, e apesar disso, o Mercado continuou a possibilitar aos africanos e seus descendentes um local de trabalho com certo grau de autonomia, e que propiciava meios de acumular pecúlio.

De fato, além de aumentar significativamente a arrecadação da Câmara Municipal, o espaço interno do Mercado permitiu um maior controle da municipalidade sobre quem alugava as casinhas e os “lugares de quitanda”, centralizando o pagamento de aluguéis e de impostos³⁵. Também por essa razão, os livros da receita e despesa da Câmara Municipal guardaram para a posteridade vários nomes que trabalhavam como pombeiros ou quitandeiras, como os de Esperança Cabinda, Josefa Caçange, Luiz Congo, Zeferida Calabá e Maria Mina, entre muitos outros³⁶. Embora sejam testemunhos do tráfico atlântico de escravos, pois designavam as regiões de seus portos de procedência, esses nomes certamente assumiram novos significados para homens e mulheres a partir de suas experiências vividas na diáspora, transitando entre a escravidão e a liberdade³⁷.

Havia ainda muitos nomes não revelavam a condição ou origem. A quitandeira Joanna Prates, que alugava espaços de quitanda, por exemplo, era uma “preta forra”, informação que aparece no registro do aluguel da casinha no mercado. No caso do pombeiro Francisco Quadros, seu inventário revela que ele era um “africano” de nação Benguela no seu inventário. A partir de casos como esses, é factível imaginar que havia muitos outros

34. Popinigis, “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”, *op.cit.*

35. Popinigis, “Em benefício do povo”, *op.cit.*

36. Para se ter uma ideia da predominância feminina nesse gênero de comércio, houve uma média de 20 mulheres e três homens entre os 23 espaços de quitanda ocupados em 1855 no Mercado. Entre elas, ao menos seis ainda carregavam *nomes* que menos que sua origem africana, às categorias do tráfico atlântico e sua ressignificação na diáspora. Mesmo entre aqueles que exerciam a atividade de pombiar, era a grande quantidade de mulheres, muitas das quais exibindo nomes que evidenciavam a origem africana. AHMF - Receita e despesa da Câmara Municipal 1854-1855.

37. Slenes, *op.cit.*; Gwendolyn Midlo Hall, “Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas”, *Topoi*, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, p. 29-70, p. 34. Em terras brasileiras esta atribuição foi re-apropriada e re-significada pelos próprios africanos em diferentes momentos, conferir, por ex. Beatriz Mamigonian. “Do que ‘o preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres.” *Afro-Ásia*, Salvador, v. 24, 2000, p. 71-95.

africanos que não podem ser identificados apenas por seus nomes nas listas de impostos³⁸.

Como mostra o inventário do africano liberto Francisco de Quadros, de nação benguela, a atividade de “pombar” possibilitava acumular alguns bens e expandir seus negócios no ramo do comércio de rua. Mas o que a história de Quadros mostra, principalmente, é que essas redes, aliadas a outras estratégias, possibilitavam ocupar uma boa posição entre os poderosos locais³⁹. Entre os bens que possuía encontravam-se, além de roupas, caixas, mesas e três tabuleiros, uma “morada de casas velhas”.

Embora seus pertences parecessem modestos, o mesmo não se pode dizer sobre seu capital simbólico: Francisco Pombeiro, como era conhecido, tinha boas relações com detentores do poder político e econômico na cidade, a exemplo do médico Henrique Schutel, de quem o preto liberto alugava um quarto da casa onde “morou ou teve uma quitanda”. Ao morrer, Quadros ficara devedor de 16 meses de aluguel a Schutel, que afirmou ter recebido uma parte do valor em “miudezas e legumes”.

Outro credor era José Leôncio da Gama. Sem saber escrever, reclamava o pagamento de aluguéis devidos pelo finado, que por ter estado gravemente doente antes de falecer os havia deixado de pagar. Medeiros declarou ter alugado duas braças de terra “ao *Mestre* Francisco de Quadros”, (grifo meu) “com obrigação de ser cercada por conta dele, sem poder edificar mas sim plantar qualquer lavoura que lhe convier”⁴⁰. Quadros “levantou ali um telheiro para quitanda, cercou e fez plantação”⁴¹. Assim, além da usual compra de gêneros para revenda pelas ruas, o africano parece ter iniciado um investimento na sua

38. Pombeiros eram homens e mulheres que compravam mercadorias diretamente dos produtores e depois passavam a revendê-las. Em Desterro havia muitas mulheres exercendo essa função, várias delas africanas. O termo pombeiro atravessou o Atlântico, pois teve origem na palavra *pumbo*, designando mercados e feiras em que se fazia o comércio de escravos, para além da costa africana nas proximidades do Lago Malebo, nos limites do Reino do Kongo. Cf. Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo – A África e a escravidão de 1500 e 1700*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2002, p. 376, p. 389. Esses intermediários que integravam as caravanas como mercadores na costa africana, “fossem brancos, mulatos ou negros livres ou escravos – escravos a quem os donos confiavam tarefas de comércio”. Silva, op.cit. p. 376. Eram indivíduos de grande importância nas transações do comércio atlântico de escravos, pois transitavam bem pelos caminhos para além da Costa africana adentrando as regiões das feiras de escravos, fazendo a ligação entre os grandes traficantes e os sobas centro-africanos, com quem tinham que negociar. Juliana Barreto Farias; “Pombeiros e o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX” In Mariza C. Soares & Nielson Rosa Bezerra; *Casa, trabalho e negócios: a escravidão africana no Recôncavo da Guanabara*. Niterói: Eduff, 2012, p. 4.

39. Inventário de Francisco Quadros, 1854, fls.5 vs. Museu do Judiciário Catarinense, Documentação proveniente do Juizado de Órfãos e Ausentes da Cidade do Desterro. Agradeço a Henrique Espada Lima por ter partilhado comigo este documento, entre muitos outros.

40. Idem, op.cit., fls. 26.

41. Idem, op.cit., fls. 23.

própria produção, estabelecendo uma pequena quitanda no imóvel alugado e certamente contando para isso com outros trabalhadores, que talvez utilizassem os três tabuleiros que constavam no seu inventário.

No terreno arrendado a D. Luisa Maria Barbosa e D. Maria Luisa Barbosa, Quadros “edificara um rancho onde morava”, e ficou devendo o aluguel de cinco meses⁴². Outros credores mostram que Quadros era um investidor, tendo arrendado diversos terrenos, apesar de ter, ele mesmo, uma “morada de casas velhas”. Esta propriedade, que foi a leilão porque o africano não possuía herdeiros, terminou sendo arrematada por Amaro José Pereira⁴³. O mesmo Pereira também reivindicou sua parte no minguado espólio do falecido, que com ele tinha uma dívida “proveniente de remédios”⁴⁴.

Fica claro, portanto, que Quadros tinha uma rede diversificada de credores e pessoas com quem negociava. As posses que constavam no inventário não eram seu principal capital, mas sim *o crédito* e a confiança de que gozava na praça. E essa era a chave do negócio, pois, como afirmou Richard Graham, no mundo atlântico desse período o comércio se dava através do crédito, e não de dinheiro vivo⁴⁵.

Além, é claro, do crédito político. É sugestivo do lugar que Francisco Pombeiro ocupava o fato de que ele pudesse acumular dívidas por tanto tempo com um homem da importância social e política de Henrique Schutel, descrito por Cabral como “médico, homem de sociedade, músico e empresário”⁴⁶. Era pai de Duarte Paranhos Schutel, futuramente deputado provincial⁴⁷ e Inspetor da Junta de Saúde Pública da Província⁴⁸. O tenente Amaro José Pereira por sua vez era boticário, descrito por Cabral como um dos “maiorais da terra”⁴⁹, ele que seria também presidente da Câmara Municipal no início da década de 1860⁵⁰. Tais redes de relações eram essenciais para o

42. Idem, *op.cit.*, fls. 22.

43. Idem, *op.cit.*, fls. 30.

44. Idem, *op.cit.*, fls. 36.

45. Graham, *op.cit.* p. 69.

46. Cabral, *Nossa Senhora do Desterro, Memória I*, p. 14.

47. Idem, p. 22.

48. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Medicina, Médicos e Charlatães do Passado*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942, p. 140.

49. Cf. Cabral, *Memória I*, *op.cit.* p. 206.

50. Presidente Amaro José Pereira, cf. AHMF; Balanço da receita e despesa da Câmara Municipal da cidade do Desterro do ano findo de 1º. De julho de 1863 a junho de 1864, p. 118.

desenvolvimento de suas atividades como comerciante. Certamente, além de frutas e legumes frescos, o pombeiro africano Francisco Quadros provia algo mais como moeda de troca que permitia a configuração e manutenção deste significativo capital simbólico. Francisco morreu em 1853.

Outros africanos também conseguiram alguma inserção social em Desterro, como era o caso da “preta forra” Joanna Prates, que em 1854 dividia com Joana Rosa um intervalo entre colunas na Praça do Mercado – então recentemente inaugurado –, onde vendiam produtos de quitanda⁵¹. Até aí, nada de extraordinário, muitas outras na mesma condição a acompanhavam. Mas no ano seguinte, de agosto de 1855 a julho de 1856, a dita “preta forra” Joanna foi mais longe, e alugou uma casinha na Praça do Mercado em seu próprio nome, o que ela conseguiu fazer por dois semestres subsequentes⁵². Depois disso, nem Joanna nem mulher alguma voltou a ocupar aquela posição, até os últimos suspiros do “mercado velho” na década de 1890. Elas também desaparecem das funções de pombeiro e mascate, assim como os nomes africanos em geral, que vão perdendo espaço para outros grupos de trabalhadores, como se percebe pela análise dos livros de receita e despesa da Câmara Municipal.

UM POMBEIRO E UMA QUINTANDEIRA AFRICANOS NA DESTERRO DOS ANOS 1840 E 1850

A diminuição da visibilidade dos africanos no meio urbano de Desterro, que parece ocorrer ao longo da segunda metade do século XIX, entretanto, não pode ser considerada apenas como uma flutuação “natural” do ciclo do tráfico. Certamente o declínio da entrada de africanos em Desterro terá impacto significativo na organização das comunidades de escravos e libertos, que não vêm renovadas as influências culturais vindas daquele continente.

Joanna e Francisco, muito embora certamente tenham se sobressaído entre tantos outros que não tiveram a mesma sorte, eram também filhos do seu tempo, ou seja, estavam imersos na significativa influência africana que compunha o cenário do centro urbano de Desterro na primeira metade do século XIX. Comerciantes bem sucedidos e com bom trânsito entre a elite política de Desterro, esses africanos ocupavam posições de destaque em meio à sua gente, a julgar pelos cargos importantes que assumiram na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, fundada em 1750.

51. AHMF; Receita e despesa da Câmara Municipal, 1854-1855.

52. AHMF; Receita e despesa da Câmara Municipal, 1854-1855.

A Irmandade, da qual faziam parte pretos escravos e forros, mas também alguns homens e mulheres livres, era a segunda em antiguidade em Desterro, e foi dominada pelos africanos pelo menos até o final da primeira metade do século XIX⁵³. Cláudia Mortari analisou detalhadamente um conflito ocorrido entre 1837 e 1843 que opôs africanos e crioulos em disputa pelo poder e influência na instituição. Ambos os lados mobilizaram os homens bons de Desterro, incluindo o próprio presidente da Província e até mesmo autoridades eclesiásticas no Rio de Janeiro⁵⁴. Foi como procurador da Irmandade que Francisco de Quadros esteve envolvido no conflito, empenhado em resgatar o papel de destaque dos africanos dentro da entidade⁵⁵.

Este conflito pode estar relacionado a uma mudança nas relações de poder na comunidade de escravos e libertos de Desterro⁵⁶. Afinal, as irmandades, para além das práticas religiosas, tinham o objetivo de oferecer algum conforto material aos seus sócios, muito embora os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Desterro estivessem, nesse momento, focados na disputa entre crioulos e africanos, e em estratégias de inserção social⁵⁷. O pertencimento à entidade lhes propiciava status e certamente possibilitava alguma garantia de trabalho, a partir das redes, contatos e noções de responsabilidade, confiança e trocas recíprocas com os proprietários.

No compromisso de 1807, definira-se que o cargo de Juiz da irmandade só poderia ser exercido por homem “preto”, fosse ele escravo ou forro, ou seja, por um africano⁵⁸. Depois da referida disputa, o compromisso seria

53. Sobre a Irmandade ver o trabalho de Claudia Mortari Malavota: “Os homens pretos do Desterro. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)”. Dissertação de Mestrado em Historia, PUC (Porto Alegre), 2000.

54. Malavolta, op.cit.

55. Documento enviado a Assembleia Legislativa de SC – 10 de Março de 1842 – n.41. Pasta da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Cláudia Mortari e Fabiana Comerlato; Transcrição de diversos manuscritos referentes à Irmandade de N.S. do Rosário e de N.S. do Parto, p.24.

56. Para Mamigionian: “esse conflito entre um grupo de pretos ciosos de sua liderança, de um lado, pardos e crioulos, de outro, aconteceu em uma fase de transição da composição da população escrava na ilha de Santa Catarina, ainda bastante africana, mas gradualmente mais crioula, e, ao mesmo tempo, num momento de perseguição aos africanos no âmbito nacional e de reforço da posição política e simbólica dos pardos e crioulos diante do conjunto da população local.” Cf. Beatriz Mamigionian; “Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)”. Em: Frágoso, João Luís Ribeiro; Florentino, Manolo G.; Sampaio, Antônio Carlos Jucá; Campos, Adriana. (Org.). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa; Brasília: Ed. UFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 609-644, p.614.

57. Para ver a questão da disputa no seio da Irmandade da perspectiva dos pardos conferir: Henrique Espada Lima, “A família de Maria do Espírito Santo e Luís de Miranda Ribeiro: ‘agências e artes’ de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX.” Em Regina Xavier (org.); *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Editora Alameda (no prelo).

58. Malavolta, op.cit.

reformulado para que o cargo de Juiz não fosse obrigatoriamente exercido por um africano, e, mais ainda, para que fosse interdito aos escravos (os juízes deveriam ter “zelo, possibilidade, caráter e alguma representação civil”)⁵⁹.

Ser africano não estava mais tão intimamente associado a ser escravo. Francisco Quadros fora, entre outras coisas, Rei em 1833 e Juiz em 1851⁶⁰ – as posições de maior destaque dentro da Irmandade. Isso indica também que ele se manteve influente mesmo após a guinada nas relações de poder na instituição, quando os escravos perderam prerrogativas importantes⁶¹.

A maioria dos irmãos e irmãs era composta de africanos e descendentes, entre escravos e forros. Aquele era um espaço de sociabilidade onde eles estreitavam os laços pautados pela identidade comum da experiência da diáspora, como acontecia em outras regiões das Américas e do Caribe⁶². Compartilhavam sua devoção, festas e espírito associativo num dos raros espaços que tinham para fazê-lo com permissão dos senhores e das autoridades municipais. O fato de que havia antecedentes ibéricos para irmandades leigas e de que os negros estavam ali exercendo a fé cristã certamente colaborava para essa aceitação. Ainda assim, era um espaço de reunião de libertos e escravos em torno de processos de criação de uma comunidade com referências africanas no Brasil. Assim, as festas e coroações de reis e rainhas os ajudavam a construir uma identidade compartilhada e um espaço político em torno de suas vivências e práticas que os ligavam aos seus antepassados na África⁶³.

Revela-se, portanto, a importância do cargo de Rei, que certamente gozava de prestígio e liderança política em sua comunidade, e que, no caso de Francisco Quadros, tinha a capacidade de negociar situações como a descrita acima. Além de tudo, mas não menos importante, Quadros foi chamado de “Mestre” por um de seus credores no inventário, o que aventa para a possibilidade de que ele assumisse essa função dentro da própria entidade. Desde 1824

59. Idem, p. 71.

60. Ata de eleição, 1850-1851. Acervo da Irmandade de N. S. do Rosário. Claudia Mortari Malavolta, tabulação da documentação eclesiástica para a matriz de Nossa Senhora do Desterro nos séculos XVIII e primeira metade do XIX.

61. A principal mudança no novo compromisso da Irmandade dizia respeito a exclusão do critério de “preto” e a inclusão da condição de ter “representação” civil para ocupar o cargo de Juiz, o que excluía os escravos: “Assim, a exclusão do cargo de Juiz implicava em que este não poderia ser africano nem escravo.” Mas africanos ainda exerceram o referido cargo. Cf. Malavolta, *op.cit.* p.130 e 131.

62. Cf. Silvia H. Lara, “Significados Cruzados: um reinado de congos na Bahia setecentista.” Em Maria Clementina Pereira Cunha (org.); *Carnavais e outras festas – ensaios de história social da cultura*. Campinas, Sp.: Ed. Da Unicamp, 2002.

63. Cf. Elizabeth W. Kiddy, “Quem é o Rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil.” In Linda Heywood (org.), *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

“os mestres artesãos que estavam organizados em irmandades embandeiradas perderam o privilégio de monopolizar o ensino de suas artes e controlar seus respectivos mercados”⁶⁴. Para ser mestre era necessário ser “reconhecido na cidade”, ter obras de seu plano (ou seja, utilizar a “inteligência e a razão na arte mecânica”) e possuir “tenda aberta”⁶⁵ (o que significava que o postulante era patrão, dono de seu próprio negócio). Não temos nenhum indício de que Quadros era um artesão, e talvez ser chamado de Mestre fosse uma forma de deferência – mas possuía seu próprio negócio, ocupando posição de relevo entre os seus também pela sua qualificação como trabalhador.⁶⁶

Além de espaço de devoção e de associação, as irmandades de homens pretos também eram um espaço de representação política, entre hierarquias e disputas pelo poder, pois a mesa diretora era escolhida através do voto, bem como o Rei e a Rainha, os Juízes e as Juízas⁶⁷. É importante lembrar que nas Irmandades as mulheres tinham espaço de participação – ao contrário do que ocorria no caso de outros tipos de associação, que não costumavam aceitar mulheres entre seus membros.⁶⁸ Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos havia vários cargos ocupados por mulheres, que tinham ali significativa participação, fossem escravas, libertas

64. Marcelo Mac Cord demonstrou, a partir de pesquisa minuciosa, que uma Irmandade ligada ao ofício no Recife oitocentista conseguiu manter as tradições das corporações de ofício proibidas pela Constituição de 1824. Cf. Marcelo Mac Cord, “Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.2, n.4, agosto-dezembro de 2010 pp.109-125, p.110).

65. Mac Cord, *op.cit.*, p.112-113.

66. “Reis africanos e afro-brasileiros desempenharam no Brasil muitas funções. Antepassados dos atuais reis do Congo aparecem na documentação como líderes eleitos em irmandades religiosas leigas e como participantes de festejos públicos dinásticos. Em outros casos, reis africanos e afro-brasileiros emergiram como líderes comunitários que supervisionavam associações de artesãos negros e diferentes grupos étnicos. Também desempenharam papéis importantes nos mocambos e quilombos e como cabeças de rebeliões. Em suma, reis afro-brasileiros serviram em uma variedade de funções, de chefes de revoluções violentas aos festejos de celebração de reinados. Mac Cord. *Op. cit.* p. 166.

67. Para Mariza Soares, a participação de mulheres e analfabetos no processo eleitoral e a votação para escolha das mesas diretoras das irmandades de homens pretos “deve ser vista como uma das expressões dessa liberdade, e não daquela a que estamos acostumados no discurso iluminista.” Em Mariza de Carvalho Soares, “Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII” em José Murilo de Carvalho e Adriana Pereira Campos, *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 411.

68. Cláudio Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. Em *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 65. Sidney Chalhoub, “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”; em Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (org.); *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. Mariza Soares afirma que a participação eleitoral no interior das sociedades é restringida na República, quando os analfabetos deixam de ser elegíveis e extingue-se a mesa das mulheres em 1910. Soares, *op.cit.*, p. 427.

ou até mesmo algumas senhoras ilustres⁶⁹. Nossa conhecida Joanna Prates foi eleita Juíza de Ramo quando ainda era escrava de Roque Prates, em 1829,⁷⁰ e Rainha, ainda também escrava em 1835⁷¹. Em 1861 Joanna foi eleita Juíza de São Benedito, já na condição de liberta, carregando o sobrenome Prates⁷².

Certamente o fato de que alguns dos cargos – como o de tesoureiro –, deveriam ser preenchidos por homens brancos, dentre os “homens bons” de Desterro⁷³ tinha, além da questão da representação jurídica, a função estratégica de conseguir recursos e também simpatias de pessoas influentes para os irmãos e a Irmandade. Pelo lado de políticos e proprietários brancos, ajudava a aliviar a tensão e apreensão causada pela reunião da população de escravos e libertos em torno de seus próprios assuntos: “A aparente independência de negros nas irmandades, que elegiam reis e rainhas, irritava essas autoridades. Temendo que a nomeação de líderes levasse a rebeliões, governos locais tentaram banir essa coroação”⁷⁴.

Exemplo das reiteradas tentativas de controle desses eventos ficou registrado na Ilha de Santa Catarina quando em dezembro de 1842 (mesmo ano em que a Irmandade do Rosário havia eliminado o cargo de Rei de seu compromisso), o Juiz de Paz da Freguesia da Lagoa, dera sua permissão a “reinados africanos que nesse distrito pretendem por em execução os Pretos Cativos”⁷⁵. A intenção do Juiz desagradou a Câmara em gênero, número e grau, que reclamou providências ao Presidente da Província para que chamasse a atenção da polícia. O Juiz teria agido *sem prévia autorização* e à revelia, apesar da proibição de batuques expressa no art. 104 das Posturas⁷⁶.

Ainda que o Código de Posturas de 1845 tenha reiterado os “batuques e reinados”, um evento ocorrido no início de 1850 mostra que os africanos e seus descendentes tinham suas estratégias de ação e algum tipo de influência

69. Malavolta, *op.cit.*, p. 79.

70. Lista de nomes das Atas de Eleição 1830-1860. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Em Claudia Mortari e Fabiana Comerlato; Transcrição de diversos manuscritos referentes à Irmandade de N.S. do Rosário e de N.S. do Parto, Ilha de Santa Catarina, 2000.

71. Idem, p. 50.

72. Idem, p. 66.

73. Malavolta, *op.cit.*, p. 80.

74. Elizabeth Kiddy, *op.cit.*, p. 173.

75. Registro de um ofício ao Juiz de Paz da Freguesia da Lagoa, Registro da Correspondência da Câmara Municipal, 1840-1843. NA n. 85 (143 BC), p. 164 (verso).

76. Registro de um ofício ao Ex.mo Presidente da Província (p. 170, verso). Registro da Correspondência da Câmara Municipal, 1840/1843. NA N.85 (143 B.C).

sobre o que era decidido pelas autoridades de Desterro. Aproveitando-se das disputas entre os poderosos e seus cargos, conseguiram que o subdelegado de polícia do município concedesse licença para um “grande batuque”, que se deu no dia 31 de dezembro de 1850 pelas ruas da cidade. Inconformado, o Fiscal da Câmara cassou a dita licença no dia seguinte, e o caso foi parar nas mãos do Inspetor da Alfândega, que deveria deliberar sobre o assunto⁷⁷.

Fica claro, a partir desses registros, que os africanos com trânsito entre as autoridades de Desterro conseguiam manter a realização da festa apesar das reiteradas proibições. Afinal, apesar de alguns senhores considerarem salutar permitir festas para distrair e contentar os escravos, pensando com isso minorar o risco de rebelião, os dias festivos podiam também encobrir planos de fuga individuais ou ações coletivas⁷⁸. As autoridades certamente estavam atentas para a situação vivida na Corte, em Salvador e em outras cidades do Império, nas quais escravos e libertos, africanos e crioulos se reuniam em casas particulares, comerciais ou “de quitanda” onde além de comer, realizar festas e atividades religiosas podiam possivelmente esconder escravos fugidos ou planejar insurreições⁷⁹. Não por acaso, menos de dois meses após a ocorrência do dito “batuque”, a Câmara Municipal de Desterro deliberou e o presidente da Província Severo Amorim do Valle ordenou, em ofício enviado ao mesmo chefe de polícia, o “exato cumprimento” do toque de noite para o horário de fechamento das casas comerciais, temendo os focos de ajuntamento de africanos e crioulos, trabalhadores escravos e livres⁸⁰.

Assim, o fato de que o cargo de Rei foi eliminado do novo compromisso de 1842⁸¹ está provavelmente ligado à contestação interna em relação à prevalência dos africanos e suas manifestações aliada a uma crescente inquietação das autoridades em relação a eles. A coroação, acompanhada pelos respectivos cantos e danças que caracterizavam o ritual, ocorria na festa de Nossa Senhora do Rosário, em geral no dia 25 de dezembro, e remetia a práticas e tradições africanas reinventadas.

77. Registro da Correspondência da Câmara Municipal desta cidade as autoridades civis e fiscais do município. 1848. Ah n.108 (129 B.C), p. 103 verso.

78. Cf. João Reis e Eduardo Silva *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p.121-122.

79. Sobre as casas de angu conferir: Carlos Eugênio Líbano Soares, *Zungu: rumor de muitas vozes*, Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

80. AHMF, No. 108, Registro da Correspondência da Câmara Municipal desta Cidade às Autoridades Civis e Fiscais do Município - 1848.

81. Segundo o novo compromisso os escravos não poderiam ocupar o cargo mais alto da instituição. Malavolta, *Idem*, p. 71.

Este artigo registra uma reflexão sobre a relação entre as práticas comerciais e a presença de africanos em Desterro, bem como sua transformação no tempo, evidenciada na reconfiguração do trabalho urbano ao longo do século XIX. Revelaram-se algumas estratégias utilizadas por africanos e seus descendentes na obtenção da alforria ou de outras formas de autonomia através do trabalho no comércio ambulante.

Joanna e Francisco, membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, viveram num período em que homens e mulheres africanos desfrutavam de uma razoável influência na organização do espaço urbano, onde transitavam com certa desenvoltura. Tinham a possibilidade de se inserir efetivamente em redes de comércio e, alguns deles, de estabelecer relações com políticos e negociantes poderosos. Tais relações também advinham da sua qualificação como bons comerciantes que por sua vez lhes rendia crédito na praça e capital simbólico relevante. Através dessa dinâmica conjugada – de liderança entre os seus no âmbito da Irmandade, e do trabalho no comércio de rua – tiveram sucesso em manter seus espaços de liberdade e autonomia pelo menos até meados da década de 1850.

De modo geral, a historiografia tem apontado para a precarização da liberdade dos ex-escravos a partir da primeira proibição do tráfico atlântico para o Brasil, em 1831, mas também pelo combate às restrições aos libertos⁸². Na década de 1850, o aumento do tráfico interno e do preço de escravos e terras tornava mais difícil o acesso dos libertos a esses bens, assim como a obtenção da alforria pelos escravos⁸³. Ao mesmo tempo em que ocorreu um fortalecimento das instituições escravistas, a exclusão de africanos e descendentes dos direitos de cidadania tornava-se cada vez mais silenciosa⁸⁴.

Encontrar pessoas com nomes que remetiam ao continente africano ficaria cada vez mais raro, fosse porque envelheciam e morriam, ou porque assumiam outro sobrenome quando se libertavam. Além disso, na década de 1860, as referências à condição social e racial nos livros de receita e despesa

82. Cf. Mamigonian, *op.cit.*; Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002 e Hebe Mattos “Racialização e cidadania no Império do Brasil” em José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.); *Repensando o Brasil do Oitocentos – cidadania, política e liberdade*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

83. Slenes, R.W. “A ‘Great Arch’ Descending: Manumission Rates, Subaltern Social Mobility and Slave and Free(d) Black Identities in Southeastern Brazil, 1791–1888”. in John Gledhill and Patience Schell (eds), *Rethinking Histories of Resistance in Brazil and Mexico* (Durham, NC, forthcoming).

84. A primeira constituição brasileira não cita os escravos, excluindo-os da esfera dos direitos de cidadania. Nos anos seguintes, a cor . Hebe Mattos “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil” em Grinberg e Salles, *O Brasil Imperial*, vol.II, *op.cit.*, p. 20-21.

da Câmara Municipal escasseiam. No caso dos membros da Irmandade – ou ao menos aqueles que ocupavam cargos –, apesar de sua origem africana, não a traziam no nome. Como libertos e batizados, com frequência carregavam o sobrenome de seu ex-senhor ou senhora.

O pertencimento à Irmandade, que passava por uma identidade construída na experiência da diáspora, era a outra ponta de acesso a essa liberdade. Ali eles e elas escolhiam sua mesa diretora, seus reis e rainhas, juízes e juízas, entre escravos e libertos. Os reis e rainhas eram figuras de liderança em sua comunidade, e Joanna e Francisco demonstraram ser capazes de ocupar lugares que cada vez mais estariam fechados para eles ao longo da segunda metade do século XIX. O fato de que Quadros, como africano, permaneceu ocupando cargos importantes, como o de Juiz, mesmo após o conflito com os irmãos pardos, pode significar que sua liderança era importante na manutenção de um equilíbrio entre os grupos sobre os quais exercia sua liderança. Para isso, sua origem africana, a rede de relações políticas que construiu e a influência adquirida a partir de suas atividades comerciais parecem ter sido determinantes.

A história da disputa entre africanos e crioulos, entretanto, pode sugerir que não eram apenas os aspectos demográficos – como envelhecimento e morte nos anos posteriores a abolição do tráfico atlântico de escravos – os responsáveis pela diminuição da presença de nomes e referências aos africanos em geral entre os comerciantes ambulantes de Desterro na segunda metade do século XIX. Ou seja: é provável que este declínio esteja também relacionado às mudanças nas relações de poder dentro da comunidade de afrodescendentes no Desterro, num contexto mais geral de perseguição aos africanos e suas práticas⁸⁵.

Vivendo este período, Joanna e Francisco souberam transitar entre os poderosos de Desterro graças ao trabalho que exerciam e à instituição à que pertenciam. Faziam isso, porém, sem descuidar de seus vínculos de liderança e solidariedade em relação à comunidade local de africanos e descendentes, contribuindo para fortalecer seus laços e ampliar seus espaços de ação num quadro de declínio da influência africana.

85. Beatriz Mamigonian, “Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)”, In: Fragozo, João Luís Ribeiro; Manolo G., Florentino; Antônio Carlos Jucá Sampaio; Adriana Campos. (Org.). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. p. 614.

“COM A SUA MARCA”: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES ESCRAVOS E LIVRES DA PECUÁRIA NO BRASIL MERIDIONAL

Helen Osório

Este texto discute o ofício de peão de campo, que foi exercido, tanto no período colonial quanto no século XIX no Brasil meridional, por escravos e homens livres, concomitantemente. O trabalho especializado na pecuária propiciou para alguma parcela dos escravos campeiros uma possibilidade de formação de pecúlio utilizado para a alforria. Ainda, a especialização e especificidade desta ocupação permitiram que um mesmo indivíduo a vivenciasse enquanto escravo e homem livre. Além disso, foi um ofício em que escravos e livres trabalhavam lado a lado. A fronteira entre o trabalho cativo e livre, nessas circunstâncias, esbatia-se e devia ser carregada de ambiguidades.

Vastas campanhas, imensos rebanhos, poucos homens: esta é a imagem cristalizada no senso comum acerca da paisagem agrária do Rio Grande do Sul no período colonial. Tal visão está calcada principalmente em relatos de viajantes portugueses, espanhóis e franceses habituados a outras paisagens, outros tipos de sociedades camponesas e outros padrões da produção pecuária e que olhavam através de suas lentes europeias as novas terras americanas, surpreendendo-se com as lhanuras e as manadas de gado existentes. No entanto, essa percepção corresponde apenas parcialmente à realidade colonial. A utilização de outros tipos de fontes históricas, além destes testemunhos, como censos de população e de terras, processos judiciais e inventários de bens a serem partilhados entre herdeiros, oferecem dados para se desvelar uma socie-

dade bem mais complexa, que não se reduzia, nas relações sociais, ao binômio estancieiro/peão livre e, na economia, ao domínio da charqueada.

Durante o século XVIII e primeiras décadas do XIX, o pretenso exclusivismo da pecuária não foi rompido apenas pela agricultura dos núcleos açorianos: boa parte das estâncias possuíam suas plantações. Mais do que isso, na década de 1780 os lavradores eram a maior parte dos produtores rurais do Rio Grande, suplantando em número os criadores de gado. Esses lavradores muitas vezes eram também pastores e proprietários de pequenos (para a época) rebanhos de animais. Predominava, na estrutura agrária que se ia desenhando, as unidades produtivas mistas, que combinavam a pecuária e a agricultura. Os rebanhos existentes eram bem menores do que se supunha: mais da metade dos criadores tinha até 200 cabeças de gado, e uma minoria que rondava os 10% dos proprietários possuía mais de mil cabeças de vacuns¹.

O peso das relações escravistas também foi bem maior do que a historiografia vinha afirmando até a década de 1990. Os escravos de origem africana participaram da ocupação da região pelos lusitanos desde o princípio e exerciam todos os tipos de trabalhos; sua utilização como mão de obra não se restringiu às charqueadas e aos serviços urbanos. Tampouco os trabalhadores da pecuária resumiam-se aos peões livres: a mão de obra escrava esteve presente nas lides campeiras, assim como, entre os pequenos e médios criadores, a mão de obra familiar.

A ESCRAVIDÃO

O estudo da escravidão no Rio Grande do Sul passou por várias fases. Por muito tempo negou-se sua presença e sua importância na constituição da sociedade sulina; depois, considerou-se que ela só tinha sido numericamente importante com o advento da charqueada, em unidades de grande escala de produção, e em municípios localizados.

A interpretação de Fernando Henrique Cardoso, formulada em 1962, sobre a dinâmica das relações escravistas no Rio Grande segue tendo grande aceitação. O autor considerou que nas cinco ou seis primeiras décadas de presença portuguesa na região, a escravidão teria sido existido essencialmente

1. Este breve resumo da estrutura agrária, bem como outras informações que compõe o contexto socioeconômico do Rio Grande do Sul colonial estão baseadas em minha tese de doutorado publicada sob o título OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

nos serviços domésticos e urbanos. Ao deparar-se com uma surpreendentemente grande proporção de escravos (29%) na população total, encontrada em um censo de 1780, o autor perguntou-se qual atividade econômica importante teria possibilitado uma acumulação de capital significativa para o investimento na compra de escravos. Ele identificou no cultivo do trigo e sua consequente exportação, a primeira atividade que permitiu a ampliação do contingente de cativos, antes da expansão das charqueadas.

No entanto, o autor equivocou-se, pois as exportações de trigo iniciaram-se depois de 1780, não podendo esta produção ser a causa da grande presença escrava. A compra de cativos não era tão onerosa quanto se pensou antigamente; novos estudos em todo o Brasil mostram como foi grande o número de pessoas livres que foram proprietárias de escravos e, portanto, comprometidas com a escravidão. Isso é tão verdadeiro que havia homens forros, ex-escravos, que em sua condição de homens livres também adquiriam e era possuidores de cativos, quando sua condição econômica permitia.

A ampla *difusão* da propriedade de escravos entre a população colonial foi um fato. A simples consulta de outros tipos de fontes confirma essa realidade também aqui no Rio Grande, e indicam uma importante presença de escravos desde os primórdios da ocupação lusitana do território. José da Silva Pais, que fundara o presídio de Jesus Maria José, comentava em 1742 (cinco anos após sua fundação) que em Rio Grande “não há casal que não tenha escravos”. Outro governador do Continente, em 1764, um ano após a invasão de Rio Grande (na qual foram perdidos 150 escravos para os espanhóis) informava que havia famílias com 6, 8 e 10 escravos, e que, portanto, não necessitavam da ajuda da Coroa.

Viamão, em 1751, era uma capela com pouco mais de 700 habitantes e 136 fogos. Fábio Kuhn analisou os “róis de confessados” da localidade. Encontrou uma população escrava de origem africana que correspondia a 42% do total, além de 3,2% de índios administrados. Os campos de Viamão, quatorze anos após a fundação do presídio de Rio Grande (1737), e duas décadas depois do início de seu povoamento possuíam uma proporção de escravos semelhante a das zonas mineradoras ou de *plantation*! Mais do que isso, o número de domicílios que possuíam escravos era muito alto, 62%, com uma média de quatro cativos por fogo. Naquele momento estavam estabelecendo-se as primeiras estâncias de criação. Após a invasão espanhola de 1763, sua população será reforçada por parte dos habitantes de Rio Grande que aí se refugiaram. Em 1778, a população escrava de Viamão tinha diminuído para 40,5% do total, mas tinha se ampliado para 65% dos fogos, ou seja, tinha aumentado o número de proprietários de

escravos². De forma semelhante, na recém-fundada “Nova Paróquia de Bom Jesus do Triunfo” em 1758, havia 53 fogos, 55% deles com escravos, e estes compunham um quarto da população total.

O exame de inventários *post-mortem* também revela a precoce presença de escravos, em grandes plantéis. Domingos Gomes Ribeiro faleceu em 1764; entre seus bens constavam, além de 7200 cabeças de gado, uma grande criação de mulas, uma estância com casa de telha, currais, senzalas, plantação de trigo, moinho, e 49 escravos! Os que tiveram sua ocupação declarada eram: dois barbeiros, um alfaiate, um queijeiro, um marinheiro, um oleiro, dois peões e um peão domador. A diversidade das ocupações indicam uma unidade produtiva mista, com produção variada. Dentre os escravos, havia sete famílias constituídas, com filhos. Outro caso é o de Antônio Xavier de Azambuja, falecido em 1769. Sua estância albergava criação de gado vacum, cavalos e de mulas, e plantação de trigo. Possuía 13 escravos, sendo quatro deles peões, um crioulo e os outros três de nação benguela. Um deles possuía mulher e filhos. Estes exemplos apontam para uma ampla utilização da mão de obra escrava, em todos os tipos de atividade, inclusive a pecuária, numa década – 1760, durante a invasão espanhola – em que a única e esporádica exportação era a de couros.

Já nessa época encontra-se expresso em vários tipos de documentos uma equivalência entre o preço de um escravo jovem do sexo masculino, 128\$000 (cento e vinte e oito mil réis), e cabeças de gado vacum. Estas valiam 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis), o que equivale dizer que um escravo valia cem reses. Parece que o gado desempenhava um papel de moeda de conta.

Avançando quatro décadas e chegando ao princípio do século XIX, momento de grande expansão econômica, produção de charque e exportações (também de trigo e couros), a análise do censo de 1802 indica um percentual de população escrava de 35%. Observando algumas freguesias, tem-se que Viamão continuava com altos índices, 44%, assim como Porto Alegre, 40%, e Rio Grande, que na época englobava Pelotas, tinha 38% de sua população total como escrava. Mesmo nas áreas de fronteira os escravos alcançavam mais ou menos um terço de seus habitantes: em Cachoeira eram 30% e em Rio Pardo, 37%.

Estas proporções são muito semelhantes a de outras regiões da América portuguesa tipicamente escravistas, e aproximam o Rio Grande delas, e, conseqüentemente, torna o extremo sul menos “peculiar” do que se supunha.

2. KUHN, Fábio. “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII”. In: GRIJO, KUHN, GUAZZELLI e NEUMANN (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. p. 47-74.

A escravidão aparece, portanto, como uma característica estrutural da região, ainda no que se poderia chamar de período formativo.

A propriedade de escravos no campo rio-grandense esteve disseminada em um *continuum* no qual, em um extremo encontravam-se famílias camponesas, que contavam apenas com sua mão de obra familiar, passando por pequenos proprietários escravistas, (com três escravos em média), e os médios estancieiros (sete escravos) até chegar-se ao outro extremo, o grupo dos grandes estancieiros, que detinham em média 21 escravos.

Para concluir esta parte, reafirma-se que a paisagem agrária que se constituía no Rio Grande combinava os estabelecimentos de uma infinidade de pequenos produtores, pastores e lavradores, ao lado de grandes estâncias; estas, em número menor do que se supunha. Os binômios tradicionais e exclusivos “estancieiro-peão livre” e “lavrador açoriano-trabalho familiar” não são suficientes para se compreender as práticas sociais e produtivas desenvolvidas pela população.

OS ESCRAVOS CAMPEIROS

As características da atividade pecuária no período colonial – extensiva, com pouca necessidade de mão de obra, produzindo para o mercado interno, com baixos rendimentos, pequena capacidade de acumulação e sempre vista como mera atividade subsidiária das atividades exportadoras – foram interpretadas como um óbice à utilização de mão de obra escrava. A isto se somaria a característica, no Rio Grande do Sul, de uma fronteira ampla e aberta com o império espanhol, que facilitaria as fugas. No entanto, a consulta aos inventários³, como vem se demonstrando, revela outra realidade sobre a importância da escravidão em geral e, na pecuária, em particular. Com esta fonte verifica-se que dentre as ocupações declaradas dos escravos (na maior parte das vezes a ocupação ou especialização do cativo infelizmente não é especificada) a mais frequente é a de “campeiro” ou “peão de campo”. Também aparecem, em número bem menor, os domadores. Não há dúvidas de que fossem escravos especializados nas lides campeiras, pois nos mesmos plantéis encontram-se outros denominados de “roceiros” ou “lavradores”. Também nos processos-crime escravos designados de “campeiros” aparecem como réus, vítimas e testemunhas.

3. Trabalhou-se com uma amostra de 541 inventários, do período de 1765 a 1825, de toda a capitania do Rio Grande do Sul.

Os escravos campeiros, junto com os domadores, representam 37,7% dos escravos rurais com ocupação especificada nos inventários. 74% dos estancieiros proprietários de escravos com alguma ocupação declarada possuíam escravos denominados como campeiros.

Entre eles, os crioulos representam 58% dos casos com “nação” informada. Entre os africanos havia angolas, benguelas, cabinda, cassange, costa, mina, congo e moçambique. As tarefas de peão de campo eram exercidas, portanto, por escravos de todas as origens, e os africanos jovens adaptavam-se, tanto quanto os crioulos, às tarefas pecuárias.

Quanto à idade, os campeiros tinham em média 24 anos, jovens, portanto, se comparados à média dos outros escravos homens com ocupação, que era de 34 anos. A maioria situava-se na faixa dos 20 anos. Nos extremos de idade, achou-se como o mais jovem, José, escravo da costa, com 10 anos, e como o mais velho Bento, crioulo, com 53 anos.

Os campeiros encontravam-se mais frequentemente em grandes plantéis, naqueles que possuíam de 20 a 49 escravos e em seguida naqueles de 10 a 19. Mas, estavam presentes também em plantéis de apenas três ou quatro escravos. Certamente nos plantéis menores, o escravo campeiro desenvolvia outras atividades além das da pecuária; encontrou-se também a denominação de “campeiro e lavrador”, a indicar as múltiplas tarefas que qualquer escravo deveria executar em plantéis pequenos.

Os campeiros e domadores, na imensa maioria dos casos, eram os escravos de maior valor em seus respectivos plantéis. Valiam, no mínimo, 20% a mais do que outros escravos de mesma idade, mas sem especialização. Mesmo entre os especializados (sapateiros, carpinteiros e alfaiates eram os mais comuns), quase sempre eram os mais valorizados.

Qual o peso desta mão-de-obra escrava no conjunto das atividades de uma estância? A resposta é complexa. Os estudos sobre estâncias do Rio da Prata no período colonial indicam que um peão poderia cuidar de umas 600 reses ou pouco mais, dependendo das características físicas das estâncias (ter rincões fechados por rios ou outros acidentes geográficos que delimitassem os campos, e o tamanho dos rodeios, por exemplo). Esta quantidade é bem inferior ao que a historiografia tradicional e viajantes afirmavam. Felix de Azara, um dos contemporâneos mais citado, escreveu que um peão poderia cuidar de mil animais. Estes novos estudos pormenorizados, realizados com documentação contábil de vários estabelecimentos, diferenciam também as necessidades *permanentes* e as *temporárias* de mão de obra. Em muitas estâncias de grandes estancieiros, que dispunham de capital para fazer o adiantamento que significava a compra de escravos, os cativos tenderam

a constituir o núcleo permanente de trabalhadores, sendo os peões livres contratados temporariamente, naqueles momentos de pico de demanda de mão-de-obra, como nos meses em que se realizavam a marcação e castração do gado. Por outro lado, nestes momentos os salários dos peões aumentavam muito, obrigando os estancieiros ao dispêndio de elevadas somas. A opção pelo uso de um tipo ou outro de trabalhadores dependeu de um grande número de fatores, mas o certo é que homens livres e cativos trabalharam lado a lado nas lides campeiras.

No Rio Grande do Sul o mesmo aconteceu. De um conjunto de 33 inventários em que existem escravos designados como campeiros, tem-se que em 55% dos casos estes escravos seriam suficientes para cuidar dos rebanhos de suas respectivas estâncias, computando 600 cabeças por trabalhador. No restante dos casos eles não seriam suficientes e os estancieiros deveriam contratar peões livres para completar o número de trabalhadores. Este tema, e a discussão sobre a dominância de um tipo ou outro de mão de obra, necessita de um número maior de investigações, especialmente com registros contábeis de estâncias, muito raros para o período colonial.

Os escravos campeiros tinham condições de mobilidade privilegiadas para executar fugas. No entanto, de 2930 escravos de proprietários de gado, da mostra de inventários, apenas 31 (1,1%) foram registrados como fugidos e não avaliados. Para cinco deles há a especificação de que fugiram para “domínios de Espanha”. Destes 31 fugidos, três eram escravos com especialização: um domador, um sapateiro e um carpinteiro. Certamente inventários *post-mortem* não são a fonte adequada para aferir a frequência de fugas. Os jornais do século XIX são recheados de anúncios de senhores anunciando fugas de escravos. Apenas quisemos assinalar o seu escasso registro nos inventários.

Os escravos campeiros e domadores, na grande maioria dos casos, eram os escravos de maior valor em seus respectivos plantéis. Esse seu custo mais alto deveria implicar em estratégias por parte de seus senhores para mantê-los nas estâncias. Não encontramos referências na documentação, como as de Mayo e Perri⁴, da prática de recebimento de gratificações monetárias. Tal hipótese, no entanto, devia ocorrer, bem como a de terem algumas cabeças de gado e cavalos próprios. Desta última situação temos um exemplo de um testamento, em que o senhor declara que tanto seu escravo Francisco como sua escrava Joana “*tem algumas reses marcadas com a sua marca*”, de cujas reses “ambos poderão

4. MAYO, Carlos. *Estancia y sociedad en la pampa 1740-1820*. Buenos Aires, Biblos, 1995. PERRI, Gladys. “La chacarita de los Colegiales. Trabajo y producción en Buenos Aires a fines de la colonia” en Cuadernos de trabajo n° 10. Depto. De Ciencias Sociales, UNLu, Luján, 1998.

dispor após a sua morte”⁵ Ainda, basta lembrar a existência de negros e pardos “forros”, em cujos inventários constam algumas vezes a propriedade da terra, a posse de escravos, e a de pequenos rebanhos, de uma ou duas dezenas de cabeças de gado, que poderiam ter sido adquiridos durante o cativeiro. Dos 13 negros forros que possuem inventário em nossa mostra, oito deles possuíam escravos, e três, pequenos rebanhos. Recordemos que boa parte das alforrias eram onerosas⁶, o que indica que os escravos, ou melhor, alguns deles, tinham condições de acumular um pecúlio para comprar sua liberdade.

Outra possível estratégia de fixação, detectada por Gelman para a área de Colônia, foi propiciar, facilitar os casamentos, o que corrobora a tese de Florentino e Góes de que o casamento é um dos elementos que estabelece a “paz nas senzalas”. O percentual de homens escravos casados na amostra é de 5,6% e entre os campeiros e domadores é de 6,6%. A diferença não é relevante e descarta esta hipótese. Dentre os outros escravos com ocupação declarada, o percentual é bem mais alto: 12%. Temos, pois, que os campeiros não tinham um acesso privilegiado ao casamento, antes pelo contrário.

Promessas de alforria, ou outros benefícios deveria fazer parte das estratégias de dominação dos senhores, bem como dos próprios escravos campeiros para conquistar sua liberdade. Encontramos em um testamento um mandato de alforria para o “mulato Domingos, e que leve 20 vacas, 20 éguas e 10 cavalos e que lhe de nos campos um canto” e “que ele fique servindo de capataz a sua senhora enquanto ela for viva, ganhando meia dobra por mês”⁷. Desconhecemos, no entanto, a possível frequência deste tipo de estratégia.

Mas a maior demonstração da vigência dessas relações escravistas na pecuária, de seu enraizamento estrutural, de sua funcionalidade e lucros é dado pela sua *permanência*, sua reprodução, durante pelo menos a primeira metade do século XIX, *em ambos lados da fronteira*, como vêm demonstrando novos trabalhos como os de Zarth e Farinatti para o Rio Grande do Sul, e o de Borucki, Chagas e Slatta para o Uruguai⁸.

5. Inventário de Manuel Antônio de Souza da Câmara, 2º CC Porto Alegre, 1805.

6. Para a região de Porto Alegre, ver ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

7. Inventário de Manoel Amaro da Silveira, Vara de Órfãos, Jaguarão, 1824.

8. ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002; FARINATTI, Luís Augusto E. “Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa – Alegrete, 1831-1850. Em II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, Niterói, 2004. CD-ROM. BORUCKI, CHAGAS e STALLA. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855*. Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.

OS PEÕES LIVRES

Se os escravos campeiros estiveram invisíveis para a historiografia até pouco tempo atrás, os peões, que não necessitavam do qualificativo de “livres”, por que eram os únicos existentes, numa visão cristalizada do Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX, enfim, estes peões eram vistos como “homens soltos”, destituídos de “vínculos sociais e familiares estáveis, através dos quais pudessem ser criadas demandas próprias e estratégias para concretizá-las. Eles seriam recrutados entre uma população volante de homens vagos. Andariam de estância em estância, empregando-se em um trabalho que não lhes era penoso”⁹. Segundo várias fontes qualitativas repetidas à exaustão, eram trabalhadores inconstantes, que abandonavam as fazendas e o trabalho quando bem lhes aprouvesse.

Novamente seguindo a trilha dos historiadores argentinos, e lançando mão de suas conclusões como hipóteses de trabalho nossas, realizamos um estudo que inseria os peões livres em novas lógicas sociais, parentais e produtivas, relacionadas com o ciclo de vida. Já mencionei que o estudo da estrutura agrária revelara um importante setor de pequenos produtores rurais, lavradores e pastores, detentores de até 100 cabeças de gado vacum, quantia que não garantia a subsistência de uma família.

Em seus estudos sobre a campanha de Buenos Aires e da Colônia de Sacramento, Garavaglia e Gelman encontraram um perfil demográfico dos peões de estância que os caracterizava como homens jovens, solteiros e com um forte percentual de migrantes de outras regiões. Estas características apontam para um momento do ciclo de vida em que estes jovens, solteiros, ainda não conseguiram constituir família ou estabelecerem-se enquanto pequenos produtores, seja em terras próprias ou arranchados em terras de estancieiros ou de ninguém. O trabalho temporário nas fazendas era a alternativa de sobrevivência nesse momento inicial da vida adulta.

Não dispomos dos mesmos tipos de fontes utilizadas pelos autores argentinos. A fonte por hora encontrada para uma aproximação a um perfil dos peões, quanto a faixas etárias, cor e estado civil são os processos-crime. As formalidades jurídicas portuguesas exigiam o depoimento de trinta testemunhas, o que geralmente era cumprido nos processos. Idealmente esta fonte fornece o nome, idade, estado civil, cor e ocupação.

9. FARINATTI, Luís Augusto. *Confinos meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil 1825-1865*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. p. 393.

Nosso primeiro critério foi selecionar processos em que peões, capatazes e escravos rurais estivessem envolvidos, fossem como réus, vítimas ou testemunhas. Constituiu-se um *corpus* de 139 processos, com um total de 3.866 testemunhas, com as mais diversas ocupações. Os processos abarcam geograficamente toda a capitania (e depois província) do Rio Grande do Sul, para o período de 1779 a 1834, e estão depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Além das denominações de “peão”, “peão de estância” e “peão de campo”, reunimos nesta categoria ocupacional outros indivíduos que declararam “viver de tirar gados pelas estâncias”, “tirar tropas de animais”, “lida em campos”, “trabalho de campo” e “condutor”. Não foram incluídas as ocupações de carreteiro, e os que declaravam viver “de seus jornais”, “de seu trabalho” e de seu “ofício”. Algumas declarações são indicativas das múltiplas atividades que os peões exerciam: o guarani solteiro de 23 anos André da Silva Santos diz-se “peão e capataz”; o pardo Inácio, casado, declarou-se “peão” e viver de “fazer telhas” e o “indiático” José, casado de 26 anos disse que vivia do “trabalho de campo e roças”. Ilário Antônio, guarani solteiro de 30 anos denota algum grau de autonomia ao declarar-se “peão que vive de suas lavouras”¹⁰. Estes exemplos de qualificação indicam, também, a prática concomitante da pecuária e agricultura.

Vejamos o perfil demográfico. A idade média do grupo é de 29 anos e 80% deles tem até 35 anos. São majoritariamente solteiros, 61%. A média de idade dos solteiros é de 27 anos e a dos casados é de 31.

Quanto à movediça informação de cor ou etnia, a maioria é índia (62%) – incluídos aí os denominados de “indiáticos”. A maior parte deles é identificada como guarani. Infelizmente a naturalidade dos réus raramente é declarada. Um dos índios diz-se oriundo do povo de Yapeyú. Há 6% de “espanhóis” entre os peões: existe apenas a informação de cor para a metade deles, sendo brancos. De qualquer forma, temos aqui indicativos da existência de migrações e da mobilidade do grupo. Os brancos (21%) e os negros/pardos – 17%, são minoria frente aos índios.

Quanto à condição jurídica, os libertos ou forros representam 7% do contingente total, percentual próximo ao da sua presença no conjunto da população rio-grandense de 1814, que era de 8%¹¹. Para estes libertos, muito

10. Respectivamente, processos 1cc Rio Pardo, 89, 4523, 1822; 1cc Caçapava, 34, 1063, ano 1831; 1cc Porto Alegre, Juri, 4, 108, ano 1821 e 1ºcc Rio Pardo, 89, 4531, ano 1822.

11. Censo de 1814. A população total do Rio Grande era de 70.656 habitantes. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1986.

provavelmente tratava-se de prosseguir realizando as mesmas tarefas que exerciam durante o cativeiro, na condição de escravos campeiros. A presença de 17% de negros e pardos apontam para a mesma direção: eles próprios, ou seus ascendentes eram egressos da escravidão.

Temos então um perfil inicial para os peões que é a de homens não brancos (79%), em sua maioria índios, mas também homens negros e pardos, livres e forros, solteiros, majoritariamente com idade de até 35 anos. Tais características assemelhavam-se a dos peões dos territórios do Rio da Prata? Conforme a análise dos censos de 1813 e 1815 de toda a campanha de Buenos Aires, realizada pelo Grupo de Investigación en Historia Rural Rioplatense de la Facultad de Humanidades (GIHRR) da UNMDP¹², os peões tinham uma idade média de 31,7 anos, 86% eram solteiros e 66% brancos. A idade média é muito semelhante a dos peões do Rio Grande (29 anos), mas o percentual de celibatários e de brancos é bem mais alto na campanha bonaerense. Já na campanha de Concordia, Entre Rios, metade do século XIX, estudada por Roberto Schmit¹³, os peões eram ainda mais jovens, idade média de 25 anos e o percentual de solteiros, 81%, mais semelhante ao da campanha de Buenos Aires do que ao do Rio Grande.

A especificidade etária e as condições familiares, relacionadas ao ciclo de vida, e a étnica, adquirem maior significado quando estas características são contrastadas com outras categorias ocupacionais de testemunhas.

Perfil demográfico de peões, capatazes, roceiros, criadores e lavradores, testemunhas em processos-crime

	Nº testemu- nhas	Idade (média)	Solteiros	Índios	Brancos	Negros e pardos	Forros (em %)
Peões	127	29	61	62	21	17	7,0
Capatazes	103	34	52	3	87	10	1,0
Roceiros	86	37	32	6	62	32	20,0
Criadores	265	40	20	2	93	5	1,5
Lavradores	1.022	43	11	3	92	5	2,5

Fonte: 139 processos-crime, 1779-1834, APRGS, com 3.866 testemunhas.

12. GIHRR. "La sociedad rural bonaerense a principios del siglo XIX. Un análisis a partir de las categorías ocupacionales." IN: FRADKIN, R. e GARAVAGLIA, J.C. *Em busca de um tiempo perdido. La economía de Buenos Aires en el país de la abundancia 1750-1865*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

13. SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra. Sociedad, economía y poder en el oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004, p. 104.

Entre os capatazes, por exemplo, a idade média é maior, 34 anos, o percentual de celibatários diminui quase 10% (eles são 52%), são predominantemente brancos, e os negros e pardos tem uma presença superior a dos índios. Houve um aumento da idade média, como entre os capatazes da campanha de Buenos Aires, cuja idade média subiu para 38 anos, assim como os solteiros diminuíram para 36% e o contingente de brancos subiu para 85%¹⁴. Em Concórdia, os capatazes também eram majoritariamente casados e sua idade média subiu para 40 anos. Temos um movimento comum, na mesma direção, ainda que com quantitativos diferentes, no sentido de aumento da idade, aumento dos casados e da participação dos brancos¹⁵.

A categoria dos lavradores foi desglosada em duas – lavradores e roceiros – por que a análise dos dados indicou-nos realidades bastante distintas. Os roceiros têm 37 anos em média, e apenas 32% são solteiros. A presença de negros e pardos e, dentre estes, dos forros, é muito significativa neste grupo de agricultores, indicando que a pequena lavoura, o roçado, era a possibilidade ocupacional e econômica para uma parcela dos saídos do cativeiro, que conseguiram constituir família, possuindo um grau de autonomia certamente superior ao do peão. Note-se que geograficamente, os “roceiros” não vivem na planície, na fronteira; localizavam-se mais ao centro da província¹⁶.

Os criadores declararam “viver de sua estância”, de sua “fazenda de animais”, ou da “produção” ou “criação” de animais. A idade média subiu consideravelmente, para 40 anos, e os celibatários são apenas 20% entre eles. Com quase maioria branca, os índios, negros e pardos tem uma presença mínima nesta categoria. Da mesma forma ocorreu na campanha bonaerense: aí esta categoria foi dividida em “hacendados”, “estancieros” e “criadores” e a idade média oscilou entre os 39 e 48 anos; o percentual de solteiros entre 8 e 31%, e o de brancos entre 89 e 97%.¹⁷

Entre os lavradores rio-grandenses, a idade média aumentou três anos em relação aos criadores, é de 43 anos, e encontra-se o percentual mínimo de solteiros: apenas 11%. A participação de índios (3%), negros e pardos (5%) assemelha-se a dos criadores, e a presença de forros é um pouco superior. Na campanha bonaerense os lavradores tinham uma idade

14. GIHRR. “La sociedad rural bonaerense..., *op. cit.*, p. 43.

15. SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección*, p. 104.

16. Nas freguesias ou municípios de Aldeia dos Anjos, Cima da Serra, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, Vacaria, Viçosa e São Francisco de Paula.

17. GIHRR. “La sociedad rural bonaerense..., *op. cit.*, p. 38.

média de 38 anos, apenas 24% eram solteiros e 90% eram brancos. Na campanha de Concordia a idade média era ainda mais alta, 48 anos, sendo em grande parte casados¹⁸.

Apesar das diferenças nos números, pode-se observar uma grande semelhança no comportamento das características demográficas das categorias ocupacionais no Rio Grande, campanha de Buenos Aires e Entre Rios, no movimento em direção ao envelhecimento, constituição de famílias e “branqueamento”, tendo em uma extremidade os peões, e na outra os criadores e lavradores.

A despeito da precariedade e fragilidade dos dados obtidos nos processos-crime e das determinações sociais da fonte – quem era chamado a testemunhar – a comparação das diferentes categorias faz ressaltar a singularidade do perfil dos peões, profundamente vinculados ao ciclo de vida: majoritariamente índios e mestiços, jovens e solteiros.

As fontes qualitativas atestam no mesmo sentido, ressaltando, ainda o caráter fronteiriço da região. É o que explicita o próprio governador do Rio Grande, ao escrever desde o Rio Pardo, em 1776:

[...] a respeito de peões brancos nesta fronteira não se acha aqui com facilidade, pois que os moços solteiros os fiz soldados, e *os casados não podem sem deterioramento considerável de suas pobres casas e das lavouras* obrigarem-se a destacar por tantos dias daqui para qualquer serviço. [...] Os índios no gênero de peões ninguém os excede, mas é muito má gente, e quer rigor e quanto menos der dinheiro melhor para lhes evitar o jogo e a cachaça, e eu somente os visto cada três ou quatro meses e observo que rendidos nestes tempo por outros servem melhor¹⁹.

Os homens brancos solteiros estão recrutados para o exército; os casados devem cuidar de suas lavouras. A questão da família, das obrigações dos casados, e da sua indisponibilidade para servirem como peões é claramente referida. Por outro lado, os “índios” são reconhecidos como bons peões. Mas “rendem” mais quando contratados por poucos meses. Outro governador, dez anos mais tarde, em 1787, também assinala as dificuldades de obtenção de mão-de-obra e a utilidade dos índios nas atividades de peão e domador:

18. Respectivamente, GIHRR. “La sociedad rural bonaerense...”, *op. cit.*, p. 38 e SCHMITT, Roberto. *Ruina y resurrección*, p. 105.

19. Correspondência Marcelino de Figueiredo ao Gal. Bohm, 1776. Biblioteca Nacional, 7, 3, 48.

[...] os índios, de que aliás temos necessidade de servir-nos, por não haver facilmente no continente quem supra a falta de peões e domadores para que os mesmos tem suficiente préstimo [...]”²⁰.

Estes peões, índios e mestiços de várias procedências eram os mesmos que também realizavam as arreadas de gado da Banda Oriental, recebendo, nesta circunstância, a designação de gaudérios, o que era sinônimo de “ladro” ou vadio, quando a arreada não era permitida pelas autoridades:

[...] há naquele continente uma porção grande de homens *vadios* que o mesmo país, lhes tem dado o nome de *gaudérios*, estes cresceram em número com a invasão do Rio Grande, na qualidade são meios *espanhois*, outros *índios bastardos* de várias nações. Ali se conservam sem ofício nem benefício, não são lavradores, não são jornaleiros, não são criadores, só tem por ofício o vagar, e colher o que na realidade não plantão: estes se ocupam em *arriar*, ou *furtar* animais cavalos, e vacuns e de outra espécie das fazendas de Montevideo, Víboras e Reduções exatas e de outros muitos rincões e campanhas, introduzindo-os pelas fronteiras os vendem no nosso país.²¹

A origem mestiça dos “gaudérios” foi inúmeras vezes assinalada, demonstrando o intenso trânsito e trocas culturais da população local pelos territórios fronteiriços. Os dicionários brasileiros de Antonio Houaiss e Aurélio Buarque de Holanda assinalam, ambos, a palavra como tendo origem etimológica no espanhol platino.

Um comandante rio-grandense assinala também essa característica mestiça dos gaudérios e tentar desmarcar os homens de sua tropa de atos que o indisporiam com as autoridades de Buenos Aires, em 1777:

Os *gaudérios* do Rio Pardo, a primeira partida quase toda era de *castelhanos e índios*, foram tão mal sucedidos, e tem entrado alguns feridos, para o Rio Pardo, e dizem lhe faltavam dezassete pessoas, destas viram que a partida, que os topou, matou alguns, e prenderam outros. Estará o General Cevallos bem informado que não são os da minha tropa os que continuam a insultar as Estâncias de Monte Vedio²².

20. Gov. Cabral da Câmara ao seu sucessor, 1787, RJ, cx. 140, doc. 96 1787, AHU.

21. BN - 7, 3, 48 - Informe de Bernardo José Pereira sem indicação de destinatário a respeito da situação dos índios guaranis do Rio Grande de São Pedro. s.l. [c. 1769].

22. AHU, RJ, cx. 114, doc. 47. Parágrafos de uma carta do Cel. Rafael Pinto Bandeira de 21/10/1777.

As autoridades, principalmente portugueses desconhecedores dos costumes da terra, ficavam um tanto atônitos com o fato de fazendeiros darem abrigo aos que chamam de ladrões, designação que engloba, como sinônimos, a desertores, índios e arreadores:

Toda a pessoa que marcar ou arriar gado, e cavalos alheios, ou der asilo a ladrões ou a desertores soldados e índios, e os consentir em suas casas ou terras, como tenho proibido em repetidos Bandos [...].²³

Criadores de gado, portanto, abrigavam, em suas casas e terras, a tais “ladrões”. Em 1802, outro governador utiliza por primeira vez o termo “gaúcho”, em uma passagem reveladora: “as vozes populares acusam os oficiais tanto auxiliares como de tropa paga (...) de ambição mais viciosa: indicam sociedades vergonhosas com os mesmos gaúchos e malfeitores, dizendo: que não só os protegem e *lhes distribuem terras* (...)”²⁴. Estancieiros que distribuíam terras a “gaúchos”. Não estaríamos frente a criadores de gado tentando atrair trabalhadores através da agregação, da concessão de algum pedaço de terra para plantar e criar alguns animais?

Para concluir, uma correspondência de 1780 do governador ao vice-rei é eloquente sobre o tipo de “ladrões” que havia pela campanha próxima a Banda Oriental:

[...] as patrulhas que há de divagar por estas fronteiras não podem contristar tão grande número de ladrões que as infestam, de sorte que só no Yaguaron supponho haver mais de 80 *ladrões armados, e desertores portugueses e castelhanos, arranchados e com roças e armados*²⁵.

Tipo *sui generis* de ladrões, estes. Arranchavam-se e plantavam roças, como os roceiros e os lavradores.

Em texto fundacional, Sílvia Lara²⁶ propunha uma nova perspectiva para a história do trabalho e a da escravidão no Brasil: acabar com a dicotomia entre elas; trilhar outros caminhos de investigação, que pudessem “revelar

23. 29/junho/1773, Bando do governador Marcelino de Figueiredo. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 10854.

24. Roscio a Patricio Correia da Camara, Porto Alegre, 24/12/1802. AN, cód. 104, vol. 14.

25. Marcelino de Figueiredo ao Vice-rei, 15/03/1780. AN, códice 104, vol. 2, fl. 67. Grifo nosso.

26. LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História, São Paulo* (16), fev. 1998, p. 25-38.

como as experiências acumuladas durante a escravidão por escravos e libertos foram compartilhadas com os trabalhadores livres, antes e depois da abolição". cremos que este breve e inicial estudo sobre os escravos campeiros e peões livres, trabalhadores da pecuária, indicam a quão profícua pode ser esta perspectiva para a compreensão da sociedade escravista brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZARA, Felix. "Memória rural do Rio da Prata". In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BORUCKI, CHAGAS e STALLA. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855*. Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.

CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

FARINATTI, Luís Augusto E. "Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa – Alegrete, 1831-1850. Em II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, Niterói, 2004. CD-ROM.

FARINATTI, Luís Augusto E. "Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)". São Leopoldo: *História – Unisinos*, v. 8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276.

GARAVAGLIA, J.C. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1999.

GELMAN, J. *Campesinos y estancieros. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires, Libros del Riel, 1998.

GIHRR. "La sociedad rural bonaerense a principios del siglo XIX. Um análisis a partir de las categorías ocupacionales." IN: FRADKIN, R. e GARAVAGLIA, J.C. *Em busca de um tempo perdido. La economía de Buenos Aires em el país de la abundancia 1750-1865*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

KUHN, Fábio. "Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII". In: GRIJÓ, KUHN, GUAZZELLI e NEU-

MANN (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. p. 47-74.

MAESTRI, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

MORAES SILVA, Antônio. 1922 *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Fluminense. Fac-símile da 2ª ed., 1813. [A 1ª edição é de 1789, Lisboa].

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, Curso Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. (tese de doutoramento inédita). 1999.

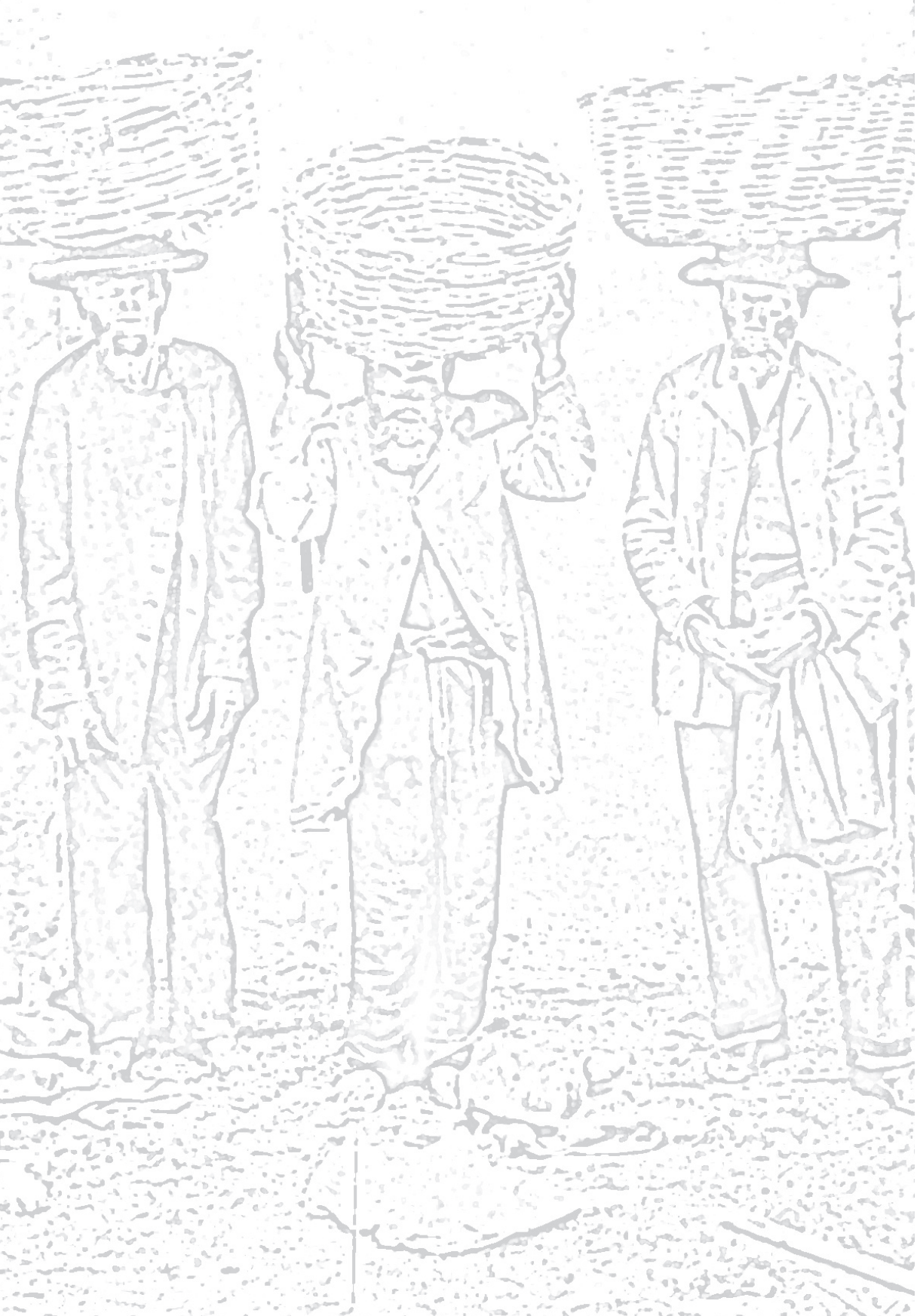
_____. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825*. San Martín de los Andes: Anales de las XIX Jornadas de Historia Económica. Asociación Argentina de Historia Económica. CD-ROOM, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, USP, 1974.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1984

SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra. Sociedad, economía y poder en el oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.



13 DE MAIO: MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO E EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO *CORREIO DA LAVOURA*

(Nova Iguaçu, RJ, 1917-1950)¹

Álvaro Pereira do Nascimento

Entre os mais antigos jornais do estado do Rio de Janeiro figura o *Correio da Lavoura*. Pouquíssimo conhecido na capital, tal hebdomadário tem 95 anos ininterruptos de tiragens, circulando desde 22 de março de 1917. Além de ter resistido a dificuldades nesse longo tempo de história, esse jornal guarda outra curiosidade que chama a atenção do pesquisador. Todos os familiares que estiveram à sua frente, fundador, filhos e netos, eram e são negros.

Surgiram algumas suspeitas iniciais, logo desfeitas. Uma delas referia-se à classificação da folha, comandada por uma família de negros, em meio às categorias de imprensa existentes na época. Enfim, era o *Correio da Lavoura* um representante da imprensa negra no Rio de Janeiro?² Logo às primeiras

1. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Agradeço ainda aos membros do Procad-Capes *Cruzando fronteiras: a história do trabalho no Brasil para além das dicotomias tradicionais*, pelos frutíferos debates no encontro realizado na UFRGS, em 2011. Agradeço também a Paulo Fontes, Fabiane Popinigis, Antonio Luigi Negro e Leonardo Pereira pela leitura, críticas e sugestões à segunda versão desse material, num encontro de pesquisa nas dependências da FGV-RJ. Finalmente, a Henrique Espada Lima que também leu uma das versões. Esta pesquisa teve, ainda, o apoio das bolsistas de IC Maria Lucia Bezerra Alexandre (CNPq-PIBIC) e Deborah Torres (IC-Faperj). Redundante mas fundamental dizer-vos que a responsabilidade pelo trabalho final é toda minha.

2. Em contraste com o Rio de Janeiro, os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul experimentaram o surgimento de uma imprensa escrita, dirigida e voltada diretamente aos homens “de cor” e “pretos”, como se autodenominavam os redatores e proprietários. Sobre essa imprensa veja o texto fundador de Bastide, Roge. “A imprensa negra do Estado de São Paulo”, *Estudos Afro-brasileiros*, São Paulo, 1983. Sobre o debate no período regencial veja Pinto, Ana Flávia Pinto Magalhães. *De pele escura e tinta preta*. Brasília: UNB, 2006 e Lima, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Para o século XX, veja Alberto, Paulina Laura. *Terms of Inclusion: Black Activism and the Cultural Conditions for Citizenship*. In: *A Multi-Racial Brazil, 1920-1982*. Pensilvania (EUA): University of Pensilvania, 2005; Mello, Marina Pereira de Almeida. *O ressurgir das cinzas: negros paulistas no pós-abolição*. São Paulo: USP, 1999; Santos, José Antonio dos. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Porto Alegre: PUC-RGS, Tese de Doutorado em História, 2011; Domingues, Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

leituras, notou-se que tal suspeita não fazia sentido. Silvino Hyppolito de Azeredo, assim como seus filhos e netos, reservaram as páginas do *Correio da Lavoura* para assuntos próximos aos da grande imprensa, voltados para um público amplo e diverso, enfatizando questões relacionadas à localidade, como a educação e o desenvolvimento agrícola e regional.

Mas interessou-me compreender se esses proprietários nutriam debates acerca da situação dos ex-escravos e seus descendentes. Tal interesse resultou da curiosidade acerca da posição política de homens negros letrados, que presenciaram (e/ou sofreram) discriminações de cunho racial e não se posicionaram pelas letras sobre a realidade que as pessoas “de cor” enfrentavam no pós-abolição. Embora os Azeredos raramente assinassem colunas no período, foram os cronistas do jornal que externaram opiniões sobre a escravidão e a abolição nas edições investigadas. Surgia-me assim uma questão metodológica: havia como perceber a opinião dos proprietários sobre o assunto, a partir das matérias publicadas no jornal, mesmo que a autoria das mesmas fosse de cronistas e colaboradores convidados e contratados?

A resposta é difícil e exigiria pesquisa mais extensa em outras fontes. Mesmo assim, decidi observar se os proprietários tinham a preocupação de pelo menos dar uma cobertura maior para a questão e discuti-la de forma mais contundente que as folhas da grande imprensa. Para realizar tal investigação, comparei o conteúdo das matérias publicadas no *Correio da Lavoura* com o de outros dois jornais de grande imprensa. O *hebdomadário* não era uma folha classificável como pertencente à imprensa negra, mas poderia ter uma visão mais crítica que aqueles diários de grande imprensa da cidade do Rio de Janeiro. Para isso, comparei suas edições às dos jornais *A Noite* e o *Correio da Manhã*, a partir das matérias veiculadas entre 1917 e 1950, que versavam sobre as comemorações da Abolição dos escravos. Tal estratégia procurou alcançar as opiniões e posições políticas relativas aos egressos da escravidão e aos seus descendentes por parte dos três jornais.

Nesse processo, percebi como tais folhas reproduziam uma memória positiva do movimento abolicionista, mas raras vezes questionavam a situação dos egressos do cativeiro e suas dificuldades. Quando o faziam, referiam-se a eles como “vítimas” de um sistema ineficiente de apoio aos ex-escravos e/ou como membros das hordas de pedintes e vagabundos das cidades. Algo que também chamou a atenção foi a utilização das comemorações do dia 13 de maio em campanhas contra o analfabetismo. Nos anos 1930, os autores de tais matérias chegaram a reivindicar uma “Segunda Abolição”, que “libertaria” todos os brasileiros do analfabetismo, esvaziando a história do abolicionismo e dos negros durante as últimas décadas da escravidão.

O JORNAL *CORREIO DA LAVOURA*

Sabemos pouco sobre as origens familiares do fundador do *Correio da Lavoura*. Embora sempre lembrado nos aniversários do jornal, mesmo após sua morte, muito pouco encontra o pesquisador acerca dos seus pais. No registro de casamento com Avelina Martins Coimbra, em 22 de junho de 1889, percebemos que há referência somente à sua mãe, a senhora Theresa Joaquina da Conceição³. A referência ao pai, que se chamava Cândido de Almeida de Azeredo Coutinho, surge somente no registro de óbito do próprio Silvino Hyppolito Azeredo⁴. Não encontramos referências de parentesco do pai com a famosa família Azeredo Coutinho, que tinha terras e posses na região do Vale do Paraíba e foi extremamente influente na política do Império⁵.

Também não encontramos referências maiores em relação a sua mãe. Possivelmente ela fosse negra e pobre, tendo algum contato com passado escravo e/ou liberto, como sugeria seu sobrenome⁶. Não há referências se a mesma fora escrava, mas possivelmente viveu da lavoura entre o Vale do Paraíba e a antiga Vila de Iguassú⁷. Certo mesmo é que a cor de Silvino Hyppolito de Azeredo (1859-1939) indicava descender de familiares negros, que em algum momento do passado tiveram contato com brancos e/ou mestiços. Cor passada a seus filhos, que, ao longo do século XX, se distinguiram nas fotografias ao lado de colegas e outros famosos personagens brancos da região⁸.

Silvino Hyppolito de Azeredo teve formação e empregos dos mais diversos. Segundo seu sucessor na redação do jornal, o filho Avelino Martins Azeredo, Silvino estudou até o terceiro ano do curso de Medicina e Farmácia, “lecionou como professor de Matemática e em 1913 foi indicado como rela-

3. Livro de Registro de Casamentos (Paróquia de Paty do Alferes, Município de Vassouras), anos de 1888 a 1894, f 24 e 24v. Family Search <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-267-11561-26147-38?cc=1582573&wc=MMP2-2ZH:n1830467935>>, acessado em 29 de julho de 2012.

4. Veja nota 59 para o atestado de óbito. Consulte também a matéria de um de seus filhos no *Correio da Lavoura* (Doravante CL), em 22/03/1997, p. 1.

5. As pesquisas realizadas no Colégio Brasileiro de Genealogia não confirmaram ou deram pistas de laços familiares de Silvino com os de Azeredo Coutinho. Uma investigação mais precisa sobre essa possível ligação ficará para outra oportunidade.

6. ANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2006. Embora a autora não consiga fontes quantitativamente suficientes para sua hipótese, a indicação parece bastante convincente.

7. Essa era a antiga grafia de Iguaçú.

8. CL, 22/03/1917. Veja foto de Silvino de Azeredo Filho, em 1919. Numa entrevista ainda inédita, o atual proprietário do jornal, Robinson Belém de Azeredo, afirmou que seu “avô era mulato quase negro, correto?”.

tor da comissão de revisão dos estatutos da Caixa Auxiliadora dos Empregados das Capatazias, da qual foi eleito presidente a 22 de abril de 1914”. Ainda foi Fiel de escrita, na Alfândega do Cais do Porto do Rio de Janeiro. Após deixar a função pública, fundou o jornal *Correio da Lavoura*, aos 58 anos, cujo primeiro exemplar foi às ruas em 22 de março de 1917⁹.

Silvino de Azeredo Filho (1897-1987) era o sexto da prole do fundador do jornal e tocou a folha até sua morte. Ainda em 1928 ele criou outro importante semanário, *A Crítica*, num formato de revista que encantou os leitores com a qualidade das suas colunas, cobertura da vida social e cultural de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro, imagens diversas e poesias. Outros filhos importantes do fundador nesse processo foram Avelino e Luis Martins de Azeredo, mais novos. Após a morte do pai, os nomes dos três filhos permaneceram no cabeçalho da primeira página do jornal durante décadas: o primeiro como “fundador”, o segundo, “gerente” e o terceiro, “redator secretário”. Com o afastamento desses últimos, parte da terceira geração, formada pelos irmãos Robinson e Gerson Belém de Azeredo, filhos de Avelino Azeredo, assumiram o comando da folha ainda nos anos 1980¹⁰.

O fundador criou o *Correio da Lavoura* como um órgão “independente”, para falar a “verdade” sem pressões partidárias e políticas de toda ordem. Surgiu no lugar de outro jornal, *O Iguassú*, que não conseguira manter-se financeiramente. Silvino Hyppolito pagou ao ex-proprietário a quantia de um conto e quinhentos mil réis, através de um empréstimo pago em seis meses. A partir daí, contou com a “colaboração de amigos fiéis”, como o doutor Francisco Dias Martins, Serafim Barbosa, Luis Alves Cavalcanti, Pedro Pujol, Humberto Caulino, Edmundo Galvão, Silvino Silveira e Alfredo Jardim, que escreveram boa parte das colunas do jornal, alguns durante décadas¹¹. Silvino Silveira, inclusive, explicou a importância do apoio desses parceiros para o futuro do hebdomadário, já que o fundador era “pobre, sempre pobre, com os pesados encargos de uma prole numerosa”.

Em sua primeira edição, o jornal trouxe algumas das poucas e raras linhas assinadas por seu fundador. Nelas registrava os objetivos daquele hebdomadário: “concorrer à medida de suas forças e cheio de boa vontade, para o progresso intelectual, moral e material” do município. Seria também um

9. CL, 22 de março de 1917, p.5. Outras notas biográficas sobre Silvino Hyppolito Azeredo podem ser encontradas na tese de Amália Dias, intitulada *Entre laranjas e letras: os processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Pós-Graduação em Educação, UFF, 2012, p. 27-30.

10. CL, 22 de março de 1997, p. 3.

11. Idem, p. 1, 5.

“jornal próprio para o interior, adequado aos pequenos povoados que vivem em família; dedicado mais ao nobre e honrado lavrador”¹². Tinha geralmente quatro páginas, aumentando consideravelmente nas edições especiais ou no período áureo da citricultura na década de 1930. O valor em 1920 era de cem réis, com assinaturas trimestral (1\$500), semestral (3\$000) e anual (5\$000)¹³. Era o mesmo valor avulso do jornal *A Noite*, da capital, que rodava com seis ou oito páginas, diariamente. Como era semanal, as famílias desembolsavam até \$400 para ter informação mensal sobre a região e a capital federal, mesmo em um lugar de difícil acesso como era Nova Iguaçu na época.

O *Correio da Lavoura* das primeiras décadas foi marcado por matérias e crônicas relativas à saúde, à higiene, à educação e à produção rural. Embora o fundador do jornal não tenha concluído seus estudos nas faculdades por que passou, Medicina e Farmácia eram cursos frequentados por estudantes que liam as mais recentes descobertas da ciência, como a revolução dos conhecimentos em microbiologia. Assim como seus colegas de faculdade, Silvino Hyppolito de Azeredo certamente teve contato com as diversas falas de higienistas, médicos, cientistas e educadores. Tal conhecimento possivelmente deu a esses estudantes elementos científicos para associarem o aumento populacional das capitais e os hábitos de homens e mulheres pobres às epidemias e epidemias de febre amarela, gripe espanhola, tuberculose e varíola¹⁴.

Tais estudantes, que seriam futuros profissionais liberais, também experimentaram e vivenciaram o fim da mão de obra escrava, a dissolução do Estado Imperial e a construção da República¹⁵. Envolveram-se nos debates, apontaram soluções diversas e as expuseram em praça pública, livros, *meetings* e jornais¹⁶. Poderiam sonhar com uma República mais sólida através da participação de eleitores alfabetizados, e reclamar do caos urbano, da sujeira, dos costumes dos populares e da pobreza. Não por acaso, muitos deles apoiaram medidas autoritárias por parte do governo, como a invasão das casas para

12. CL, 22 de março de 1917, p. 1.

13. CL, 23 de agosto de 1917, p. 1.

14. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 49 e 81.

15. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Lessa, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

16. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Edur/FGV, 2007; CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009; e SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

vacinação obrigatória, combate a focos de mosquitos e ratos, e defenderam a imigração europeia para solução dos “males” inerentes ao brasileiro¹⁷.

Diferentemente de muitos contemporâneos seus, não encontramos a eugenia ou a imigração europeia apontadas como soluções para “elevação” moral ou racial dos brasileiros na folha criada por Silvino Hyppolito Azeredo¹⁸. Ele viveu esse período e defendeu durante décadas a educação, a higiene e o trabalho na lavoura como principais caminhos para a mudança – possivelmente por sua própria ascendência e pelo ativismo abolicionista, como veremos. Tal defesa deve ter sido marcada também pelas consequências sociais e econômicas provocadas pelo declínio da produção cafeeira ao final do século XIX. Regiões como a de Paty do Alferes, distrito do município de Vassouras, onde Silvino Hyppolito Azeredo viveu no século XIX, sofreram forte impacto, liberando mão de obra e amargando queda expressiva de capital. O retorno de Silvino para Nova Iguaçu, em 1908, pode estar ligado a tal dificuldade, haja vista ter trabalhado no setor hoteleiro daquele município do Vale e ter se empregado no Cais do Porto, o que deve tê-lo deixado dividido entre as atividades no Rio de Janeiro e em Paty do Alferes. Seus três filhos mais velhos já haviam migrado para Nova Iguaçu, caminho de retorno que o mesmo seguiu em 1908. Avelino Azeredo relata que sua mãe chorou ao chegar a “uma casinha de cimento com dois quartos, uma sala e uma cozinha” deixando para trás outra de “oito quartos, com dois pianos de cauda, toda mobiliada”¹⁹. E pior, Nova Iguaçu ainda não alimentava grandes expectativas para crescimento, como ocorreria logo depois, com a explosão da citricultura.

Entre 1920 e a Segunda Grande Guerra, a região viu explodir a exportação de laranjas ali plantadas para estados e países tão distantes como Argentina e Inglaterra. Milhões de caixas foram vendidas anualmente, aumentando a renda dos produtores e comerciantes, levando à oferta cada vez maior de oportunidades aos trabalhadores²⁰. Em 1872 havia pouco mais de 22 mil pessoas na região de Nova Iguaçu (à época, chamada de Maxambomba), passando para aproximadamente 30.000, em 1920. Com o crescimento

17. Tânia Regina de Luca. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 202-235. Nicolau Sevcenko, op. cit, cap. 1.

18. Veja alguns desses contemporâneos em Tânia Regina de Luca, *Op. cit.*, p. 198-202.

19. CL, 22 de março de 1987, p. 5.

20. PEREIRA, Waldik. *Caná, Café & Laranja*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ SEEC, 1977; Nascimento, Álvaro Pereira do. “História do trabalho e dos trabalhadores nas lavouras de Nova Iguaçu (1880-1940)”. FORTES, Alexandre; RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: Sette letras, 2012.

da citricultura, chegou-se a mais de 135 mil, em 1940²¹. O salto em quase 100 mil pessoas entre 1920 e 1940 é incrível e bem mais expressivo que o crescimento ocorrido entre 1872 e 1920. Pessoas vinham do Nordeste, de outros países e da cidade do Rio de Janeiro. Gerações de descendentes de escravos passaram a deixar o Vale do Paraíba em busca de melhores oportunidades em Nova Iguaçu. Carlos Alberto Costa fez intensa pesquisa sobre o assunto e levantou uma série longa de livros de registro de nascimento nos cartórios de Nova Iguaçu, que mostraram as origens dos trabalhadores – esta informação revelou quantidade significativa de pessoas provenientes do Vale do Paraíba. Houve uma migração da segunda geração de libertos de algumas cidades do Vale do Paraíba para Nova Iguaçu e seu entorno, e ali passaram de migrantes sazonais para fixos já nas décadas de 1930 a 1940. As razões econômicas que levaram a isto foram a mudança da cultura cafeeicultora para a pecuária e a plantação de eucalipto nas cidades do Vale do Paraíba, empregando muito menos braços que a primeira, forçando a procura por postos de trabalho cada vez mais distantes²².

Tanto Silvino Hyppolito Azeredo como seus colaboradores mais próximos – Silvino Silveira, Alfredo Jardim e Edmundo Galvão – experimentaram ou observaram esse processo histórico, para o qual apresentavam propostas através das colunas do *Correio da Lavoura* e exigiam soluções dos governos municipais, estadual e federal. Entendiam que a educação poderia permitir o acesso às novas tecnologias na agricultura, vocação histórica do país e principal atividade econômica regional. A alfabetização permitira também o aprendizado de valores e costumes “civilizados” através das letras. Finalmente, tais conhecimentos permitiriam o acesso às contribuições científicas na prevenção de doenças, através de mudanças de hábitos e a permissão da ação governamental do espaço urbano.

Foram esses colaboradores que esboçaram suas opiniões sobre o 13 de Maio, o papel do governo e a condição de ex-escravos no pós-abolição, através das páginas do *Correio da Lavoura*.

21. RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): economia e território em Processo*. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006, p. 32-41.

22. COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos*. Vale do Paraíba e Nova Iguaçu (1888-1940). Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História Social), UFRJ, 2008; e Rios, Ana Lúgão; Mattos, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005, p. 238.

O 13 DE MAIO

Para essa pesquisa, investiguei um momento anual específico que a temática da condição social do negro obrigatoriamente teria de vir a público: as comemorações do 13 de maio. Baseei-me na experiência de pesquisa nos jornais da imprensa negra, que reservavam grande espaço para crônicas e matérias sobre o assunto nesses dias do ano. E foi assim que muito aprendi sobre a importância da data na primeira metade do século XX, e não somente no *Correio da Lavoura* e em jornais da imprensa negra. Como dito anteriormente, investiguei dois diários da Capital Federal, com grande circulação entre as décadas de 1920 a 1950: *A Noite* e o *Correio da Manhã*. Interessou-me o que esses diários tinham de semelhança e diferença quando comparados ao hebdomadário *Correio da Lavoura*, no que tange às matérias sobre os “homens de cor”, em edições veiculadas nos dias 13 e 14 de maio.

No caso do *Correio da Lavoura*, analisamos prioritariamente matérias e crônicas de cinco colaboradores, Alfredo Jardim, Silvino Silveira, Balthazar Godoy, Edmundo Galvão e Luiz Cavalcanti. O primeiro era capitão da Guarda Nacional como o fundador, sendo o segundo aquele que mais escreveu no jornal através da coluna “A Lápis”. Não havia uma regra, mas geralmente esses cinco colaboradores lembravam e comentavam a data da abolição. Por vezes, iam além e expunham suas posições acerca dos resultados alcançados com a Abolição e as consequências posteriores.

Para entendermos um pouco mais o conteúdo dessas matérias, selecionei primeiramente as linhas que Alfredo Jardim publicou à primeira página da edição de 10 de maio de 1917, quando o jornal aproximava-se do seu segundo mês de vida. Como a maior parte das colunas comemorativas do 13 de maio na imprensa, Alfredo Jardim começava sua “Crônica” semanal, dedicada à história da Campanha Abolicionista. Suas palavras descreviam a data como uma das “mais festivas da nossa História”, pois fazia bem à alma “democrática [...] recordar essa grande epopeia”.

Alfredo Jardim deveria ter aproximadamente 40 anos quando escreveu a crônica e, assim, como boa parte dos seus contemporâneos, teve contato direto com ex-escravos ou descendentes desses²³. Os relatos da condição escrava e as dificuldades encontradas pelos “homens de cor” no pós-abolição eram mais que evidentes para ele. Daí regozijar-se pela “epopeia”, que salvou o país daquele “cancro [a escravidão], que precisava ser extirpado”.

23. CL, 29 de junho de 1947. Essa edição trouxe foto da família do colaborador ao celebrar suas Bodas de Ouro. Supomos assim que ele nasceria entre 1870 e 1880.

Realizada essa “nobre” missão, a nação deveria homenagear sempre os indivíduos que participaram da campanha abolicionista. Embora não os denominassem “heróis”, havia um sentimento de agradecimento àqueles homens que teriam encabeçado uma cruzada fundamental para levar o país ao caminho da “civilização”.

A luta que os patriotas, os intemeratos abolicionistas tiveram que sustentar, marcou época brilhante nos anais da nossa vida política. José do Patrocínio, João Clapp, Joaquim Nabuco, [Souza] Dantas e outros foram os beneméritos dessa campanha saneadora e humana, que visava quebrar os grilhões do cativo.

Mas um parágrafo especial estava reservado à Princesa Isabel, a redentora. Há uma unanimidade nos jornais consultados sobre o papel desempenhado por ela ao assinar o projeto João Alfredo, transformando-o na Lei Áurea. A lembrança era recorrente tanto no 13 de Maio como no dia do aniversário da própria princesa²⁴. Alfredo Jardim também laureava o feito pela filha do Imperador, que ainda encontrava-se no exílio em Paris.

Nesse dia, manda a Justiça que se diga, a excelsa princesa D. Isabel, que referendou a lei da redenção dos escravos, inscreveu seu nome nas páginas da nossa História, em caracteres de ouro, e passou com justa razão a ser o ídolo dessa raça infeliz, ao mesmo tempo que crescia no respeito de seus patrícios, que se deslumbraram diante do seu elevado sentimento de generosidade e desprendimento. Varreu-se do horizonte a mancha hedionda e de sobre nossos corações arrancou-se o peso imenso, opressor e asfixiante.

Até aqui, nenhuma surpresa nas palavras de Alfredo Jardim. A redentora passava a representar a corajosa mulher que libertara não somente os escravos daquela condição, mas também indivíduos como Alfredo Jardim e todos aqueles que simpatizavam com a causa abolicionista, que se sentiam envergonhados por conviverem com a escravidão, “mancha hedionda” que fora afastada da maior parte das nações civilizadas desde as primeiras décadas do século XIX. Além dessa dupla libertação, Jardim reproduziu um discurso que se manteve presente ao longo de todo o século XX: o da vitimização e da infantilização do ex-escravo, a “raça infeliz”. Ela seria ingênua a ponto de ser facilmente enganada por “espertalhões” de toda ordem. Vítimas da ausência de leis claras em sua defesa, os ex-escravos haviam de ser preparados para a nova realidade e protegidos por todos que não tivessem passado por aquela

24. BN: Correio da Manhã, 29 de julho de 1920, p. 1. “O Aniversário da Princesa Isabel, a Redentora”. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=14&Pesq=>, acessado em 02/07/2012.

condição. Em suas próprias palavras, deveriam dar “atenção, por que ela [a raça infeliz] ainda merece os nossos cuidados”.

Para ele, havia dois tipos de ex-escravos. O primeiro englobava os “que não quiseram modificar seu meio de vida, isto é, que se deixaram ficar onde sempre estiveram, dedicando-se aos misteres da lavoura”. O segundo são os que se desgarraram “da estrada larga do trabalho” e seguiam para as cidades, “atraídos pela vadiagem e sugestionados pelos vícios mais ignóbeis”. Há de chamar atenção essa forma lacônica para definir mais de 600 mil almas libertas em 13 de maio de 1888, mas ela apresenta uma visão levada mais pela sua experiência de vida e por opiniões veiculadas em romances, teses médicas e matérias jornalísticas²⁵. Jardim não divergiu de muitos contemporâneos seus, solicitando inclusive leis mais severas e “repressivas” aos ex-escravos “atraídos pela vadiagem”. Longe estava ele de perceber seu preconceito em relação aos egressos do cativeiro que migraram ou já estavam nas cidades, e a complexidade das realidades vividas por tão numeroso grupo de pessoas.

Mesmo assim sua fala reservava espaço maior para o primeiro grupo, o que estava ligado à lavoura, que não migrara para as cidades e não se perdera entre os vícios existentes nas urbes. Essa diferença é muito interessante. Romances e matérias na imprensa desde os últimos anos do século XIX criaram uma imagem que reduziavam os negros aos piores adjetivos, que deveriam ser mesmo tratados como doenças bloqueadoras do avanço do país rumo à modernidade, à indústria, à cultura dita elevada. Surpreendentemente, Alfredo Jardim apresentava outra possibilidade para compreender os caminhos de ex-escravos e seus descendentes: os que não migraram e eram explorados por espertalhões.

Há, além disso, uma odiosa desigualdade entre os libertos e o colono livre, buscado nas levas de imigrantes estrangeiros. A estes é proporcionada melhor situação de ordenado e de conforto, enquanto aqueles tudo se dificultam e se nega. Pagam-lhes menos, exploram-nos mais, alimentam-nos mal e deles cuidam com certo descaso, porque eles são humildes, não sabem reclamar, não conhecem as leis garantidoras de seus direitos e nem tem quem lhes tome a defesa quando maltratados. Porque esta diferença entre as duas categorias de necessitados, que se entregam aos árduos sacrifícios da vida agrícola [...] Se o imigrante e o liberto se irmanam na mesma profissão extenuante, porque não os nivelar com igual situação moral e pecuniária?

25. Para romances veja o livro de Júlia Lopes de ALMEIDA, *A intrusa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1998 [1905]. Sobre o racismo das teses médicas e a imprensa, veja entre outros, SCHWARCZ, Lillian Moritz. *Retrato em branco e preto*. São Paulo: Círculo do livro, 1988; e AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Salta aos olhos a comparação entre a situação dos ex-escravos e dos imigrantes numa região como Nova Iguaçu, onde os efeitos da imigração sequer haviam chegado, sendo mais sentidos, de diferentes formas, em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. Estudos sobre as duas primeiras cidades confirmam parte das indagações de Alfredo Jardim. Para São Paulo, Andrews explica que a exploração dos negros por parte dos espertalhões provinha da própria determinação dos negros nas negociações por novas condições de trabalho com seus antigos senhores. Estes últimos, como resposta, incentivaram a imigração em massa de famílias europeias (o que forçava os homens a se subordinarem ainda mais aos patrões), gerando graves distorções raciais no mercado de trabalho rural e urbano²⁶.

Mas o caso de São Paulo está distante de ser um paradigma nacional sobre o assunto²⁷. A situação, como dissemos, poderia ser invertida nas regiões em que o percentual de imigrantes era baixo. Na Bahia, a situação levou a tensões e negociações mais duras, pois os antigos senhores de engenho não conseguiram trazer imigrantes e tiveram de lidar com ex-escravos. Estes não aceitavam mais a disciplina e a rotina das antigas jornadas de trabalho²⁸.

Contrariamente aos estados de São Paulo e da Bahia, o Rio de Janeiro teve pouquíssimos imigrantes nas cidades do interior, como as do Vale do Paraíba fluminense. Hebe Mattos e Ana Rios investigaram a memória que descendentes de escravos tinham do cativeiro e do pós-abolição naquela que foi uma das regiões de maior produção de café no século XIX. Assim encontraram diversas histórias dos acordos para as relações de trabalho entre senhores

26. ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998, p. 135-137, 146. Para o autor, “a explicação da singularidade de São Paulo não deve ser buscada nas habilidades superiores de seus trabalhadores imigrantes. Ao contrário, deve ser buscada na política do Estado que pôs fim à posição de negociação dos afro-brasileiros, inundando o mercado de trabalho com europeus”. KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 87; p. 106-108. O autor afirma que o “elemento nacional, após a Abolição, tendeu a ser absorvido pelo processo produtivo só em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa”. Diferentemente de Andrews, ele entende que o liberto “permaneceu à margem das tarefas fabris [...] devido aos fortes preconceitos de cor, particularmente sobre o negro e o mulato”. Para Andrews, razões econômicas sobressaíram na decisão pelo incentivo à imigração.

27. Refiro-me aqui à utilização equivocada das análises de Florestan Fernandes sobre a condição social dos negros no Brasil. Suas pesquisas abrangeram São Paulo, mas tornaram-se paradigmas explicativos para todo o país. Por outro lado, os conceitos de Florestan Fernandes deveriam ser analisados à luz das recentes contribuições da historiografia sobre a escravidão e o pós-abolição em diferentes regiões do país. Veja NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?”; o pós-abolição no ensino de História”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. Veja também Andrews, George Reid, op. cit. p.118-134, e CHALHOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim*, cap. 1.

28. FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 213-229.

e ex-escravos. Segundo as pesquisadoras, quando as negociações não ocorriam ou desavenças se davam entre as partes, a saída era o “deslocamento”.

O grupo juntava as poucas coisas que entendia como necessárias – panelas, ferramentas de metal, roupas e o que possuísse de tecido e animais a que tivessem direito, assim como mantimentos – e iniciava a caminhada, que poderia durar dias, para o novo local [que] era geralmente conseguido por algum parente, que, lá chegando, os auxiliava a, se necessário, erguer a nova casa. Com todo o grupo trabalhando, a casa, de sopapo e chão batido, podia ser erguida em um dia²⁹.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, com imensa imigração portuguesa, conflitos raciais e por nacionalidade foram encontrados em jornais e processos criminais. Através deles percebemos que havia maior equilíbrio entre nacionais e estrangeiros nos espaços de trabalho, levando a disputas, às vezes sanguinolentas, entre nacionais e estrangeiros³⁰.

Podemos voltar agora ao que me fez selecionar o dito por Alfredo Jardim. Ele trouxe algo de novo à forma como a memória do 13 de Maio era celebrada nos principais jornais de época. O sucesso da Abolição, enfim, não havia sido completa. Algo ficara e precisava ser resolvido. O ex-escravo enfrentava diversas resistências para reproduzir as suas condições materiais de existência. Era preterido na hora de empregar-se pela massiva concorrência estrangeira nos postos de trabalho ou exploravam-no os espertalhões que se aproveitavam da falta de garantias legais aos trabalhadores em geral. Embora Alfredo Jardim tenha escrito uma afirmação que não se encaixava a pluralidade das atividades econômicas do país e à sua diversidade humana, foi ele o primeiro a comparar as condições de trabalho desiguais entre imigrantes e ex-escravos e seus descendentes nas páginas dos jornais investigados, que estampavam matérias sobre as comemorações do 13 de maio.

Nos anos subsequentes, as colunas do *Correio da Lavoura* no 13 de maio foram mais acanhadas. Em 1922, 1923 e 1924, as colunas foram reduzidíssimas, não passando de sumárias informações de celebrações e de uma ou outra referência aos abolicionistas ou à princesa. Em 1926, contudo, Edmundo Galvão brindou-nos com excelente artigo, no qual a rebeldia negra estava presente. Surgia com lembranças de nomes importantes da luta pela liberdade e pela abolição, pondo-os como protagonistas e reinterpretando suas ações e falas.

29. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Op. cit.*, p. 200.

30. Sobre o assunto, veja Sidney CHALHOUB. *Trabalho, Lar e Botequim...* e Gladys Sabina RIBEIRO. *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Comove-nos a rebeldia brava de Ganga Zumbi acolhendo irmãos desgraçados na serra da Barriga, fazendo florescer Palmares [...]; empolgam-nos a magnanimidade e o heroísmo grandioso de Pio, num dos desfiladeiros da Serra de Santos, fazendo frente à escolta, morrendo, mas dando tempo ao bando fugitivo de escapar à prisão e à gargalheira³¹.

Galvão apresentava duas lideranças negras em momentos distantes e marcantes na luta contra a escravidão ligada às *plantations*. A história do quilombo dos Palmares, no século XVII, é ainda uma das mais famosas, pesquisadas e conhecidas na academia e pelo público em geral, que revela um movimento fortíssimo de resistência às exigências dos senhores e às intervenções armadas que procuravam dismantelá-lo³². O segundo caso, liderado pelo liberto Pio, muito menos conhecido, ocorreu na altura de Santo Amaro, cidade de São Paulo, em 1887, às vésperas da abolição. Tal movimento representa a luta de sessenta escravos fugidos das fazendas do interior de Capivari, Salto e Itu em direção ao quilombo santista. Sem um guia que os conduzisse corretamente ao destino, perderam-se no caminho e foram violentamente perseguidos pela polícia, até o confronto mais duro com a cavalaria, que levou à morte o seu líder, o liberto Pio³³. Através de uma narrativa épica, Galvão apresentava a “rebeldia brava” dos negros na luta pela liberdade e mesmo pela abolição, transformando-os em protagonistas dotados de agência e transformadores de suas próprias vidas.

Para finalizar, Galvão também se referiu aos abolicionistas, mas diferentemente do que encontrei até então. Reproduziu a passagem de um jantar em que Patrocínio estava presente, na véspera do 13 de maio. Chamou-me a atenção às palavras do diálogo entre os comensais, e que foi reproduzido por Galvão com certa intenção. No jantar, ao saber da “generosa intenção do governo”, Patrocínio “pôs-se de pé” e bradou: – “Não peço a palavra, tomo a palavra”. Talvez essa frase pudesse não fazer muito efeito se fosse proferida por um abolicionista branco e, possivelmente, não seria utilizada por Edmundo Galvão. No entanto, o colaborador do *Correio da Lavoura* fez questão de frisar que “não estava ali um propagandista da abolição, estava uma raça”³⁴. Difícil

31. CL, 13 de maio de 1926, p. 1.

32. GOMES, Flávio. *De Olho em Zumbi dos Palmares. Histórias, símbolos e memória social*. São Paulo: Claroenigma, 2011; GOMES, Flávio; REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

33. MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Edusp, 2010 [1994], p. 225.

34. CL, 13 de maio de 1926, p. 3.

não perceber o gesto de Edmundo Galvão quando arrolou na mesma coluna personagens tão diferentes como um escravo fugido (Zumbi), um liberto (Pio) e um intelectual negro livre (José do Patrocínio) nas comemorações do 13 de maio. Ali estavam representantes da “raça mártir” demonstrando a sua constante ação pela liberdade da escravidão. Não eram vítimas e seres infantilizados como o fez Alfredo Jardim e tantos simpatizantes da luta abolicionista: tornaram-se protagonistas centrais na pena de Edmundo Galvão.

Após um hiato, em 1929, um artigo sem autoria sublinhava a importância da mão de obra indígena e africana para o desenvolvimento da vocação agrícola do país. Para isso, descreveu a história da escravidão passando pelo emprego de indígenas no início da colonização, a implementação do comércio português de africanos através dos “presídios” de Angola, Moçambique e Congo e o emprego desses homens e mulheres no eito. Segundo tal artigo, a escravidão da “raça mártir” e da indígena “criou a agricultura” razão pela qual o país experimentava a “decadência” desde 1888. Procurava seu autor mostrar a crucialidade desses indivíduos no desenvolvimento econômico do país, reservando-lhes alguma agência independente das ações dos homens europeus. “Alguma”, pois novamente aqui e diferentemente do artigo de Edmundo Galvão, em 1926, os negros tiveram sua “redenção” devido ao generoso remate, a tantos opróbios, “imposto por um coração de mulher”. Ou seja, nesse artigo, o autor reproduz mais uma vez a memória da Princesa Isabel como a que desejou e impôs algo, independentemente da ação dos escravos pelo que entendiam por liberdade nas últimas décadas da escravidão. Curiosamente, o autor não cita os abolicionistas, nem faz menção ao movimento encabeçado por famosos intelectuais e políticos³⁵.

Esses três artigos, selecionados do *Correio da Lavoura* até a década de 1930, apresentam lembranças do movimento abolicionista do mesmo modo que *A Noite* e o *Correio da Manhã* o faziam. Nada de diferente. Se algo chama a atenção é a participação dos escravos e seus descendentes com características mais combativas que os demais. Obviamente que o discurso vitimizador e infantilizado aqui estava, mas autores como Edmundo Galvão e Alfredo Jardim, embora tivessem visões diferentes acerca dessa condição, reservavam ao negro um papel de protagonistas das ações nas relações de trabalho, na luta pela liberdade e pela própria abolição. Tais temas estarão presentes nas edições posteriores dos três jornais, mas o 13 de maio começará a ser cada vez mais vinculado à luta pela alfabetização.

35. CL, 16 de maio de 1929, p. 2, “A escravidão no Brasil, 13 de maio”.

“A SEGUNDA ABOLIÇÃO”

Na edição de 13 de maio de 1920, o jornal trouxe matéria com críticas mais contundentes. Após um primeiro parágrafo em homenagem aos abolicionistas e à redentora princesa Isabel, o colaborador Luiz Cavalcanti avisava aos seus leitores que “outro intuito” o movia naquelas “linhas”. Resumia-se a combater uma “disfarçada escravidão”, um “mal [...] derivado direto do primeiro [mal] abolido em 1888”: o analfabetismo.

Que é ser livre? Não ter senhor, andar nas ruas livremente? Será só isso? Não. A liberdade é bem igual à independência. Ser livre é ser independente na ação, no pensamento e na vontade, e, onde há ignorantes e onde há dependentes há escravos, donde se conclui que ainda temos necessidade de uma segunda abolição para chegarmos à meta visada pelo sol de 13 de maio de 88.

Cavalcanti apontava para um problema constantemente discutido no *Correio da Lavoura* e que encontrava ressonância nos escritos de famosos intelectuais, como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo entre outros chamados “escolanovistas”³⁶. A escravidão aqui não era mais aquela representada por alguém ser propriedade de outrem. Está-se falando de uma pessoa que não consegue ser “independente” por desconhecer os direitos mais simples devido à barreira do analfabetismo. Cavalcanti não especificou quais as perdas os analfabetos enfrentavam cotidianamente, mas as mesmas não seriam compensadas por lhes bastar andar pelas “ruas livremente”. Sem a alfabetização da massa de trabalhadores e proprietários, não haveria educação, e sem essa as possibilidades para se alcançar a civilização e o desenvolvimento econômico da nação ficariam comprometidos. Tal mensagem se coadunava diretamente ao que era defendido há anos pelo dono do jornal: o incentivo à educação do brasileiro.

O artigo de Luiz Cavalcanti foi publicado em 1920. A vinculação entre escravidão e analfabetismo cresceria cada vez mais posteriormente. Foi ao final da década de 1930 e nos anos 1940 que encontramos um aumento das crônicas e matérias descrevendo o analfabetismo como um problema ou uma “segunda escravidão”. Isso se deveu ao momento político e econômico vivido pelo país. Havia a necessidade de avanços na formação de profissionais para atuarem nos setores terciário e secundário da economia, devido ao aumento das cidades e das demandas de uma volumosa população urbana. Em segundo lugar, os problemas existentes na agricultura, carente de técnicas mais eficazes

36. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920 - 1930), *Caderno de Pesquisa* [online], 1988, n. 66, p. 10-12. CUNHA, Marcus Vinicius da. Dewey e Piaget no Brasil dos anos trinta, *Caderno de Pesquisa* [online], 1996, n. 97, p. 5-12.

de plantio e beneficiamento, exigiam modernização. A formação de pessoal no Ensino Superior era fundamental, mesmo que voltada para uma quantidade ínfima de futuros profissionais liberais e funcionários públicos, que alcançariam os mais altos salários. Finalmente, a questão da nacionalidade, uma vez que a imigração trouxera milhões de europeus e asiáticos para o país, levando muitos lugares a desconhecerem o português como língua oficial – questão estratégica nos anos em que o país entrou em guerra contra o Eixo. A educação tornou-se, então, parte dos instrumentos vistos como fundamentais para solucionar tais problemas. As Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, durante o primeiro governo Vargas, foram iniciativas que se somaram na solução dessas questões presentes durante o primeiro governo Vargas³⁷. O analfabetismo, obviamente, emperrava qualquer solução.

Luiz Cavalcanti, nas páginas do *Correio da Lavoura*, e depois os intelectuais da Associação Brasileira da Educação (fundada em 1924) são exemplos de formadores de opinião que clamavam por mudanças mesmo antes da do golpe que levou Vargas ao poder. Sem dúvidas, esses intelectuais vincularam a campanha contra o analfabetismo a várias comemorações nacionais, fossem anuais, jubileus ou centenárias, como as festividades pela independência em 1922. O 13 de maio, obviamente, seria mais uma data por eles apropriada. Essa nova roupagem, no entanto, apagava parte importante da história os negros e de seus ascendentes do passado recente do país.

Foram entre pessoas iguais a essas que surgiram iniciativas da sociedade civil organizada, que criaram instituições nacionais para levantarem verbas para a construção de escolas e formas de diminuir o analfabetismo, independentemente das reformas no ensino orquestradas por Francisco Campos e Gustavo Capanema, e que tiveram ótima repercussão na imprensa, tanto da capital federal quanto nas páginas do *Correio da Lavoura*. Em, 1932, a Cruzada Nacional da Educação, criada no Rio de Janeiro pelo médico paulista Gustavo Armbrust, desenvolveu um sistema nacional para angariar contribuições de pessoas comuns e do comércio a fim de financiar a construção e manutenção de escolas populares além da compra de material didático. Tal cruzada foi deveras elogiada pelos colaboradores do *Correio da Lavoura*. Em sua matéria dizia o eufórico autor do jornal: a Cruzada “só poderá colher bons

37. BRITO, Sílvia Helena Andrade de. “A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)”. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). *Navegando na história da educação brasileira*. Campinas: EDUE-Unicamp, 2006, p.13-17. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html>, consultado em 20 de setembro de 2012.

frutos, através da sua campanha meritória, a que visa a libertação dos escravos da inconsciência e da rudeza desse povo”³⁸.

Iniciativas como essas poderiam reverberar nos ouvidos dos administradores municipais. Em 1920, havia 9 escolas municipais, saltando para 14 depois de oito anos, e mais 33, em 1933. Ou seja, em treze anos, Nova Iguaçu quase quadruplicou o número de escolas da prefeitura³⁹. Em “Um novo 13 de maio”, publicado no *Correio da Lavoura*, em 1937, J. Elydio da Silveira mostrava o quanto havia sido importante as reformas no ensino municipal, resultante da criação da Caixa Escolar Municipal, que levava mais verbas às escolas “pobres”. Era a “elevação da criança iguassuana”, “fazendo-a vislumbrar a promessa alvissareira de um novo 13 de maio – o da redenção dos espíritos”⁴⁰. Discurso muito próximo era lido na página 7 do *Correio da Manhã*, de 12 de maio de 1940,

Até há poucos anos, era a grande data da nacionalidade considerada feriado nacional, feriado que depois foi banido do calendário. [...] Aproveitando o transcurso da data de 13 de maio, comemorada em outras oportunidades, pela Cruzada Nacional de Educação com a abertura de algumas escolas, que são depois mantidas por instituições oficiais e particulares, a C.N.E, amanhã, lançará o seu plano consistente na cobrança de 5\$000 das pessoas que desejam ajudar a alfabetização do país. [...] O dia 13 de maio será, ainda este ano, de significação para o ensino fluminense. [...] a inauguração de nove escolas típicas rurais [...] para a educação da população infantil do interior fluminense.

Esse discurso encontrava eco junto a outros representantes da sociedade civil organizada, que desejavam transformar a realidade das áreas ligadas à produção agrícola. Refiro-me aos defensores de um projeto ruralista existente desde o fim do século XIX e que se mantinha forte nas primeiras décadas republicanas⁴¹. Tal movimento surge na Sociedade Nacional de Agricultura (fundada em 1896 por grandes proprietários diplomados ou docentes da Escola Politécnica), que incentivou a formação de uma educação agrícola no

38. CL, 12 de maio de 1938, p.1. Veja, sobre a Cruzada: Bica, Alessandro Carvalho; Corsetti, Berenice. “O prelúdio das campanhas de alfabetização na Era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação”, *Revista História da Educação*, v.15, n.33, jan.-abr. 2011, p. 170-180 e Raquel Lazzari Leite Barbosa. *A construção do “herói”: leitura na escola: Assis, SP, 1920/1950*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 77.

39. DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no Distrito sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Tese de Doutorado em Educação, UFF, 2012, p. 74.

40. CL, 13 de maio de 1937.

41. DIAS, Amália. *Op. cit.*, cap. 1.

país assim como a alfabetização⁴². Segundo Sônia Mendonça, além da SNA, os Ministérios da Agricultura, desde os anos 1910, e mesmo do Ministério da Educação e Saúde, nos anos 1930, também financiaram projetos de formação de escolas especificamente agrícolas para o universo rural brasileiro⁴³.

Segundo Amália Dias, Silvino Hyppolito de Azeredo, fundador do *Correio da Lavoura*, era muito envolvido com instituições da sociedade civil ligadas ao ruralismo⁴⁴. O próprio título da folha tinha esse fim. Pelos intelectuais que reunia em sua redação, pelo espaço destinado ao tema, o “*Correio da Lavoura* exercia a propaganda ruralista no município de Nova Iguaçu”⁴⁵. Havia a preocupação de assegurar as condições necessárias para a permanência do homem no campo, evitando o êxodo para as grandes cidades, onde, na visão desses intelectuais, o homem simples da roça encontraria as piores situações. O urbano seria o lócus que o levaria à perdição e à miséria, deslocado do seu espaço, da terra da qual sempre tirou sustento e aprendeu a viver. Enfim, o seu chão.

Não adiantava, porém, mantê-lo analfabeto e sem os conhecimentos trazidos pela ciência notadamente desenvolvida nas “nações civilizadas”, cuja produção agrícola sustentava a base das riquezas nacionais. Era ela que estava desenvolvendo a área da agronomia, criando ensino específico sobre o assunto, que tanto melhorava a produção de alimentos, o enriquecimento dos homens do campo e o desenvolvimento dos países com vocação agrícola como era o Brasil. Para que esse projeto desse resultados positivos, necessariamente havia de se ultrapassar o ensino especificamente “teórico” e implementar um outro formato, mais “prático”, sem diminuir o papel da instrução primária. Como dizia a matéria “Cruzada Santa”, em 1919,

O ressurgimento do Brasil promanará da sua instrução. As escolas proliferam nas cidades e capitais. Necessitamos de escolas rurais em todos os recantos das zonas produtoras do país, onde, como salutar manejo da enxada e do arado seja introduzido o ‘a b c’. Não se trata de fabricar bacharéis, mas sim de preparar cidadãos conscientes, cumpridores de seus deveres político-sociais, e que compreendam a grandeza do nosso invejável país⁴⁶.

42. Idem, p. 33.

43. MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, Educação Rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Eduff, 2010. Apud DIAS, Amália. *Op. cit.*, p. 64.

44. DIAS, Amália. *Op. cit.*, p. 31.

45. Idem, p. 62.

46. CL, 23 de outubro de 1919, apud DIAS, Amália. *Op. cit.*, p. 69.

Para além do interesse na educação voltada para a agricultura, os intelectuais do *Correio da Lavoura*, desejavam que os cidadãos desenvolvessem uma nova postura frente às mudanças que reclamavam para o município nas páginas do jornal. Nova Iguaçu tinha imensa extensão territorial antes das emancipações e enfrentava diversos problemas de doenças devido à grande quantidade de charcos e alagados existentes na época⁴⁷. Tal geografia impedia também a possibilidade de explorar amplamente a terra para a produção. Além disso, os problemas com iluminação pública, saúde, pavimentação de ruas, e mesmo a fundação de espaços de lazer eram exíguos.

Com o crescimento populacional e enriquecimento dos seus mais ilustres moradores, motivados pelo sucesso na produção de milhões de caixas de laranjas, consumidas no país e exportadas para países da América Latina e Europa, a mobilização política por mudanças aumentou nas esferas de poder como nas páginas do *Correio da Lavoura*. “Havia”, segundo Amália Dias, “um entrelaçamento entre saúde, condição física, conduta moral e disposição ao trabalho que buscava reorganizar, nas primeiras décadas pós-escravidão, a função social do trabalho e do trabalhador”⁴⁸.

O projeto ruralista e as ações visando o desenvolvimento regional do então município de Nova Iguaçu representavam o desejo de intelectuais ligados ao *Correio da Lavoura* e dos produtores locais. Procuravam afastar-se dos problemas ligados à lavoura com o fim da escravidão, que trouxe a desorganização das relações de trabalho na região – assim como em outras áreas do país que não conseguiram contratar imigrantes em condições vantajosas⁴⁹. A educação através da alfabetização e do ensino prático das então novas técnicas agrícolas trariam melhorias urbanas, saúde e espaços de sociabilidade dignos de homens letrados e poderosos.

Na década de 1930, mesmo na Era Vargas, os colaboradores do *Correio da Lavoura* ressentiam-se de como parte das suas reivindicações referentes à educação não haviam sido atendidas. No ano de 1930 a coluna do

47. PEREIRA, Waldick. *Op. cit.*; RODRIGUES, Adrianno. *Op. cit.*; SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.

48. DIAS, Amália. *Op. cit.*, p. 242.

49. CL, 11 de maio de 1939. Hernani Pereira, colunista do jornal, escreve matéria ao lado de uma outra comemorativa do 13 de maio, mas revela os prejuízos econômicos para a cidade com o fim da escravidão. Ao regozijar-se pelas obras de drenagem de rios e pântanos, Hernani afirmava que os grandes fazendeiros fluminenses haviam sido arruinados pela abolição que libertou a mão de obra comumente empregada “na obstrução de rios e inúmeros canais, que não só drenavam a planície, como serviam para o escoamento da produção da região”.

13 de Maio dizia que o Império em seu encerramento realizara a abolição, mas a República descurava do “levantamento mental das populações”. Para o autor, havia “as trevas da ignorância”, perpetuando os estigmas do “espírito da escravidão” que repontavam “em diversos prismas da vida pública e particular”, o que impediria as “expansões da nação”. Aqui fica clara a relação entre o atraso do país e uma continuação dos males trazidos pela escravidão, que mantinha seu espírito entre os brasileiros. Os homens do campo precisavam da educação para resolver a elevação profissional e moral do trabalhador brasileiro. Embora “o opróbrio, o aviltamento da raça mártir já se perde no pó do aniquilamento”, a “terra brasileira ainda” tinha os “escravos da ignorância”⁵⁰.

Como podemos ver, as colunas que comemoravam o 13 de maio começaram cada vez mais a apresentar tais reivindicações ao contrário de relembrar a escravidão e o abolicionismo. Isso não ocorreu somente no *Correio da Lavoura*, mas também nos jornais da grande imprensa – nos anos 1930 e 1940, o 13 de Maio é lembrado, mas com menos destaque. O elemento “brasileiro” passa a ocupar o espaço, sem cor pré-definida, nem qualquer relação com os limites impostos aos ex-escravos e seus descendentes durante o período do cativeiro. Distava inclusive dos elementos trazidos por Alfredo Jardim, que, embora vitimizasse o egresso do cativeiro, mostrava que faltava iniciativas específicas para tal indivíduo, explorado pela escravidão durante séculos.

Se uma parte das colunas do *Correio da Lavoura* sobre o 13 de Maio criticava a condição a que os negros estavam relegados, outra afastava-se das diferenças raciais, conforme a década de 1930 se aproximava, com sumárias referências aos negros escravos, e associava a ideia de abolição à alfabetização dos brasileiros. Era como se os discursos e atos racistas fossem esquecidos ou inexistentes, mesmo que denunciados pela imprensa negra⁵¹ e, de forma acanhada, pelos jornais de grande imprensa. Embora falassem em uma “segunda abolição”, eles estavam muito distantes dos problemas enfrentados pelos descendentes de escravos no pós-abolição.

50. CL, 15 de maio de 1930, sem autoria, p. 1.

51. No jornal paulista *O Progresso*, de 16 de dezembro de 1928, há um bom exemplo da denúncia do racismo no Brasil por parte da imprensa negra. A matéria de primeira capa “A caravana dos médicos brasileiros em Paris” revela que os representantes paulistas “se insurgiram contra a presença do médico haitiano Enoch Carteador, pelo fato de ser preto”. O próprio médico denunciou o caso ao jornal por meio de telegrama enviado de Paris, onde dizia que a empresa responsável pela organização do evento sofreu pressões para separá-lo “da caravana médica” por ser formado pela Bahia e pertencer à “raça preta, para que os franceses ignorem que o Brasil a possui”.

CONCLUSÃO

As matérias sobre as comemorações do 13 de maio são brechas abertas ao olhar do historiador, que observa a construção de uma memória da escravidão e do movimento abolicionista no Brasil. Nelas há um enredo em torno de corajosos heróis que, através das suas penas e associações, frustraram os planos retrógrados de cruéis senhores de escravos e desenharam um final feliz, cuja tela é a cena da assinatura da lei Áurea.

Surgem personagens como José do Patrocínio, Luis Gama, André Rebouças e, em destaque, a Princesa Isabel, a “Redentora”. A “pátria” deveria reverenciá-los; nunca esquecê-los. Representavam as lideranças que haviam derrubado as tentativas de manutenção da “mancha” que recaía sobre o país, sempre lembrada na frustrante comparação com as “nações adiantadas”. Embora esse enredo fosse repetido ano a ano pela imprensa, as mesmas matérias de comemoração do 13 de maio iam pouco a pouco diminuindo as referências à abolição, reduzindo-a a um segundo plano conforme as décadas avançavam.

A investigação apurou que o *Correio da Lavoura* não publicou tantos artigos acerca da luta dos ex-escravos e da condição dos mesmos após a abolição, como rigorosamente fizeram os editores de jornais da imprensa negra. Contudo, seria um erro supor que o *Correio da Lavoura* foi totalmente alheio a tais questões, quando comparado aos de grande imprensa que pesquisamos, *A Noite* e o *Correio da Manhã*. São exemplos disso os artigos de colaboradores do *Correio da Lavoura*, como Alfredo Jardim e Edmundo Galvão. Não sabemos se as folhas de grande imprensa tinham como política evitar matérias em que o ex-escravo fosse apresentado como um protagonista na luta pela abolição, diferentemente daquela imagem caricata do negro – resignada, infantilizada e incapaz – muito veiculada e presente em fins do XIX e início do XX. Silvino Hyppolito Azeredo e seus filhos não impediram que seu jornal tratasse da questão. Davam a liberdade necessária para que suas colunas noticiassem o tema.

Mas por que se mantiveram assim, entre uma imprensa que denunciava o papel e a condição do negro naquelas décadas e a outra que se resumia à celebração de vultos abolicionistas?

A pergunta carece de mais trabalho e ficará sem respostas conclusivas por ora. De todo modo, deve ser tratada com cautela, por ser o ponto inicial de futuras investigações acerca dos homens negros e mulatos, com *status* profissional, político, econômico e/ou intelectual, que se posicionaram ou não em relação às adversidades que o preconceito racial impunha nas relações cotidianas.

Embora mulato e de passado escravo, Silvino Hyppolito de Azeredo não incentivou a produção e a veiculação de crônicas com tintas mais fortes sobre as condições dos negros no pós-abolição. Diferentemente de redatores negros de cidades como Campinas e Rio Claro, em São Paulo e Pelotas no Rio Grande do Sul, ele preferiu adotar uma versão mais noticiosa no jornal, capaz de agradar ao público em geral, aproximando-se do conteúdo publicado nos diários da grande imprensa da capital.

Sua preocupação com a educação, a saúde e a higiene mostrava ainda que a formação nas escolas de Medicina e os contatos no meio jornalístico deram a ele uma proximidade com as temáticas circulantes no meio intelectual dos anos 1920, cada vez mais preocupado em forjar soluções para os males nacionais. Tornar um país mais saudável, moderno e industrial esbarrava no analfabetismo.

Sua contribuição viria na informação aos habitantes da cidade de Nova Iguaçu, acerca das propostas de mudança para o bem estar social, político e econômico da Baixada Fluminense. A educação da população era uma das suas reivindicações mais correntes, incentivando seguidos artigos e matérias sobre o assunto, quando não ele próprio interveio junto à administração municipal. Ele, contudo, parecia alheio às diferenças de cor entre os indivíduos constituintes da população iguaçuana à época. Era como se o preconceito racial não fosse um dos impeditivos de acesso à educação por parte dos negros. Mas seria um erro acreditar na falta de consciência de Silvino Hyppolito sobre o assunto.

Ele, em suas diversas atividades profissionais, quando revisor no Rio de Janeiro⁵², parece ter se envolvido no Abolicionismo. Seu amigo Silvino Silveira dizia que o fundador do *Correio da Lavoura* foi “companheiro do grande José do Patrocínio [e] sempre se bateu com denodo pela sublime causa do abolicionismo, a benemérita cruzada da redenção dos cativos”⁵³. Independentemente de averiguarmos se tal experiência realmente ocorreu, ele teve contato direto com a escravidão, os debates em torno das teorias raciais e a opção pela cor branca que muitos empregadores tinham no momento da con-

52. CL, 22 de março de 1987, p. 5. “Uma vida dedicada ao *Correio da Lavoura*”. Segundo Avelino Martins Azeredo, seu pai fora “amigo” de José do Patrocínio, quando trabalhara como revisor no Rio de Janeiro. Pode ser daí, inclusive, o interesse em criar um jornal.

53. CL, 5 de setembro de 1939, p. 1. SILVEIRA, Silvino. Coluna A Lápis, “Silvino de Azeredo”. Veja também CL, 14 de maio de 1944, coluna A Lápis, “Reflexos da Abolição”: “Havia, entre os paladinos da cruzada, um jovem ardoroso, apaixonado, pela redenção dos escravos – Silvino Azeredo – o inolvidável fundador do *Correio da Lavoura*, o que sempre constituiu uma das maiores glórias de sua vida!”.

tratação para as ocupações melhor remuneradas⁵⁴. Ele sabia que a educação não era para todos.

Mas a realidade da educação em Nova Iguaçu parece ter sido bem diferente das escolas de ensino superior que estudou. Muitas imagens tiradas na década de 1930 mostram que havia crianças negras estudando em bom número nas escolas municipais e estaduais de Nova Iguaçu⁵⁵. Talvez por isso soubesse que ao pedir educação para a região o solicitava em benefício de todas as crianças e adultos sem escolarização, independente de suas cores. Assim, poderíamos até acreditar que a realidade da cidade natal fizera-o pouco se referir ao assunto, assim como também procederam seus filhos.

Mesmo assim algo mais me intriga. Não encontrei maiores informações sobre seu pai – que não tem seu nome registrado em sua certidão de casamento –, nem acerca sua mãe. A genealogia dos Azeredo é iniciada com Silvino Hyppolito. Apoiando-me em Michael Pollak, entendo que os ascendentes do fundador do *Correio da Lavoura* foram esquecidos ou silenciados⁵⁶. Sua mãe, como vimos no início deste trabalho, possivelmente estivera bem próxima à escravidão, quem sabe fora escrava. Por que não há nada a respeito desse passado nas comemorações de aniversário do fundador do jornal? Há forte possibilidade de seu pai ter sido um homem branco e sua mãe negra. A pele de Silvino era parda, como atestam suas fotos e mesmo a declaração do seu filho no atestado de óbito⁵⁷. Será que ele foi concebido por uma relação entre senhor e escrava ou mesmo entre um rapaz branco e rico e uma negra liberta? Será que seu pai não o desejara, daí ausência do mesmo na memória de Silvino Hyppolito? Afinal, a primeira menção ao pai se dá justamente em

54. Entre outros, veja: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas: Unicamp, 2001 [1986]; RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos*. São Paulo: Brasiliense, 1990; e ANDREWS, George Reid, *Op. cit.*, cap. 3.

55. Veja DIAS, Amália, *Op. cit.*, cap. 3.

56. POLLAK, Michael, Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v. 2, n. 3, 1989.

57. Primeiro Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: Assento de óbito. Livro 31, registro n. 7926. “Aos vinte e seis dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e nove, nesta cidade, em cartório compareceu Avelino Martins de Azeredo, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade e declarou que as vinte e três horas do dia vinte e cinco de setembro do corrente ano, a casa Bernardino Mello numero quatrocentos e trinta e três, nesta cidade, faleceu Silvino Hyppolito de Azeredo, do sexo masculino, *cor parda*, com trinta anos de idade, jornalista, casado com Avelina Martins de Azeredo, natural deste estado, filho de *Candido de Almeida de Azeredo Coutinho e de Thereza Joaquina da Conceição*, sendo a causa da morte Pericardite Crônica, colapso cardíaco, conforme atestado medico por Doutor Antonio de Luca e vai ser sepultado no cemitério desta cidade. E para constar, digo em tempo deixando filhos. E para constar lavrei este termo que assina o declarante, eu Iassi Mello Braga assistente de justiça”. *Grifos meus*. Agradeço ao historiador Carlos Eduardo Coutinho a indicação dessa fonte.

atestado de óbito de Sivino Hyppolito, quando surge a referência da paternidade, possivelmente um membro dos Azeredo Coutinho. O caso parece-nos tão forte que ele assinava “Silvino Azeredo” e nada mais. Finalmente, esse silêncio talvez fosse um total descontentamento em se dizer filho ou neto de escravos naquela conjuntura. As diferenças raciais, a ascendência escrava ou a distância entre o poder econômico dos pais podem explicar esse silêncio.

Tal questão ainda é um primeiro passo para investigarmos qual o posicionamento desses homens negros na virada do século e o porquê das suas atitudes frente ao assunto. Assim, poderemos melhor investigar os efeitos nocivos do preconceito racial e das concepções indesejadas na posição e atuação política desses indivíduos, fosse na exposição ou denúncia do racismo, como faziam aqueles da imprensa negra, fosse no silenciamento da questão ao longo da vida.

O ENIGMA DE PAULO LÍCIO RIZZO NOS ARQUIVOS DO FBI (1949-1950): DE ESTUDANTE PREMIADO A “PASTOR COMUNISTA”

Adriano Luiz Duarte

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Cruzando fronteiras: A história do trabalho no Brasil para além das dicotomias tradicionais”, do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Nesse sentido, dialoga e compartilha dos pressupostos desse projeto, mais especificamente, de três modos complementares: 1) cruzando as fronteiras das dicotomias recorrentes, ao partir do pressuposto que a atividade artística – nesse caso, a literatura – é tão constitutiva deste mundo quanto os temas tradicionais da política e das condições de trabalho; 2) cruzando as fronteiras nacionais, ao problematizar as investigações do FBI sobre as supostas vinculações comunistas do pastor presbiteriano Paulo Rizzo, no Brasil e nos EUA; 3) cruzando as fronteiras temporais, na medida em que conecta o concurso literário criado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) em 1942, com os desdobramentos da Guerra Fria em 1949.

Em 1942, o MTIC promoveu o 1º Concurso Nacional de Romance e Teatro para Operários. O romance vencedor foi “Pedro Maneta” de autoria de Paulo Lício Rizzo. Em suas páginas emerge um amplo conjunto de problemas acerca da sociedade brasileira em plena adequação aos pressupostos do Estado Novo: as políticas imigratórias; a intrincada composição étnico-cultural da sociedade; as relações de trabalho, com seus complexos jogos de força; as

multifacetadas e difíceis relações entre trabalhadores nacionais e estrangeiros; as relações entre patrão e empregado; o papel da representação, os dilemas econômicos; os impasses sociais acerca da modernidade brasileira; a tessitura do sistema corporativo e suas várias ambiguidades entre campo e cidade; os percalços para a constituição do “homem novo”; as várias faces da cultura popular, seja quando ela entrava o advento do progresso, seja quando o potencializava. Em 1949, Paulo Lício Rizzo terminou os estudos no seminário presbiteriano de Campinas (SP) e seguiu para os Estados Unidos para aperfeiçoar seus estudos no seminário de Princeton, em Nova Jersey. Foi quando o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) recebeu, do Brasil, uma denúncia apontando a sua ligação com o Partido Comunista. Este trabalho vai se concentrar na investigação promovida pelo FBI, problematizando os seus significados.

I – A DENÚNCIA

Paulo Lício Rizzo nasceu em Campinas, São Paulo, em 23 de outubro de 1922, filho do pastor presbiteriano Miguel Rizzo e de Maria Lício Rizzo. Em 1942, Paulo Rizzo obteve o primeiro lugar no *Concurso Nacional de Romance e Teatro para Operários*, promovido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) em plena vigência do Estado Novo, com o romance “Pedro Maneta”. O romance fora quando Paulo Rizzo tinha 19 anos e ajudava seu pai na escola dominical da igreja em que era ministro, no bairro paulistano da Mooca. Entre 1942 e 1946, Rizzo cursou a faculdade de teologia da Igreja Presbiteriana do Brasil, sendo ordenado ministro em janeiro 1946. Quatro meses depois, seguiu para o Seminário Presbiteriano de *Princeton*, no estado de *Massachusetts*, para aprimorar sua formação. Antes de seguir para os EUA, casou-se com Cecília Borges Rizzo, que, por razões familiares, permaneceu no Brasil. Em 1947, Paulo Lício voltou ao Brasil para buscar sua esposa e sua primeira filha recém-nascida. Terminado o curso em Princeton, ele atuou como jornalista, editando o periódico bimestral “Aurora Evangélica”, dirigido à comunidade de língua portuguesa da cidade de New Bedford, onde também foi pastor na *Christ Presbyterian Church*. Em 1948, recebeu uma proposta de trabalho na Escola de Línguas do Exército, na Califórnia: “[...] e aí, nós fomos pra Califórnia, ele foi lecionar na Escola de Línguas do Exército, para oficiais. O império já começava... E ele foi chefe do departamento de português”¹. No início de 1950, a família Rizzo retornou ao Brasil. Nos três primeiros meses,

1. Entrevista com Cecília Borges Rizzo, viúva de Paulo Lício, concedida ao autor em São Paulo, em 20 de janeiro de 2005.

moraram no Rio de Janeiro, onde Paulo Lício foi pastor da Igreja Presbiteriana de Copacabana; em seguida, foi transferido para São Paulo, para o bairro operário da Lapa, onde ficou por um curto período; foi novamente transferido, para a Igreja Presbiteriana Filadélfia, em São Caetano do Sul, na qual atuou até sua morte prematura em 1953, aos 34 anos de idade².

No dia 27 de janeiro de 1949, uma denúncia foi remetida da cidade do Rio de Janeiro diretamente ao diretor do FBI, em Washington, com o seguinte teor:

Informações recebidas por este escritório através de ____ para o efeito de que o indivíduo apontado que supostamente está empregado, atualmente, na Escola de Línguas do Exército dos Estados Unidos, no presídio de Monterrey, Califórnia, é um “comunista ideológico, é um adepto do proselitismo em favor do comunismo e é muito antiamericano”. Ele acrescentou que os membros da família de Rizzo, em São Paulo e Campinas, estado de São Paulo, são definitivamente membros do Partido Comunista Brasileiro, e ele era incapaz de afirmar com certeza que o sujeito é um membro do Partido Comunista, ele tinha certeza que Rizzo é um indivíduo indesejável para ocupar a posição que tem. ____ avisou que o pai de Rizzo era um pastor presbiteriano e que por muitos anos foi pastor de uma Igreja Presbiteriana, de língua portuguesa, em *Newark*, Nova Jérsei. Esforços estão sendo feitos para obter e confirmar informações sobre Rizzo, isto será fornecido à agência em um futuro próximo.³

A carta não era endereçada a nenhuma autoridade federal estadunidense, mencionava apenas “Diretor, FBI” e definia seu conteúdo como de “*Secutiry matter*, categoria C”. O nome do remetente, bem como as fontes das informações referidas, aparecem cuidadosamente cobertos por uma tarja branca. É possível apenas ler, no canto esquerdo, no pé da página, “RLL, jar” – supõe-se que sejam as iniciais maiúsculas do remetente carioca e as minúsculas do (a) datilógrafo (a) do documento. No canto esquerdo, acima das iniciais, ao lado da assinatura do remetente devidamente tarjada, há duas anotações: os números “100” e “121” – que no jargão do FBI indicam os chamados *offense codes*, apontando a rubrica sob a qual o indivíduo mencionado seria investi-

2. Todas as informações foram obtidas na entrevista com Cecília Borges Rizzo.

3. FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION United States Department of Justice. Subject: Rizzo, Paulo Lício. FOIPA nº 1117746-000, p. 3. Agradeço à Maria Antônia Gatti e Júlia Stephan pelo auxílio inestimável no manuseio dessa fonte.

gado. Contudo, nesse caso, há duas indicações e não apenas uma; a primeira, refere-se a *domestic security*, e a segunda, a *loyalty of government employees*⁴. Na verdade, parece difícil separar os casos que se referem à “lealdade dos empregados do governo” dos que tratam de “segurança interna”, tal é o imbricamento entre ambos. Além disso, os dois números também podem indicar que dois processos diferentes foram abertos, simultaneamente, em diferentes localidades. Os espaços em branco, tarjados ao longo do dossiê, parecem corresponder à omissão de nomes, lugares ou circunstâncias que possam identificar sejam os autores da denúncia, sejam os investigadores encarregados do caso. Existem vinte e quatro códigos – todos sucintamente descritos nas páginas de rosto do dossiê – esclarecendo sobre os critérios de uso das tarjas. O primeiro, *b6*, se refere a “arquivo pessoal ou médico cuja revelação pode constituir uma clara invasão de privacidade.” O segundo, *b7c* informa que “pode-se supor que essa informação constitua invasão de privacidade”. Na página 7, aparece o nome S. J. Tracy, que recebeu um memorando de 18 de agosto, enviado por D. M. Ladd. Como a correspondência do dia anterior fora enviada de “SAC, Washington para SAC, São Francisco”, e SAC é a abreviação para “*special agent in charge*”, pode-se inferir que S. J. Tracy fosse o agente especial encarregado da investigação em São Francisco, e D. M. Ladd, em Washington. Na página 8, um memorando enviado pelo SAC, Newark para o SAC, São Francisco aparece assinado como Kimball, possivelmente o agente especial naquela cidade. Na página 10, há outro memorando assinado Guy Hottel, agente especial, para os SAC em São Francisco e Washington. Entretanto, de modo geral, os memorandos e ofícios não eram assinados⁵.

John Edgar Hoover foi o diretor-geral do FBI por um período de quase cinquenta anos, de 1924 a 1972; sob sua direção, o *Bureau*, como era conhecido, tornou-se parte fundamental da estrutura governamental e um símbolo da cultura estadunidense. Sua fama consolidou-se nas décadas de 1940 e 50, quando se destacou nos esforços contra a espionagem nazista e a infiltração comunista. Especificamente durante a II Guerra Mundial, coube ao *Bureau* investigar os casos relacionados a sabotagem e espionagem, tornando-se o principal órgão governamental a se ocupar da segurança interna. Na presidência de Franklin Roosevelt, o FBI foi encarregado do serviço de inteligência no

4. O próprio FBI fornece os códigos nos quais são enquadradas as investigações na *FBI File Classification List*. Disponível em <www.fbi.gov/foia/privacy-act/file-classifications/>. Consultado em 7 de março de 2012.

5. FOIPA n° 1117746-000, p. 1-7. Sobre os códigos e abreviações usados na documentação produzida pelo FBI, ver: LANGBART, David; HAINES, Gerald K. *Unlocking the Files of the FBI: A Guide to Its Records and Classification System*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1993.

hemisfério ocidental, numa operação denominada *Special Intelligence Service*, nos anos finais da guerra, antes que se criasse a *Central Intelligence Agency* (CIA), em 1947. No contexto da Guerra Fria, cabia ao *Bureau* cuidar da segurança interna, o que incluía, entre outras funções, investigar os antecedentes de todos os empregados do governo, num esforço para evitar a infiltração de agentes estrangeiros nos órgãos governamentais estadunidenses. Nesse contexto é que a investigação sobre o pastor Paulo Lício Rizzo parece fazer algum sentido. E embora pouco provável, não é de todo descartada a possibilidade de que a carta chegasse às mãos do poderoso diretor geral do *Bureau*. O certo é que o FBI produziu sobre ele um dossiê de setenta e quatro páginas, nas quais se detalha sua passagem pelos EUA, entre maio de 1946 e outubro de 1949: endereços, atividades profissionais, relações familiares, contatos sociais etc.

A primeira correspondência do dossiê sobre as supostas ações do “comunista” Paulo Lício é datada de 27 de janeiro de 1949; quase três anos depois da sua chegada aos EUA. Esses eram anos de tensão política crescente; Guerra Fria já era uma expressão de uso generalizado para designar a oposição entre o bloco ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos, e o bloco soviético, capitaneado pela URSS⁶. Os anos de cordialidade que marcaram o final da II Guerra ficaram para trás. No Brasil, o Partido Comunista havia perdido seu registro legal em maio de 1947, resultado de uma onda persecutória que se tornou política de Estado.

Nos EUA, em março de 1947, o presidente Harry Truman havia assinado a ordem executiva nº 9.835⁷, conhecida como *The Loyalty Order*, cujo objetivo era assegurar a lealdade dos funcionários públicos, civis e militares, e impedir as possíveis infiltrações comunistas nas várias agências e departamentos do governo. A ordem executiva facilitou a investigação de mais de três milhões de servidores públicos e resultou em mais de trezentas demissões⁸. É no

6. Embora haja razoável controvérsia, a expressão “Guerra Fria” pode ser atribuída ao jornalista Walter Lippmann. Ele publicou um conjunto de artigos no jornal *New Herald Tribune* em 1947, criticando o artigo *The sources of Soviet conduct*, publicado por G. F. Kennan sob o pseudônimo de Mr X. Posteriormente, ainda em 1947, Lippmann publicou o conjunto desses escritos sob o título *The Cold War: a Study in U.S. Foreign Policy*. New York: Harper and Brother, 1947. Um sumário desse debate pode ser encontrado em BARNET, Richard J. A balance sheet: Lippmann, Kennan, and the Cold War. In: HOGAN, Michael. *The end of the Cold War. Its Meaning and Implications*. Cambridge (Mass): Cambridge University Press, 1996. p. 113-126 apud MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: TEIXEIRA da SILVA, Francisco Carlos (org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 261-281.

7. SHATTUCK, Henry. The Loyalty Review Board of the U.S. Civil Service Commission, 1947-1953. *Proceedings of the Massachusetts Historical Society*, Third Series, Vol. 78, (1966), p. 63-80.

8. MCCOY, Donald. The Constitution of the Truman Presidency and the Post-World War II Era. In FAUSOLD, Martin and Shank, Alan (eds). *The Constitution and the American Presidency*. Suny Press, 1991, p.116.

contexto da “caça às bruxas”, encetado pela *The Loyalty Order*, que se entende a crescente preocupação com funcionários como Paulo Lício Rizzo.

Em agosto, o escritório do FBI em *Washington* recebeu uma segunda correspondência, possivelmente da mesma fonte brasileira. Segundo as observações dos agentes do *Bureau*, a informação “obtida de informante confidencial”, mas de reputação conhecida, afirmava em tom categórico que Paulo Lício era “comunista ideológico, é um adepto do proselitismo em favor do comunismo e é muito antiamericano”. Nessa segunda carta, o informante aprofundava sua denúncia e garantia que na família Rizzo, tanto em São Paulo quanto em Campinas, havia membros do Partido Comunista do Brasil. Enfatizava que Rizzo era “um indivíduo indesejável para ocupar a posição que tem”. Curiosamente, o informante concluía suas observações assinalando uma longa e consolidada conexão de toda a família Rizzo com os EUA. Acrescentava, por exemplo, que o pai de Paulo, Miguel Rizzo, fora pastor de uma igreja presbiteriana de língua portuguesa na cidade de *Newark*, estado de Nova Jersey, por alguns anos. Além dele, diversos outros parentes mantinham fortes conexões religiosas e culturais com os Estados Unidos. Entretanto, a despeito de todas as suas certezas, o informante foi categórico ao afirmar que “não dará um depoimento assinado e não aparecerá em uma audiência da lealdade”. A “audiência de lealdade” era um dos desdobramentos da ordem executiva n. 9.835. Era o momento de confrontação entre acusado e acusadores, com a apresentação das provas coletadas pelas diversas instâncias da investigação, que se multiplicavam conforme o anticomunismo se alastrava e a Guerra Fria recrudescia. Com a carta, vinha a instrução para que se apurasse se o mencionado Paulo Rizzo no documento era a mesma pessoa que se encontrava trabalhando no presídio de *Monterrey*, no estado da Califórnia. Constatada a identidade, o *Bureau* deveria transformar a denúncia numa “investigação de campo”, ou seja, iniciar o levantamento do maior número possível de informações sobre o acusado. Ao mesmo tempo, a agência em Washington e o escritório auxiliar na Califórnia deveriam ser imediatamente notificados de que uma “investigação completa de campo” havia sido iniciada⁹.

Só é possível conjecturar sobre as razões pelas quais o denunciante se recusou a assinar seu depoimento, bem como a aparecer numa audiência pública. Se fosse brasileiro, não estaria submetido à obrigação de comparecer a uma audiência pública, o que sugere a hipótese de se tratar de um denunciante estadunidense. Nesse caso, é provável que se tratasse de um funcionário do cor-

9. FOIPA n° 1117746-000, p. 4.

po diplomático ou de algum dos inúmeros escritórios comerciais e de relações culturais mantidos no Brasil pelo governo dos Estados Unidos – herdeiros dos escritórios do *Office of the Coordinator of Inter-american affairs*, espalhados por onze capitais e desativados em 1945. Se assim for, pode-se imaginar também que a sua posição não o estimulasse a aparecer publicamente como denunciante; talvez não pudesse fazê-lo porque seu trabalho consistisse exatamente na investigação dos brasileiros que seguiam para os EUA; ou, ainda, porque a fragilidade das provas – aparentemente baseadas apenas em denúncias verbais – exigia uma comprovação mais efetiva. Mas talvez, e muito provavelmente, fosse um denunciante próximo da família Rizzo, alguém ligado à Igreja Presbiteriana de São Paulo ou ao Seminário Presbiteriano de Campinas.

II – O DENUNCIADO

No dia 17 de agosto de 1949, o escritório do FBI, em *Washington*, remeteu ao escritório de São Francisco uma breve nota sobre o investigado:

Rizzo nasceu em 23 de outubro de 1922, em Campinas, São Paulo, Brasil, número de registro de estrangeiro nº 6310134. Ele entrou no país, pela primeira vez, em maio de 1946 para participar do seminário presbiteriano, em Princeton, Nova Jérsei. Ele aceitou uma indicação da escola de línguas do exército, no presídio Monterrey, Califórnia, em 12 de maio de 1948. Ele é atualmente professor da língua portuguesa na escola de línguas do exercito e está vivendo em Monterrey, Califórnia.¹⁰

Todas as informações estavam corretas. Após a primeira denúncia, no início de 1949, desencadeou-se uma minuciosa reconstrução dos passos de Paulo Lício nos EUA. As 74 páginas do relatório apontam que a investigação do FBI tinha duas direções simultâneas: buscava recompor os passos de Paulo Lício nos EUA, estabelecendo com a maior precisão possível os contatos que ele realizou no país; e procurava determinar se, de fato, ele tinha alguma ligação com o então ilegal Partido Comunista do Brasil, e se essa ligação poderia ser comprovada. No entanto, o que parece ter intrigado os diversos órgãos encarregados da segurança, no início das investigações, foi o fato de que não havia registro, em nenhum dos lugares pelos quais ele passara, de “um tal Paulo Lício Rizzo”, de modo que, a primeira e mais urgente ques-

10. Ibidem, p. 6.

tão passou a ser determinar se as informações procedentes do Brasil diziam respeito à mesma pessoa que lecionava português para oficiais do Exército estadunidense em *Monterrey*.

As incertezas eram tantas, que um memorando de agosto de 1949, do escritório do FBI em Newark para o diretor do FBI em Washington, relatava não haver nenhum registro da passagem de Paulo Rizzo pela cidade. Terminava sugerindo que a continuidade da investigação fosse transferida para outro escritório: “considerando que aparentemente, pelas informações obtidas, Paulo Lício Rizzo nunca residiu em Nova Jersey, este caso está sendo fechado neste escritório, a menos que recebamos ordens contrárias da Agência”¹¹. Para sanar as dúvidas, os investigadores realizaram diversos interrogatórios com os responsáveis pelo Sínodo Presbiteriano de *New Jersey* e restabeleceram a passagem de diversos pastores da família Rizzo pela cidade:

____ sínodo presbiteriano de *New Jersey*, *Broad Street*, 605, *Newark*, relatou que o reverendo Samuel Rizzo era pastor da Igreja Presbiteriana Saint Paul, *Newark*, *New Jersey*, de 1935 a 1947. Ela contou que Saint Paul era uma igreja de língua portuguesa e que Dr. Rizzo foi um dos seus fundadores. ____ afirmou que ela era próxima a Dr. Samuel Rizzo desde 1931 quando ele trabalhou no comitê de extensão da igreja do presbitério de Newark, ____ relatou que Dr. Samuel Rizzo e sua família eram vizinhos desta localidade por vários anos desde 1931, e que ela conhece a família inteira muito bem. ____ afirmou que a esposa de Dr. Samuel Rizzo se chama Celine e que eles têm 2 crianças ____ e ____, todos residem atualmente na universidade de Princeton, onde Dr. Rizzo está envolvido no seminário teológico. Afirmou que o Dr. Samuel Rizzo não tem um filho com o nome de Paulo Rizzo, mas ela acredita que ele pode ter um sobrinho com este nome. Ela avisou que o sobrinho nunca morou em *New Jersey*, pelo que ela sabe. ____ afirmou que a família de Dr. Samuel Rizzo mora em algum lugar, no Brasil, e que a família de sua esposa Celine mora em São Paulo, Brasil. Ela informou ainda que o Dr. Samuel Rizzo tem um irmão, que é muito importante na Igreja Presbiteriana do Brasil. Nenhuma informação sobre Paulo Lício Rizzo está contida nos arquivos de *Newark*.¹²

11. FOIPA n° 1117746-000, p. 6.

12. *Ibidem*, p. 11.

Ao que tudo indica, só nesse momento ficou absolutamente claro que a denúncia vinda do Brasil se referia, de fato, à mesma pessoa que ensinava português para oficiais do Exército americano no presídio de Monterrey, na Califórnia. Resolvida a dúvida, o escritório do FBI de São Francisco encaminhou novo ofício ao escritório de *Boston*, estabelecendo como prazo final para a apuração de todas as denúncias o dia 10 de outubro. O memorando, datado de 15 de agosto, procedia a uma cuidadosa retrospectiva de todas as informações coletadas até aquele momento, resumindo os procedimentos adotados e as informações coligidas. Três dias depois, em 18 de agosto, o próprio diretor do FBI, Edgar Hoover, assinou um ofício para o diretor do Departamento de Inteligência do Exército, no Pentágono, com cópia para o escritório de São Francisco, no qual resumia todos os procedimentos realizados até então e sintetizava todas as informações reunidas. O ofício informava que uma “investigação de lealdade” estava em andamento e solicitava a intervenção direta do Serviço de Inteligência do Exército, para que também providenciasse uma investigação no Brasil.

Apreciaríamos se vocês conduzissem uma investigação na América do Sul, sobre a lealdade de Rizzo e sua família. No caso de informação de deslealdade ser fornecida a vocês, é sugerido que esta informação seja obtida na forma de depoimento assinado, se possível. Para auxiliar na condução da investigação estão anexadas duas cópias do Formulário de Lealdade de Rizzo.¹³

O relatório terminava enfatizando as responsabilidades conjuntas (do Exército e do FBI) pela investigação do indigitado Paulo Rizzo e solicitava seis cópias – para seis diferentes escritórios do FBI – de todos os relatórios da investigação realizada pelo Serviço de Inteligência do Exército e, principalmente, do que fosse apurado no Brasil. Pela primeira vez, a investigação parecia se interessar pelo que pensava e escrevia Paulo Rizzo. Assim, os investigadores retornaram à *New Bedford* e encontraram uma matéria no jornal local, publicada em julho de 1946, noticiando a chegada do pastor Paulo Rizzo à *Presbyterian Church*. A matéria do *Aurora Evangelica* “apontava Rizzo como o autor do romance *Pedro Manela* (sic), que havia ganhado o primeiro lugar em concurso promovido pela “secretaria do trabalho brasileira” (sic). Acrescentavam ainda que “ele escreveu, também, outros dois romances, uma peça de teatro para jovens e diversos artigos e

13. *Ibidem*, p. 13.

poemas na imprensa brasileira. Sugerimos que a agência considere obter cópias, já que não estão disponíveis localmente”¹⁴.

É possível que o ofício do FBI se referisse também ao livro “Reestruturação do mundo de após-guerra”, obra que recebeu o Prêmio Internacional da Liga das Nações, e da peça “Dois de dezembro”, comédia em dois atos. Contudo, nenhum desses trabalhos havia sido publicado. O livro “Pedro Maneta”, segundo o depoimento de Cecília Borges Rizzo, foi escrito em dez dias, durante as férias escolares de julho de 1942, antes que Paulo Lício entrasse para o Seminário Presbiteriano de Campinas¹⁵. A trama do romance Pedro Maneta estava centrada na vida no bairro operário da Mooca e nas suas fábricas têxteis. As páginas do romance problematizam um amplo conjunto de temas acerca da sociedade brasileira a partir da República. Discutem-se as políticas imigratórias; a intricada composição étnica e cultural da classe operária; as relações de trabalho e seus complexos jogos de força; as multifacetadas e difíceis relações entre trabalhadores nacionais e estrangeiros; as relações entre patrões e empregados; o papel da representação política; os dilemas da sobrevivência; os impasses sociais da modernidade brasileira; a tessitura do sistema corporativo e suas ambiguidades entre campo e cidade; os percalços para a constituição do “homem novo”; as várias faces da cultura popular, seja como obstáculo ao advento do progresso, seja como um dos seus potencializadores.

Lido com atenção percebe-se que não há nada no livro que pudesse confirmar aos diligentes investigadores do FBI as supostas ligações comunistas de Paulo Lício. Ao contrário, o livro fora premiado pelo MTIC porque respondia aos princípios ideológicos do Estado Novo, que se caracterizou, entre outras coisas, pela preocupação com a constituição material e moral do que se denominou “novo homem” ou o “cidadão do Estado-Nacional”. Para isso, embasou-se ideologicamente, como observou Eliana Dutra, em quatro pilares-constitutivos: o amor à *Pátria*, a determinação social pelo *Trabalho*, a centralidade da *Família* e, enfeixando o conjunto, o *Anticomunismo*¹⁶. Esses foram os vetores pelos quais se buscou atingir as mentes e os corações dos brasileiros, exorcizando a multiplicidade interna da sociedade fragmentada, projetando, mais do que imagem, um desejo de coesão e harmonia. Se o tema

14. Ibidem, p. 14.

15. Entrevista com Cecília Borges Rizzo, viúva de Paulo Lício, concedida ao autor em São Paulo, em 20 de janeiro de 2005.

16. DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário*: ou a outra face na construção do Estado Novo. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 1990. p. 51.

do *comunismo* era a senha que mobilizava um conjunto de forças, colocando em prática um projeto ordenado e amplo, representava muito mais do que os membros de um partido político. Sob essa rubrica estavam condenados também os inimigos não nomeados, sem rosto, sem lugar, sem tempo. A violência da repressão modeladora do Estado Novo, portanto, dirigia-se contra todos aqueles que a pecha “comunista” permitisse abranger¹⁷. Desse modo, o que o Estado Novo efetivamente pôs em prática foi uma sofisticada máquina de despolitização, de modo a representar política e relações entre trabalho e capital como um conjugado de questões técnicas, desprovidas de conflito, atribuindo-lhes um estatuto natural e vinculando-as à constituição de uma sociedade corporativa. Assim, o romance Pedro Maneta poderia enterrar todas as suposições de que Paulo Rizzo fosse comunista e antiamericano. Mas como a investigação prosseguiu, e não mais se mencionou o livro, podemos é possível concluir que a publicação nunca foi efetivamente escrutinada pelos diversos escritórios envolvidos na investigação.

Em 1º de setembro de 1946, foi publicada uma resenha de Paulo Rizzo no *Standard Times*, pequeno jornal da comunidade de *New Bedford*, sobre *Os Lusíadas*, de Camões, editado por J. D. E. Ford, da Universidade de Harvard. Ao ler a resenha, os investigadores foram tomados pelo espírito de críticos literários; destacaram que, segundo Rizzo, *Os Lusíadas* era um “poema social contendo o espírito de um povo (...) para celebrar as proezas da nação portuguesa inteira. Ele vibra com uma lembrança melancólica de glórias passadas”¹⁸. Mas era difícil sugerir que houvesse em Camões algum proselitismo comunista.

III – NO BRASIL

Diante do pedido de uma “investigação apropriada na América Latina”, acerca da lealdade de Rizzo e de sua família, as atenções da investigação conduzida pelo FBI se voltaram para o Brasil. Entretanto, as novas informações não acrescentaram nada de significativamente novo. Por exemplo, havia a informação de que o consulado estadunidense havia concedido a Paulo Rizzo o visto de estudante nº 106, em 7 de abril de 1946; e que quando recebeu a oferta de trabalho na Califórnia, tentou transformar esse visto provisório em visto de imigrante. Paulo Rizzo solicitou o visto de imigrante para os Estados

17. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e Classes Populares. *Revista Dados*. nº 22, 1971. p. 18.

18. FOIPA nº 1117746-000, p. 45.

Unidos através do consulado estadunidense em Ottawa, Canadá; quando o pedido foi negado, ele voltou ao Brasil, onde conseguiu o visto de imigrante nº 134, datado de março de 1947.

Com essa informação, foi possível retrair os passos de Paulo Lício na sua passagem pelos EUA, quando utilizou o passaporte AR A6310134 e a carteira de reservista de terceira categoria, emitida em 1945. Entrou nos Estados Unidos por Miami, em 15 de maio de 1946, e deixou o país em dia 21 de janeiro de 1947, por Nova York. Retornou aos EUA em 10 de abril de 1947, também por Nova York, para assumir a Igreja Portuguesa em *New Bedford, Massachusetts*. Quando entrou no país pela primeira vez, ele avisou o Serviço de Imigração (INS) que planejava ficar por dois anos, “estudando para um cargo no serviço militar” Do Brasil, é possível que a informação mais importante recebida tenha sido a que relatava uma investigação “nos arquivos criminais e políticos do departamento de polícia do Rio de Janeiro” – que, entretanto, nada revelou com relação a Paulo Rizzo. O ofício não deixa claro, mas pode-se supor que a investigação tenha sido feita pelo FBI nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (Deops/RJ). Ao relatório vindo do Brasil acrescentou-se a consulta feita ao Serviço de Imigração e ao Serviço de Naturalização (INS), com os endereços e deslocamentos de Paulo Rizzo antes da mudança para a Califórnia:

5 de julho de 1946 – Do seminário Teológico de Princeton para 276, *Nash Road, New Bedford, Massachusetts*. 20 de setembro de 1946 – De 134, *Arnold Street, New Bedford* para *Drift Road, South Westport, Massachusetts*. 30 de setembro de 1946 – 276, *Nash Road* para Seminário Teológico de Princeton. 5 de março de 1948 – 134, *Arnold Street* para 118, 8th street, *New Bedford*.¹⁹

Ao mesmo tempo em que se buscavam informações no Brasil, as investigações nos EUA se concentraram em uma série de interrogatórios com as pessoas que conviveram com Rizzo e sua família em todos os lugares em que passaram. Como os nomes sempre aparecem tarjados é praticamente impossível precisar quantas pessoas foram interrogadas, já que algumas tarjas podem se referir à mesma pessoa, que esmiuçou comentários. Mas pode-se sugerir que foram interrogadas pelo menos vinte e duas pessoas que conviveram com

19. Ibidem, p. 19. Na Califórnia, Paulo Rizzo e sua esposa residiram de abril a setembro de 1948, no 16D, Ord. Village; e de setembro até a data desse relatório, no 1D, Portola, Ord. Village. Ibidem, p. 30.

Paulo Rizzo na Escola de Línguas do Exército, em Monterrey. Em *Princeton*, no Seminário Presbiteriano, no Sínodo Teológico, no Departamento de Polícia e no *Credit Bureau of Greater Mercer County* foram interrogadas outras onze pessoas; por fim, mais uma pessoa em *Newark*. Em *New Bedford*, foram feitos mais quinze interrogatórios, além de uma pesquisa no *State Board of Probation* do estado de Massachusetts, que é a agência central para todos os registros de prisão criminal do estado; nada foi encontrado no nome de Rizzo. As opiniões sobre ele, em geral, se repetiam:

_____ teve diversas conversas com ele e em nenhum momento Rizzo jamais fez qualquer comentário ou expressou quaisquer sentimentos de antiamericanismo. Ele adicionou que Rizzo gostava dos Estados Unidos como um lugar para morar, mas a sua esposa estava um pouco saudosa do Brasil.

_____ informou que Rizzo frequentemente parava na sua loja e conversava. Em todas essas conversas Rizzo não mostrou nenhum indício de ser antiamericano ou defensor do comunismo.

_____ disse que RIZZO era uma pessoa bem séria que em nenhum momento dizia ou fazia nada que pudesse indicar que fosse contra os Estados Unidos ou defensor do comunismo.

_____ descreveu RIZZO como um homem muito digno que em seus sermões frequentemente incentivava os membros a ajudarem esse país. Ele não era nem um pouco antiamericano e nunca disse nada a favor do comunismo. _____ declarou que RIZZO recebia um salário muito humilde e quando as duas facções da igreja começaram a discutir ele decidiu ir embora e voltar ao Brasil. Enquanto isso ele obteve um emprego na Califórnia que pagava melhor.²⁰

Todos concordavam que Rizzo era muito cordial, educado, gentil e nunca falava de política, não criticava o governo estadunidense nem fazia proselitismo político. No entanto, o que realmente pesava a seu favor eram suas relações de parentesco. Os interrogados se referiam a seu tio, Samuel Rizzo, como um regular conferencista do Seminário, desde 1931, e que ele dera inúmeras provas de lealdade aos EUA. Por extensão, inferiam ser difícil que

20. FOIPA n° 1117746-000, p. 46-50. Esse depoente sugere a razão pela qual Rizzo deixou New Bedford e aceitou se tornar professor na Califórnia: ele teria se desentendido com a ala lusa da igreja e apoiado a ala estadunidense, que desejava ampliar a comunidade. Aparentemente, isso diminuía a importância dos falantes de português na igreja. Por não conseguir reconciliar as partes, Rizzo teria optado por deixá-la.

o sobrinho fosse comunista. Além desses três depoimentos, os investigadores vasculharam os arquivos do Departamento de Polícia de Princeton e do banco no qual Rizzo mantinha conta; nenhuma informação que o denegrisse foi localizada. O que parece ser mais importante nessas longas séries de entrevistas é saber por onde andou e com quem Rizzo teria conversado:

Em *Southwestport, Mass.*, foi indicado que a Estrada *Drift* tem aproximadamente cinco milhas de extensão, de natureza rural, e não foi considerada recomendável para conduzir um inquérito residencial para determinar onde Rizzo fez visitas.²¹

Em 9 de setembro, os investigadores designados para rastrear os passos de Paulo Rizzo no estado de *New Jersey* produziram um ofício no qual descreviam todas as etapas da investigação, desde janeiro. Foram mencionadas as cartas do *Bureau* para São Francisco, de 2 de agosto de 1949; os telegramas de São Francisco para Newark, de 10 de agosto de 1949 e 31 de agosto de 1949; a carta de *Newark* para o *Bureau*, de 15 de agosto de 1949; a carta da investigação de campo em *Washington* para o *Bureau*, de 2 de setembro de 1949; o telegrama de *Newark* para o *Bureau* com cópia para Boston, de 2 de setembro de 1949. Na primeira página do ofício, o sumário também informava que Paulo Rizzo frequentara o Seminário Teológico de Princeton de 19 de setembro de 1946 a 17 de janeiro de 1947, e finalizava anunciando que: “pouco se sabe sobre ele lá e não há registro bancário ou na polícia local em seu nome”²². De fato, as dificuldades em apertar o cerco a Paulo Rizzo deram o tom geral desse balanço. Por mais zelosos que fossem os investigadores, era cada vez mais difícil insinuar – que dirá provar – as conexões comunistas de Rizzo.

Para complicar a investigação, Paulo Lício apresentava um desempenho excelente nas suas funções como pastor e professor de línguas, passando longe de qualquer espécie de proselitismo de esquerda ou de comportamento que pudesse ser apontado como deslealdade ou antiamericanismo. Os arquivos da *House Un-American Activities Committee* (HUAC)²³ foram consultados e também não revelaram nenhum registro do seu nome.

21. Ibidem, p. 52.

22. Ibidem, p. 37.

23. O HUAC foi um comitê de investigação ligado à Câmara dos Deputados, criado em 1938, que funcionou até 1975, quando suas atividades foram transferidas para *House Judiciary Committee*. Ver NAVASKY, Victor. *Naming Names*. New York: The Viking Press, 1980. “The correct acronym for this committee is thus HCUA, but the committee is commonly known as HUAC...” In: KIRSCHNER, Don S. *Cold War Exile: The Unclosed Case of Maurice Halperin*. Columbia: University of Missouri Press, 1995, p. 7.

Todos os caminhos tentados pelo inquérito nos EUA se revelaram infrutíferos, quer no seminário, em Princeton, na Congregação Presbiteriana de *New Bedford* ou na Escola de Línguas do Exército, na Califórnia; nenhuma informação parecia suficiente para sequer sugerir que Rizzo fosse simpatizante do comunismo, muito menos para processá-lo por deslealdade. Em 26 de setembro de 1949, o Escritório Central do FBI remeteu ao adido da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro um ofício no qual anexara os resultados da investigação conduzida pelo Departamento de Inteligência do Exército, datado de 18 de agosto, salientando o pedido para a coleta e análise dos livros, artigos e poemas escritos por Rizzo:

Com o propósito de assegurar se esses escritos de alguma forma refletem a lealdade do indicado. Presume-se que esses escritos sejam em língua portuguesa e, é claro, se isto é verdade, será necessário que sejam fornecidas ao *Bureau* traduções das porções pertinentes desses escritos que possam refletir adversamente sobre a lealdade de Rizzo, se esse for o caso.²⁴

O desânimo dos investigadores era evidente: “se esse for o caso” parece indicar que, depois de sete meses de trabalho, havia sérias dúvidas quanto à existência de alguma prova que pudesse enquadrar Paulo Rizzo na categoria de crime contra a lealdade ao governo. Ao mesmo tempo, foram enviadas cópias dos relatórios produzidos em São Francisco, *Massachusetts* e *Newark* para o advogado geral assistente da Divisão Criminal, Alexander Campbell, e para o James E. Hatcher, chefe da Divisão de Investigação da Comissão de Serviço Civil, em *Washington*.

Com todos os relatórios e ofícios em mãos, o advogado geral encaminhou os “resultados da investigação, arquivo 112-1742, para a Comissão de Serviços Cíveis dos Estados Unidos de acordo com a Ordem Executiva nº 9835, com o objetivo de saber se com o material coligido até então alguma coisa poderia ser feita”²⁵. Um mês depois, em 11 de outubro de 1949, Alexander Campbell encaminhou ao diretor do FBI uma nota lacônica:

Com base nas provas agora disponíveis do assunto citado acima, não é garantida acusação neste momento. Em caso de recebimento de provas

24. FOIPA nº 1117746-000, p. 42.

25. *Ibidem*, p. 44.

adicionais, ou de informantes confidenciais se tornarem disponíveis para testemunhar, a divisão irá, é claro, reexaminar o caso à luz de tais fatos.²⁶

A resposta do advogado da Divisão Criminal parecia encerrar definitivamente o caso Paulo Rizzo, que, depois de nove meses de investigação, parecia dar em nada. Nenhum dos depoentes pôde afirmar com certeza as conexões comunistas do investigado, pelo contrário, de modo geral, os interrogados nos três estados foram simpáticos e acolhedores com relação ao indigitado Paulo Rizzo. A única pessoa que afirmava enfaticamente a conexão dele com o comunismo se recusava a testemunhar e mesmo a assinar a denúncia.

Contudo, os investigadores do FBI não pareciam satisfeitos. Prontamente, remeteram à Divisão de São Francisco, anexada ao memorando do advogado geral, uma solicitação de empenho para a obtenção de possíveis informações adicionais relativas às simpatias comunistas ou pró-comunistas de Rizzo, indicando que a investigação deveria ficar a cargo do Departamento de Investigações do Exército, fora do território estadunidense. Desse modo, o adido legal da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro se pôs a trabalhar. Seus esforços renderam frutos interessantes.

Em 8 de novembro de 1949, o diretor do FBI encaminhou ao advogado Alexander Campbell um memorando – uma clara resposta às observações de Campbell de 11 de outubro – possivelmente produzido pelo adido legal no Brasil, ou sob sua supervisão. O memorando continha um longo depoimento, que se iniciava com um lamento: “Sinto dizer que o indivíduo [Rizzo] é simpatizante do comunismo”. O autor do lamento (possivelmente o mesmo da denúncia que deu origem ao processo) assegurava que Paulo Rizzo já havia sido acusado de ser comunista, respondendo nunca ter sido membro do PCB, portanto, não podia ser considerado comunista. Mas não satisfeito com essa resposta, o denunciante acrescentava:

Quanto às suas ideias comunistas ele não costumava guardar segredo nessa cidade. Mas eu não posso dizer se ele ainda mantém a mesma atitude. Quanto a atitudes gerais em relação aos E.U.A, acredito que não sejam amistosas, sinto dizer. De acordo com alguns artigos que ele escreve dos Estados Unidos para o jornal religioso mensal de seu pai, ele não parece mostrar grande apreciação pelo país. Quanto ao seu caráter, eu digo que ele é de bom caráter. Eu diria de excelente caráter, se ele não fosse suscetível-

26. Ibidem, p. 55.

vel a mudanças de opinião com tanta frequência. Ele é um menino esperto e um rapaz muito bom. Ele é jovem e eu acredito que ele ainda pode mudar para melhor quanto a suas simpatias políticas. Assim espero.²⁷

Com o longo depoimento obtido no Brasil, o diretor geral do FBI encaminhou novo ofício ao chefe da Divisão de Investigações da Comissão de Serviços Cíveis dos Estados Unidos, James E. Hatcher, na esperança de que fosse dado início ao processo. Nesse ofício, novos testemunhos brasileiros nos ajudam a entender melhor o caso. Num deles, foi relatado que:

Durante o regime de Vargas, Rizzo escrevera um romance intitulado “Pedro Maneta”, o qual glorificava o regime de Vargas e elogiava o governo de Vargas pela sua legislação trabalhista. O livro era ficcional, e por ele Rizzo recebeu Cr\$ 20.000 cruzeiros (\$1.000) como prêmio do Ministério Brasileiro do Trabalho. Mais recentemente, ele terminou um livro sobre a vida de um ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco, pelo qual ele recebeu a metade de um prêmio de Cr\$ 50.000 cruzeiros, já que ele e outro escritor foram classificados em primeiro lugar.²⁸

O mesmo informante advertia que, embora não tivesse disponíveis esses livros, ele tinha familiaridade com o seu conteúdo e assegurava que não se tratava de material comunista ou propaganda. Acrescentou que, enquanto era um estudante no Seminário Teológico Presbiteriano em Campinas, Rizzo escrevera um manual para a União da Juventude, que continha peças teatrais, poemas e sugestões de jogos, e que ele, informante, estava certo de que também não havia nada de político ali. Contudo, ele tinha revelações sobre a vida de Rizzo quando estudante no Seminário de Campinas, e isso deve ter interessado aos investigadores:

___ informou que enquanto estudante, e logo após a organização do Partido Comunista do Brasil, Rizzo havia sido orador em um comício que fora apoiado pelo Partido e que resultou em ele ser advertido pelas autoridades escolares contra futuras atividades políticas daquela natureza.²⁹

27. Ibidem, p. 56.

28. Ibidem, p. 64.

29. Ibidem, p. 65

As “autoridades escolares” talvez tivessem alguma ascendência sobre o estudante Rizzo, mas certamente nenhuma sobre sua noiva na ocasião do comício:

_____ informou que a esposa de Rizzo havia abertamente usado um *botton* de eleição significando o seu apoio ao candidato presidencial do Partido Comunista, Yeddo Fiuza, isto tendo sido anterior ao casamento [dela com Rizzo] mas em um tempo em que era noiva de Rizzo. _____ também comentou que a mãe de Rizzo é fortemente antiamericana.³⁰

O responsável pelo relatório, possivelmente o adido militar da embaixada estadunidense no Brasil, concluiu:

Foi o comentário de ambas as fontes mencionadas acima que Rizzo revelava considerável instabilidade política, pela sua anterior bajulação do regime de Vargas e seu aparente apoio ao Comunismo. Ambos estavam certos de que Rizzo havia votado para o candidato do Partido Comunista nas eleições presidenciais.³¹

Ao que parece, a denúncia provinha da cidade de Campinas e se originou por conta da presença de Rizzo e sua noiva no comício de Yedo Fiuza naquela cidade, em 1945³². Tendo em vista as referências sobre os membros da família Rizzo, as denúncias foram feitas pela mesma pessoa, que tanto poderia ser ligada ao Seminário Presbiteriano quanto à revista UNITAS, dirigida pelo reverendo Miguel Rizzo. De todo modo, a fonte parecia confiável aos olhos dos investigadores, pois acrescentaram:

O confiável _____ avisou que ele recebeu informações adicionais para o efeito de que “vários pastores da Igreja Presbiteriana em Campinas, sem a menor dúvida, estavam cientes das empatias pró-comunistas e anti Estados Unidos de Rizzo.” Ele afirmou que pessoalmente “não entendia o fato das autoridades dos Estados Unidos não saberem das empatias e atitudes de Rizzo e terem lhe dado um emprego”.³³

30. Ibidem, p. 66.

31. Ibidem, p. 67.

32. Em entrevista, Cecília Borges Rizzo confirma a participação de ambos no comício do candidato do PCB, Yedo Fiuza, em Campinas, 1945. Entrevista concedida ao autor, em São Paulo, 20 de janeiro de 2002.

33. FOIPA nº 1117746-000, p. 18. O relatório acrescenta: “que o denunciante foi entrevistado em sua casa em Campinas”.

Infelizmente, não temos pistas sobre quem poderia ser o “confiável” mencionado. A investigação conduzida pelo adido militar procurou também por registros policiais da família Rizzo nos acervos do Deops em São Paulo e no Rio de Janeiro, sem encontrar informações relevantes. Vascilharam diversas livrarias de ambas as cidades sem encontrar as obras de Rizzo a venda. Então, se concentram na revista UNITAS, órgão oficial do Instituto de Cultura Religiosa. Diversos excertos dos seus artigos na revista foram acrescentados ao relatório. Como um homem bem informado e inteligente, Rizzo comentou a reconstrução do Japão, o plano Marshall, a guerra na China, a situação na Checoslováquia etc. O investigador concluiu, sem muita convicção: “A maioria destes [excertos] foi considerada sutilmente crítica dos Estados Unidos, mas não abertamente pró russos”³⁴. Novamente, nenhuma observação importante foi acrescentada ao relatório, que terminava com uma nota fornecida pelo autor das denúncias – informação obtida “por carta diretamente de uma tia da esposa de Rizzo” – dando conta que o casal planejava retornar em breve ao Brasil.

De fato, nos arquivos do Deops/SP há um prontuário, n° 64.988, em nome de Paulo Lício Rizzo, no qual constam apenas dois pedidos de “atestados de antecedentes político-sociais”; o primeiro, de 23 de abril de 1946, para obtenção de passaporte para uma viagem pela América Latina; o segundo, de 7 de fevereiro de 1947, para a viagem aos EUA. Ambos foram concedidos com a observação costumeira: “comunico-lhes para os devidos fins que esse departamento não se opõe à saída do território nacional de Paulo Lício Rizzo”³⁵. Apenas isso.

A notícia do possível retorno de Rizzo e sua esposa definiu os rumos da investigação. O relatório produzido no Brasil terminava sem sugestões importantes, num tom acentuadamente desapontado: “Diante da ausência de instruções do *Bureau*, nenhuma investigação adicional será conduzida neste caso”³⁶. Em maio de 1950, Paulo Rizzo e sua esposa, Cecília Rizzo, deixaram os EUA sem que qualquer medida legal fosse tomada em relação à sua lealdade. É bem possível, inclusive, que ele nunca tenha sabido que fora tão cuidadosamente investigado pelo FBI.

IV – AFINAL, QUE COMUNISMO É ESSE?

Tanto o denunciante quanto os investigadores do FBI parecem concordar que a instabilidade política de Rizzo o levava a atitudes ambíguas e

34. Ibidem, p. 71.

35. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo DEOPS, Prontuário n° 64988, p. 3.

36. FOIPA n° 1117746-000, p. 72.

contraditórias no seu envolvimento com a política: a “bajulação do regime de Vargas”, por ter participado e vencido o concurso de “romance para operários”, em 1942; e seu “aparente apoio ao comunismo” – duas atitudes tidas como inconciliáveis. Em certa tradição interpretativa, muito disseminada, essa “ambiguidade” foi denominada simplesmente de *cooptação*.

a perspectiva de levar a cabo uma obra pessoal em troca da colaboração que oferecem ao trabalho de “construção institucional” em curso, silenciando quanto ao preço dessa obra que o Estado subsidia de algum modo indireto. Na condição de presas da máquina do Estado [...] na medida em que não dispunham de recursos alternativos para minorar a servidão de intelectuais subvencionados, esquivaram-se de lidar com a questão das condições institucionais de que eram beneficiados [...] diante dos dilemas de toda ordem em que se debatiam por força de sua filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços, buscavam minimizar os favores da cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álibis nacionalistas [...] dando sequência à postura inaugurada pelos modernistas, esses intelectuais cooptados se definiam como porta-vozes da sociedade, passando a empregar como crivos de avaliação de suas obras os indicadores capazes de atestar a voltagem dos seus laços com as primícias do nacionalismo. Vendo-se a si próprios como responsáveis pela gestão cultura do espólio da nação...³⁷

Em conhecido prefácio à obra “Intelectuais e classes dirigentes no Brasil”, de Sérgio Miceli – publicada originalmente em 1979, de onde foi retirada a citação acima, Antonio Candido sugeriu a necessidade de matizar essa lógica da adesão, sugerindo uma distinção importante entre os intelectuais que “servem” e os que “vendem”. Sua referência fundamental para o primeiro caso são Carlos Drummond de Andrade e Cassiano Ricardo. O primeiro serviu como chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema sem nunca ter alienado “por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia intelectual.” O segundo se enquadrou ideologicamente e “apoiou pela palavra e pela ação, porque o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista”. Os outros, eram “escribas vendidos, sem alma nem fé”³⁸, sobre os quais nem valeria a pena discutir.

37. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 216.

38. CANDIDO, Antonio. *Ibidem*. Prefácio. p. 74.

Embora isso sirva para nuançar as diferentes formas de adesão especificamente referidas ao Estado Novo, creio que a noção de cooptação, a despeito da ressalva, continua dando sua chancela tanto ao “servir” quanto ao “vender”; assim, o problema persiste. Dada a trajetória de Paulo Rizzo, não me parece cabíveis nem a ideia de que tenha servido ao Estado Novo nem, muito menos, a de que tenha se vendido ao projeto político-institucional deste. Cooptação supõe que, em determinado momento, os atores abandonaram seus ideais políticos, puseram de lado seus projetos, renegaram seus esforços e simplesmente aderiram a ideia, projeto ou esforço de outrem, geralmente expresso pelo Estado. Na verdade, a noção de cooptação para se referir a ambiguidades como estas, é bastante inapropriada. Não se descarta o de fato de que, em certas condições, os intelectuais possam ser cooptados (servindo ou vendendo); e certamente, em contextos variados, muitos o foram. O problema, entretanto, não é o que a noção de cooptação revela, mas o que oculta e dissimula. Com sua utilização, se perde uma dimensão muito importante da experiência política que é o encontro, às vezes inesperado, de projetos antagônicos que passam pelas mesmas veredas sinuosas ou pelos mesmos atalhos, produzindo discursos e práticas semelhantes de atores muito diferentes. Nessa chave, minha sugestão, no caso específico de Paulo Rizzo, o distancia tanto da bajulação – portanto recusa a ambiguidade suposta pelos investigadores – quanto da cooptação, seja servindo, seja vendendo.

Não é difícil compreender as possíveis simpatias comunistas do jovem estudante Paulo Rizzo em 1945³⁹. O rápido crescimento do PCB no pós-guerra pode ser atribuído ao prestígio da URSS no final do conflito; à consideração pessoal a Prestes e aos comunistas presos, que teria crescido em proporção direta ao aumento das simpatias pela URSS após a invasão alemã; a ausência de uma organização de esquerda que pudesse concorrer com os comunistas⁴⁰. Depois da anistia assinada por Vargas em abril de 1945 e constatando a inexistência de canais institucionais para a expressão dos anseios populares, os comunistas propuseram, para ocupar essa lacuna, a criação

39. Em entrevista, Cecília Borges Rizzo relatou que, de fato, Paulo Rizzo nunca fora membro do PCB, mas simpatizante; e que, durante o período legal do partido, de 1945 a 1947, contribuiu financeiramente. Segundo ela, Rizzo sempre foi um homem de esquerda, preocupado com as desigualdades e injustiças sociais. Entrevista concedida ao autor em 20 de janeiro de 2005.

40. “(...) um elemento deve ser aqui situado e desenvolvido. Malgrado suas análises estratégicas e táticas, suas palavras de ordem e todo o oportunismo, o PCB conseguiu concretizar fórmulas organizatórias, demonstrando, ao menos, durante algum tempo, extrema competência mobilizadora”. ALEM, Sílvia. *Os Trabalhadores e a “Redemocratização”: 1942/1948*. Dissertação (Mestrado). IFCH/UNICAMP, Campinas, 1981, p. 187.

dos Comitês Democráticos e Populares (CDPs)⁴¹. De modo geral, as ações dos CDPs abrangiam a promoção e o desenvolvimento político cultural dos bairros populares; campanhas de reivindicação de postos de saúde, transporte público, saneamento básico, escolas, creches, bibliotecas públicas, farmácias populares, cursos de alfabetização, cursos profissionalizantes, o combate ao açambarcamento, ao câmbio negro e à burla do tabelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Os CDPs se espalharam rapidamente por todo o país, de norte a sul.

Em novembro de 1945, já existiam 31 comitês em funcionamento na cidade de São Paulo e outros sendo organizados⁴². Os temas que norteavam sua organização traziam à tona uma longa experiência de carências, que chamava a atenção para as deficiências específicas dos bairros populares da cidade. A linguagem dos direitos começou a ser articulada nos comitês e passou a fazer parte do vocabulário corrente das classes populares. Ela dava forma e sentido às experiências de deficiência – no trabalho, na moradia, no transporte, na educação, no lazer etc. – gestadas nos anos do Estado Novo, produzindo uma agenda política e social centrada nas demandas dos moradores dos bairros. Assim, a existência dos CDPs dava publicidade à condição dos bairros periféricos da capital e trazia à luz as condições sociais da população pobre da cidade no imediato pós-guerra. Nesse momento de intensa efervescência política e social, o jovem Paulo Rizzo dividia-se entre o bairro de classe alta de Higienópolis, onde morava, e o bairro operário da Mooca, onde auxiliava seu pai na escola dominical da Igreja Presbiteriana. É plausível supor que esse clima político tenha deixado suas marcas nele. No bairro da Mooca, foram criados dois CDPs. Nas eleições para a Assembleia Legislativa de 19 de janeiro de 1947, o PCB teve a legenda mais votada na cidade de São Paulo, com 32,59% dos votos. Em novembro do mesmo ano, o PCB elegeu 15 vereadores para a Câmara Municipal, registrados na legenda do PST, dos quais três eram da Mooca⁴³. Todos os

41. Sobre os CDPs, ver DUARTE, Adriano. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 42, julho-dezembro de 2008.

42. Até dezembro, todos os bairros populares da cidade tinham seu CDP, assim como muitas fábricas. *Hoje*, 30/10/45, p. 4.

43. Dos aproximadamente 30.000 eleitores do bairro da Mooca naquele ano, os candidatos ligados aos *Comitês democráticos* alcançaram um quarto de todos os votos. Nas eleições para a Câmara Municipal, em 9 de novembro de 1947, o PSP elegeu 11 vereadores, com um total de 66.829 votos; a UDN elegeu sete, com 46.625 votos; o PSD elegeu cinco vereadores, com 31.406 votos; o PTB elegeu quatro vereadores, com 29.159 votos; o PDC também elegeu quatro vereadores, com 24.898 votos; o PR elegeu três vereadores, com 23.761 votos; a coligação PTN/PRD elegeu três vereadores, com 20.192 votos. O Partido Social Trabalhista, no qual se abrigavam os “candidatos de Prestes”, recebeu 72.985 votos, elegendo 15 vereadores. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/SP, caixas 3.247 e 7.944.

eleitos tinham estreitíssimas relações com a organização dos comitês de bairro. Não é difícil imaginar o entusiasmo do estudante Rizzo com essa agitação cívica visceralmente estimulada pelo PCB. Mais do que isso, ele acompanhou a gestação dessa efervescência: conhecia os problemas do bairro, as longas jornadas de trabalho, sabia da suspensão dos direitos inscritos na CLT promulgada em maio de 1943 (e suspensa nas indústrias têxteis, abundantes no bairro da Mooca, requisitadas para o esforço de guerra) e das carências materiais. Esse foi seu contexto de formação política.

O adido da embaixada estadunidense no Brasil anexou ao processo de Rizzo vários trechos de seus artigos publicados na revista *UNITAS*, entre 1946 e 1949:

Muitas vezes ele foi chamado de Comunista, um comunista como qualquer um de nós pudesse ser. “Se os cristãos”, ele diria, “estivessem vivendo o programa que Cristo mostrou em seu Sermão da Montanha, não haveria agora lugar para os vermelhos nem para o comunismo russo.” A dor de cabeça para todos nós é o *se* com o qual essa colocação muito profunda é condicionada.

Niebuhr [Reinhold Niebuhr] pertence a um dos partidos da esquerda elegante que não consegue atrair pessoas, nem pelo estômago, nem pela alma [...] ele acredita que o seu país deve continuar a estocar bombas atômicas e “dar uma surra” na Rússia em vias de parar o comunismo. A teologia americana, especialmente, que anteriormente aprovava até escravidão e os barões ladrões do último século, deveria ser imensamente cautelosa em apoiar atitudes e planos políticos. Eu lembro que em uma reunião dos ministros na minha cidade, entre os trinta presentes, apenas um se levantou para esclarecer que de forma alguma deveríamos aprovar as bases políticas do Plano Marshall [...] a filosofia Protestante Americana, quase inteiramente unida na ideia de que o capitalismo é a expressão (expressão prática do Cristianismo).

Rev. Marshall [Peter Marshall] foi incomum quanto a dois aspectos: o único trabalhador do Senado, já que apesar da democracia nesse país nós não temos nenhum representante da classe trabalhadora, ou negros, nesse Senado...⁴⁴

44. O primeiro, O Kogawa esquerdista e a democratização do Japão. In: *Unitas*, janeiro de 1946, p. 13. O segundo, Terceira Dimensão. *Unitas*, abril de 1949, p. 217. O terceiro, Um trabalhador no Senado Americano. *Unitas*, junho de 1948, p. 362.

Sua “simpatia” pelo PCB, bem como seus comentários políticos, têm um claro viés cristão, assentado no anseio nada vago por justiça social, que emergiu no pós-guerra. Nesse contexto, Paulo Rizzo pode ser considerado um “companheiro de viagem” do PCB⁴⁵. E não há nada de contraditório ou que seja sinal de “instabilidade política” – como sugeriram o denunciante e os investigadores do FBI – em ter vencido um concurso literário promovido pelo Estado Novo e ter simpatias pelo PCB.

Desde a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, e o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ALN), em março de 1935, o PCB exibiu uma confusa e indefinida política de alianças. Esse período, já se sugeriu, foi “uma etapa de transição entre a tática do “terceiro período” (classe contra classe) e a das frentes populares. Seu programa é de frente popular, mas seu método insurrecional corresponde mais às tendências do ‘terceiro período’”⁴⁶. É nesse contexto ambíguo que o *putsch* de 1935 faz algum sentido. Em abril de 1938 o PCB lança a palavra de ordem “união nacional pela paz e democracia”, isso antes do *putsch* integralista que ocorreu em 11 de maio. Segundo Marly Vianna:

É difícil entender tal posição dos revolucionários de 35. A falta de cultura política, o isolamento na prisão e a ausência de experiências de lutas verdadeiramente populares, levaram [...] à produção do raciocínio maniqueísta [...] já que a guerra era uma ameaça real do fascismo, todos os que lutassem contra ela ou que fossem suas vítimas deviam ser apoiados. Logo se os integralistas atacavam Vargas, era preciso apoiar Vargas sem restrições⁴⁷.

Como se percebe, o apoio a Vargas foi crescente, a partir de abril de 1938, e anterior ao *putsch* integralista. O pacto *Molotov-Ribbentrop*, de 23 de agosto de 1939, pavimentou esse caminho para os comunistas e os simpatizantes. Portanto, antes de junho de 1941 (ataque alemão à URSS), ou mesmo de dezembro 1941 (ataque japonês a *Pearl Harbor*), e agosto de 1942

45. “A very small fraction of the left wing writers were once members of the communist party. A considerable large number might better be designated ‘fellow travelers’. I apply this slippery and inexact phrase to those who were in the ‘movement’, who sympathized with the objectives of the party, wrote for the party press, or knowingly affiliated with associations sponsored by the party”. AARON, Daniel. *Writers on the left: episodes in American literary communism*. Harcourt, Brace & World, Inc.: New York, 1961, p. 9.

46. LÖWY, Michel. *Le marxisme en Amérique Latine de 1909 à nos jours*. Paris: Maspéro, 1980, p. 127. Apud. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 291.

47. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. “PCB: 1929-1943” In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org.). *A Formação das tradições, 1989-1945*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007, p. 352/353.

(rompimento do Brasil com o eixo) o apoio a Vargas já estava consolidado – “sem que em momento algum os comunistas tenham sido deixados de ser perseguidos, presos ou mortos pela ditadura varguista”⁴⁸ – o partido passou a uma linha clara de “união nacional contra o imperialismo e a guerra”, como apoio explícito a Getúlio Vargas⁴⁹. Finalmente, em abril de 1942, realizou-se em Buenos Aires uma conferência para a reorganização do PCB – cuja direção fora toda presa em 1940 – em que se lançou a palavra de ordem: “união nacional em torno de Vargas”⁵⁰. Pedro Maneta foi escrito depois do ataque a *Pearl Harbor*, dois meses depois da conferência de Buenos Aires e um mês antes do rompimento brasileiro com o eixo (em agosto), portanto, no clima da “união nacional pela paz e democracia”, com Vargas.

Mas não se pode atribuir a posição de Paulo Rizzo a um desdobramento natural dos movimentos do PCB, embora seja plausível supor que ele estivesse atento a essas oscilações. O mais provável é que ele – como parte significativa da intelectualidade brasileira – tenha percebido o governo Vargas e o Estado Novo, já no início da guerra em setembro de 1939, também como vetores para a construção e consolidação da nação: uma nação *una, indivisa e coesa*; seria o canal para a realização do anseio, inaugurado pelos modernistas nos anos 1920, de conectar as partes fragmentadas da nação e aproximá-las da cultura popular⁵¹. Foi essa “estrutura de sentimento”⁵², muito peculiar às condições políticas e culturais do Brasil, juntamente com o combate ao nazifascismo, que levou intelectuais de matizes políticos muito diversos a se aproximarem de Vargas e colaborarem em jornais e revistas que defendiam ideologicamente a ditadura do Estado Novo, mesmo que eles, pessoalmente, não o fizessem. O nacionalismo nesse contexto não foi apenas um álibi. O tema da *identidade nacional* tem uma impressionante longevidade na história brasileira, orientou diferentes regimes políticos e foi capaz de pautar perspectivas ideológicas diametralmente opostas. Ele tem sido uma espécie de enigma da

48. KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/Ed. UNESP, 2003. p. 25.

49. DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 202.

50. VIANNA, Marly. *Op. cit.* p. 355.

51. LAHUERTE, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena e COSTA, Wilma (org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

52. *Estrutura de sentimento* “seria uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferente de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou de um período”. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 133.

esfinge, devorando sucessivas gerações de intelectuais e políticos, à esquerda e à direita. Não parece ter outra a razão que levou o jovem estudante Paulo Rizzo a se aventurar no concurso de romances e comédias para operários, vencido por ele em 1942. Tudo indica que essas sutilezas tenham escapado aos olhos dos investigadores do FBI.

“COR” E “BOA APARÊNCIA” NO MUNDO DO TRABALHO DOMÉSTICO: PROBLEMAS DE PESQUISA DA CURTA À LONGA DURAÇÃO

Caetana Maria Damasceno

Aqueles que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história.

Joan Scott

A cultura é uma aposta feita com a natureza, durante a qual voluntária ou involuntariamente – para parafrasear Marc Bloch – os nomes antigos, que estão na boca de todos, adquirem novas conotações, muito distantes de seus sentidos originais. Esse é um dos processos históricos que chamarei de ‘a reavaliação funcional de categorias’.

Marshal Sahlins

Investiguei, no Rio de Janeiro, aspectos da inserção de pessoas (mulheres, em particular) autodeclaradas negras e brancas no mundo do trabalho urbano dos anos de 1990. Esta abordagem me levou a procurar os sentidos da expressão “boa aparência” no trabalho doméstico, voltando o olhar para a década de 1930, quando se configura um lento deslizamento no uso das categorias “cor” ou “raça” para a expressão “boa aparência”. Com efeito, é nos anúncios de jornal que se reflete tal deslizamento, complementado pela substituição lenta dos termos *criada* e *ama-seca* por *empregada doméstica* e *babá*.

Este texto é uma reflexão acerca dos modos possíveis de enfrentamento de um objeto de estudo que lidou com o que chamei em outro lugar de “pacto de silêncio”¹ sobre a raça ou cor no Brasil. Trata-se de revisitar-lo acentuando, em um primeiro momento, a duração mais curta, que atenta para certos tipos de experiências dos agentes sociais diretamente envolvidos no mundo do trabalho doméstico, para, em seguida, refletir sobre os percalços da abordagem deste pacto na “longa duração”².

Inicialmente, pois, busco recuperar parte dos sentidos do processo de substituição de categorias raciais mais explícitas pela noção moral de “boa aparência” como metáfora da cor, discutindo a “boa aparência” não como um sinônimo natural de “só para brancos”, mas, antes, como uma construção social negociada e expressivamente empregada nas situações de recrutamento de mão de obra, ao longo dos anos 30 e 40 do século XX. Negociação, contudo, envolve tanto o silêncio (no caso, sobre a “cor” ou “raça”) quanto o seu rompimento em diferentes momentos e domínios sociais, ora públicos ora privados, desde a Abolição. Nesse sentido, retomo algumas das argumentações sobre a construção historiográfica do silêncio sobre a cor – que Hebe Mattos chamou de “ética do silêncio” – visando apreender como foi possível fazer falarem as “cores do silêncio”.

Finalmente, enfrento o desafio de tentar repensar o diálogo entre antropologia e história a partir do resgate dos modos culturalmente ordenados de reavaliação dos significados de categorias étnico-raciais pelos agentes sociais diretamente envolvidos em eventos relativos ao mundo do trabalho na pós-emancipação para, então, ousar imaginar uma síntese entre a longa e a curta duração.

A PROPÓSITO DO TEMPO CURTO: DISCURSOS SOBRE COR NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS CARIOCAS

A experiência³ social que coloca em cena pessoas cujo estatuto é marcado pela atribuição da *cor* foi por mim apreendida durante a pesquisa realizada

1. Caetana Damasceno, *Segredos da Boa Aparência: da “Cor” à “Boa Aparência” no Mundo do Trabalho Carioca (1930-1950)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

2. Privilegio a expressão “longa duração” para usar um operador muito caro à história das mentalidades e mesmo à história social da cultura. Operar com esta expressão significa atentar para os usos possíveis do tempo numa mesma sociedade, em momentos diferentes por segmentos sociais distintos. Esse é o mote para repensar, no final deste ensaio, o diálogo entre História e Antropologia.

3. A palavra *experiência* aparecerá várias vezes ao longo deste ensaio como categoria analítica, cuja importância foi resgatada graças à renovação teórica de E. P. Thompson implicada no debate sobre as condições de vida da classe trabalhadora no sec. XVIII inglês e o papel de valores culturais extraeconômicos na construção (*the making*) da classe operária. Ver, por exemplo, *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001; *Costumes em comum. Estudos sobre Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

nos classificados de jornais cariocas (depositados na Biblioteca Nacional), das décadas de 1930 e 1940, até meados de 1950⁴. Para minha surpresa, a condição racial dos candidatos era explicitada nos anúncios de oferta ou procura de emprego e, por outro lado, muitos deles começavam a exigir a chamada “boa aparência”, ainda que, de início, aliada à discriminação da *cor*⁵.

A lógica dessa experiência se evidencia nas ações certamente criativas dos sujeitos históricos (as pessoas envolvidas) quando estes, por exemplo, se comunicam formalmente, por meio do uso de categorias e expressões mais ou menos apropriadas ao entendimento mútuo, como nas situações nas quais se procura trabalho recorrendo ao que anunciantes exigem nos jornais. Por outras palavras, os anunciantes usam uma linguagem comum visando o recrutamento e a ocupação dos postos de trabalho disponíveis nos diferentes níveis da hierarquia ocupacional. Neste sentido, os anúncios endereçados ao universo dos “serviços pessoais a terceiros” parecem cuidadosamente codificados e expressam certos matizes de uma geografia racial engendrada pelos “novos” estilos de vida urbana, dos anos de 1930, no Rio de Janeiro, então capital federal, conforme veremos adiante. De todo modo, quem oferece e quem procura emprego através dos anúncios nos jornais cariocas das décadas de 1930 e 1940, deve dominar esse código para negociar identidades raciais, com vistas ao acesso a determinados lugares do mundo do trabalho⁶.

O QUE OS ANÚNCIOS DE JORNAIS FALAM E CALAM: A COR E O ARTIFÍCIO DA “BOA APARÊNCIA”

A lenta substituição de categorias raciais mais explícitas pela noção moral de “boa aparência” como metáfora da *cor*, detectada nos classificados, me

4. Defini 1951 como o momento limite do meu levantamento, graças à promulgação, nesta data, da “Lei Afonso Arinos”, que considerou o preconceito racial no mundo do trabalho “contravenção penal”, em contradição com a já então hegemônica presença do termo “boa aparência” veiculado nos anúncios de jornais diários. Este foi também um momento marcado por manifestações de protesto de “sociedades negras” tão cuidadosamente descritas por Oracy Nogueira no texto “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”. In: T.A. Queiroz (ed.). *Tanto Preto quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*. São Paulo: Estudos Brasileiros, vol. 9, 1985. p. 95-124 (1ª Ed. 1942).

5. Naquele momento meu objetivo era verificar como se havia operado o deslizamento de um enunciado racializado para outro eufemizado e acima de tudo, metafórico, que vigoraria cada vez com maior força, a partir dos anos de 1940.

6. Depois de consultar vários periódicos, concentrei-me no *Jornal do Brasil* (JB) que, desde sua fundação até o final dos anos 50, dedicava amplos espaços aos classificados (a maior parte deles concentrada na primeira página de cada edição). Este material mostrou-se significativo pela quantidade e pela diversidade de mensagens, cuja classificação, sob diferentes rubricas, era mais detalhada e complexa do que a encontrada no mesmo período em outros diários. Para uma análise mais detalhada deste material vale consultar “Em casa de enforcado não se fala em corda: a construção social da ‘Boa Aparência’ no mundo do trabalho carioca.” In: Caetana Damasceno, *Segredos da Boa Aparência: da “Cor” à “Boa Aparência” no Mundo do Trabalho Carioca (1930-1950)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011, p.95-155.

permitiu perceber algumas das múltiplas implicações do uso desta expressão para o sucesso ou o insucesso na busca e na obtenção de lugares mais ou menos valorizados no mundo do trabalho e para a acumulação (ou não) de recursos simbólicos, visando à negociação de identidades e à mobilidade social⁷.

Nas primeiras páginas do *Jornal do Brasil* (de agora em diante JB), os anúncios, sob a classificação geral “Empregos”, estão organizados em subconjuntos⁸. O conjunto que agreguei sob a rubrica SDO (serviços domésticos) evidenciou ser o lugar privilegiado de explicitação da condição racial e, em especial, da preferência dos empregadores anunciantes por pessoas “brancas”, muitas vezes de nacionalidade portuguesa ou de outras nacionalidades europeias (portanto, potencialmente “brancas”). Esses anúncios (comparados com os que foram inventariados por Oracy Nogueira)⁹ guardam grande semelhança quanto aos postos de trabalho oferecidos e à “atitude desfavorável de alguns anunciantes [...] em relação aos empregados de cor”.

Nos dois casos, o número de anúncios em que há a preferência, por exemplo, por copeira ou ama-seca branca é muito expressivo e parece ter um sentido peculiar. Observamos ainda que para todo o grupo SDO há alguns poucos anúncios (de 1942 a 1946) em que o empregador ou enfatiza que não faz questão de cor, ou que prefere pessoas de cor. Com efeito, o caráter *atípico* ou excepcional desses enunciados termina por lançar mais luz sobre o modelo geral e reforça, por oposição, o padrão de anúncio vigente à época, expondo o paradigma racial em construção no campo das relações de trabalho¹⁰.

Observamos também que, no decorrer da década, a cor aparecerá cada vez mais associada à “boa aparência”, para quase desaparecer a partir de 1946,

7. Lembro que, na pesquisa de campo sobre as carreiras profissionais de mulheres autodeclaradas negras na década de 1990, essa mobilidade foi por mim apreendida como trânsito por diferentes espaços sociais, baseado em estratégias culturais passíveis de serem desenvolvidas, especialmente a partir dos “serviços domésticos” realizados majoritariamente por mães e avós das mulheres entrevistadas.

8. 1. Amas, arrumadeiras e copeiras; 2. Lavadeiras, engomadeiras; 3. Cozinheiras; 4. Barbeiros, cabeleiros, manicures; 5. Caixeiros e ajudantes; 6. Alfaiates e costureiras; 7. Jardineiros; 8. Sapateiros e ajudantes; 9. *Chauffeurs* e mecânicos; 10. Guarda-livros, bombeiro, enfermeira, auxiliar de escritório, funileiro, oficial mecânico, oficial bombeiro, pedreiro, entregador etc. Usei a sigla SDO (serviços domésticos) para as atividades contempladas nos três primeiros subconjuntos nas quais predomina a participação de mulheres.

9. Oracy Nogueira, “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”. In: T.A. Queiroz (ed.). *Tanto Preto quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*. São Paulo: Estudos Brasileiros, vol. 9, 1985. p. 95-124 (1ª ed., 1942).

10. Estes enunciados não permitem conjecturar sobre as motivações que levaram os empregadores anunciantes (mesmo que poucos) a preferir pessoas de cor num contexto tão fortemente avesso a elas. No entanto, por serem “atípicos” permitem apreender como se constrói o modelo de classificação dos/as candidatos/as ao emprego com base em critérios raciais. Analisando outro contexto histórico, o “atípico pode servir para sondar as normas”, lembra E.P. Thompson em “Folclore, antropologia e História Social.” In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 238.

quando o número de anúncios fez dobrar o número de páginas do periódico. Houve, nesse mesmo período, uma ampliação bastante significativa de anúncios direcionados para os “serviços domésticos”. Porém, ao final dos anos 40, já não há sequer uma referência à cor e – se comparados com o início da década – poucos são os anunciantes que exigem boa aparência para esses lugares de trabalho. Esta expressão passa, então a ser sistematicamente usada para os lugares socialmente mais valorizados do “mercado” de trabalho.

Encontramos, ao passar para a rubrica “empregos diversos”, ocupações em que se misturam, por exemplo, governantas e balconistas de pequeno comércio, serviços de escritório, consultório e afins. Nesta rubrica predominam, desde o início dos anos 40, anúncios exigindo boa aparência, embora a “cor” seja também enunciada. Observe-se que enquanto jardineiros, *chauffeurs* (particulares) e governantas são atividades do tipo SDO, o fato de estarem colocadas, muitas vezes, em outros lugares na organização dos anúncios (por exemplo, na 2ª Seção destinada a empregos mais qualificados e mais bem remunerados) aponta para sutis diferenças no padrão de avaliação sociocultural dessas atividades. E isto se dá por força de suas relações potenciais com segmentos das classes superiores, caracterizadas em vários anúncios pela expressão “família de alto (ou de fino) tratamento”. Também aqui a cor e a boa aparência surgem associadas com alguma insistência nos primeiros anos da década de 40. Estas sutilezas classificatórias, baseadas na classe social e combinadas com a cor, estariam fora do meu alcance, levando-me a incorrer no grave equívoco do anacronismo e da conjectura, não fosse a sensibilidade etnográfica de Oracy Nogueira ao registrar os discursos sobre as razões da preferência dos empregadores anunciantes por empregado branco ou de cor. Vale a pena reproduzir um desses discursos:

Outro anunciante não podia aceitar um *chauffeur* preto porque ele teria de estar em casa, convivendo com a família. [...] Copeira queremos branca. O resto — arrumadeira e cozinheira — não importa que seja de cor. Porque, para servir mesa, branca sempre dá um aspecto melhor. [...] Para cozinhar não faz mal que seja branca ou preta. Para copeira tem de ser branca. O *chauffeur* tem que ser branco.¹¹

A partir de 1942 há uma pequena alteração no modelo de distribuição e classificação dos anúncios. Nos “empregos diversos” cresce o número de

11. Oracy Nogueira, *Op. cit.*, p. 119.

anunciantes (seja de empregadores ou de candidatos a emprego) e, além das atividades anteriormente citadas, começam a prosperar ofertas para “trabalhadores manuais”, principalmente no setor de atividades industriais (indústria têxtil, do vestuário, de alimentos etc.). Neste setor, prevalecem inicialmente as atividades de eletricista, marceneiro, encerador, cobrador, compositor e outras. De 1945 em diante, amplia-se a gama de ofertas para oficiais de vários tipos: ferreiro, capoteiro, polidor, niquelador etc. e aí, em todos os anúncios observados, não são enunciadas preferências quanto à cor ou às qualidades da aparência dos eventuais candidatos. Ainda no decorrer da década de 40, multiplicam-se aos poucos os anúncios dirigidos especificamente a moças, mocinhas, menino ou rapaz, ou a menores de 16 anos para ocupações subordinadas de rotina de escritório do tipo secretárias, datilógrafas, atendentes, ou para funções de comércio, como balconista ou entregadores de volumes (marmita, por exemplo). No caso das moças, predomina a exigência de boa aparência, embora esta não esteja completamente ausente para o menino ou o rapaz. De todo modo, a maior visibilidade de tais ocupações parece ser o mote para compreender a preferência por indivíduos brancos e de boa aparência¹².

Nessa época, amplia-se a solicitação de moças para trabalhar em fábricas, principalmente de costura, balas, botões e bolsas, sem que haja sintomaticamente em quaisquer anúncios discriminação quanto à “cor” e/ou à qualidade da aparência a serem exigidas da futura candidata. No sentido dessa comparação, na seção “empregos diversos”, há um exemplo-limite que chama a atenção pelo nível de especificidade da atividade e pela singularidade da exigência quanto às características requeridas: o anunciante exige “moças de preferência louras, de boa aparência, 1,55m de altura, de 16 a 18 anos” para trabalharem em “Sorveterias Elétricas Americanas.” [...] Este anúncio foi publicado em abril de 1946, ano em que se intensifica o emprego da expressão boa aparência mesmo para os “serviços domésticos”, para os quais os anunciantes, já agora, raramente empregam qualquer categoria racial.

A oposição muito evidente entre os anúncios destinados aos postos de trabalho menos qualificados e os mais qualificados vai surgindo com o passar dos anos. No primeiro caso, estão serviços domésticos remunerados, pequeno comércio, ocupações subordinadas de escritório e ocupações fabris, todos concentrados nas primeiras páginas do jornal, desde a folha de rosto até a terceira ou quarta página. No segundo caso, encontram-se os anúncios

12. Por falta de espaço, optei por não adicionar imagens de alguns dos anúncios publicados na primeira página do JB de 1º de março de 1945.

dirigidos às ocupações de administração e supervisão e aos profissionais liberais. Estas últimas estão concentradas nas páginas finais do jornal (2ª Seção), ainda sob o título genérico de “empregos diversos” ou, às vezes, de “classificados”, onde aparecem sob as rubricas “negócios” ou “boa oportunidade”. Neste espaço, concentram-se pedidos de secretárias e secretários de quem se exige o domínio de estenografia, inglês e/ou francês e muitas vezes a “boa aparência” (ou equivalente: “apresentável”), a qual nunca aparece associada à “cor”¹³. Assim, contrariamente ao que ocorre quando estão em jogo os postos de trabalho menos valorizados, não parece necessário ao empregador enunciar sua preferência por um candidato branco, pois os indivíduos de cor, por sua situação (posição de classe), parecem não ter condições de competir com os brancos. Neste ponto é que a clivagem de classe assume grande visibilidade, como sugere Oracy Nogueira:

[...] é preciso considerar [...] a possibilidade de o preconceito de classe influir na atitude de um grupo étnico em relação ao outro, quando a maior parte dos elementos deste outro, quer devido às profissões que exercem, quer devido ao seu grau de instrução ou à precariedade de seus recursos econômicos, pertence às chamadas “camadas inferiores” da sociedade.¹⁴

Não é de se estranhar, portanto, que durante todo o período consultado não haja sequer uma mensagem explicitando a “cor” para postos superiores da hierarquia ocupacional.

A partir de 1946, na 2ª Seção do JB, os anúncios aparecem ainda mais diversificados. Dirigem-se com maior frequência ao setor terciário da economia, procurando dar um tom requintado à descrição dos lugares disponíveis. Assim é que um anúncio solicita *vendeuses* de boa aparência para desempenharem a função de vendedoras em uma loja de roupas femininas de luxo. Outro oferece vaga em restaurante de luxo para moça ou moço de boa aparência. Ou então, solicitam-se moças de ótima aparência, inteligentes e dispostas para vender produto a domicílio. Excepcionalmente, como já enfatizei anteriormente, encontramos na 2ª Seção anúncios oferecendo vagas para “serviços domésticos” do tipo governanta ou *chauffeur*. Neste caso, há alguns pedidos de boa aparência ou mesmo que o candidato seja estrangeiro.

13. Em alguns anúncios, ainda muito raros, exige-se fotografia, como no classificado de um auxiliar de contabilidade (JB, abril de 1940) e no de um engenheiro mecânico (JB, abril de 1945).

14. Oracy Nogueira. *Op. cit.*, p.123.

Há um fato marcante que me parece revelador do modo como tais expressões vão sendo empregadas. Trata-se da utilização de categorias raciais pela via formal do anúncio, não por parte de empregadores, mas por parte de indivíduos em busca de emprego “doméstico” ou mesmo à procura de ocupações subordinadas de escritório. Com efeito, esta situação permite aventar a hipótese de que a falta de contatos dos/as candidatos/as para indicação de trabalho leva-os a anunciar seus serviços, o que se associa à necessidade de fornecer ao empregador as informações essenciais sobre as suas qualificações, aquelas que são indispensáveis para poder ser considerado. Em outras palavras, a pessoa que procura trabalho doméstico, por exemplo, ora faz uso de categorias raciais (como branco, pardo ou de cor), ora enuncia a origem nacional que, às vezes, aparece combinada com a condição racial (portuguesa e branca).

Ocorre ainda, por aqueles que procuram trabalho, a utilização de um código que eufemiza a condição racial e sem o qual o anunciante parece ter poucas chances de ser considerado por um eventual empregador. Neste caso, os anúncios envolvem pessoas recém-chegadas do “Norte”¹⁵ e que negociam suas identidades valendo-se da associação entre a origem regional e as categorias morena, morena clara e, às vezes, combinadas com a expressão boa aparência, como nos exemplos: “oferece-se moça morena, do Norte, para trabalhar em casa de pequena família [...]” (1940); ou “rapaz nortista de boa aparência deseja uma colocação de preferência em escritório [...]” (1945).

Há outro tipo de anúncio que, se não eufemiza, procura minimizar por outros meios os prováveis efeitos negativos da condição racial. Assim, fazendo uso da descrição detalhada da sua situação educacional, a “moça de cor de 16 anos se oferece para a função de auxiliar de escritório ou qualquer coisa do gênero, tendo o curso primário completo, diploma de habilitação para ginásial e diploma de datilografia” (1945).

A LÓGICA DOS “DE COR”

O que os exemplos anteriores expõem não é senão a lógica classificatória em construção nos anos 40, cujas características são muito mais dicotômicas do que se poderia esperar, desde que a nossa atenção recaia sobre o modo como se associam e se combinam as categorias raciais no mundo do trabalho naquele momento. Com efeito, se há, por um lado, além de vagas para pessoas brancas, pardas ou morenas, lugares disponíveis para pessoas de cor; de outro, estão se oferecendo para trabalhar exatamente pessoas que se autoiden-

15. Havia o costume, à época, de chamar “Norte” tanto os estados desta região como os do Nordeste.

tificam por meio da expressão genérica “de cor”. Daí que só se compreende o seu sentido por oposição à categoria “branco”. Em outras palavras, de cor é tudo o que não é branco; além de ser sinônimo de preto, engloba igualmente todas as categorias intermediárias.

Não é de se estranhar, portanto, que nesta lógica haja uma espécie de evitação do uso do termo “preta” – uma espécie de interdição presente na expressão de cor – que se impõe de modo hegemônico. O conjunto de anúncios que investiguei aponta para o caráter exemplar dessa regra social de interdição que, por sua vez, se torna mais evidente na única mensagem, dentre todas as que foram consultadas num período de dez anos, em que se enuncia explicitamente a categoria preta pela via da negação:

EMPREGADA — Precisa-se de moça de boa conduta, para serviço de apartamento de luxo, de dois senhores. Deve dormir no emprego e saber cozinhar com perfeição. Não serve preta e é necessário ter prática de todo o serviço de casa de tratamento. Não engoma, não lava e nem encera porém faz a conservação. Ordenado 200\$000. Tratar à Avenida Atlântica, lado do Leme, no n. 225, Edifício Majol, 7º andar, apartamento 701. Não se atente por telefone.

Ora, se no mundo do trabalho prevalece, de fato, uma lógica classificatória dicotômica, qual é o lugar ocupado pelas categorias raciais intermediárias do tipo “pardo” ou “mulato”? Esta indagação não pode ser examinada sem que antes se explore, ainda que brevemente, a especificidade do processo de inserção feminina no mercado de trabalho carioca; isto porque, como o leitor certamente observou, a grande maioria das mensagens que explicitam a condição racial reporta-se a lugares do mercado de trabalho a serem preferencialmente ocupados por mulheres.

DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS A SECRETÁRIAS: A “COR” DA “BOA APARÊNCIA”

Ao reconstruir as “relações de gênero” no mercado de trabalho carioca entre 1872 e 1980, Paola Cappellin¹⁶ faz algumas referências à especificidade

16. Paola Cappellin, “Ocupações femininas. Reconstruindo as relações de gênero no mercado de trabalho regional”. In: ABREU, Alice R. de Paiva & PESSANHA, Elina G. da Fonte (Org.). *O Trabalhador Carioca. Estudos sobre Trabalhadores Urbanos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994. p. 97-137.

da inserção feminina integrada à condição racial, embora não se atenha a ela. Em linhas gerais, Cappellin indica algumas das modalidades de transferência de discriminação de alguns lugares da hierarquia ocupacional para outros, discriminação esta baseada no valor extraeconômico atribuído à “cor”. Ela trabalhou inicialmente os dados dos censos de 1872, 1890 e 1900. Em 1872, ainda em plena escravidão, os dados revelam que, no estado do Rio de Janeiro, a força de trabalho feminina estava 68% nos “serviços domésticos”; 36% na agricultura; apenas 2% no comércio (como comerciárias). Já em 1890, os dados citados pela autora contemplam a condição racial: os trabalhadores nacionais representam 61% da população ativa industrial, brancos (70%), pretos (9%) e mulato e mestiço (29%). As operárias agora aumentam para 44%, sendo a metade preta, mulata ou mestiça¹⁷.

Na virada do século (Censo de 1900), a mulheres aumentam sua participação na indústria (de vestuário e têxtil), no magistério, na área de saúde e chegam a compor 80% da mão de obra engajada nos serviços domésticos remunerados¹⁸. Em 1920 a participação neste setor alcança a cifra de 83%. Estes dados não fazem alusão à condição racial. Sem dúvida, isto se deve em parte ao fato de, entre 1890 e 1930, a variável “raça” (ou “cor”) ter sido excluída dos censos demográficos, voltando a ser incorporada apenas nos censos de 1940 e 1950, sendo novamente excluída em 1970 e reintroduzida em 1980. Apesar de não trabalhar com os dados relativos à “cor” (reintroduzidos nos anos 40 e 50), a análise da autora pode fornecer a olhos atentos alguns indícios (checados mais adiante em decorrência das análises de outro autor) sobre a condição racial das mulheres no mundo de trabalho carioca no período “varguista”.

Assim é que, visualizando o ano de 1950, se descobre que diminui o contingente de operárias, expande-se o número “de empregadas na indústria, como datilógrafas e vendedoras”, enquanto, por outro lado, “as mulheres se mantêm significativamente presentes (80%) na prestação de serviços pessoais, superando o nível nacional”¹⁹. Ora, o exame minucioso dos anúncios mostrou que durante a década de 1940 os anunciantes empregadores mostravam uma grande preferência por mulheres brancas para os “serviços domésticos”, exigência que logo se transfere (principalmente depois de 1945) para as atividades de rotina de escritório e do pequeno comércio, em que a “cor” submerge sob a rubrica boa aparência. Como contraponto, as mulheres de cor

17. Id. *Ibid.*, p. 105.

18. Paola Cappellin. *Op. cit.*, p. 105-106.

19. Id. *Ibid.*, p. 110.

continuavam a se oferecer para os SDOs e, em menor escala, para os empregos de escritório e de comércio. Diante de tal quadro, não seria uma impertinência considerar que as mulheres “brancas” deslizavam com mais frequência dos serviços domésticos remunerados para outros lugares mais valorizados do mundo do trabalho – ainda que esses lugares fossem bastante limitados à participação feminina. Sem dúvida, esse deslizamento dependia de vários e complexos fatores, dentre os quais é forçoso ressaltar as representações sociais sobre o lugar dessa mulher (“branca”) na família e no trabalho. Por outro lado, a esmagadora preferência dos anunciantes empregadores por mulheres “brancas” para os “serviços domésticos” não significa que as mulheres “de cor” tenham sido de fato excluídas dessa limitada esfera de atividade. Pelo contrário, os dados disponíveis em 1940 para o Rio de Janeiro, analisados por L. A. Costa Pinto²⁰, evidenciam que a maioria dos ocupados no serviço doméstico remunerado do Distrito Federal é de cor preta e parda; mínima é a quota dos brancos, menor ainda para as mulheres do que para os homens deste mesmo grupo.

A expectativa de empregar mulheres “brancas” para o serviço doméstico remunerado, embora não correspondendo à realidade cotidiana da cidade, parece falar acima de tudo das aspirações quanto aos novos estilos de vida que a Capital Federal prometia aos segmentos médios e “brancos” em ascensão. Tratava-se de marcar distâncias sociais baseadas em critérios raciais explícitos, ao mesmo tempo em que se almejava o engajamento em um novo estilo de vida urbano, “moderno”, do tipo *american way of life*. É mais uma vez Costa Pinto quem, na pioneira pesquisa sobre *O Negro no Rio de Janeiro*, caracteriza o lugar sociológico desses segmentos. Diz o autor:

É sabido, por outro lado, que se não distribui igualmente por todas as camadas sociais a possibilidade de ter empregados domésticos, o que realmente só começa a se difundir e generalizar da classe média superior para cima, possibilidade que, aliás, cada vez mais se restringe em consequência da solicitação dessa mão de obra pelo mercado de trabalho industrial que se expande na cidade.²¹

Em seguida, baseando-se no censo de 1949 das favelas do Distrito Federal, o autor elucida quais são os espaços ocupados pela “população pobre e de cor”: as favelas localizadas “exatamente nos bairros [Santa Teresa, Glória,

20. INTO, Luis A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro. Relações de Raça numa Sociedade em Mudança*. São Paulo: Editora Nacional, 1953.

21. Id. Ibid. p. 125.

Lagoa, Tijuca e Copacabana] onde brancos constituem a maioria [...]”. Essa “estranha” cooperação entre os “de cor” e os “brancos” só se torna possível porque “grande parte da população da favela vive em função e a serviço dos mais afortunados que residem nas áreas não faveladas adjacentes e [...], em regra, o favelado que tem atividade econômica definida tem sua atividade na mesma zona em que reside”²².

É neste contexto urbano mais amplo que a distinção situacional entre mulheres “brancas” e “de cor” mostra-se relevante para os anunciantes que aprenderam qual é a “cor” da “boa aparência”. É igualmente nesse mundo do trabalho que o sentido das categorias raciais intermediárias pode ser apreendido de uma forma não axiomática, pois a categoria “mulata”, por exemplo, embora amplamente utilizada em outros contextos sociais, como no samba, que então se fazia popular e nacional, definitivamente não aparece em qualquer dos anúncios. Por outro lado, “parda” é um termo muito pouco empregado, considerando-se a expressiva quantidade de anúncios consultados. Além de rara, a sua utilização deixa transparecer a face dicotômica do mundo de trabalho porque, de fato, só aparece qualificada pelas expressões “clara”, “de boa aparência” ou como a alternativa possível à preferência por pessoas “brancas”. Dito de outro modo: uma pessoa “parda” é, antes de tudo, “não-branca” ou “de cor”, ainda que ela possa estar situacionalmente representada como mais próxima de “branca”:

Precisa-se de ama-seca branca ou parda de 12 a 14 anos [...]” (JB/1940); “Cozinheira perfeita e muito limpa para o trivial fino, precisa-se para pequena família e que seja branca ou parda clara [...]” (JB/1940); “Moça – precisa-se, branca ou parda, boa aparência para apartamento [...]” (JB/1942); “Oferecem-se duas moças de cor parda de boa aparência para auxiliar de escritório, caixa ou consultório dentário [...]” (JB/1945).

A LÓGICA DA “BOA APARÊNCIA”

O que me parece importante no conjunto de mensagens é como a associação de todas as categorias raciais deságua na supremacia da “boa aparência”, oferecendo subsídios para a compreensão desta expressão não como algo dado, natural, mas como produto da combinação de valores que, externos ao mercado de trabalho, são dentro dele reconstruídos. Assim, neste concerto entre os que oferecem emprego e os que procuram, a invenção das regras de

22. Id. Ibid. p. 134.

etiqueta racial aprimora-se lentamente, e é sobretudo nos anúncios dirigidos aos SDOs que a combinação da “cor” com a “boa aparência” vai aos poucos sendo substituída pela segunda expressão como uma metáfora englobadora da condição racial.

Neste ponto, é possível aprofundar ainda mais a análise do modelo em nível das representações coletivas mais enraizadas, em que a pertinência da associação entre a “cor” (“branca”), a “aparência” (“boa”) e certas qualidades físicas e morais – “bons dentes”, “asseio”, “respeito”, “boa saúde”, “boa conduta”, “de confiança”, “sossegada”, “alegre” e “carinhosa” – requeridas pelos empregadores para os SDOs, é inequívoca. No pólo oposto, para os lugares superiores da hierarquia ocupacional, exige-se, porém, que o/a candidato/a seja “ativo/a”, “inteligente”, “instruído/a”, “enérgico/a”, “educado/a”, “ambicioso/a” e “bem relacionado/a”, qualidades estas que, acopladas à “boa aparência” ou às suas equivalentes – “de fina aparência”, “de boa presença”, “apresentável”, “bem apessoado/a”, “bem apresentado/a” ou simplesmente, “de aparência” – amplificam o sentido moral das próprias “marcas” fenotípicas. Em resumo, as exigências profissionais (habilidades específicas) misturam-se às categorias raciais (“cor” e/ou “boa aparência”) moralmente qualificadas.

Neste modelo de características complementares, as chances das pessoas que não representam a associação de tais qualidades morais e fenotípicas restringem-se, seja porque não são “brancas” e “aseadas”, seja porque não têm “bons dentes”, “boa saúde”, “boa conduta” ou não são “de confiança”, “sossegadas”, “alegres” e “carinhosas”.

A lógica da classificação racial que essa arqueologia da “boa aparência” procura revelar completa-se graças ao material discursivo de Oracy Nogueira, com o qual ele procura “administrar as provas” (no sentido durkheimiano) da “atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”. Como vimos há pouco, os depoimentos desses anunciantes – cuja lógica, segundo o próprio autor, não era objeto de sua preocupação – permitiram-me acompanhar com mais segurança as sutis transformações no uso das expressões e dos termos que, destinados ao mundo do trabalho, se reportam diretamente à condição racial. Como todo esse arsenal terminológico em si mesmo nada significa, foi necessário procurar entender, com cautela, como as categorias raciais foram combinando entre si e com a “boa aparência” ao longo do tempo até revelarem o modo pelo qual esta expressão se tornou tão essencializada a ponto de se transformar numa tradução inequívoca de “só para brancos”.

Por outro lado, foi essa mesma arqueologia que me permitiu descobrir que, embora frequentemente caracterizada pela literatura sociológica como símbolo perverso do “aperfeiçoamento” da ideologia (ou do mito, como que-

rem alguns) da “democracia racial” e como reforço do “embranquecimento” social, a “boa aparência” percorreu caminhos não lineares, mais paradoxais e heterodoxos. De fato, a lógica da classificação social em jogo nos falou menos sobre a universalidade do “branqueamento” e mais sobre o preconceito racial – este sim, como sugere Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti²³, um fato social total.

LIMITES DO SILENCIAMENTO: O PARADIGMA FREYRIANO

As mensagens de empregadores e de candidatos a emprego, veiculadas nos anúncios de jornais, indicaram uma pista a propósito da circularidade²⁴ de ideias entre segmentos sociais distintos. Outra pista emergiu da leitura de um trabalho de fôlego: *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre, publicado em 1936²⁵.

Esta obra é exemplar quanto à percepção das qualidades morais e estéticas tributadas à aparência, o que nos parece um indício interessante da circularidade de ideias sobre a “boa” aparência, graças à descrição detalhada daquilo que o autor chamou de “adaptações” (em termos de vestuário, penteado, corte de cabelo etc.) que teriam sido operadas por “mulatos” (homens principalmente), em “ascensão”, em fins do século XIX. Essas “adaptações” revelariam sobretudo valores morais altamente hierarquizados, encarnados na aparência – aparentemente naturais (sem trocadilho) – porque inscritos no corpo.

A narrativa de Freyre acaba por fazer emergir a afinidade entre essas ideias (miscigenação e ideologia do branqueamento) e o projeto político que, justamente durante os anos 30, dedicava-se a inventar o Brasil como nação. De fato, nos estudos culturalistas freyreanos dos anos 30, a percepção das relações raciais brasileiras como tolerantes está fortemente referida

23. Maria Laura V. de C. Cavalcanti, “Oracy Nogueira e a antropologia no Brasil: O estudo do estigma e do preconceito racial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(31), p. 5-28, junho 1996.

24. Refiro-me, aqui, à “circularidade” de ideias, no sentido proposto por Mikhail Bakhtin e reapropriado por Carlo Ginzburg a respeito da relação, de mão dupla e não linear, entre a cultura erudita (dos livros) das classes dominantes e a cultura (em boa parte oral), de segmentos sociais subalternos. Por outro lado, a meu juízo, essa circularidade aponta também para as experiências cotidianas de negociação. Tanto num caso quanto no outro, é o *homo oeconomicus* que está em causa. Para circularidade ver Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes. O Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. Para negociação ver, E. P. Thompson, “A economia moral revisitada.” In: *Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.203-266.

25. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, 3 vols., (1ª ed. 1936).

ao tema da “boa aparência”. Com efeito, para este autor, a passagem de uma sociedade estamental, basicamente rural, para a sociedade de classes, produzida pela urbanização e pela industrialização, foi durante muito tempo o paradigma central dos estudos sobre relações raciais no Brasil. Como corolário desta perspectiva, a “mestiçagem” e a noção de “boa aparência” cumpririam um papel importante na superação das contradições e dos conflitos de caráter racial durante a travessia de um tipo de organização social para outro. Com efeito, na análise de Freyre, a “boa aparência” se produziria por intermédio de inúmeras “adaptações” aos vários itens do vestuário feitas pelos “mulatos” em “ascensão”, principalmente em fins do século XIX – do chapéu ao calçado, passando por adornos, tecidos, modelos de roupas, feitiços de corte de cabelo e barba. Essas “adaptações” – enfatizadas pelo uso (em relação aos cabelos e à barba) de adjetivos, como “zangado” em oposição a “dócil”, de evidente conotação moral – visavam superar as “desproporções” do “corpo” de “negros” e “mulatos”, favorecendo a “ascensão social” destes últimos. Complementariamente, ao discutir também as convenções estéticas de santeiros, pintores e escultores, passando pela culinária até chegar à poesia e à música popular, Freyre salienta o sentido “extraeuropeu” ou “extra greco-romano” dessas convenções, sem que, contudo, elas cheguem a ser propriamente “africanas”. Aleijadinho – “uma espécie de El Greco mulato” – é para Freyre o caso-limite do uso dessas convenções “extraeuropeias”, nas quais a “deformação” quase “caricatural”, principalmente do nariz dos “dominadores brancos da colônia” é “o maior ponto de contraste somático ou plástico entre oprimidos e opressores, no Brasil do tempo de Aleijadinho.” Porém, o sentido dessa “deformação”, embora “extraeuropeu”, não seria marcadamente “africano”, mas apenas “marginalmente africano”. Caracteristicamente brasileiro, isto é, mestiço; ou culturalmente plural²⁶. Na mesma direção, insiste o autor, o “tipo louro ou alvo de mulher” sofreria o impacto da miscigenação e, já no século XIX, o “quindim da mulata ou o dengue da moreninha” seriam mais frequentes tanto no cancionário popular quanto nos versos e nos romances dos “bacharéis”²⁷.

Como se vê, as qualidades morais e estéticas da “aparência” não são novas na historiografia e na antropologia. O que talvez seja uma novidade é a produção do discurso da “boa aparência” combinada com as categorizações da *cor*, detectadas em anúncios de jornal dos anos 30 e 40 do século XX.

26. Gilberto Freyre. *Op. cit.*, p. 980.

27. Id. *Ibid.*, p. 979 e 981

COR E INVENÇÃO DA NAÇÃO

A partir dos anos 30 e durante todo o Estado Novo, o governo Vargas teve que lidar, de um lado, com a tendência fascista, adepta explícita da supremacia “branca” e da “pureza de sangue” e, de outro, com o dilema de como “integrar” a população “não-branca” na “nação”. Diante desse quadro contraditório, o esforço homogeneizador do Estado teve várias frentes. Ainda em dezembro de 1930, por exemplo, o recém-criado Ministério do Trabalho Indústria e Comércio decretou a chamada “Lei dos 2/3” que visava controlar a imigração, o trabalhador estrangeiro e o desemprego. Segundo Rosa Maria B. de Araújo, se de um lado a proteção “aos nacionais” significava o enfraquecimento da participação dos trabalhadores estrangeiros nas lutas operárias, de outro, redefinia-se o papel político do próprio operariado, na medida em que lideranças nacionais iam se constituindo numa nova dinâmica nas relações com o Estado²⁸. O que esta análise parece deixar de fora é o papel que a “Lei dos 2/3” desempenhou no sentido de “integrar”, ainda que no plano retórico, a população “não-branca” como trabalhadora urbana “disciplinada” (desraciando as relações sociais no mundo do trabalho), enquanto ao mesmo tempo, acirrava o controle policial sobre essa população, principalmente no Distrito Federal.

Assim é que a política de emprego do Governo Provisório para os “nacionais” se consubstanciou num conjunto de medidas visando à localização dos “sem-trabalho”, seu recrutamento e posterior fixação em núcleos de povoamento. Rosa Maria B. de Araújo acentua, então, que essa

*política só produz algum efeito no Rio de Janeiro, onde o governo concentra esforços para amenizar o problema social. Os Postos de Recrutamento no Distrito Federal permitem um levantamento estatístico dos quinze mil desempregados sem no entanto garantir trabalho a todos.*²⁹

Por outro lado, essa investida tem seu caráter racialmente integrador encapsulado na “metáfora da grande família nacional” e se completa, contraditoriamente, em outra frente, por meio de políticas assimilacionistas impostas, inclusive pela força, aos imigrantes e seus descendentes (sobretudo

28. ARAUJO, Rosa Maria B. de. *O Batismo do Trabalho. A Experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

29. Id. Ibid., op.cit., p.114. Grifos meus.

alemães) os quais, na prática, não haviam desempenhado o tão almejado papel no processo de “caldeamento de raças” do “povo brasileiro”. A “campanha de nacionalização” levada a cabo de modo mais sistemático a partir de 1939, conduzida pelo Exército é exemplar neste sentido, pois no passado recente o projeto colonizador do Estado acabara concentrando “europeus em algumas áreas do Sul do Brasil – onde se transformaram num problema a mais –, com a constituição de etnicidades, em pleno florescimento no início da campanha de nacionalização”³⁰. Graças à política de colonização esses europeus foram encarregados de “ocupar ‘vazios demográficos’ num processo do qual foram excluídos os nacionais, considerados “incapazes e inferiores”, permanecendo isolados do convívio com a sociedade brasileira”³¹. Vale lembrar, ainda que brevemente, que no bojo do mesmo processo de invenção da nação, ocorrem as investidas oficiais contra as “sociedades negras”. Em 1938, por exemplo, foi proscrita a Frente Negra Brasileira (fundada em São Paulo, em 1931).

Como se vê, o governo de Vargas estava enredado nas políticas de “nacionalização” e é neste complexo contexto que a “integração” proposta (e imposta) pelo Estado ganha um grande reforço de intelectuais, situados fora do aparelho de Estado e ligados às elites locais (de Recife ou de São Paulo, por exemplo). Muitos desses intelectuais – destacando-se o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre – estavam se reapropriando da ideia de “brasilidade” e voltaram-se para os elementos étnicos que “formaram o Brasil”. O paradigma da mestiçagem cultural e “biológica” se atualiza na ideia do “encontro das três raças” formadoras do Brasil³².

Neste sentido é indispensável lembrar a versão oficial atualizada da “fábula das três raças”³³ surgida apenas em 1943, quando Fernando Azevedo é convidado a fazer um texto introdutório ao Censo Demográfico de 1940. Ele escreve, então, um monumental volume de 529 páginas, encadernado, intitulado *A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura Brasileira*, em que faz frequentes referências aos estudos de Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Arthur Ramos, F. J. de Almeida Prado, Euclides de Cunha e, principalmente,

30. SEYFERTH, Giralda. “Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, p. 165-185, jun. 1991.

31. Id. *Ibid.*, p. 171.

32. Este processo não é linear e seu movimento paradoxal foi por mim abordado, à guisa de exercício, no ensaio “República das moscas”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 21, p.131-142, dez. 1991.

33. Para uma instigante análise diacrônica da “fábula”, ver Roberto DaMatta, “Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira”. In.: *Relativizando. Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1991[1987]. p.58-85.

Gilberto Freyre. Logo no início da obra, sob o título “O país e a raça”, ele evoca o “encontro” em termos de uma hierarquia na qual os “brancos”, ao fim e ao cabo, “assimilaram” “as raças vermelha e negra”³⁴.

Reforçado por esta “fábula”, o processo de “nacionalização” em curso desde os anos 30 ganha, aos poucos e à custa de muitas contradições, uma configuração mais nítida, tendo a capital da República – a cidade do Rio de Janeiro – como o *locus* político e cultural privilegiado onde essa “comunidade imaginada” chamada Brasil viria a se encarnar.

O RIO DE JANEIRO, E OS “NOVOS” ESTILOS DE VIDA URBANA

O crescimento das camadas médias da Capital Federal acelerou-se graças à expansão de novos postos de trabalho ligados direta e indiretamente ao serviço público federal, além de uma gama de atividades voltadas para o setor terciário, ligado às atividades comerciais de grande e pequeno porte. A expansão de vários bairros da Zona Sul, que passam a ser considerados os mais nobres da cidade, é visível. Com efeito, ansiosas por um estilo de vida “moderno”, para este espaço deslocam-se pequenas parcelas emergentes dessa nova classe média, passando a residir nos novos prédios de apartamentos, construídos, muitas vezes, ao lado das antigas residências das elites mais tradicionais. Por outro lado, e complementarmente, nos morros vizinhos crescem as então chamadas favelas³⁵: áreas sem infraestrutura básica (água, esgoto etc.), para onde acorrem, inicialmente, migrantes pobres, majoritariamente “não-brancos”, do interior do Estado do Rio de Janeiro e pessoas provenientes do que, à época, chamava-se Região Norte.

O Rio de Janeiro vai se constituindo, assim, como o espaço privilegiado por onde circulam e se comunicam gente “de cor”, “brancos pobres” e “brancos” de elite, construindo uma linguagem que foi traduzida por muitos intelectuais – em especial, por Gilberto Freyre – como o elogio da miscige-

34. “[...] as origens brasileiras estão claramente determinadas na mistura das três raças ou na assimilação progressiva, nos primeiros séculos, das raças vermelha e negra, pela raça branca europeia, numa larga transfusão de sangue, ainda estão por se esclarecer completamente as questões relativas aos diversos tipos étnicos, portugueses e negros, que se canalizaram para o Brasil, aos seus respectivos caracteres antropológicos, à distribuição geográfica dos negros e dos índios e às proporções em que se produziram os cruzamentos com os colonizadores brancos.” [...] “Foi graças a esse cruzamento, — processo biológico de seleção natural, facilitado em parte pelos deslocamentos das populações e pela ausência de preconceitos raciais, que no Brasil se caldearam as raças, branca, africana e ameríndia, e se foi formando o povo brasileiro, resultante de vários elementos étnicos, indígenas e forasteiros, assimilados pelo branco.” Fernando Azevedo, *A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. 1ª ed. 1943. Cia. Editora Nacional, 1944, p. 29 e p. 33.

35. PINTO, Luis A. Costa. *Op. cit.*, p. 134.

nação e da ausência de preconceito e discriminação “racial”³⁶. Estava aberto o caminho que viabilizava uma percepção que vai tomando conta de corações e mentes, tornando-se hegemônica porque capaz de inventar “raízes” homogeneizadoras – inclusive por intermédio de metáforas englobadoras como a da “grande família nacional”, que terminou por oferecer um arsenal ideológico às políticas de “nacionalização” da ditadura varguista. Neste contexto, as “diferenças de raça” vão, aos poucos, sendo simbolicamente controladas por meio do apelo ao mundo dos rituais de conagração que começam a se fazer “brasileiros”, produzindo samba, carnaval, feijoada e, por fim, futebol. Sem dúvida, como procurei mostrar em outro lugar³⁷, apesar da “cor” constituir-se num dos marcadores estratégicos das relações sociais, as categorias de classificação racial hegemônicas passaram a ser aquelas que garantiam uma construção de nação unificada: “malandros”, “mulatas” e “trabalhadores do Brasil”. O paradoxo da “integração nacional” com discriminação racial concentrou-se com força em certos espaços, vitais, sem dúvida, mas menos visíveis: o mundo do trabalho que exclui explicitamente “a gente de cor”, para transformar-se no mundo “integrado” da “boa aparência”, expressão polissêmica a ser negociada dia a dia.

Assim é que, por exemplo, através da detalhada descrição de Gilberto Freyre, há pouco discutida, descobrimos que havia, na sociedade brasileira do final do século XIX, uma afinidade eletiva entre certas qualidades morais e certas características ‘estéticas’ que a noção de “boa aparência” acabaria por encapsular na “nação”, já agora com contornos um tanto diferentes, pois é indispensável para os segmentos das classes médias, que se expandem aceleradamente, acentuar ou mesmo inventar outras distâncias sociais.

Nos anos de 1940, portanto, os candidatos ao emprego doméstico não enfrentam *apenas* “adaptações” às qualidades de “beleza” ou de “fealdade”, abonadas por uma visão de mundo pautada pelo “sentido hierárquico das relações pessoais” (intimista e socialmente distante a um só tempo). O que os classificados mostram é que agora, ao buscar emprego por intermédio de anúncios de jornal, os/as candidatos/as não tinham possibilidade de acionar redes de relações pessoais e se viam frequentemente confrontados/as com sua cor. Paradoxalmente, esse confronto vai sendo superado lentamente pelo uso cada vez mais comum da “boa aparência”, tanto por parte de empregadores quanto dos candidatos, no decorrer da década de 1940, caracterizando

36. Com efeito, essa linguagem é evocada de modo um tanto diverso, com outros sentidos, quando olhamos para a hierarquia ocupacional através dos anúncios de jornais diários.

37. DAMASCENO, Caetana. “República da moscas”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 21, p. 131-142, dez. 1991.

tal expressão como um truque semântico destinado a minimizar (o que não significa necessariamente “embranquecer”) a importância da condição racial justamente ali onde as regras de sociabilidade se mostraram especialmente severas para com as pessoas “de cor”: o mundo do trabalho.

PROBLEMAS ESTRATÉGICOS DE PESQUISA: É POSSÍVEL FAZER FALAR “AS CORES DO SILÊNCIO”?

Vamos aos problemas estratégicos de pesquisas que considerem como ponto de inflexão a “descoberta” de que, durante o século XIX, começou a pairar um longo silêncio documental e historiográfico sobre categorias étnico-raciais – as “cores do silêncio”, às quais se refere Hebe Mattos³⁸ – para, em seguida, discutir como e onde tal silêncio foi rompido e alguns dos significados desse rompimento. Este ponto de inflexão diz respeito, de fato, aos modos culturalmente ordenados de reavaliação dos significados de categorias étnico-raciais pelos agentes históricos envolvidos no mundo do trabalho – do “longo” século XIX aos primeiros 40 anos da República.

Hebe Mattos chama atenção para o fato de que, desde meados do século XIX, as “fontes” deixaram de discriminar a condição racial das pessoas. Com efeito, “os registros históricos disponíveis” (processos civis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito) não discriminam “a cor dos homens livres” e até mesmo “os registros civis instituídos em 1888” raramente identificam a cor dos ex-escravos. Mattos enfatiza, ainda, que o “silêncio” dos registros é comum nas pesquisas sobre a “experiência histórica pós-emancipação nas Américas” e que no Brasil, isso se acentua a partir de meados do século XIX. Na verdade, diz a autora, “desde que os libertos deixam de ter um estatuto jurídico específico, nas antigas sociedades escravistas, torna-se muito mais difícil encontrá-los nas fontes de época”³⁹.

De todo modo, fica a constatação de que este silêncio limitou a percepção histórica sobre os possíveis sentidos da liberdade para os libertos, tornando-os invisíveis ou opacos e, no limite, muitos historiadores lidaram com esses “silêncios” documentais como um “legado” exemplar de uma perspectiva não racializada e, por consequência, não racista da sociedade brasileira.

Diante disso, Hebe Mattos nos convida a refletir sobre questões que partem, a meu ver, de uma proposição cujo foco é o contexto histórico de du-

38. MATTOS, Hebe. Das Cores do Silêncio. *Os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 2ª ed.

39. Id. Ibid., p. 19.

ração mais longa, no sentido de uma “história das mentalidades”⁴⁰. Decorrem daí algumas indagações: até que ponto a ausência de marcadores raciais nos registros históricos disponíveis não estaria relacionada aos sentidos da liberdade tal como experimentados pelos libertos e seus ex-senhores, ao longo do sec. XIX? E ainda: em que medida a evitação, por parte dos libertos, em referir-se à sua condição de ex-escravo, significava mera negação de sua condição racial, ou tratava-se de um projeto de ascensão social que, para vingar, negaria tal condição? Finalmente, o que aconteceu com “senhores, escravos e homens ‘nascidos’ ou tornado livres” logo após a emancipação de 1888? Que identidades sociais foram sendo construídas e como os significados da liberdade se constituíram em território privilegiado de disputas por ideias, homens e coisas, que levaram às novas relações de poder?

Ora, os significados da liberdade dizem respeito às percepções sobre as possibilidades de controle sobre a mão de obra liberta por parte de ex-senhores e às disputas que a negação legal desse controle ensejava no interior deste mesmo segmento social, conforme os registros analisados por Hebe Mattos, no detalhe, no capítulo “Nós tudo hoje é cidadão”⁴¹.

Na verdade, uma vez abolida a escravidão, muitos ex-senhores esperavam que através de legislação complementar, o Estado mantivesse os libertos sob sua tutela, forçando-os “a continuar na platation em condições cujos termos deviam ser definidos pelos ex-senhores”⁴². Mas, o que de fato estava em jogo era a ideia de cidadania combinada com uma *experiência*⁴³ de liberdade, que vicejou ao longo do século XIX. Com efeito, no quadro da sociedade colonial, até às vésperas do Império, a experiência de liberdade passara pela mobilidade territorial (direito de ir e vir), pela busca de laços de aliança (direito de constituir família) e pela inserção na propriedade parcelária. Esta *experiência* englobava também os escravos (na condição de dependentes). Durante o Império, porém, esta experiência se transformou em “direitos civis” e foi “progressivamente reforçada” em termos de “igualdade formal na liberdade”, ainda que, contraditoriamente, se preservasse “o sentido hierárquico das relações pessoais, transformando-as, entretanto, segundo expressão de Mattos, em “fiadoras” dessa igualdade. Por outros termos, essa igualdade, formalmen-

40. Para uma apreciação sobre o entrelaçamento e a sobreposição do tempo histórico remeto ao artigo de Michel Vovelle, “A história e a longa duração”. In: LEGOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 65-96.

41. Hebe Mattos. *Op. cit.*, p. 309.

42. Hebe Mattos. *Op. cit.*, p. 322.

43. Experiência é empregada, aqui, no sentido de Thompson como adverti na nota três, no início deste texto.

te reconhecida pelo Estado Imperial, teria sido aprofundada pelos laços pessoais e hierárquicos que, concretamente, permitiram, seguindo a mesma trilha (mas no sentido inverso), o aumento das “ações de liberdade”, ou o desaparecimento da cor como indicativo de posição social nos processos criminais”, na segunda metade do século XIX⁴⁴.

Não é possível retomar no detalhe a cuidadosa argumentação de Mattos. Basta-nos, para fins do nosso exercício, insistir que a combinação entre concepções de liberdade e condição racial percorreu um longo e sinuoso caminho que está longe de reforçar uma versão não conflituosa da abolição e das relações de poder na pós-emancipação. Diante das tentativas por parte de ex-senhores de coagir os “libertos” a “tomarem contrato de trabalho” em suas fazendas, os “treze de maio” apelaram para valores de uma economia moral, alicerçada numa longa e conflituosa *experiência de negociação* que o verso expressa: “Negro não há mais não. “Nós tudo hoje é cidadão, o branco que vá pro eito”⁴⁵. “Negro” era sinônimo de “escravo”, e este já não mais existia.

“O silêncio sobre a cor que antecede o fim da escravidão”; deve, pois, como sugere Mattos, ser entendido em relação ao significado da liberdade, “*assim como sua generalização sugere que, por trás dele, se encontra mais do que uma ideologia do branqueamento*, construída e imposta de cima para baixo”⁴⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos então o ponto de inflexão a que fiz referência inicialmente. Estamos tratando, de fato, dos modos culturalmente ordenados de reavaliação dos significados de categorias étnico-raciais pelos agentes históricos envolvidos no mundo do trabalho – do longo do século XIX aos primeiros 40 anos da República. Então, conforme mostrei na primeira parte deste ensaio, na capital federal⁴⁷ dos anos de 1930 e 40, as mensagens de emprego (especialmente o doméstico), veiculadas em jornais diários, frequentemente faziam exigências quanto à cor dos candidatos, fugindo assim do padrão de esquecimento construído durante o século anterior. Neste caso, tais “fontes” revelam que a cor era, de fato, um critério de classificação social compartilhado por descendentes de escravos, homens livres alforriados e ex-senhores.

44. Hebe Mattos. *Op. cit.*, p. 318.

45. Id. *Ibid.*, p. 323. Grifos meus.

46. Id. *Ibid.*, p. 19.

47. Considerando a pesquisa de Oracy Nogueira, no mesmo período, a “atitude desfavorável de alguns anunciantes”, em São Paulo, era similar à do Rio de Janeiro. Oracy Nogueira. *Op. cit.*

É esse movimento contraditório que nos coloca diante do dilema da “atualização funcional das categorias”⁴⁸ étnico-raciais, pois os abundantes registros sobre o século XIX e sobre a pós-emancipação, ao calarem sobre categorias étnico-raciais podem surpreender por estarem “culturalmente próximos” das concepções não racializadas contidas na moderna “fábula das três raças”. Por outro lado, porém, quando comparados com a proximidade temporal de registros que explicitam o uso de tais categorias e sua relação com a noção moral de “boa aparência”, desvelando a racialização do mundo do trabalho, essa surpresa talvez seja ainda maior, pois estes registros parecem “culturalmente distantes” dos discursos não racializados do século XIX⁴⁹.

Esta comparação coloca em evidência o problema de repensar o diálogo entre antropologia e história a partir das dimensões “cor” e “boa aparência”, depois de termos resgatado os modos culturalmente ordenados de reavaliação dos significados de categorias étnico-raciais pelos agentes sociais diretamente envolvidos em eventos cotidianos (seja resistindo à coerção de “tomar trabalho” nas fazendas depois de maio de 1888, ou procurando emprego nos classificados de jornais dos anos de 1940).

Então, parafraseando M. Sahlins, ousou imaginar uma síntese entre história e antropologia a partir da ideia de que “esquemas culturais são ordenados historicamente” e que esta ordenação abre espaços para que significados culturais de categorias sociais – relativos à cor ou à “boa aparência”, por exemplo – sejam funcionalmente reavaliados na prática pelos diferentes agentes sociais diretamente envolvidos em ações concretas. A reavaliação funcional destes significados pelos “13 de maio” e pelos descendentes destes quase sessenta anos depois, supõe, contudo, que cultura, como argumenta Sahlins, “[...] é uma aposta feita com a natureza, durante a qual voluntária ou involuntariamente [...] os nomes antigos, que estão na boca de todos, adquirem novas conotações, muito distantes de seus sentidos originais”⁵⁰. São estes processos históricos de mudança cultural que Sahlins chamou de “reavaliação funcional de categorias”⁵¹.

Esta é a difícil operação de síntese que consiste em reunir elementos diferentes, quase sempre contraditórios, e fundi-los num todo coerente, visando

48. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999, p. 19.

49. Esta é uma paráfrase de um excerto autocrítico de Marshal Sahlins a respeito do tratamento dado por ele aos “povos do Pacífico” através de uma abordagem restrita ao “presente etnográfico” destituído de história. Marshall Sahlins. *Op. cit.*, p. 19-20.

50. Id. *Ibid.*, p. 9-10.

51. Id. *Ibid.*, p. 10.

superar a perspectiva dicotômica que opõe “estrutura” e “evento” (“longa duração” e “curta duração”) ou ainda indivíduo e sociedade, que torna opacos os valores e as ações de sujeitos históricos concretos. Isto porque, para nós, a opacidade, de que fala Carlo Ginzburg⁵², é o ponto de partida da história, e não de chegada.

52. Opero aqui com a ideia de Carlo Ginzburg de que se deve “ler a realidade às avessas, *partindo de sua opacidade*, para não permanecer prisioneiro dos esquemas da inteligência: essa ideia [...] parece-me exprimir um ideal de pesquisa que inspirou também estas páginas.” [as do livro *Nenhuma Ilha é uma Ilha*]. Ver GINZBURG, Carlo. *Nenhuma Ilha é uma Ilha. Quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 14. Grifos meus.

AS LIGAS CAMPONESAS E A REVOLUÇÃO CUBANA NOS ANOS 1960: REFORMA AGRÁRIA E REVOLUÇÃO

Jean Rodrigues Sales

A análise da história das Ligas Camponesas nos anos 1960 e de suas relações com a Revolução Cubana exige que articulemos os olhares da história política e da história social. Uma história de trabalhadores camponeses que se organizam para reivindicar melhorias e mudanças nas relações com o dono do Engenho não se esgota nem em uma abordagem estritamente política nem em uma abordagem estritamente social. Por isso, neste capítulo integraremos ambas as perspectivas na discussão de nossa temática.

Os camponeses do Engenho da Galileia eram, ao mesmo tempo, trabalhadores rurais inseridos nas relações de produção marcadas por acentuada concentração fundiária e autoritarismo e protagonistas de um movimento político que, uma vez iniciado, afetou todas as organizações e debates dos camponeses no início dos anos 1960 no Brasil. Para além dos aspectos regionais e nacionais dessa experiência, os camponeses, assim como outros atores sociais que se uniram em torno deste projeto, foram profundamente influenciados pelo processo revolucionário cubano. Nesse sentido, a história das Ligas Camponesas exemplifica tanto as relações destes trabalhadores com as ideias de esquerda que circulavam no Brasil, quanto um momento particularmente complexo da história das esquerdas na América Latina.

Na experiência das Ligas Camponesas estão presentes muitas das questões que estavam em pauta no período, entre as quais a proposta de uma

reforma agrária e de um projeto revolucionário para o país¹. No decorrer das discussões, a preponderância do tema da revolução contribuiu para que o movimento dos camponeses fosse o pioneiro no país a identificar-se com o modelo cubano de revolução e, sobretudo, criar, ainda no governo de João Goulart, embriões de campos de treinamento guerrilheiro, fortemente influenciados pelo castro-guevarismo². Nesse sentido, o agrupamento pode ser considerado como precursor da luta armada no Brasil, estratégia que viria a se disseminar entre parte importante das esquerdas após o golpe de 1964³.

A proposta deste capítulo é discutir as relações entre o projeto político das Ligas Camponesas e a revolução cubana nos anos sessenta, destacando as implicações para a trajetória teórico-ideológica da organização e as modificações de suas práticas políticas. Para isso, trataremos principalmente de temas que estão relacionados à influência cubana, deixando de lado aspectos que, mesmo sendo importantes na história das Ligas, fogem ao foco de nossa discussão.

É necessário lembrar que as Ligas Camponesas foram um movimento extremamente heterogêneo, de abrangência nacional, ainda que seu centro político estivesse no nordeste, particularmente em Pernambuco e Paraíba. Escolhemos analisá-las principalmente a partir de seu núcleo dirigente, seus documentos oficiais, imprensa periódica, documentos dos órgãos de segurança e entrevistas. Embora essa opção metodológica não contemple as manifestações de outros setores do movimento, ela nos parece adequada para entender a

1. Sobre a história das Ligas Camponesas, com perspectivas e abordagens diferentes, ver AZEVEDO, Fernando Antônio de. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. AUED, Bernadete Wrubleski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas-1955-1964*. Florianópolis: UFSC, 1986. BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. Novaes, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972. MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Iattermund, 1997 e RANGEL, Maria do Socorro. *Medo de morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba*, Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 2000.

2. Para os objetivos deste capítulo, amparado nos documentos das organizações comunistas do período, empregamos a expressão castro-guevarismo de forma ampla, como era utilizada entre as esquerdas nos anos 1960, caracterizando movimentos que, influenciados pela revolução cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista. Ver a esse respeito as obras de DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d e de GUEVARA, Che. *A guerra de guerrilhas*. São Paulo: Edições Populares, 1981. Uma síntese dos textos destes autores pode ser vista em Barão, Carlos Alberto. "A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60". In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. rev. v. 1. Campinas: Unicamp, 2003; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2000.

3. A respeito da influência da revolução cubana sobre as esquerdas brasileiras nos anos 1960, ver: SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

influência cubana sobre suas formulações ideológicas e sobre a criação dos campos de treinamento.

O SURGIMENTO DAS LIGAS E SEU PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA

A origem das Ligas Camponesas guarda ligação remota com o período da redemocratização do país, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundou Ligas Camponesas em diversos estados brasileiros, reunindo trabalhadores rurais e camponeses. Naquele momento, as organizações seguiam a orientação do PCB em favor de uma aliança entre operários e camponeses. Nesse caminho, preponderavam em sua direção os *militantes* de origem operária ligados ao partido⁴. Com a cassação do registro partidário em 1947, e sob a dura repressão do governo do general Dutra, o movimento camponês foi praticamente extinto.

Entre 1948 e 1954 poucas associações rurais sobreviveram e as lutas no campo pareciam se restringir a alguns conflitos envolvendo posseiros e grileiros. Tais conflitos não chegaram a tomar proporções nacionais, ainda que, localmente, tenham sido marcados por alto grau de radicalização. São os casos, por exemplo, da chamada guerrilha de Porecatu, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, e da implantação do “território livre de Trombas-Formoso”⁵.

As Ligas Camponesas, que desempenhariam um papel importante no cenário político brasileiro entre 1955-1964, surgiram no Engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco. Neste local foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), que ficaria conhecida como a Liga Camponesa da Galileia, numa clara alusão às antigas Ligas dirigidas pelo PCB. Dessa forma, a continuidade, se assim podemos chamar, entre as Ligas dos anos quarenta e aquelas surgidas da segunda metade dos anos cinquenta, efetua-se na medida em que muitos comunistas e militantes das antigas associações rurais estiveram presentes na criação do movimento que surgiu na década seguinte. Entretanto, o programa político das Ligas comandadas por Francisco Julião era diferente daquele ligado aos comunistas no passado, e sérias divergências

4. MORAIS, Clodomir Santos de. *Op. cit.*, p. 14.

5. AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 57. Especificamente sobre o movimento de Formoso, ver: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Unesp, 2007.

viriam a surgir entre o novo movimento e o PCB no que se refere às propostas de resolução do problema agrário brasileiro no início dos anos 1960⁶.

O surgimento da SAPPP está diretamente relacionado às condições de vida dos camponeses no Engenho. Neste caso em particular, o proprietário já não morava mais no local e utilizava a propriedade para conseguir renda através do foro pago mensalmente pelos camponeses. Em quatro anos, porém, o valor passou de 220 para 1700 cruzeiros, tornando o pagamento difícil para muitos trabalhadores⁷. Diante dessa situação, os camponeses se associaram para criar um fundo de pagamento da dívida daqueles que adocessem, evitando, assim, que fossem expulsos do engenho. Entraram também na pauta da Associação outras preocupações comuns aos trabalhadores rurais, tais como a formação de um fundo para a “assistência médica e jurídica, criação de escolas e de uma caixa funerária para os associados”⁸, além da reivindicação do fim do *camhão*, prática em que os foreiros eram obrigados a trabalhar sem remuneração algumas horas da semana para o dono propriedade.

Inicialmente, a proposta de criação da associação foi bem recebida pelo proprietário do engenho, que via nela uma segurança para o recebimento do foro. Os camponeses, por sua vez, como estratégia política para evitar o conflito, convidaram o proprietário do Engenho, Oscar Beltrão, para ocupar o cargo de presidente honorário da associação⁹. Aparentemente foi a reação dos demais proprietários da região, preocupados com o alastramento da organização camponesa, que fez que a família proprietária resolvesse expulsar os camponeses do engenho, iniciando o litígio jurídico e o conflito social¹⁰. Os foreiros, para escaparem da pressão local, foram procurar apoio na capital do estado. Acabaram conseguindo uma assessoria jurídica, através do advogado Francisco Julião, e a formação de um Comitê Interpartidário, composto por Julião, pelos deputados Ignácio Valadares Filho e José Dias da Silva (UDN),

6. Sobre as divergências entre as Ligas e o PCB, bem como o aparecimento da questão camponesa enquanto problemática nacional, ver ÁUED, Bernadete. *Op. cit.*, e GRYNISPAN, Mario; DEZEMONE, Marcos. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 209-236.

7. Essas informações estão na série de reportagens feitas por Antonio Callado para o jornal *Correio da Manhã* entre setembro e dezembro de 1959. Os textos foram posteriormente publicados em livro: CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os ‘galileus’ de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

8. AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 60.

9. MONTENEGRO, Antonio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”, in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 248.

10. CALLADO, Antonio. *Op. cit.*

Clodomir Santos de Moraes e Paulo Viana de Queiroz (PTB), pelo vereador José Guimarães Sobrinho (PST), pelo prefeito de Jaboatão, Cunha Priomo, e do advogado Djacir Magalhães, ligados ao PCB¹¹.

Vale destacar que o movimento camponês, e o apoio recebido na capital, acontecem em um momento no qual começava a se formar em Pernambuco a chamada “Frente de Recife”, que congregava diversas forças de esquerda ou progressistas. Entre 1955 e 1964, a Frente seria hegemônica nas eleições para prefeito na capital e conseguiria, em 1958, eleger o governador Cid Sampaio, derrotando as forças mais conservadoras do estado. Dessa forma, os camponeses da Galileia puderam se beneficiar deste ambiente político para receber o apoio de setores variados da sociedade¹².

O conflito com o proprietário, depois de uma longa disputa judicial e política, se resolveu em 1959, quando o governador Cid Sampaio sancionou o projeto de lei aprovado na Câmara Estadual de desapropriação do Engenho da Galileia e a repartição da terra entre os foreiros. A partir desse episódio, as Ligas se expandiram por Pernambuco e outros estados do país, chegando a contar, em 1961, com mais de 10 mil associados¹³ e passando a ser um ator importante nos debates sobre a reforma agrária e a revolução brasileira no início dos anos sessenta.

Particularmente na região nordeste, o exemplo do engenho da Galileia serviu como estímulo para a organização dos camponeses, o que gerou, por sua vez, uma reação violenta dos proprietários de terra da região. Entre 1960 e 1964 dezenas de trabalhadores foram assassinados. O jornalista e escritor Antonio Callado acompanhou parte desse processo e publicou uma série de reportagens no *Jornal do Brasil* entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964. Na Paraíba, um dos estados onde aconteceu o maior número de crimes, Callado presenciou os aspectos característicos da situação no campo nordestino nos anos 1960: radicalização dos camponeses, violência exacerbada dos proprietários rurais e parcialidade da justiça. Justamente naquele estado, ocorrera, em 1962, o assassinato de João Pedro Teixeira, episódio posteriormente relatado pelo cineasta Eduardo Coutinho no filme *Cabra marcada para morrer*¹⁴.

11. AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 62.

12. Cf. MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. “Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Op. cit.*, p. 451-488.

13. AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 73.

14. As reportagens foram publicadas em: Callado, Antonio. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*, 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, ver Rangel, Maria do Socorro. *Op. cit.* A respeito do assassinato e do caso de João Pedro, ver: *João Pedro Teixeira. Vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores*. João Pessoa: Ideia, 2002.

É importante frisar que nessa fase da história das Ligas Camponesas, que se situa entre seu surgimento, em 1955, e a desapropriação do Engenho da Galileia, em 1959, o seu programa político centrava-se na proposta de uma reforma agrária feita de acordo com as leis vigentes. Em outras palavras, as Ligas reivindicavam inicialmente um tipo de transformação no campo que fosse amparado pelo Código Civil, chegando, no máximo, a propor a mudança da Constituição, como a diminuição do valor das indenizações pagas aos proprietários, para tornar a reforma agrária econômica e politicamente viável.

A estratégia dos trabalhadores rurais surpreendeu os proprietários, uma vez que o movimento dos trabalhadores baseava-se principalmente na justiça. Ou seja, as Ligas eram associações civis, registradas em cartório, o que as desobrigava de seguir a restrita legislação dos sindicatos rurais. Ao mesmo tempo, quando os camponeses eram ameaçados de ser expulsos de uma propriedade, eles recorriam à justiça para defenderem seus direitos. Assim, pela primeira vez na história da região nordeste, os proprietários de terra viram-se sistematicamente na situação de responder por suas ações diante da justiça. Nessa situação, muitos deles, por sua vez, recorreram à ação de *matadores* contratados para assassinar ou pressionar os trabalhadores a saírem das propriedades ou cessarem as atividades políticas das Ligas.

Esse primeiro projeto político das Ligas, que Jacob Gorender chama de “legalista”¹⁵, pode ser evidenciado tanto pelo papel desempenhado no movimento por advogados, caso de seu principal líder, Francisco Julião, como pelos documentos produzidos pela organização até o final de 1961, nos quais não aparece qualquer referência a propostas de cunho revolucionário. Por exemplo, em fevereiro de 1961, Julião lançava o panfleto *Carta de Alforria do camponês*, com o objetivo de explicar como os trabalhadores poderiam se libertar da opressão do latifúndio. O caminho para isso seria o da conquista de cinco reivindicações: 1) A democracia para o camponês; 2) O sindicato para o camponês; 3) A cooperativa para o camponês; 4) Uma lei justa e humana para o camponês; 5) O voto para o analfabeto¹⁶. Nas palavras de outro dirigente, Clodomir Santos de Moraes, nessa fase inicial,

predicava-se contra a intervenção da polícia em assuntos de natureza agrária; predicava-se contra os castigos corporais e outras violências cometidas pelos latifundiários contra os camponeses e os bens destes; contra os restos semifeudais que prevaleciam no meio rural do Nordeste brasileiro¹⁷.

15. Gorender, Jacob. *Combate nas trevas*, 5 ed. São Paulo: Ática, 1998, p.42.

16. JULIÃO, Francisco. “Carta de alforria do Camponês”. In: STEDILE, João Pedro (org.), *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002, p. 163-174.

17. MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*. Op. cit., p. 23.

PRIMEIRA VIAGEM A CUBA: A DESCOBERTA

A mudança do projeto político das Ligas Camponesas, que inaugurou uma segunda fase de sua história, se deu entre 1960 e 1961. Nesse período, o discurso dos líderes do movimento se afasta cada vez mais das propostas de reformas dentro da lei, o que se evidencia através da participação das Ligas no I Congresso Camponês Nacional, realizado em Belo Horizonte, em 17 de novembro de 1962. Nesse Congresso, organizado pela União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada pelos comunistas em 1955, os representantes das Ligas, mesmo em minoria, fizeram aprovar a proposta de uma “reforma agrária, na lei ou na marra”, rompendo com a sua trajetória de atuação dentro dos marcos legais. É interessante notar ainda que esta proposta derrotou as teses apresentadas pela direção da ULTAB, ligada ao PCB que, como caminho para se chegar à reforma agrária, propunha reformas das leis de arrendamento rural, de extensão da política salarial e de segurança social urbana às massas do campo. Isso representou um ponto fundamental de divergências entre os dois grupos, que até então tinham uma convivência pouco conflituosa, chegando a algumas atuações em conjunto.

De acordo com vários autores, a influência da revolução cubana desempenhou um papel fundamental na mudança do rumo e da natureza das Ligas Camponesas¹⁸. Para Jacob Gorender, após a visita que Julião fez a Cuba, em 1960, ele voltou defendendo as ideias que Fidel Castro queria ver aplicadas nos países da América Latina, o que teria tornado as Ligas pioneiras na defesa de uma das ideias-chave dos anos 1960: “a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado”²⁹. Já Joseph Page, referindo-se as relações de Julião com a revolução cubana, entende que as palavras do líder das Ligas frequentemente continham indícios de que Cuba era para ele mais do que uma simples inspiração²⁰.

Temos ainda o depoimento do líder comunista Paulo Cavalcante, para quem as Ligas passaram por um momento de “importação da revolução cubana”, ainda que tivessem sido advertidas pelo Partido Comunista da inviabilidade do caminho das armas²¹. Já o escritor Antonio Callado afirmava que

18. PAGE, Joseph A.. *Op. cit.*; AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.* e MORAIS, Clodomir Santos de. *Op. cit.*

19. GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 43.

20. PAGE, Joseph A.. *Op. cit.*, p. 116.

21. CAVALCANTE, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi. Memórias políticas*, v. 2. Recife: Guararapes, 1980, p. 31.

o líder das Ligas, Francisco Julião, era o mais influenciado por Cuba, sendo “característico de seu cubanismo” o “plano de organizar guerrilhas em Pernambuco, com o livro de Che Guevara no bolso”²².

A viagem a Cuba, entretanto, não foi projeto originalmente traçado pelos dois líderes. Aconteceu a partir do convite do então candidato à presidência Jânio Quadros, que achou importante levar em sua comitiva os representantes daquele movimento que empolgava o nordeste e outras localidades brasileiras. Antes de aceitar o convite, Clodomir, que era do Comitê Municipal do PCB em Recife, teve que consultar o partido, afinal o PCB apoiava o General Lott, adversário de Quadros, nas eleições presidenciais. Após receber o aval do secretário estadual, David Capistrano, Clodomir viajou para o Rio de Janeiro, onde se encontrou com representantes do Comitê Central, que tinham uma mensagem a ser entregue no *Bureau* político do Partido Comunista Cubano²³.

Ao chegar a Cuba, ele conseguiu um encontro com os dirigentes do Partido Comunista. Retirou da barra da calça e das costas do paletó a mensagem codificada e, com surpresa, leu para seus anfitriões o recado que lhes pedia para tomarem medidas contra as declarações de Fidel Castro, pois “cada vez que ele lia um discurso na televisão, ele prejudicava a campanha do PCB com o general Lott”. A reação dos cubanos teria sido de surpresa e indignação. Entre outras coisas, eles lembraram que o Brasil era um dos únicos países do continente que não contava com um Comitê de Solidariedade à Revolução Cubana, o que desautorizava qualquer crítica do PCB aos rumos da política no país caribenho²⁴.

A despeito deste mal-estar, Clodomir aproveitou para conhecer a experiência revolucionária cubana, sobretudo no que se referia à reforma agrária. Ele e Julião voltaram ao Brasil com uma grande quantidade de escritos sobre Cuba²⁵. Os papéis foram levados ao Comitê Estadual do PCB de Recife, que, em reunião com Clodomir, chegou à conclusão de que as Ligas podiam representar o pensamento da revolução cubana no Brasil, mas não o do PCB, que naquele momento estava empenhado na campanha de Lott. Evidenciavam-se neste momento as diferenças entre o PCB e as Ligas Camponesas na análise e nas relações com a revolução cubana.

22. CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*, p. 85.

23. As informações sobre a viagem foram fornecidas em entrevista por Clodomir Santos de Moraes, realizada em Porto Velho no dia 29/3/2005.

24. Entrevista de Clodomir Santos de Moraes ao autor. *Op. cit.*

25. *Ibidem*.

A primeira consequência dessa reunião e da viagem foi a criação, por iniciativa das Ligas Camponesas, ainda em 1960, do primeiro Comitê de Solidariedade à Revolução Cubana no Brasil²⁶, fato que estreitou laços entre as Ligas e os cubanos, abrindo caminho para futuras articulações políticas em conjunto, como o treinamento guerrilheiro de alguns de seus membros na ilha de Fidel Castro. A outra consequência, mais profunda, foi a influência cubana na trajetória dos dois principais líderes políticos das Ligas Camponesas, trazendo desdobramentos para a história do movimento.

A INFLUÊNCIA CUBANA E OS RUMOS DAS LIGAS

A trajetória de Julião e Clodomir é o maior exemplo da influência da Revolução Cubana sobre as Ligas Camponesas. Julião, como principal representante do movimento desde a sua fundação, defendia um projeto de reformas que se adequava às leis vigentes no país. Porém, entre 1960 e 1961 é perceptível a mudança de suas propostas, principalmente no que diz respeito ao papel dos camponeses e da reforma agrária no processo revolucionário, nas quais a experiência cubana passa a aparecer como elemento fundamental a influenciar seu novo posicionamento político²⁷.

Nesse caminho, até mesmo os seus aliados apontariam a mudança que Julião sofrera a partir do contato com a Revolução Cubana. É o caso, por exemplo, de Gregório Bezerra, dirigente do PCB, que era tradicionalmente próximo das Ligas Camponesas até o Congresso de Belo Horizonte. Bezerra relata que até 1958 Julião merecia toda a consideração dos comunistas, e aceitava mesmo algumas orientações do PCB. Esse panorama é modificado com após a vitória da guerrilha cubana. Impressionado, o chefe das Ligas passa a ir frequentemente a Cuba para conversar com Fidel Castro e Che Guevara, retornando sempre muito eufórico: “achava que o camponês organizado nas Ligas já era suficiente para fazer a revolução agrária e anti-imperialista. Nós discordávamos dele, pois não havia condições para um movimento

26. Ibidem.

27. A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco acompanhava de perto os passos das Ligas Camponesas em seu relacionamento com a revolução cubana. Pode-se encontrar nos documentos, da pasta referente a Cuba, desde manifestações pró-Cuba organizadas pelas Ligas, como detalhadas listas de membros do movimento que viajavam àquele país. Ver, por exemplo, sobre o Movimento de solidariedade a Cuba: Documento Sem título, datado de 18 de abril de 1961 e assinado pelos agentes Vanderlino Bezerra de Lima e Waldemar de Souza. Sobre viagens de membros das Ligas a Cuba, ver: 1) Documento sem título datado de 27 de julho de 1960, assinado por Vanderlino Bezerra de Lima. 2) “Relatório” – 10 de maio de 1961. 3) “Relatório Aeroporto Guararapes” – 16 de fevereiro de 1962. Todos os documentos citados estão na Pasta “Cuba”, “Documentos da Secretaria de Segurança Pública”, do Arquivo Público de Pernambuco (APP).

revolucionário”²⁸. Outro dirigente do PCB, Giocondo Dias, protagonizou um debate público com o líder das Ligas a respeito do significado da Revolução Cubana. Para Dias, Francisco Julião fazia uma leitura equivocada daquele movimento ao querer transplantar para o Brasil uma experiência estrangeira²⁹.

A trajetória de Clodomir Santos de Moraes também é exemplo do tipo de assimilação que uma parte dos membros das Ligas Camponesas fez das ideias oriundas da Revolução Cubana. O militante, após participar de atividades políticas em São Paulo e Salvador, mudou-se para Recife no início dos anos cinquenta, onde cursou a faculdade de Direito. Foi eleito deputado estadual em 1955 e desempenhava a profissão de jornalista. Neste período, rapidamente se aproximou do PCB e chegou ao Comitê Municipal do partido, no qual era responsável pelo setor operário.

Por contingências do momento, acabou se aproximando das Ligas Camponesas e passando a atuar neste setor. Na segunda metade dos anos cinquenta, era, ao mesmo tempo, membro do PCB e das Ligas Camponesas, o que não causava qualquer problema nem para o partido, nem para as Ligas. O primeiro registro de divergências com o PCB se deu nos debates preparatórios para o V Congresso, realizado no final de 1960, em torno da tese sobre a questão agrária no país³⁰. Nesse momento, Clodomir publicou um artigo na “Tribuna de Debates” do Congresso, no jornal *Novos Rumos*, no qual discordava da postura do PCB em relação à questão do campo. Após fazer uma análise de diversas experiências de reforma agrária implementadas em vários países, que estariam de uma forma ou de outra próximas daquela proposta pelo PCB, o autor conclui que somente uma delas, a cubana, que não seguira a receita dos partidos comunistas, chegou a concretizar uma verdadeira distribuição social da terra³¹.

O texto de Clodomir chegou a ser aprovado pelo Comitê Municipal do Recife, mas foi derrotado no debate dentro do Comitê Regional, não tendo sido, portanto, discutido no V Congresso. Vale destacar a contiguidade

28. MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 80.

29. O debate pode ser acompanhado em artigos publicados nos jornais das Ligas Camponesas e do PCB. Cf. JULIÃO, Francisco. “Em Cuba está o exemplo!”, *Liga*, Rio de Janeiro, 3/4/1963. DIAS, Giocondo. “Teses errôneas e nocivas”, *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 29/6 a 5/07/1962. Ver ainda a resposta de Francisco Julião a este artigo, “Giocondo Dias, os comunistas e a revolução brasileira”, *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 10 a 16/8/1962, e a réplica do dirigente do PCB, “Etapas da revolução e frente única”, *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 17 a 23/8/1962.

30. As propostas do PCB para o período, inclusive a resolução de seu V Congresso, podem ser vistas em NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *PCB: vinte anos de política – 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980.

31. Cláudio Moraes (Clodomir Santos de Moraes), “Uma questão básica”, *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 14/7/1960.

das datas: o artigo foi publicado em julho de 1960; em abril o autor havia viajado a Cuba; e em setembro se realizou o V Congresso do PCB. Como nos relatou Clodomir Moraes em entrevista, o conteúdo do artigo, bem como a sua forma de entender o problema da terra, foram diretamente influenciados por sua passagem por Cuba. Portanto, chama a atenção no episódio como, já em meados de 1960, o processo revolucionário cubano atraía o interesse deste militante, que tentava utilizar a experiência cubana para a compreensão da realidade brasileira, ainda que circunscrita à problemática da Reforma Agrária.

O dirigente, entretanto, não mudou as suas convicções a respeito da problemática e, no ano seguinte, durante o Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, esteve junto com Julião na apresentação da tese de uma “Reforma agrária na lei, ou na marra!”. Pouco tempo depois, em 1962, ele foi expulso do PCB. O motivo, entretanto, ultrapassava os problemas relacionados ao V Congresso e ao Congresso Camponês de Belo Horizonte, relacionando-se diretamente às discussões sobre a participação de Clodomir nos campos de treinamento guerrilheiro no Brasil.

SEGUNDA VIAGEM A CUBA E OS PREPARATIVOS DA GUERRILHA

Após sua expulsão do PCB, Clodomir Santos de Moraes protagonizou junto às Ligas Camponesas um dos episódios mais importantes da influência e das relações da Revolução Cubana com as esquerdas brasileiras: a montagem dos campos de treinamento guerrilheiro no Brasil entre 1961 e 1962. A origem, bem como o grau de influência e de participação dos cubanos nesse processo, suscitam interpretações controversas de seus participantes, críticos e defensores.

Ao longo dos anos 1960, os órgãos de repressão estavam atentos à movimentação de militantes das Ligas Camponesas que viajavam a Cuba. Em maio de 1962, o Dops-RJ alertava que militantes das Ligas teriam feito treinamento guerrilheiro naquele país. Segundo Denise Rollemberg, há informações de que Clodomir Moraes, juntamente com mais 11 membros do movimento, teriam treinado em Cuba entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961³². Na versão dos agentes do DOPS-RJ,

o curso foi o segundo desta natureza patrocinado pelos cubanos, sendo que o primeiro foi dado em maio de 1961, também em Cuba. A instru-

32. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 24.

ção constava de exercícios diários de tiro ao alvo, manobras de guerrilhas simuladas nas montanhas dos *Organos*, e manejo e identificação de armas e doutrinação ideológica. Os estagiários eram instruídos no desmontar, manejar e na manutenção de armas de fogo norte-americanas [...]. Foram ensinados como fazer o 'coquetel Molotov' e a bomba incendiária M-26³³.

De fato houve, nesse período, o treinamento de alguns militantes das Ligas Camponesas em Cuba. Entretanto, ele foi bastante diferente do que imaginaram os agentes do Dops-RJ. As motivações e anseios dos cubanos e brasileiros não eram os mesmos, o que acabou por colocar empecilhos para a realização adequada do treinamento.

Para que o treinamento ocorresse, antes era necessário aproximar-se do governo cubano. Em 1961, veio ao Rio de Janeiro Luis Felipe Carneal, membro do Comitê Central do Partido Popular Socialista de Cuba. Uma Delegação cubana foi até Recife e convidou as Ligas Camponesas a enviar, de forma preferencial, uma delegação para as comemorações do dia 26 de julho e para a fundação da Associação Nacional de Agricultores Cubanos (Anac). As Ligas enviaram cerca de 80 membros, dentre os quais aqueles que viriam a participar do treinamento em Cuba. Além destes, também viajaram dirigentes do PCB³⁴, elevando o total de membros da delegação a cerca de 115 pessoas³⁵.

Ficou evidente que as Ligas recebiam tratamento diferenciado em Cuba. Atribui-se isso tanto ao fato de Fidel Castro acreditar que as Ligas eram o movimento que mais chances tinha de fazer uma revolução no Brasil, quanto às demonstrações que seus membros durante a tentativa de invasão de *Playa Giron*, quando entregaram uma lista de cinco mil camponeses brasileiros dispostos a pegarem em armas para defender a ilha caribenha.

Segundo Clodomir Santos de Moraes, o seu grupo foi o primeiro entre os brasileiros a treinar em Cuba. Considerando-se a América Latina como um todo, aparentemente só os venezuelanos haviam estado lá anteriormente. Por ser o pioneiro, o treinamento não aconteceu da forma que se esperava. Em primeiro lugar porque não haveria consenso entre Fidel Castro e Che Guevara

33. Dops-RJ, "Cuba exporta a revolução". Setor: informações, pasta 62, folha 92. Citado por Denise Rollemberg. *Op. cit.*, p. 24.

34. Vale destacar que apesar das divergências do PCB em relação à revolução cubana, o partido evitava fazer críticas públicas ao regime. Colocava em primeiro lugar a necessidade de defender o regime cubano diante das ameaças norte-americanas. Somente em 1966 vieram a público as críticas do PCB ao regime cubano. Cf. SALES, Jean Rodrigues. "O Partido Comunista Brasileiro e Cuba nos anos 1960: defesa da revolução e crítica ao foquismo", *Anos 90*, v. 17, n. 32, Porto Alegre, 2012, p. 93-119.

35. Entrevista de Clodomir Santos de Moraes ao autor. *Op. cit.*

sobre o oferecimento do treinamento aos militantes brasileiros. Guevara se mostrara contrário em função das relações cordiais que o governo brasileiro mantinha com Cuba. Fidel, por sua vez, defendia que o treinamento acontecesse. Em segundo lugar, não havia, naquele momento, qualquer preparação, programa ou estrutura prévia para que o curso acontecesse adequadamente, e ele acabou ocorrendo de forma improvisada³⁶.

Resolvido o impasse com os dirigentes cubanos, os brasileiros, entre os quais estavam os futuros líderes do dispositivo militar das Ligas Camponesas (Clodomir Santos de Moraes, Adauto Freire da Cruz, Mário Luiz de Carvalho, Ozias Ferreira e Bonilla), foram até um quartel em Manágua para iniciar o treinamento. Lá chegando, se decepcionaram com o fato das atividades se resumirem a questões estritamente militares, não incluindo sequer exercícios de sobrevivência. Clodomir de Moraes não acredita que aquele possa ser considerado um verdadeiro treinamento, na medida em que os brasileiros não aprenderam nada além do que já sabiam, tanto em termos de manejo de armas quanto sobre as questões políticas, que a seu ver eram mais importantes.

Após este primeiro “curso” realizado em Cuba, outros militantes voltaram àquele país, mas apenas para aprender alguns aspectos específicos úteis à guerrilha, como foi caso de Pedro Porfírio no que diz respeito à fabricação de bombas de plástico³⁷. Com essa viagem, o grupo decidiu que o treinamento guerrilheiro deveria ser feito no Brasil e, com ajuda de setores cubanos, se voltaram imediatamente à preparação do dispositivo militar das Ligas Camponesas.

O DISPOSITIVO MILITAR E OS CAMPOS DE TREINAMENTO GUERRILHEIRO

Segundo a versão de Clodomir de Moraes³⁸, a motivação para a criação dos “focos de resistência guerrilheira” veio com a invasão da Baía dos Porcos,

36. Ibidem. Sobre a falta de estrutura para a realização dos cursos, vale lembrar que ainda em 1965, quando membros do MNR foram fazer treinamento em Cuba não havia uma estrutura preparada, e os militantes brasileiros acabaram ajudando a construir a escola. Pela leitura do livro de Denise Rollemberg (*Op. cit.*) somente os militantes que foram posteriormente a Cuba (da ALN, do MR-8 e da VPR) encontraram uma estrutura mais adequada, embora em muitos aspectos ainda precária.

37. Entrevista de Clodomir Santos de Moraes ao autor. *Op. cit.*, Sobre o caso do militante Pedro Porfírio, ver ainda o livro por ele publicado: PORFÍRIO, Pedro. *Confissões de um inconformista*. Rio de Janeiro: Fábrica do Conhecimento, 2004.

38. A versão de Clodomir Moraes sobre a questão dos campos de treinamento guerrilheiro pode ser vista principalmente em um pequeno texto que escreveu, provavelmente no final dos sessenta, sobre a história das Ligas. A primeira edição é de 1970 (Moraes, Clodomir Santos de. “Peasant leagues in Brazil”. In: STAVENHAGEN, Rodolfo (Org.). *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. Nova York: Anchor Books, 1970; a segunda foi publicada em Honduras, em espanhol, em 1976. Somente em 1997 o texto foi traduzido para o português e publicado pelas edições Littermund. Utilizamos ainda a entrevista que ele nos concedeu (*Op. cit.*) e a entrevista concedida a Dênis Moraes. *Op. cit.*

em abril de 1961. A ideia era a de que o exemplo da tentativa de invasão de Cuba pelos EUA colocava em perigo qualquer governo amigo dos cubanos no continente, inclusive o de Jânio Quadros. Além da ameaça externa, era de se considerar que em sete anos o Brasil havia passado por pelo menos sete tentativas de golpes contra o regime representativo. Por fim, havia os enormes suprimentos de carabinas e fuzis automáticos proporcionados pelo governador Adhemar de Barros, do estado de São Paulo, para que os latifundiários se defendessem da Reforma Agrária. Todos esses elementos fizeram com que parte dos membros das Ligas aderisse ao plano de resistência guerrilheira³⁹.

A concepção geral do dispositivo militar ficou sob a responsabilidade de Clodomir Santos de Moraes, que tinha também o papel de ligação entre o “setor armado” e o setor “político” das Ligas Camponesas, sendo este último liderado por Francisco Julião⁴⁰. Pela própria natureza das atividades, a atuação do setor armado era feita de forma absolutamente clandestina e autônoma em relação ao restante do movimento⁴¹.

Os planos do dispositivo militar não se restringiam aos campos de treinamento propriamente dito, como o que se tentou organizar em Goiás. O objetivo era ter espalhados pelo país diversos esquemas militares que deveriam se juntar no momento da eclosão da guerrilha. Dessa forma, além do campo de treinamento de Dianópolis, havia planos para dispositivos em Gilbués, no Piauí; em Itanhém, no sul da Bahia; além do da Serra da Saudade, entre Rondonópolis e Alto Garças, no Mato Grosso, que foi depois transferido para a Serra Jacira.

Ainda surgiriam os campos de Rio Preto, no interior do Estado do Rio de Janeiro, de Prudentópolis, no Oeste do Paraná, depois transferido para uma região entre Cascavel e Toledo, e outro na fronteira do Acre com a Bolívia⁴². Na tentativa de espalhar bases de apoio pelo país, mas sem condições materiais efetivas para isso, aconteceu a experiência frustrada de criar um campo no interior do Maranhão, no município de São João dos Patos. De acordo com Ayberê Ferreira de Sá, um dos quatro militantes enviados para o

39. MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Op. cit., p. 39.

40. Sobre a autonomia do setor armado, ver AZEVEDO, Fernando. Op. cit., p. 94 e MORAIS, Clodomir Santos de, *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Op. cit., p. 40. Ver ainda sobre a questão PAGE, Joseph. Op. cit., p. 119.

41. Entrevista de Clodomir ao autor. Op. cit. Ver ainda SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião, as ligas e o golpe de 64*. Recife: Comunigraf Editora, 2004.

42. As informações sobre os campos são de Clodomir Santos de Moraes em entrevista a MORAES, Dênis de. Op. cit., p. 84.

local, após ficarem cerca de três meses isolados, sem notícias, e diante da falta de recursos, os militantes abandonaram o projeto⁴³.

O setor militar também era compartimentado. Os membros de cada dispositivo sabiam apenas o que dizia respeito a suas atividades. Apenas quem conhecia toda a estrutura eram os comandantes militares da guerrilha: Adauto Freire da Cruz, Mário Luiz de Carvalho, Ozias Ferreira e Bonilla. Clodomir Santos de Moraes não sabia da localização de todos os dispositivos, mas fora o responsável, juntamente com a comissão militar, pela concepção geral do projeto guerrilheiro⁴⁴.

No caso do campo de treinamento guerrilheiro de Dianópolis, Clodomir e outros militantes oriundos do Nordeste, particularmente de Pernambuco, todos pertencentes ao setor armado das Ligas, começaram a chegar a Goiás em novembro de 1961 e a comprar algumas fazendas. Ao mesmo tempo, Clodomir visitou várias das autoridades da cidade, anunciando que iria fundar na região uma “Companhia Agropecuária”, que faria parte da “Companhia Capitalista do Nordeste”⁴⁵. Depois de estabelecer legalmente a companhia, criaram a Associação Goiana dos Trabalhadores do Campo (AGTC), que funcionava como uma Liga Camponesa.

A partir deste momento, segundo fontes do Exército, o grupo teria começado a fazer agitação e propaganda política na região, buscando o apoio e engajamento dos camponeses⁴⁶. O propósito final do projeto era criar os “campos de treinamento guerrilheiro”. Assim, sob a fachada legal das Ligas de Goiás, estava Carlos Montarroyo, que era o responsável pela implantação do campo de treinamento na região.

Durante cerca de um ano em que os militantes estiveram envolvidos na organização dos campos, pouco fizeram em termos práticos. As atividades dos militantes durante a vigência do esquema guerrilheiro se resumiram ao reconhecimento do terreno e à formação política dos quadros recrutados nas Ligas. Além disso, faziam-se transferências dos membros entre um campo e

43. Cf. SÁ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia. Memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

44. Entrevista de Clodomir ao autor. *Op. cit.*

45. Informações sobre a montagem dos campos de treinamento podem ser vistas em PAGE, Joseph. *Op. cit.*, p. 118-124 e, principalmente, no “Relatório sobre a infiltração fidelista e os acampamentos de guerrilha” feito pelo tenente-coronel Nicolau José de Seixas, responsável pela operação do exército que os descobriu. O relatório, que faz uma análise minuciosa dos passos seguidos pelos membros das Ligas, foi publicado no jornal *Correio da manhã*, do Rio de Janeiro, na edição de 30 de janeiro de 1963.

46. “Relatório sobre a infiltração fidelista e os acampamentos de guerrilha”. *Op. cit.*

outro para “conhecerem vários tipos de terrenos, o que seria útil em caso de eclosão do movimento guerrilheiro”⁴⁷.

Em relação às ações de treinamento guerrilheiro propriamente dito, também nada foi feito. O que conseguiram, de fato, relacionava-se à experiência e prática política já acumuladas: a organização dos camponeses em associações, a exemplo das Ligas Camponesas. Como admite Clodomir Santos de Moraes,

os homens das Ligas que fundaram os campos de treinamento de guerrilhas, desprovidos de preparação adequada, pouco puderam transmitir da arte militar aos seus companheiros. Em um ano, à espera de uma voz de comando que nunca chegou, os futuros guerrilheiros tiveram que enfrentar todas as naturais consequências de um longo período de isolamento; da falta de atividade prometida; da ausência de um programa armado bem definido e, ainda mais, da falta de uma sólida unidade dos organismos dirigentes, fatores estes que destroem moral, política, ideológica e organicamente a qualquer grupo de combatentes⁴⁸.

Foi nesta situação que, em novembro de 1962, o grupo de Dianópolis viu um grupo do Exército chegar durante a noite à fazenda, causando a fuga dos militantes que lá se encontravam. As versões sobre a dissolução dos campos são controversas. Para alguns, como o próprio Clodomir, as autoridades já sabiam o que se passava na região e vinham a tempo vigiando as atividades do grupo⁴⁹. Já o jornalista Flávio Tavares, em um livro autobiográfico, Relata que a descoberta teria se dado completamente ao acaso. Na verdade, o Exército decidira inspecionar a fazenda por causa de uma suspeita de contrabando de armas por latifundiários⁵⁰.

Menos de um mês depois do aniquilamento do campo de treinamento de Dianópolis, Clodomir Santos de Moraes foi preso no Rio de Janeiro, juntamente com José Francisco da Silva e Célia Lima, transportando armas que, segundo a polícia, estariam sendo levadas para Goiás. A versão policial é pouco verossímil, uma vez que o campo de Dianópolis já havia sido descoberto⁵¹.

47. MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 85.

48. *Ibidem*, p. 41.

49. PAGE, Joseph. *Op. cit.*, p. 122.

50. TAVARES, Tavares, *Memórias do esquecimento*, 4. ed. São Paulo: Globo, 1999, p. 77-78.

51. “Comunistas transportam armas de guerra”, *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 14/12/1962.

Segundo Clodomir, eles tinham decidido abandonar um “aparelho” na cidade do Rio e levar as armas para o interior do estado, quando foram pegos pela polícia. Ainda segundo o dirigente, a prisão ocorreu porque o veículo foi denunciado por militantes que não tinham conseguido manter-se no esquema guerrilheiro, voltando-se então contra ele⁵². Durante os acontecimentos, as Ligas, por clara estratégia política, negaram qualquer forma de ligação com o esquema guerrilheiro clandestino e acusaram o Exército e a polícia, tanto no caso de Dianópolis, quanto da prisão de Clodomir, de abuso de autoridade e de terrorismo contra a organização dos camponeses⁵³.

O caso dos campos de treinamento guerrilheiro trouxe à tona um tema que viria a acarretar problemas para a diplomacia cubana e brasileira. Entre o material apreendido pelo exército em Dianópolis estavam documentos que mostravam claras ligações entre Cuba e os campos de treinamento guerrilheiro, ainda no período do governo João Goulart. Um diplomata cubano veio ao Brasil e recebeu os tais documentos do governo do Brasil, que fizera um gesto conciliatório diante das graves implicações da participação cubana em um plano de guerrilha contra um país que mantinha relações diplomáticas com o regime de Fidel Casto. Na viagem de regresso ao seu país, o ministro cubano morreu em um desastre de avião perto de Lima, no Peru. Os documentos que o cubano transportava, entretanto, caíram nas mãos da CIA, e foram divulgados pela imprensa, inclusive no Brasil⁵⁴.

Entre outras informações, os documentos assinados pelos líderes do campo de treinamento guerrilheiro, Tarzan de Castro e Carlos Montarroyo, demonstravam uma série de divergências com a liderança de Clodomir Moraes. Um problema que os incomodava, por exemplo, era o fato de Clodomir enviar para fazer treinamento em Cuba “boêmios da cidade”, enquanto deixava de lado “companheiros que já estavam nos dispositivos militares há quase dez meses”. Além disso, denunciavam ao governo cubano que o dinheiro que este enviava ao Brasil estava sendo aplicado de forma “irresponsável e mentirosa” pelo esquema guerrilheiro⁵⁵.

52. MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 89.

53. Para a visão das Ligas sobre os episódios, ver dois artigos publicados em seu jornal: “Juiz fascista faz do exército capitão do mato, inventa umas supostas guerrilhas e executa plano contra Ligas Camponesas”, *Liga*, Rio de Janeiro, 11/12/1962 e “Os camponeses devem resistir à violência revolucionária”, *Liga*, Rio de Janeiro, 18/12/1962.

54. TAVARES, Flavio. *Op. cit.*, p.78.

55. Os documentos foram publicados sob o título “Agentes de Fidel relatam atividades e pedem recursos para fazer subversão”, *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 29/1/1963.

Outro tema polêmico que envolveu a queda dos campos de treinamento foi o da implicação do governo cubano no apoio financeiro à guerrilha no Brasil, o que se evidenciou após a apreensão dos documentos citados acima. Parece estar fora de dúvida que houve apoio do governo cubano, na medida em que ele propiciou os cursos de treinamento em seu país. Em relação aos recursos financeiros, segundo Clodomir de Moraes, eles vieram não exatamente do governo cubano, mas da Associação Nacional dos Agricultores Cubanos (ANAC), com a qual as Ligas mantiveram contato desde 1961, quando participaram de sua inauguração. A ANAC teria se constituído em importante fonte financeira para as Ligas, que recebiam ainda recursos da Federação Sindical Mundial e de outras organizações de trabalhadores de países socialistas⁵⁶.

Em seu livro sobre o treinamento guerrilheiro em Cuba, Denise Rollemberg identifica duas tendências diferentes no Estado cubano: um setor se mostrava sintonizado com a realidade das derrotas das tentativas de implantação de focos e com a redefinição do apoio às guerrilhas no continente. O outro setor estava afinado com o mito da vanguarda, que era o que estava envolvido com a exportação da revolução⁵⁷. Neste sentido, nos parece plausível a versão de Clodomir sobre a origem dos recursos financeiros das Ligas, que viriam da ANAC e não propriamente do governo cubano.

AVALIAÇÕES E DESENCONTROS

As divergências internas que acompanharam as Ligas desde o início dos anos sessenta – entre o setor de massas e o militar – reapareceriam uma vez mais no momento da avaliação da experiência guerrilheira. Os dois principais líderes, Francisco Julião e Clodomir Santos de Moraes, fazem avaliações bastante diferentes sobre a questão.

Para Clodomir Moraes, a principal causa da derrota fora a falta de unidade das próprias Ligas Camponesas, que desde o início formavam um movimento “bicéfalo”, tendo de um lado o antigo grupo que saíra do PCB, responsável por organizar o esquema guerrilheiro, e de outro lado, Francisco Julião, “propagandista urbano da luta armada”. Este último teria deixado vários movimentos “esquerdistas” se aproximarem das Ligas, inclusive com a tentativa de tomar conta dos campos de guerrilha. Além disso, Julião teria direcionado os recursos do movimento para a sua campanha eleitoral, enquanto

56. Entrevista de Clodomir ao autor.

57. ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p. 18.

os guerrilheiros passavam sérias dificuldades materiais. Todos esses elementos, segundo Clodomir, explicariam o enfraquecimento e a derrota do projeto de luta armada das Ligas Camponesas⁵⁸.

Já Francisco Julião, mesmo sendo o principal dirigente das Ligas, isenta-se de qualquer responsabilidade sobre os eventos relacionados à luta armada. Afirma que, desde o princípio, ele havia sido contrário a implantação dos campos de treinamento e tentara dissuadir os participantes, demonstrando a inviabilidade do projeto⁵⁹. Esta versão, porém, vai de encontro às afirmações de Wanderley Guilherme, que participou de uma reunião com Julião, na qual foram denunciados vários problemas pelos quais passavam os campos guerrilheiros. Este militante afirma que a resposta do dirigente foi que “as divergências existiam, mas que esperava que se resolvessem da melhor maneira possível”, não demonstrando, assim, um posicionamento de oposição ao movimento armado⁶⁰.

Não por acaso, setores importantes das esquerdas e da direita golpista do período viam Julião como um potencial líder de uma revolta armada dos camponeses. Aceitar pouco criticamente a tese da responsabilidade unilateral de Clodomir Moraes pode se revelar tão ingênuo quanto a afirmação de um biógrafo de Francisco Julião, segundo o qual não há dúvida que este era contra a luta armada⁶¹. Os discursos do próprio Julião no período que antecedeu o golpe, defendendo uma solução revolucionária para a questão do campo, se afastando paulatina e irreversivelmente dos caminhos institucionais, bem como a preocupação que suscitava tanto aos inimigos políticos, quanto aos órgãos de segurança, põem em xeque as interpretações mais simplistas sobre a questão. A própria esposa de Julião, Alexina Crespo, confirma a inclinação pela luta armada entre muitos militantes. Ela mesma chegou a participar da organização dos campos de treinamento no Brasil⁶².

Por fim, o depoimento de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, que continuou a luta do marido em Sapé, Paraíba, após o seu assassina-

58. Ver a interpretação de Clodomir sobre o fracasso do projeto de luta armada em MORAIS, Clodomir Santos de *História das Ligas Camponesas do Brasil*. *Op. cit.*, p. 40-44 e em MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 80-92.

59. MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p.225 (grifo nosso).

60. *Ibidem*, p. 90.

61. SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião – luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 2001, p. 121.

62. Sobre a esposa de Julião, ver seu depoimento em Santiago, VANDECK. *Francisco Julião, as ligas e o golpe de 64*, p. 65-69.

to, nos revela a atração que a Revolução Cubana exercia na base camponesa do movimento⁶³. Elizabeth, que não teve qualquer ligação com o esquema guerrilheiro, sendo a principal líder da Liga Camponesa de Sapé, afirma que os camponeses da região aprovaram a existência dos campos de treinamento. Achavam correto que eles tivessem armas para se defender e para fazer uma Reforma Agrária. Mais do que isso, pensavam que seria importante ter trazido alguns membros do grupo do Clodomir para também “preparar os camponeses da Paraíba” para o confronto armado⁶⁴.

A simpatia de Elizabeth pelo esquema guerrilheiro tinha razões que não são difíceis de entender: passa certamente pelas campanhas em favor de Cuba, pela adoção de palavras de ordem pró-cubanas em manifestações das Ligas de Sapé, como “Viva a Cuba!, Viva a Fidel!, Viva as Ligas Camponesas!”, pelos discursos de Francisco Julião sobre a Revolução Cubana, pela visita de Célia Guevara, mãe de Che Guevara, à Sapé⁶⁵. Passa também pela crescente violência praticada pelos latifundiários, que tiraram a vida de seu próprio marido e tentaram matar seu filho. Diante dessa situação de radicalização das lutas no campo, segundo Elizabeth, ela e seus companheiros ansiavam por algo parecido com aquilo que havia acontecido em Cuba: apoiavam a proposta de uma guerrilha que implantasse o socialismo e uma reforma agrária no país⁶⁶.

Procuramos neste capítulo integrar as perspectivas da história social e da história política na análise da história das Ligas Camponesas e de suas relações com a Revolução Cubana no decorrer dos anos 1960. Isso porque, entre outros aspectos presentes nessa experiência, estão alguns temas diretamente relacionados à história social, como a organização dos camponeses para reivindicar mudanças nas relações com o dono do Engenho da Galileia, suas atividades associativas e estratégias de ação coletiva. Além disso, estão presentes aspectos relacionados à história política, caso da tentativa de preparação de luta armada e das relações de alguns de seus militantes com a Revolução Cubana e com ideário das esquerdas no período.

63. Sobre as Ligas Camponesas de Sapé, e sobre Elizabeth Teixeira, ver: RANGEL, Maria do Socorro. *Op. cit.*

64. Memórias das Ligas Camponesas. Uma conversa com Elizabeth Teixeira (Fita 4). Entrevista concedida a Maria do Socorro Rangel e Jean Rodrigues Sales em 10 de junho de 2003, à disposição no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp.

65. Sobre a visita, ver: “D. Célia Guevara fala aos camponeses de Sapé”, *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 16 a 22/6/1961.

66. Memórias das Ligas Camponesas. Uma conversa com Elizabeth Teixeira (Fita 4). *Op. cit.*

Nesse sentido, nossa reflexão vai ao encontro das observações de Hebe Mattos quando aponta que uma das inovações mais interessantes da historiografia recente sobre os movimentos sociais está na diluição das fronteiras entre “o socioeconômico, o cultural e o político” e as discussões em torno das relações entre memória e história⁶⁷ nesses movimentos. Por outro lado, acrescentamos que, se esse é o panorama da história social, no caso da historiografia sobre esquerdas brasileiras muitas vezes não se tem conseguido articular as análises estritamente políticas com uma perspectiva social. Esperamos que este capítulo possa contribuir para o alargamento das fronteiras da história das esquerdas brasileiras em suas relações com a história social.

67. MATTOS, Hebe. “História e movimentos sociais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 104-105.

SOBRE OS AUTORES

Adriano Luiz Duarte é graduado em história pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em sociologia pela mesma universidade e doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professor de história do Brasil, teoria da história e história contemporânea na Universidade Federal de Santa Catarina (EDUFSC) e foi professor visitante na New York University (2008). É autor de *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945* (Florianópolis, EDUFSC, 1999) e coorganizador, junto com Ricardo Muller de *E. P. Thompson: paixão e política* (Chapécó, Argos, 2011). É bolsista de produtividade do CNPQ.

Alexandre Fortes é graduado em História pela UNISINOS, mestre e doutor em História pela UNICAMP. É professor do Departamento de História e Economia e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Foi professor visitante da Duke University (2012) com apoio da Fundação Mellon. Autor de *Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas* (Rio de Janeiro/Caxias do Sul, Garamond/EDUC, 2004) e coorganizador (com Cláudio Batalha e Fernando Teixeira da Silva) de *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado* (Campinas, Editora da UNICAMP, 2004). É bolsista de produtividade do CNPQ.

Álvaro Pereira do Nascimento é pesquisador de produtividade do CNPQ. Concluiu mestrado e doutorado em História pela UNICAMP. É autor de *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*, publicado em 2001, como prêmio do concurso de teses do Arquivo Nacional e de *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*, pela editora Mauad, em 2008. Atualmente é pesquisador colaborador do Pronex-Ceo, financiado pelo CNPQ/FAPERJ e professor adjunto da UFRRJ. Suas pesquisas mais recentes concentram-se nos estudos sobre o pós-abolição na Baixada Fluminense.

Benito Bisso Schmidt é professor do Departamento e do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou doutorado em História Social do Trabalho na UNICAMP. É bolsista de produtividade do CNPQ. Publicou, entre outros, *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas* (Porto Alegre, Palmarinca, 2004). Atualmente é presidente da Associação Nacional de História.

Caetana Maria Damasceno é doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ, é professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e membro do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Dedica-se ao diálogo entre Antropologia e História, discutindo a experiência etnográfica com fontes arquivísticas e realizando pesquisas voltadas para a construção das Relações Raciais e de Gênero no mundo do trabalho. É autora do livro *Segredos da boa aparência – da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950)*, editado em 2011, pela EDUR.

David Roediger leciona História e Estudos Afro-Americanos na University of Illinois. Doutorado-se em História pela Northwestern University (1979). Seus livros incluem *Our Own Time*, *The Wages of Whiteness*, *How Race Survived U.S. History*, e *Towards the Abolition of Whiteness*, (todos pela Verso), *Colored White* (California), and *Working Towards Whiteness* (Basic). Foi presidente do comitê editorial da Charles H. Kerr Company, a mais antiga editora progressista em atividade no mundo. Desempenha papel ativo no movimento surrealista, no apoio ao movimento operário e na organização antirracista.

Fabiane Popinigis é professora do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação da mesma universidade. É autora do livro *Proletários de casaca – empregados no comércio carioca (1850-1911)* (Editora da UNICAMP) e de artigos e capítulos sobre os trabalhadores no comércio ambulante de gêneros em Desterro no século XIX.

Helen Osório é professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Autora do livro *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes* (2007) e, entre outros, do capítulo de livro “Guerra y comercio en la frontera hispano-portuguesa meridional – Capitanía del Río Grande 1801-1835”, 2010. Bolsista de produtividade do CNPQ.

Henrique Espada Lima é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (EDUFSC) e bolsista de produtividade do CNPQ. Autor de *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades* (2006), pesquisa atualmente sobre a história do trabalho e a vida dos trabalhadores oriundos da escravidão no Brasil do século XIX, antes e depois da Abolição.

Jean Rodrigues Sales graduou-se na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), concluiu seu mestrado e doutorado na Universidade de Campinas (UNICAMP). Realizou pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP). É professor da graduação e do programa de mestrado em história da UFRRJ, campus de Nova Iguaçu (RJ). É autor de *A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana* (São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007). Atualmente realiza pesquisas sobre a história das esquerdas brasileiras no período da ditadura militar.

John D. French é professor de História de Estudos Africanos e Afro-americanos na Duke University, onde foi diretor do Centro de Estudos sobre a América Latina e o Caribe de 2001 a 2005. Doutorou-se em História pela Yale University (1985). Coordena, desde 1984, a Conferência de História do Trabalho na América Latina. Seus trabalhos publicados no Brasil incluem: *O ABC dos operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo (1900-1950)* (São Paulo, Hucitec) e *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros* (São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004). Atualmente, trabalha no livro “*Lula’s Politics of Cunning: From Trade Unionism to the Presidency*”.

Regina Celia Lima Xavier é doutora em História pela UNICAMP, é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Publicou *A Conquista da Liberdade* (Editora CMU/Ed-UNICAMP, 1996); *Religiosidade e escravidão, século XIX, mestre Tito* (Editora da UFRGS, 2008). Organizou, *Escravidão e Liberdade, temas, problemas e perspectivas de análise* (São Paulo, Alameda, 2012). Fez pós-doutorado na New York University com Barbara Weinstein (2010). Atualmente, trabalha com os temas da escravidão, do pós-emancipação, da religiosidade e da saúde dos escravos. Líder do GT “A história dos africanos e seus descendentes no Brasil” do CNPQ, criado em 2002, que pode ser acessado no endereço: www.escravidaoliberdade.com.br.

Silvia Regina Ferraz Petersen é graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado e doutorado em Estudos Latino-americanos de História pela Universidad Nacional Autónoma de México e pós-doutorado na EHESS em Paris. Foi coordenadora do PPG em História da UFRGS. Bolsista de produtividade do CNPQ, atualmente é professora aposentada, atuando como convidada nos cursos de graduação e pós-graduação. Sua atividade acadêmica está voltada para a História Social do Trabalho e Teoria e Metodologia da História. Autora de livros e artigos sobre estes temas, também tem orientado teses, dissertações, TCCs, trabalhos de iniciação científica, participado em eventos científicos no país e exterior e coordenado grupos de pesquisa.

Vania Maria Losada Moreira graduou-se em História pela Universidade de Brasília (UnB) (1986) e doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP) (1995). Realizou, em 1999/2000, pós-doutorado no Center For Latin American Studies (Stanford University, Estados Unidos). É professora Associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Atualmente, dedica-se à pesquisa em História Social, com ênfase na História dos Índios e na História das Fronteiras e da Colonização (Brasil - séculos XVIII e XIX). Publicou o livro *Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins* (Editora da Universidade Federal do Espírito Santo). É bolsista de produtividade do CNPQ.

O livro *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*, foi impresso pela Bartira Gráfica para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.000 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro no corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g, e o miolo impresso em papel Offset 75g.